

POVOS
e
culturas



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Palma de Cima, 1649-023 LISBOA – Tel. 21 721 41 33

Direcção:

Roberto da Luz Carneiro – Presidente

Mário Ferreira Lages – Secretário

Carlos Laranjo Medeiros

Artur Teodoro de Matos

João Muñoz

João Paulo Oliveira e Costa

Pedro Conceição

Conselho Geral:

Aníbal Cavaco Silva, António Barreto, António Bensabat Rendas, António Oliveira Guterres, Artur Teodoro de Matos, Carlos Laranjo Medeiros, Carminda Cavaco, Eduardo Marçal Grilo, Ernâni Rodrigues Lopes, Fernando Alves Cristóvão, Hermínio Martinho, João de Sá Coutinho Rebello Sotto-Mayor, Joaquim da Silva Lourenço, Jorge Miranda, D. José da Cruz Policarpo, José Eduardo Mendes Ferrão, Luís Filipe Reis Thomaz, Luís Francisco Valente de Oliveira, Luís Jorge Peixoto Archer, Luís de Oliveira Fontoura, Manuel Braga da Cruz, Manuel Ivo Cruz, Manuel José do Carmo Ferreira, Manuel Luís Marinho Antunes, Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Vitalina Leal de Matos, Mário Campos Pinto, Mário Ferreira Lages, Mário Sotto-Mayor Cardia, Roberto da Luz Carneiro, Rui Chancerelle de Machete, Victor de Sá Machado.

POVOS e culturas

Direcção

Artur Teodoro de Matos

Mário F. Lages

Secretário de Redacção

Maria Cristina Pereira

N.º 7 – 2001

Timor Hoje

Este número surge com o patrocínio de

- Comissariado para o Apoio à Transição de Timor-Leste

Exemplar n.º _____

ÍNDICE

TIMOR HOJE

MARIA DE JESUS BARROSO SOARES — <i>As crianças de Timor como testemunho da guerra e da destruição</i>	9
D. DUARTE DE BRAGANÇA — <i>Timor hoje</i>	11
JOÃO SOARES — <i>A reorganização municipal em Timor e as Autarquias Portuguesas</i> ..	17
GARCIA LEANDRO — <i>Timor e a geo-política regional</i>	21
ALBERTO ARAÚJO — <i>O futuro da cooperação cultural luso-timorense</i>	37
JOÃO INOCÊNCIO DOS REIS PIEDADE, S.J. — <i>A reconstrução das sociabilidades e das instituições sociais</i>	53
ANTÓNIO BARBEDO MAGALHÃES — <i>O Movimento Pró-Democracia Indonésio e a Solidariedade Internacional: sua importância para a auto-determinação de Timor Leste</i>	73
PETER STILWELL — <i>Um Plano de Fomento Agrário para Timor (1958) – Texto inédito de Ruy Cinatti</i>	117

INÉDITOS CEPCEP

MARIA LUÍSA ABRANTES e JOSÉ SINTRA MARTINHEIRA (tratamnto arquivístico); MIGUEL RUI INFANTE e MARIA ANTÓNIA ALVES CARIA (tratamento informático); SIARQ (programa informático); e MIGUEL RUI INFANTE (concepção gráfica do...) — <i>Catálogo da Série Timor do Conselbo Ultramarino</i>	135
DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO, SBD — <i>Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro Sa'e – Uma listagem cronológica de livros, revistas, ensaios, documentos e artigos desde 1515 a 2000</i>	247

TIMOR HOJE

AS CRIANÇAS DE TIMOR COMO TESTEMUNHO DA GUERRA E DA DESTRUIÇÃO

*Maria de Jesus Barroso Soares **

Em todos os conflitos — e o mundo actual é, infelizmente, fértil neles — as crianças são as principais vítimas. Em Timor não escaparam a essa terrível regra.

Testemunhas dos crimes mais brutais, elas conservaram nas suas mentes imagens, dificilmente apagáveis, de cenas do horror e da violência de que os seus pais e parentes mais próximos foram vítimas.

As que escaparam conseguiram sobreviver sem grandes estragos físicos aparentes. Lembro-me de, em Díli, uma médica da nossa Missão me ter chamado a atenção para o facto de que as crianças que estava tratando e que, portanto, tinham sobrevivido, não acusavam desidratação e outros traumas físicos visíveis. Aliás, a doçura do povo timorense e o seu cuidado com os mais pequenos, fez que muitos deles fossem poupados às carnificinas de que os adultos foram o principal alvo.

Mas há que cuidar, urgentemente, das crianças — não só física como psicologicamente. Dar-lhes os cuidados, a atenção e o afecto de que necessitam para viver e crescer.

Dar-lhes abrigo, reconstruindo as casas para as receberem, formando os adultos, profissionais ou voluntários, para as saberem cuidar devidamente. Levantar as escolas, as paredes que caíram, os tectos que desabaram e que têm de voltar a ser espaços de alegria, formação e educação, convívio e conforto — são tarefas urgentes e indispensáveis.

Estamos — a Cruz Vermelha, a Fundação Pro Dignitate e a União das Misericórdias — também angariando livros e toda a espécie de material escolar para que elas possam frequentar as escolas e reganhar o tempo perdido com a guerra fratricida que feriu — e ainda fere, ai de nós! — aquele martirizado povo.

No âmbito da Cruz Vermelha pensei, depois de uma conversa com o Padre Dr. Vítor Melícias, que talvez pudéssemos ajudar os timorenses a construírem e

* Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa.

organizarem uma Sociedade Nacional da Cruz Vermelha para poderem, por si sós, responder prontamente aos pedidos de ajuda que chegam e chegarão ainda de muitos pontos desse território.

Mas entretanto — e enquanto não nos for confirmada a aceitação, por parte dos timorenses, dessa ideia — já mandámos reconstruir uma casa que será destinada a um lar para crianças que tenham perdido os seus pais.

A nossa grande preocupação tem sido — e continuará a ser — a de desencadear acções de socorro às crianças, apresentando projectos e aceitando realizar projectos que nos sejam propostos pelas autoridades governamentais e pela Igreja timorenses e que tenham como objectivo a protecção e reintegração da criança na sociedade.

Dizia Fernando Pessoa: «mas o melhor do mundo são as crianças» — é a profunda consciência dessa afirmação que nos move. Elas são, efectivamente, o melhor do mundo e a sua sobrevivência — em paz e em dignidade — é condição também de sobrevivência desse mundo.

Cuidar, portanto, das crianças timorenses — livrá-las da morte, da fome, da doença, da ignorância, respeitar e fazer respeitar, em suma, os seus direitos inalienáveis — é lançar os alicerces para um Timor de paz, de tolerância e de fraternidade, um Timor onde o sol nasça e envolva, no seu calor e luz, todo o seu tão sacrificado povo e sobretudo as suas crianças.

*D. Duarte de Bragança **

Quando em Setembro de 1999, após 25 anos de ocupação e terror, os timorenses foram consultados, espantaram o Mundo com a sua coragem e civismo e irritaram profundamente os militares indonésios ao recusarem claramente a anexação ao país vizinho.

No referendo foi-lhes perguntado se aceitavam a proposta de uma autonomia alargada debaixo da soberania indonésia. Caso recusassem a proposta, a administração indonésia retirar-se-ia do território. No acordo previamente estabelecido entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios das Nações Unidas ficou também estabelecido que caso a proposta indonésia fosse derrotada, Timor regressaria à situação que tinha antes de 1975, ou seja, seria reconhecida a soberania portuguesa no território. Dizia também que neste caso ficaria aberto o caminho para a futura independência do território. No entanto, nem os dirigentes portugueses nem os timorenses, aceites por consenso pelo povo mas não legitimados por alguma eleição, têm o direito de decidir o futuro do povo timorense sem o consultar, e neste momento a única consulta feita foi o referendo. Portanto, a situação jurídica de Timor continua a ser a que era em 1975 apesar de o governo de Lisboa ter entregado a resolução do problema timorense, e agora a administração do território, às Nações Unidas.

Este problema pode ser incómodo para os políticos portugueses e timorenses pois para os de cá levanta fantasmas relacionados com a descolonização e com suspeitas de neo-colonialismo e para os de lá pode levantar os fantasmas que em 1975 dividiram a UDT e a Fretilin. Mas passaram-se 25 anos desde o conflito interno que opôs os dois partidos timorenses e que, graças à vergonhosa fuga de alguns representantes da administração portuguesa, abriu as portas à invasão indonésia. Poucos povos no mundo terão demonstrado tanta coragem e firmeza nas suas convicções e ninguém tem o direito de lhes negar os seus legítimos direitos políticos. Por informações que me vão chegando e troca de impressões

* Duque de Bragança.

com personalidades timorenses com quem mantenho contacto há longos anos, tudo leva a crer que estão em aberto várias opções para além da independência pura e simples. Uma dessas opções seria a instauração do estatuto de Estado associado com Portugal. É possível que a maioria dos timorenses queira uma independência pura e simples mas é também possível que a maioria do povo queira conservar a nacionalidade portuguesa, sem por esse motivo recusar a independência.

Juridicamente, esta solução seria o Estatuto Associado, mantendo em comum com Portugal a cidadania (nacionalidade comum), a defesa e os negócios estrangeiros. Quando Portugal aderiu à União Europeia, Timor era juridicamente território português sob ocupação indonésia. Por isso, hoje, a União Europeia não pode recusar Timor como território associado caso essa seja a vontade expressa pelos timorenses.

O contrário seria inadmissível considerando ainda por cima que hoje existem no Pacífico 11 territórios da União Europeia. Do ponto de vista australiano seria preferível que Timor ficasse ligado à Austrália. Concordo em que será benéfico para Timor estabelecer acordos económicos com a Austrália e com a Indonésia pois o seu futuro dificilmente será viável sem uma boa colaboração com os dois poderosos vizinhos. No entanto, esses vizinhos têm ambições geo-estratégicas sobre o pequeno território. As ambições indonésias são infelizmente bem conhecidas, e apesar da simpatia e das boas intenções do actual Presidente da República ninguém nos garante que os militares não possam retomar o poder se as coisas correrem mal. Por outro lado, os australianos sempre consideraram a excepcional importância militar de Timor como última linha de defesa contra um ataque asiático. Neste momento, também dão muita importância aos recursos energéticos do mar de Timor para o desenvolvimento do norte da Austrália. Por esses motivos uma associação com Portugal e portanto com a União Europeia poderá garantir a Timor um apoio político e militar mais desinteressado e sem os perigos levantados pelas outras hipóteses. Teria também a vantagem de permitir ao povo timorense continuar uma associação de mais de 400 anos que, embora com altos e baixos, foi globalmente positiva e marcou profundamente a emotividade dos dois povos envolvidos.

A instabilidade política que tem agitado a maior parte das pequenas nações independentes do Pacífico originada por poderosos interesses económicos estrangeiros que manipulam as divergências políticas e étnicas desses territórios poderá também ser um bom argumento para a tese da associação.

Estou intimamente convencido de que os dirigentes timorenses caldeados por 25 anos de luta e resistência saberão encontrar a melhor solução independentemente das pressões políticas externas e conduzirão a sua pátria pelos caminhos que permitam ao seu povo alcançar a felicidade.

INCOERÊNCIAS

Após a vitória do «não» no referendo, os militares indonésios aplicaram com zelo as ordens recebidas do Ministro da Defesa (segundo revelou o actual Presidente da República) e destruíram cerca de 90% dos edifícios em Timor, em particular todas as instalações da administração e serviços públicos. Foram poupadas as Igrejas e o palácio do governador, e em geral a cidade de Baucau, graças à hábil e corajosa negociação desenvolvida pelo Senhor Bispo D. Basílio do Nascimento.

Seria normal que a comunidade internacional obrigasse a Indonésia a pagar os estragos e a indemnizar as vítimas, mas, mais uma vez parece que os indonésios vão deixar impunemente de cumprir as suas obrigações. Ninguém os quer ofender, são bons parceiros de negócio. Ora bastaria reter na fonte 5% de todos os empréstimos que lhes forem concedidos, a favor de um fundo para Timor!

O Sr. Sérgio Vieira de Melo, administrador nomeado pelas Nações Unidas declarou que «pela primeira vez as Nações Unidas têm a oportunidade de pôr em prática as suas utopias». Esta afirmação pode ser um bom sinal ou, pelo contrário, um mau prenúncio. Ainda não anunciaram as suas intenções, e na prática dão a impressão de ligar muito pouco às opiniões dos timorenses.

Entre funcionários e militares estão lá mais de dez mil estrangeiros. Um simples polícia da PSP ao serviço das Nações Unidas ganha mil e duzentos contos/mês. A nossa GNR em Timor ganha 200 contos/mês, e um polícia timorense, 20 contos...

O CNRT, que desde o referendo representa oficialmente o povo timorense, não tinha (em Junho) um escritório equipado e meios minimamente suficientes para trabalhar. Parece que agora está melhor. Não há um Cartório Notarial. Os bancos indonésios não pagam o dinheiro dos depósitos que têm em Timor. Os cerca de 2000 enfermeiros timorenses não recebiam salários e os médicos timorenses andavam a dar vacinas pagos por alguma ONG mais sensata. A ajuda europeia, desde carros de bombeiros a livros escolares, foi de avião a um custo cerca de dez vezes superior ao do transporte por navio, que demora dois meses a chegar da Europa. Entretanto, a moderna tipografia que em Maio foi entregue à Diocese de Baucau não tem funcionado por falta de meios para a pôr a trabalhar. Poderia produzir grande parte dos livros necessários. Os antigos funcionários administrativos indonésios recebiam salários pagos por um país europeu mas nenhum trabalho lhes era pedido em troca, provocando a revolta justificada da restante população.

Cito alguns exemplos de erros praticados para demonstrar os riscos de virem a ser cometidos no território os mesmos erros que têm sido feitos em tantos outros países que «beneficiaram» da ajuda internacional. Curiosamente, à semelhança do que sucede em outros locais, as N.U. e as ONG recusam cooperar

com as Dioceses e as missões católicas, única estrutura que funciona com eficácia e com baixos custos. O governo português tem sido aqui uma honrosa excepção. A preocupação de «serem não confessionais» não os deveria levar ao facciosismo anti-religioso.

UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O estado de destruição do território permitiria planear a reconstrução em moldes novos, baseando-se na cultura do povo e seus recursos e em tecnologias do ambiente. Por exemplo, o uso do adobe, cujas matérias-primas são o barro e a palha comprimidos em moldes e secos ao sol, poderia substituir com grandes vantagens os blocos de cimento e os tijolos clássicos. É um material muito isolante, e seria fabricado localmente nas aldeias. É utilizado hoje nos Estados Unidos em construções de até dois pisos. Alguém perderá o negócio da importação de cimento...

No Alentejo, em Angola, etc., podemos ver casas feitas em adobe há vários séculos e que aguentaram no tempo melhor do que os prédios de cimento de há 50 anos.

O próprio urbanismo das vilas no interior poderia ser revisto em bases ecológicas e humanistas. Desse modo Timor poderia ter como uma imagem de marca no mundo uma arquitectura e um urbanismo verdadeiramente inovador e ecológico.

O café é em parte exportado com a garantia de ser produzido em agricultura biológica. Se tal fosse o caso com o arroz poderiam exportá-lo por bom preço.

Os programas do novo ensino oficial deveriam também ter o cuidado de evitar reproduzir os erros que são cometidos na Indonésia, e pior, em Portugal. Deveriam ser estudados no sentido de preparar as crianças para a vida real que as aguarda, e não como em Portugal, para preparar os filhos da burguesia urbana para a Universidade...

O próprio molde político pode condicionar o desenvolvimento económico. Se o governo sair de um parlamento eleito por listas partidárias, provavelmente toda a administração pertencerá a pessoas do partido vitorioso. Se os deputados forem eleitos a título pessoal, não haverá oficialmente um partido vencedor, e o chefe do governo (eleito ou escolhido pelo parlamento) ficará livre de escolher as pessoas mais competentes, independentemente da sua cor política.

Infelizmente, esta proposta dificilmente será aceite e o mais provável será uma Constituição no género da portuguesa, que já deu resultados desastrosos em Angola. A existência de um Senado não eleito, com a representação da Igreja, dos muçulmanos e dos principais liurais ou chefes tradicionais poderia ter um excelente efeito moderador na vida política.

O outro caminho seria o de reproduzir o modelo da maioria dos pequenos Estados independentes do Pacífico, que têm economias pobres, dependentes do exterior, e em benefício de uma pequena elite dirigente. Às vezes essa elite é derrubada por um golpe de sargentos ou de polícias que acharam que chegou a vez deles acederem aos benefícios do poder...

A REORGANIZAÇÃO MUNICIPAL EM TIMOR E AS AUTARQUIAS PORTUGUESAS

*João Soares **

Reflectindo o sentido dos portugueses, o poder local tem procurado empenhar-se na causa da construção de Timor-Leste, independente, democrático e próspero. Assim, as autarquias portuguesas, enquanto poder emanado da vontade popular, procuraram traduzir a expressão da solidariedade das populações que representam para com o povo timorense, através de acções concretas junto das mais variadas instâncias e, sobretudo, da resistência timorense.

Esta atitude, louvável nos seus propósitos, levou, no entanto, a uma imensa dispersão de acções de solidariedade e de meios. De facto, apenas poucas, das muitas acções empreendidas, se traduziram efectivamente em reais benefícios para as populações timorenses.

Do nosso ponto de vista — quer das autarquias da Área Metropolitana de Lisboa quer da generalidade dos responsáveis autárquicos com quem tenho falado —, a genuína vontade de apoiar a construção do Estado democrático de Timor-Leste livre deve traduzir-se, em primeiro lugar, nas acções de formação de efeito multiplicador, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde. A área da educação é, aliás, basilar nesta preocupação, na medida em que a língua portuguesa é a língua oficial de Timor-Leste, dependendo da sua difusão e fortalecimento o sucesso na formação de quadros do futuro Estado.

Em segundo lugar, devem concretizar-se algumas acções estruturantes nas áreas essenciais do funcionamento das povoações, nomeadamente na cidade de Díli, que têm que ver com o saneamento básico e com todo o tipo de infraestruturas que são fundamentais à afirmação de um quadro que se deseja de modernidade e de humanização para espaços que foram quase totalmente destruídos.

Em ambos os casos, este empenhamento das autarquias portuguesas deve consistir em acções exemplares, que contribuam decisivamente para que se distinga, perante a população de Timor-Leste, a cooperação portuguesa da generalidade da cooperação internacional — esta representada pelos tradicionais

* Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

«especialistas» das várias organizações que enxameiam normalmente as áreas de catástrofe ou as áreas que vivem ou viveram situações dramáticas de guerra, como foi o caso de Timor-Leste, mas que, normalmente, têm dificuldade em traduzir em obra os muitos recursos de que podem dispor nalgumas circunstâncias.

Aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa tem procurado fazer, juntamente com as suas congéneres da Área Metropolitana, pretende ser, em larguíssima medida, uma acção pedagógica nesse plano. Não nos contentamos em ouvir as múltiplas solicitações que nos foram feitas pela resistência timorense e pelas organizações que operam no território; pelo contrário, «exigimos» que nos dissessem com toda a clareza, e pela pena autorizada de dirigentes como Ramos Horta, aquilo que queriam: uma única coisa, mas com efeito multiplicador.

Depois de muito debate com Xanana Gusmão, com Ramos Horta e com outros responsáveis, como o Padre Filomeno, disseram-nos que consideravam prioritária a recuperação do antigo liceu de Díli. É precisamente o que estamos a fazer, numa perspectiva de se transformar, enquanto *hardware*, um grande equipamento de ensino, para ser a grande Escola Superior de Educação de Timor-Leste, a sede da melhor biblioteca de língua portuguesa em Timor, de uma estação de rádio que funcione também como um centro de formação nas áreas da radiofonia, do som e da música, e de uma pequena tipografia.

Para o efeito, vamos destruir parte das construções do período da ocupação indonésia, que tinham sido feitas em cima da área dos campos de jogos desportivos, e ficámos com as três partes edificadas que tinham sido feitas pelos portugueses nas décadas de 50, 60 e 70. Esta é uma operação interessante, exemplar, que ajuda também a preparar interlocutores no plano autárquico, porque ainda não há legitimidade democrática, apenas a legitimidade revolucionária que advém da resistência à ocupação. Mas é preciso avançar, e a legitimação democrática deve ser conseguida precisamente ao nível local, pois é por aí que se pode fazer o crivo das pessoas que têm capacidade para assumir o poder. Efémero, como todos os poderes democráticos são.

Outra acção, esta de carácter mais pontual, de apoio à formação de educadores e ao fortalecimento da língua portuguesa consistiu no envio para Timor de uma edição de 25 000 exemplares da «Cartilha Maternal», de João de Deus e de outra, um pouco mais pequena, de um «Guia de Apoio à Cartilha Maternal», ambas impressas na Imprensa Municipal de Lisboa, e que já seguiram para os serviços de educação e cultura de Timor-Leste, cujo responsável é o Padre Filomeno.

Para a prossecução destes nossos objectivos, consideramos manter em Díli uma equipa em permanência. O nosso projecto, que começou apenas com as forças e os meios da Câmara Municipal de Lisboa, foi apresentado à Junta Metropolitana de Lisboa, colhendo o consenso da generalidade dos Presidentes de Câmara desta Área Metropolitana.

A UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), a que eu próprio presido e que congrega algumas das autarquias mais importantes do

mundo lusófono, tem também cooperado, sobretudo nos domínios da educação e da cultura, estando previsto que, logo que se acabe esta obra do Liceu, se faça uma Casa da UCCLA e uma Casa da Cidade de Lisboa, em simultâneo, para poder haver uma representação permanente a que os futuros responsáveis autárquicos timorenses possam recorrer, sempre que o entendam necessário.

Com a consciência das dificuldades mas, também, com determinação e empenho, estamos certos de que a criação de uma genuína administração timorense, nomeadamente a nível autárquico, possa, tão breve quanto possível, dar os seus primeiros passos. Teremos, então, interlocutores legitimados democraticamente para que, com a experiência entretanto adquirida, a nossa cooperação se reforce, assim se fortalecendo, também, os laços de profunda fraternidade entre os nossos povos.

*Garcia Leandro **

A — Não se pode compreender bem a situação actual de Timor sem se conhecer o longo caminho seguido pelos povos e nações da Bacia do Pacífico desde a II Grande Guerra, e com mais significado a partir da década de 80.

Trata-se da região que mais se tem modificado desde a II Grande Guerra e onde desde o início da década de 80 se começou a desenvolver e a aprofundar o conceito de interesses comuns entre os países a ela pertencentes, ou seja, o conceito de Comunidade do Pacífico.

Contrariamente ao que ocorreu no resto do globo, estas alterações não foram consequência da queda do muro de Berlim em 1989, nem do final da Guerra Fria.

Foi toda uma progressão que veio a ocorrer desde os anos 60, principalmente após o final da guerra do Vietname e que merece uma análise cuidada.

Por que se tornou esta região hoje tão importante para o sistema global? São de recordar duas afirmações feitas na década de 80 pelos responsáveis das duas superpotências.

Em Outubro de 1984, o então Presidente Ronald Reagan afirmou:

O Pacífico é onde o futuro do mundo se encontra.

Mais tarde, em Julho de 1986, em Vladivostok, Mikhail Gorbachev dizia:

A situação no Extremo Oriente, na Ásia e nas vastidões oceânicas vizinhas, onde somos habitantes permanentes e navegadores de longa data, é para nós de interesse nacional e de Estado.

Foi o reconhecimento formal de um novo fenómeno político e económico.

* Tenente-General, Vice-Chefe do Estado Maior do Exército.

B. RAZÕES PARA A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA BACIA DO PACÍFICO

Há razões que, acumuladas e inter-relacionadas, justificam não só as afirmações citadas mas também a importância crescente da Bacia do Pacífico, onde Timor Leste se encontra.

Ao tentar efectuar esta análise considero de salientar as seguintes doze razões:

1. O Pacífico ocupa uma área quase igual à de todos os outros oceanos (Atlântico, Índico e Ártico).
2. Ao seu redor e no seu interior vive cerca de 72% da população mundial.
3. O conflito Norte-Sul é menos forte ali do que noutras partes do globo.
4. Quatro das maiores potências mundiais — EUA, Federação Russa, Japão, China — nele têm as suas costas.

Também algumas potências crescentes a ele pertencem, como sejam o Canadá, a Austrália e a Indonésia.

5. O crescente interesse da ex-URSS na região Ásia-Pacífico, que não será alterado pela Federação Russa, e o facto de a área ser considerada essencial para os EUA (mesmo após a implosão da União Soviética).
6. A recuperação económica japonesa pós-2.^a GG e o seu alinhamento político-estratégico com os EUA e a Europa.
7. A vitória da revolução comunista chinesa (1949) e a evolução da República Popular da China, tanto internamente como no seu posicionamento internacional.
8. A descolonização europeia do SE asiático, criando um diversificado conjunto de Estados; hoje só existem territórios não autónomos nas ilhas dispersas nos vários arquipélagos do oceano (dependências dos EUA — Reino Unido — França — Austrália — Nova Zelândia).
9. Investimentos ocidentais, japoneses e árabes (petrodólares) que, ligados às características de alguns povos e regimes políticos da Região, criaram os chamados milagres económicos.
10. Em consequência, o aumento do poder aquisitivo por parte das populações, criando mercados anteriormente inexistentes e fazendo crescer as trocas comerciais inter-Bacia em detrimento de outras relações tradicionais.
11. A excelente reacção de certas economias regionais à introdução de novas tecnologias, bem como uma elevada mobilidade empresarial e da mão-de-obra às solicitações do mercado.

12. O facto de, desde o início de década de 80, se ter vindo a desenvolver um relacionamento inter-Bacia e parecer começar a consolidar-se a consciência de interesses regionais conjuntos que culminaram com as Cimeiras da APEC (Asia Pacif Economic Cooperation) de Novembro de 1993 em Seattle, Outubro de 1996 em Manila e Setembro de 1999 em Auckland, na Nova Zelândia.

C. O PERCURSO HISTÓRICO DOS ACTORES DA BACIA DO PACÍFICO

Para percebermos o percurso ocorrido até hoje e podermos tirar conclusões iremos acompanhar os povos e os países da Região pelos períodos em que dividi os últimos setenta anos:

- Até à II Grande Guerra;
- Final da II Grande Guerra e as suas consequências;
- Os anos 60 e princípios da década de 70;
- Post-Vietname (1975);
- Os anos 80;
- A década de 90.

1. Até ao início da II Grande Guerra

- a. A existência de uma grande potência regional, de tendências expansionistas e imperialistas, a única da área capaz de ter acompanhado a revolução industrial — O Japão.
- b. Um gigante adormecido, explorado por todos, difícil de controlar, essencialmente religioso, agrícola e comerciante — a China.
- c. A presença das grandes potências imperiais — o Reino Unido, a França, a Holanda, os EUA, a União Soviética, mas também parte do Império Português de então em Macau e Timor.
- d. A expansão das superpotências que vieram a dominar a segunda metade deste século para a costa da Ásia — os EUA pelo mar e a URSS à custa de sucessivos povos por terra.
- e. Um SE asiático pobre, colonizado, essencialmente agrícola.
- f. Um relacionamento privilegiado de cada parcela da área com a metrópole colonial em detrimento da relação com o vizinho e com a região.
- g. O poder económico e militar do cristianismo sobre o islão, o budismo, o hinduísmo e outras religiões locais.

2. O Final da II Grande Guerra e as suas consequências

- a. A super-potência regional, o Japão, foi completamente aniquilada e vai-se reconstruir à custa dos EUA, quer sob o ponto de vista de arquitectura política quer sob o do financiamento.
- b. O seu alinhamento político tornou-se marcadamente pró-americano.
- c. Não tendo já o domínio dos mares, o novo Japão teve de se aliar à Potência Marítima dominante.
- d. As potências europeias exaustas pela II Grande Guerra concederam independências, afastando-se da região. Apenas com alguma importância e através de outros se manteve o Reino Unido.
- e. Por interesse próprio, mas também para fazer face ao vazio deixado pelas potências europeias e à crescente influência comunista, os EUA alargaram a sua influência na região, que se tornou num lago americano.
- f. Em consequência, os EUA criaram uma série de alianças políticas e militares de carácter bilateral e multilateral.
- g. A União Soviética expandiu-se ainda mais para leste, apoiou a guerra da Coreia e diferentes movimentos pró-comunistas na região.
- h. A vitória comunista na guerra civil chinesa apresentou duas consequências fundamentais: a unificação do país e o receio de que a sua sombra se projectasse sem resistência em todo o SE asiático. Por outro lado os seus líderes sempre foram profundamente nacionalistas.
- i. A China tornou-se num modelo mais atractivo do que a União Soviética para os países do Terceiro Mundo.
- j. Diversas lutas pela independência, choques étnicos e religiosos, guerrilhas comunistas e guerras civis, marcaram os anos 50 e parte dos anos 60 nos países mais pequenos da região.
- k. O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia estiveram de certo modo afastados deste jogo mantendo as suas ligações preferenciais com o Reino Unido.

3. A década de 60 até ao final da guerra do Vietname foi marcada por:

- a. O contínuo desenvolvimento tecnológico e o crescimento económico do Japão.
- b. O envolvimento dos EUA no SE asiático, principalmente no Vietname e no Camboja.

- c. Apoio americano ao desenvolvimento económico e estabilidade de alguns países como modo de barrar o caminho para a sua comunização — casos da Coreia do Sul e de Taiwan.
- d. O conjunto de resultados das lutas anti-comunistas no SE asiático desde o final da II GG apresentou-se equilibrado, mas com base em regimes ditatoriais de esquerda ou de direita.

Ocorreram vitórias da direita na Malásia, na Indonésia e nas Filipinas e derrotas no Vietname, Camboja e Laos.

- e. Na Península Coreana houve que optar pela sua divisão.
- f. Surgiu um conjunto de países do Sul que criaram em 8.8.67 a ASEAN (Association of the South East Asian Nations) querendo formar uma zona de paz fora destes conflitos, mas eles próprios com grandes problemas internos.

De qualquer modo, e embora recusando uma aliança militar, estes países estavam alinhados pelos EUA (Filipinas, Tailândia, Singapura, Malásia e Indonésia).

- g. Ocorreu também a retracção do dispositivo militar britânico e a sua entrada para o Mercado Comum.
- h. Foi ainda marcante na época o radicalismo do regime chinês durante a revolução cultural (1966-1976), que correspondeu aos últimos anos do maóismo, antecipados pela ruptura com a URSS em 1961.

4. O post-Vietname/Camboja em 1975 teve consequências geopolíticas e geoestratégicas que alteraram todo o equilíbrio regional.

Foi a época em que se atingiu o pico mais elevado da influência comunista no mundo.

Neste período ocorreu o seguinte:

- a. A revolução portuguesa de 1974 e as suas consequências em Macau e Timor abalaram a região, tendo este último sido invadido pela Indonésia em 27.12.75, após uma guerra civil iniciada em Agosto e a saída do governador para a Ilha do Ataúro.
- b. A retracção do dispositivo americano cedendo bases no continente e a consequente quebra de prestígio, que em ligação ao caso Watergate provocaram a perda de força dos executivos americanos.
- c. Regimes comunistas radicais implantados no Laos, Vietname e Camboja.
- d. Posições de apoio para as frotas russas nas antigas bases americanas do Vietname (Danang e Camrhan).

- e. Vietname e a Indonésia surgiram com ambições expansionistas.
- f. A saída dos EUA do Vietname obrigou a RPC a ter de compensar essa influência, temendo o excessivo poder soviético e dos seus aliados.
- g. Em 1979, ocorreu a invasão do Camboja pelo Vietname e a deste pela República Popular da China.
- h. O Japão continuou a sua ascensão económica e alargou a sua capacidade tecnológica.
- i. A zona da ASEAN foi mantendo equilíbrio social e progressividade no desenvolvimento económico.
- j. O mar continuou a ser um lago americano.
- k. A China e os EUA aproximaram-se (entre 1972 e 1978) e as posições militares extremaram-se da parte da União Soviética com qualquer destas potências.

5. Os anos 80

Este período foi marcado em todo o mundo pelo efeito Gorbachev e pelas suas iniciativas, mas já apresentava na região alguns indícios desde o início da década:

- a. Em 1980, em Camberra surgiu o conceito de Comunidade do Pacífico, com o interesse manifestado pela Austrália, Nova Zelândia e Canadá em se integrarem no conjunto.
- b. Na R. P. da China ocorreram grandes alterações, com a liberalização económica do sistema, a abertura ao investimento e ao *know-how* estrangeiros, bem como ao turismo.

Foi feita uma revisão dos princípios económicos da doutrina marxista-leninista-maoísta, procurando corresponder à satisfação das necessidades das populações.

Foram anunciadas as grandes metas de modernização da China para o ano 2000 na agricultura, indústria, Forças Armadas e na tecnologia.

A R. P. da China tornou-se menos internacionalista.

- c. Ocorreu a emergência do Japão como uma superpotência económica, não o desejando ser em termos militares.

Em 1987, 7 dos 10 maiores bancos mundiais eram japoneses, e em 1988, dos 7 maiores, 6 eram nipónicos.

- d. O reforço dos interesses da União Soviética com ambições no Pacífico e um crescimento do seu poder aeronaval.

- e. A quebra dos EUA como superpotência económica, com a necessidade de tomar medidas proteccionistas.

O Japão tendeu a ocupar o papel de auxílio financeiro desempenhado pelos EUA até então.

Agudizou-se o conflito económico Japão-EUA.

Os EUA finalmente perceberam que não se resolvem problemas económicos e sociais com ditaduras familiares ou militares e que nem tais sistemas defendiam convenientemente os seus interesses; assim, apoiaram a transição para regimes democráticos.

- f. A excessiva influência soviética ocorrida nos anos 75/79 teve agora o seu reflexo, pois a URSS mostrou-se incapaz de manter o apoio económico aos seus satélites — Coreia do Norte — Vietname — Cuba — Nicarágua, etc., face às suas dificuldades internas.

- g. Manteve-se o desenvolvimento estável da zona da ASEAN, onde apenas o caso das Filipinas foi excepção.

Singapura — Malásia — Tailândia surgiram com as suas economias em grande expansão; o SE asiático apresentava crescimentos do PNB sem competição em todo o mundo.

E a Indonésia emergia como uma potência regional de peso.

- h. Registou-se a fulgurante entrada em cena dos 4 tigres asiáticos (Coreia do Sul — Taiwan — Hong Kong — Singapura).

- i. Iniciou-se o retorno da influência dos países europeus (França, Reino Unido, mas também a Alemanha, a Itália, entre outros).

Em 10 anos o comércio da CEE com o Pacífico triplicou.

- j. Entretanto mantinham-se e foram desenvolvidos grandes dispositivos militares.

Dez das maiores Forças Armadas do mundo estavam no Pacífico: EUA — URSS — R. P. China — Japão — Coreia do Norte — Coreia do Sul — Taiwan — Indonésia — Vietname — Tailândia.

- k. Necessidade de serem revistos os sistemas político-económicos dos países comunistas do SE asiático, que estavam à beira da falência, no sentido da sua liberalização e na sequência das tentativas da URSS e da R. P. da China.

- l. Tendência progressiva para a democratização dos regimes (em dez anos doze Nações modificaram os seus sistemas e aceitaram o final do monopólio dos regimes de partido único), sendo de salientar os casos da Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas.

- m. Iniciaram-se processos negociados no sentido da resolução pacífica de certas situações e de alguns conflitos:

- A China, perante os casos de Hong Kong, Macau e Taiwan;
 - As questões que opunham a Rússia à China e ao Japão (problemas territoriais);
 - O problema interno do Camboja;
 - Os desentendimentos entre a China e o Vietname;
 - A eventual reunificação da península coreana.
- n. Os EUA mantinham o controlo sobre todo o conjunto de Arquipélagos do Pacífico interior situados no hemisfério norte.

6. A década de 90

Apesar do que disse inicialmente, não se pode analisar a Bacia do Pacífico sem a integrar na aceleração da História que ocorreu após a queda do muro de Berlim.

Foi neste contexto que nos encontrámos na década de 90. Como fiz para as fases anteriores tentarei caracterizar o comportamento dos actores durante esse período, introduzindo agora na perspectiva geopolítica a questão de Timor.

- a. Com o golpe de Estado falhado na URSS em Agosto de 1991 pôs-se um final à Guerra Fria, ou à III Guerra Mundial como lhe chamou Richard Nixon, mas a Federação Russa não perdeu importância no Extremo Oriente e no Pacífico.

Tem passado por enormes dificuldades, mas nunca deixou de ser uma potência a considerar e ainda não aceitou as reivindicações territoriais do Japão.

- b. Após 1992, com a presidência Clinton, os EUA iniciaram uma recuperação económica sempre em ascensão que lhes permitiu manterem-se no primeiro lugar do poder mundial em todas as componentes estratégicas (poder industrial, financeiro e militar, avanço tecnológico e aero-espacial, capacidade de projecção cultural, vontade política e orgulho nacional) com uma posição claramente destacada no final da década.
- c. Ficou patente a incapacidade de sobrevivência dos regimes comunistas da Ásia, sendo obrigados a resolver os seus conflitos internos, a alterar estruturalmente os seus regimes e a abrir a sua economia ao investimento externo.

O Vietname, o Camboja e o Laos aproximaram-se dos países da ASEAN.

- d. Manteve-se em aberto a questão coreana, embora o regime do Norte estivesse já quase completamente isolado.

A integração parece a única saída para o futuro; a questão das armas nucleares norte-coreanas era já o único trunfo do regime para uma negociação mais equilibrada e sem perda de face com o Sul. Só em caso de grande desespero tais armas seriam para utilizar.

- e. A ASEAN afirmava-se e declarou desejar formar um mercado interno e abolir todas as tarifas alfandegárias até 2010.

É de salientar que dos 4 Tigres se passou para os 7 Dragões asiáticos (contando-se agora com a Tailândia, Malásia e Indonésia).

Por outro lado, a Coreia do Sul e Taiwan deram saltos tecnológicos notáveis e se já não podem competir com outros países na indústria tradicional e de mão-de-obra intensiva, já concorrem com o Japão nas indústrias de ponta e de tecnologia muito avançada.

No final da década, em 1997, deu-se uma crise na moeda japonesa com consequências gravosas em todas as economias regionais de que começaram a sair em 1999.

- f. Há sinais de que a RPC se irá tornar no século XXI, se não ocorrer qualquer ruptura interna ou conflito externo, numa grande potência mundial em todos os campos.

Embora ainda sujeita a uma estrutura política monolítica, a economia tem sido liberalizada, apresentando os maiores índices de crescimento à escala mundial, e os seus problemas reais eram já a gestão concreta das questões económicas e sociais em detrimento de qualquer discussão de base ideológica.

Com o pragmatismo habitual dos chineses foi encontrada uma fórmula para a nova situação designada como «economia socialista de mercado».

As necessidades da nova gestão passavam pela capacidade de liberalizar o regime, também politicamente, sem correr o risco de conflitos e secessões semelhantes aos da ex-União Soviética e sem perder o controlo do centro sobre as regiões económicas mais dinâmicas.

- g. A questão de Taiwan manteve-se, e se este país viu cortadas as ligações diplomáticas que tinha no mundo a favor de Pequim, averbou importantes vitórias no campo económico, mantendo relações comerciais com quase todo o mundo, e em 1994 a visita do seu presidente aos países da ASEAN foi considerada como o reconhecimento do *statu quo*, situação reforçada com a visita oficiosa no mesmo ano aos EUA. Por outro lado, a República da África do Sul, de Nelson Mandela, declarou desejar relações diplomáticas com a RPC, desde que tal não prejudicasse a sua ligação a Taiwan.

É discutível se a união política com o continente virá a ser feita e, se o for, com a rapidez que Pequim gostaria. Porém, no campo económico existiam já, em 1995, 600 empresas de Taiwan com investimentos no continente (15/20 mil milhões US Dólares em Junho).

A reintegração de Hong-Kong (1997) e de Macau (1999) na soberania da República Popular da China não alterou o *statu quo* de Taiwan

embora a tivessem trazido para a primeira linha dos factos políticos e da conflitualidade.

Em Março de 2000 houve eleições presidenciais ganhas pelo Partido Pró-Independência, mas havendo do novo Presidente uma extrema moderação e contactos tranquilizadores com Pequim.

- h. Com a Austrália deu-se uma alteração estrutural de monta quando o Primeiro-Ministro, Paul Keating, em 1992, o considera abertamente um país do Pacífico, desejando até 2001 sair da Commonwealth e transformar-se numa República. Na altura havia ainda uma situação económica quase terceiro-mundista (mercado interno muito protegido, exportação de matérias-primas, importação de bens acabados). Não tinha capacidade de competição com os países mais dinâmicos da área.

Em 1999 foi feito o Referendo sobre o futuro, preferindo a população manter-se ligada ao Reino Unido embora continuando a privilegiar a sua maior integração na Bacia do Pacífico.

Relativamente a Timor, durante 1998 a Austrália alterou a sua posição retirando o apoio à Indonésia e tendo sido essencial em todo o processo que permitiu o referendo e a estabilização ocorrida posteriormente.

- i. Continuaram os problemas de águas territoriais, quer com as ilhas Paracel quer com as ilhas Spratley, relativamente às quais a RP da China não aceitou grandes negociações, preferindo a política de facto consumado e estando a desenvolver uma marinha de águas profundas, que tem preocupado os países da ASEAN.
- j. Confirmou-se um claro ressurgir da presença económica europeia na Região, com grande peso em termos de investimentos e de comércio externo.
- k. A questão da segurança e estabilidade da área manteve-se essencial, já que se trata de zona com dispositivos militares muito fortes e onde a presença americana tem sido um factor de estabilidade.

Se, eventualmente, esta presença americana fosse reduzida, verificar-se-ia uma corrida aos armamentos e o desejo da China e do Japão marcarem a sua superioridade, o que provocaria naturais reacções.

- l. Atendendo ao tema em análise, a questão da Indonésia terá de ser mais detalhada.

Trata-se de um país heterogéneo com muitas vulnerabilidades e alguns pontos fortes.

Constituindo-se em cerca de 13 000 ilhas, ocupa uma distância ao longo dos paralelos maior do que a de Los Angeles a Nova Iorque, sendo artificial a sua unidade nacional.

É o maior país islâmico do mundo, mas ali têm lugar todas as religiões. Existem alguns focos de lutas independentistas para além de Timor, em Sumatra, nas Celebes, no Irian Ocidental (Nova Guiné).

Herdeiro da antiga colónia das Índias Orientais Holandesas, o regime indonésio considera-se o detentor natural do poder sobre todo o conjunto, que só foi unificado (como noutros casos) devido à força da potência colonial.

Sendo uma ditadura militar e, mais do que isso, familiar, o sistema tinha fraquezas e receios grandes, porque embora ao longo dos anos tenha vindo a ser executada uma política de javanização, foram crescendo importantes linhas de fractura e o regime passou a ser contestado, quer por partidos islâmicos quer pelos militares. Em meados da década já se estava a preparar o período pós-Suharto.

Porém, face à sua localização geográfica, às importantes linhas de navegação que são controladas pelos seus estreitos, às suas riquezas naturais e ao grande mercado que constitui, o país encontrou nos interesses de terceiros o apoio para a sua estabilidade.

Inserido numa área do globo onde o transporte marítimo é muito utilizado, é essencial que exista segurança nos estreitos e nas rotas para todos os actores da Região, nomeadamente o Japão, a Austrália, os EUA e também a China.

Por outro lado, no jogo de interdependências dentro da ASEAN, onde todos os países têm as suas vulnerabilidades, seria preferível tratar com um único poder político estável e previsível.

A questão dos Direitos Humanos é importante e foi sempre um espinho no coração daquele regime, mas não tanto quanto se possa imaginar, já que no Oriente a questão dos Direitos Humanos não é tão sensível como no Ocidente.

Por outro lado, há um certo consenso entre estes países em que os Direitos Humanos têm sido usados pelos ocidentais e pelo Japão contra todos como uma arma de estratégia indirecta a fim de reduzir a sua imbatível capacidade de exportação. Assim, a luta pelos Direitos Humanos perdeu ali alguma credibilidade.

A questão de Timor, as vulnerabilidades do regime, o massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991, a atribuição dos prémios Nobel da Paz em 1996, a presença de Portugal no Conselho de Segurança em 1997/1998, a sua acção permanente através da União Europeia, possibilitaram o acordo de 5.5.1999 sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU entre Portugal e a Indonésia, incluindo a realização de um Referendo. Este ocorreu em 30 de Agosto, tendo como consequências a posição inequívoca da população de Timor quanto ao seu futuro e os massacres e vários atentados aos Direitos Humanos que então ocorreram.

O regime entrou em processo de substituição, novas eleições presidenciais tiveram lugar, agudizaram-se vários conflitos locais e regionais, existindo um esforço para a democratização e estabilização do país sob a protecção dos EUA.

m. TIMOR LESTE

A Região ASIA-PACÍFICO é assim dominada essencialmente por três grandes poderes, EUA, Japão e RP da China. Nada se passará na região sem a intervenção activa ou o consentimento de um destes três poderes.

Em termos de interesses económicos, a União Europeia não quer ficar fora do desenvolvimento explosivo que aqui ocorre e privilegiará as suas relações com os países do Pacífico.

Vários cenários se põem sobre o relacionamento destes quatro grandes poderes, sendo certo que nenhum querará deixar de influenciar o futuro de tão importante área. A situação de Timor-Leste não deixou de ser uma oportunidade para se sentir a intervenção da União Europeia.

Por outro lado, no SE asiático a ASEAN ganhou credibilidade (é uma associação de sucesso) e assim, é já um pólo de atracção para outros, como sejam os países comunistas do SE continental. O seu relacionamento com a China e com a Austrália tende a aprofundar-se, fortalecendo as interdependências económicas.

E nesta região surge a Indonésia como uma potência regional em crescimento, passem todas as suas vulnerabilidades e contradições estruturais e políticas.

Timor Leste encontra-se numa zona geopolítica que interessa fundamentalmente à Indonésia e também à Austrália. Simultaneamente, nenhum dos países da região deseja qualquer instabilidade que poderia pôr em causa os débeis equilíbrios internos e regionais que têm sido alcançados com esforço, perseverança e habilidade.

Todo o conjunto da Indonésia é muito sensível para a geopolítica do Pacífico envolvendo sempre os interesses dos EUA, Japão, RP da China e Austrália, e de um modo indirecto da União Europeia.

Assim, a questão de Timor Leste deixou de ser apenas um problema de autodeterminação e de direitos humanos para ser também uma questão de equilíbrios regionais que a todos interessava.

Em meados dos anos 90 escrevi que: «qualquer solução para o problema passa fundamentalmente pela Indonésia e em moldes que não afectem a sua estabilidade e os receios sobre o futuro da sua unidade nacional (que, repito, é artificial).»

Como disse em 25.03.94 no colóquio «Timor e o Pacífico» na Assembleia da República:

«Admitamos que a História em 75/76 tivesse sido diferente; admitamos que pudesse ter ocorrido um processo mais ou menos pacífico que dentro dos

conceitos defendidos por Portugal levasse, a curto ou médio prazo, a uma independência participada de Timor Leste, com o entendimento das duas maiores forças políticas locais (UDT e FRETILIN). Sabemos que esta solução não agradava à Indonésia, que admitia apenas duas hipóteses: ou a continuação da administração portuguesa, ou a integração no seu próprio território.

«Se a independência tivesse ocorrido teríamos uma República estruturalmente fraca qualquer que fosse o ângulo de observação, e que facilmente seria abalada.

«Naturalmente pouco sólida, seria sempre muito dependente da envolvente exterior, de tal modo que em qualquer momento seria fácil provocar ali instabilidade.

«Esta situação, uma vez criada, poderia levar, por razões de interesse nacional indonésio, de equilíbrios regionais e das sucessivas interdependências de interesses (tipo boneca russa) a uma intervenção indonésia no pequeno Timor-Leste. A situação de facto poderia ter sido a mesma, apenas a ordem jurídica internacional e as responsabilidades de Portugal é que teriam sido diferentes.»

Também sobre o futuro da Região disse que: «Vai passar muito pelo modo como se desenvolverem as relações entre as grandes potências que aqui marcam o ritmo, ou seja, os EUA, o Japão e a RP da China, sendo difícil fazer previsões.

«Se a luta ideológica amainou e se caminha para regimes de referencial semelhante, a política de poder é uma realidade.

Se os EUA são essenciais como elemento de estabilidade, evitando assim o crescimento de apetites expansionistas, já o seu relacionamento com a Região não é fácil porque importa muito mais do que exporta, o que tem vindo a criar grandes tensões.

«No caso do Japão, cuja interdependência financeira e tecnológica com os EUA é muito forte, estas tensões são devidas a mecanismos proteccionistas ainda não ultrapassados, a um crescimento baixo do seu consumo interno, bem como à falta de competitividade dos produtos americanos.

«No caso da China, tal é devido à questão dos Direitos Humanos e à ligação destes às facilidades de exportação para os EUA, bem como ao problema de Taiwan, mas, mais para além, está o receio de ver a China emergir como uma superpotência, no campo económico e militar.

«De qualquer modo a estabilidade da região é um bem que se procura que seja de todos e os investimentos de duplo sentido estão a decorrer e a aumentar.

«A China irá passar nos próximos anos por momentos de grande tensão, previsíveis com a morte de Deng-Tsiao-Peng, e desejará evitar a interferência do exterior em todo o seu processo de evolução interna. Os regimes em mutação, de ditaduras de direita ou de esquerda para democracias (mais ou menos) pluripartidárias, porque irão enfrentar grandes dificuldades internas, também elegerão a estabilidade como o factor primordial.

«Os operadores económicos, por maioria de razão, são avessos a qualquer facto que altere a estabilidade, não importando qual a natureza dos regimes ou a legitimidade do seu poder.

«A criação de blocos político-económicos com tendências proteccionistas será contrária à estabilidade do comércio mundial que procura apoiar-se nos Acordos do GATT. E a maneira de o evitar são as políticas de investimento mútuo e trocas comerciais principalmente com regiões onde a riqueza de matérias-primas é grande e existem mercados em crescimento.

«Por esta razão, a União Europeia, está a apostar muito nesta Região, nomeadamente na ASEAN, sem fazer excepção a qualquer dos seus membros.

«A Austrália, bem como a Nova Zelândia e o Canadá, tendem a aproximar-se dos seus vizinhos amarelos e cor de bronze.

«De qualquer modo e face à desregulação do sistema global que ocorreu após a implosão da União Soviética e às crises políticas e económicas que ocorrem mais ou menos por todo lado, a palavra de ordem será a procura do regresso à estabilidade.

«Nesta perspectiva ninguém saíria beneficiado se simultaneamente com a crise ainda vigente no espaço da ex-URSS, ocorressem situações semelhantes na RP da China, na União Indiana ou na Indonésia.

«O sistema global não tem capacidade para enfrentar em simultâneo novas situações semelhantes, e a perda de controlo que tal provocaria poderia abrir caminho para crises ou conflitos de consequências imprevisíveis.

«Assim, a postura dos grandes actores e das organizações internacionais deverá ser, em todos os casos relacionados com regimes ditatoriais, a procura da sua transição para regimes democráticos utilizando a pressão em vez da confrontação aberta.

«Neste complexo contexto global, certas questões fundamentais relacionadas com o direito à autodeterminação e com os direitos humanos poderão infelizmente ser prejudicadas desde que não ponham em causa o funcionamento do sistema como tal ou não envolvam interesses directos dos grandes actores da cena internacional.

«Tal não pode ser impeditivo da continuação da luta pela defesa dos direitos humanos, pelo reconhecimento da identidade de certos povos e pela sua luta para a autodeterminação, mas é preciso ter a consciência da dificuldade de alcançar, para já, soluções absolutas. Há que ter a noção de que progressividade com estabilidade pode ser de momento o limite possível e que há receios e interesses da parte de terceiros que não podem ser ignorados, sob o risco de se ser irrealista.»

D. O ANO 2000, TIMOR E O FUTURO DA REGIÃO

Nem a Indonésia e a Austrália, nem os outros países da área, incluindo os EUA, previram a grande e heróica resistência do povo maubere à ocupação indonésia, feita sem o apoio de qualquer santuário. Da guerrilha passou-se para uma resistência civil que uniu quase toda a população apoiada pelos padres católicos. O excesso indonésio e a identidade cultural provocaram esta reacção.

Como escrevi, a manutenção de tal situação «será sempre um espinho no coração do actual regime», que causa graves e diversificadas dificuldades a um país que se quer afirmar como um dos líderes do terceiro Mundo.

Acresce que o Regime de Suharto não foi capaz de encontrar soluções internas que lhe permitissem uma saída para este problema. O regime já envolvido numa complexa teia de dificuldades viu a situação agravar-se com a crise económico-financeira de 97/98, com o agudizar dos problemas críticos de cariz étnico, social e religioso, com as denúncias de graves casos de corrupção e de abuso dos Direitos Humanos, que terminaram com a substituição de Suharto, pelo seu vice-presidente Habibie.

1998 e 1999 foram, assim, anos de grande instabilidade interna em que não só a resistência do Povo de Timor encontrou um ambiente mais favorável, como a própria unidade nacional indonésia esteve em causa com eventuais consequências na estabilidade regional.

A aceitação do acordo sobre o Referendo sob os auspícios da ONU, foi o limite extremo de um processo, mas com a íntima convicção indonésia de que a população optaria pela integração (ou autonomia).

Todo o ambiente existente desde esse Acordo (5 de Maio de 1999) até ao Referendo (30 de Agosto), a acção da UNAMET e os eventos que ocorreram posteriormente foram não só de grande tensão e tragédias várias como vieram alterar a face geopolítica da Região.

Após a Austrália ter alterado o seu posicionamento em 1998 (único país que havia reconhecido a integração de Timor-Leste na Indonésia), após o Referendo, e as suas consequências (vontade inequívoca do Povo Maubere, reconhecimento dos resultados pela ONU e atrocidades cometidas pelas milícias e pelo Exército Indonésio), o Mundo viveu um período de choque, dúvidas e receio até à alteração da posição dos EUA em 10 de Setembro pela voz do presidente Clinton. A partir deste momento as Nações Unidas foram capazes de reagir tomando decisões rápidas, a INTERFET sob a liderança da Austrália interveio, as Forças Armadas Indonésias retiraram sem grandes incidentes e o processo de paz começou a entrar nos seus carris.

Isto é importante que seja dito porque confirma não só a importância única dos EUA, como a noção que estes tiveram, em determinado momento, de que a opinião pública estava a mudar nos EUA e no resto do mundo, não lhes interessando continuar ligados a tal regime na Indonésia.

Por outro lado, o factor estabilidade regional, que havia sido eleito como o grande referencial para a sua política no Pacífico Sul, para que o pudesse continuar a ser necessitaria da concretização da independência de Timor e da democratização da vida indonésia, ainda que tentando manter toda a unidade política do conjunto geográfico herdado do poder colonial holandês.

Foi isto que permitiu o início da fase em que agora nos encontramos e que se apresenta como um desafio único para a ONU já que tem sobre os seus ombros

a missão de reconstruir completamente um país, desde os seus elementos mais básicos e essenciais, o que não tem antecedentes na história desta organização.

Para além da reconstrução de TIMOR LOROSAE, há que ter em conta os equilíbrios regionais e o modo como se vai inserir o novo país na segurança regional.

Os EUA continuam a ser, indiscutivelmente, o fiel da balança na Região e o seu objectivo será sempre a estabilidade regional procurando conseguir a evolução pacífica da Indonésia sem que esta possa implodir. Porém, o que se passa na área interessa, evidentemente, sob todos os pontos de vista à Austrália.

Assim, a ONU e as futuras autoridades de Timor Leste terão de resolver esta questão, conseguindo integrar-se num quadro regional que seja estável e que não cause ameaças a qualquer dos actores, o que não irá ser fácil.

Sob os auspícios da ONU, dos EUA, da R.P. da China, do Japão e da União Europeia poderia existir um quadro de cooperação político-económica no contexto da ASEAN e um quadro de cooperação para a segurança numa Aliança multilateral com potências regionais.

Tal obrigará a que Timor tenha as suas próprias Forças Armadas (ou Forças de Defesa e de Segurança) e que os actores regionais sejam corresponsabilizados nessa segurança.

O problema passa não só pela construção de um novo Estado que seja viável política, social e economicamente, mas também que seja convenientemente integrado na lógica regional em que a estabilidade é algo que se pretende garantir em área tradicionalmente convulsa.

Após a aceitação da separação de Timor é a evolução interna da Indonésia o que mais preocupa a comunidade internacional, desejando-se fazer a sua evolução para um regime mais democrático, sem mais sucessões e instabilidade. Se tal não ocorresse, a Malásia, Singapura e as Filipinas seriam certamente afectadas.

A leste, a relação com a Austrália terá de ser gerida cuidadosamente já que pode haver a tentação de um excesso de intervenção política, económica e de segurança do seu governo no futuro de Timor Leste, o que provocaria tensões inevitáveis localmente e com a Indonésia.

É a saída desta teia que pode ser apadrinhada pelos grandes poderes como os EUA, o Japão, a China e a União Europeia tendo como âncora de legitimidade a ONU e no âmbito regional encontrar na ASEAN a componente político-económica de base asiática que integrasse Timor e na questão de segurança contar com a participação de Singapura, Malásia e Indonésia, mas também da Austrália e da Nova Zelândia. Para lhe dar maior estabilidade e relacionamento diversificado com o exterior, a ligação privilegiada com Portugal significaria o envolvimento da CPLP e, noutro contexto, o da União Europeia.

A complexidade do mundo actual e as especificidades da Bacia do Pacífico, são de tal monta que a criação de um novo país em metade de uma ilha como Timor tudo põe em causa, obrigando a que o edifício a construir tenha caboucos muito sólidos e fortemente reforçados em todas as direcções.

O FUTURO DA COOPERAÇÃO CULTURAL LUSO-TIMORENSE

Alberto Araújo

Portugal está agora em condições de reconstruir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário.

(A Cooperação Portuguesa no Limiar do séc. XXI, Documento de Orientação Estratégica, pág. 3. <http://www.minnestrangeiros.pt/mne/portugal/1cop/segulo21/principal.html>, 28.06.00)

CONSIDERAÇÕES

Colocar a questão em termos de «O Futuro da Cooperação...» poderia conduzir o debate à dimensão de probabilidades ou à visão profética. Tal alternativa, que vulgarmente distingue a fé científica da fé religiosa, não se tornaria geradora de impasses se admitirmos a hipótese de que, num certo ponto e mais cedo ou mais tarde, ambas as perspectivas acabarão por se cruzar, possibilitando espaços de identificações onde a aventura de abordagem de interrogações cosmológicas e antropológicas poderia abrir novos horizontes. Entretanto, dado que há questões concretas, importantes e urgentes directa ou indirectamente relacionadas com a problemática em foco, certamente que estamos todos interessados em ultrapassar tudo aquilo que possa constituir fonte de polémicas de divisões e concentrar todas as atenções em construir plataformas de consenso e de acção. Ultrapassar e resolver de forma positiva as fontes de divisionismos, de lutas partidárias e fratricidas, e canalizar todos os recursos para a reconstrução do país tão destruído é o espírito da RECONCILIAÇÃO NACIONAL para a qual todos, desde os mais antigos aos mais recentes responsáveis de toda a desordem, todos são fraternalmente interpelados.

Fazer o levantamento de todas as formas e meios para viabilizar e garantir o «futuro da cooperação luso-timorense» e, enfim, de qualquer iniciativa que vise participar na construção de UMA NOVA NAÇÃO PARA O NOVO MILÉNIO e para sempre, não deixará de deparar com dificuldades e obstáculos: é uma aventura que implica riscos; mas vale a pena todo o risco quando a esperança é grande e bela a recompensa: a independência de uma nação irmã: TIMOR LOROSAE.

Onze meses após o acontecimento — o Referendo — que juntou morte e vida ou morte(s) (dos heróis que deram a vida pela liberdade) e nascimento (de uma nova nação), o Povo de Timor Lorosae continua irreversivelmente empenhado na reconstrução nacional, esperançado em ver (re)nascido a vida e a nova vida de paz, de liberdade e independência. Ele tem clara consciência de que, se a luta foi difícil, mais difícil ainda é e será a construção da independência.

Treze meses após o Acordo de 5 de Maio entre a ONU e os governos de Jacarta e de Lisboa, Portugal, apesar da «transferência (...) da autoridade em Timor Leste para as Nações Unidas» (Art. 6), continua na linha de frente, ao lado do povo timorense, ambos empenhados em criar as condições necessárias para garantir a capacidade, viabilidade, estabilidade e qualidade de Independência da NOVA NAÇÃO.

No círculo aberto da presente reflexão os interlocutores são fundamentalmente os concidadãos timorenses que têm à sua roda um número infinito de irmãos portugueses e lusófonos («irmão» é uma expressão particularmente típica do espírito tradicional timorense) e do mundo inteiro, todos unidos na mesma vontade e compromisso: colaboração, cooperação, participação. E uma das formas dessa participação/cooperação reside naquela atitude filosófica da RECONCILIAÇÃO NACIONAL: sair DE SI próprio, caminhar ao encontro dos irmãos (PARA FORA DE SI) e redescobrir-se a si próprio (VOLTAR A SI) numa plataforma de entrecruzamentos do pensar e do ser, individual e colectivo, todos conscientes da sua nova natureza de serem células dinâmicas de uma e mesma Nação.

Dado que se trata de um primeiro encontro, está fora da minha intenção qualquer pretensão de ser perfeito e rigoroso, exaustivo, categórico e conclusivo. Terei atingido alguns dos objectivos se surgirem outras reflexões mais ricas e profundas, mais técnicas e científicas, e se a necessidade de profissionalismo na abordagem das questões inspirar os concidadãos vocacionados para a especialização em matérias de Cooperação.

A propósito de formação de quadros, não posso deixar de terminar estas considerações introdutórias sem agradecer à Dra. Helena Campos, do Instituto da Cooperação Portuguesa, Chefe de Divisão e responsável pelos assuntos de cooperação luso-timorense. Agradecer, com a mesma simplicidade e transparência que todos aqueles que foram em qualquer missão a Timor viram no rosto e sentiram na alma de cada timorense: a amabilidade com que me recebeu e atendeu com eficiência e profissionalismo; em poucos instantes ofereceu e pôs à minha disposição um conjunto de informações e de documentos que muito contribuiram para aprender alguns conceitos sobre a problemática em cenário.

Com a Dra. Helena Campos partilhei a preocupação no sentido de formação de técnicos timorenses no sector de Cooperação e tenho a certeza de que em breve se possa proceder à organização de cursos no interior do país e no exterior.

CONDIÇÕES INTERNAS¹

Condições Internas é apenas uma das possíveis expressões para significar algumas das variáveis que poderão ser interessantes em ordem a compreender a realidade histórica de Timor Lorosae, em si e na actual conjuntura, e para situá-la como sujeito ou objecto, ou melhor dito, como co-sujeito, na definição de espaços de cooperação bilateral e multilateral entre as entidades envolvidas. Debruçando-nos sobre a Cooperação Luso-Timorense, a expressão, ao ter Timor Lorosae como referência fundamental e palco de acções, engloba também o outro termo do binómio — Portugal. Se não se pode ter a visão das partes sem o todo, e vice-versa, ou seja: se não se pode falar do «futuro de cooperação luso-timorense» sem falar da Cooperação no seu todo; se não se pode ter a visão de Timor Lorosae sem ter presente, por um lado, a visão do Timor Ocidental e a Indonésia, o contexto social e geopolítico da região ÁSIA/PACÍFICO e, por outro lado, a visão de Portugal e CPLP, da Europa, UNTAET e Comunidade Internacional: aparece bem claro que a expressão vem colocar-nos face a uma questão singularmente complexa.

Nessa ordem de coisas a expressão «condições internas» assume triplo sentido: primeiro, é sinónimo do conceito de situação e engloba o conjunto de dados objectivos e concretos, de substantivo(s), que determinam e se tornam imprescindíveis ao pretendermos abordar a actual fase mais ou menos longa da História de Timor Lorosae — Fase de Emergência e de Transição; segundo, representa o conceito de condicionante, de verbo, na medida em que a situação histórica e os dados de facto definem os princípios operacionais, as metodologias e as estratégias a coordenar nos sucessivos procedimentos; terceiro, implica um conjunto de princípios *a priori* e *a posteriori* que deverão justificar e normalizar toda a acção e todo o conjunto de princípios inerentes.

Fase de Emergência e Transição

Na óptica do triplo sentido atrás proposto, a Fase de Emergência e de Transição constitui referência imprescindível não só de tipo de projectos de

¹ A presente reflexão previa 4 pontos: 1. Condições Internas; 2. A Cooperação Cultural e a Experiência Portuguesa; 3. A Comunidade Internacional e a Cooperação Cultural; 4. Princípios de Cooperação Cultural. À falta de espaço, os restantes 3 pontos não foram integrados, ficando-se a aguardar uma próxima oportunidade.

Cooperação como de toda e qualquer acção que vise Timor Lorososae no presente e nos próximos tempos. Tanto para os nossos concidadãos timorenses como para os interlocutores internacionais esse duplo conceito de Emergência e Transição tornou-se um domínio comum, um espaço de diálogo e de (inter)acções.

A Fase de Emergência e a Cooperação Luso-Timorense

O CNRT definiu como Fase de Emergência o tempo entre 30.08.99 e Dezembro de 2000 com possível prolongamento para mais alguns meses, o tempo caracterizado pela múltipla precariedade (carências, lacunas, necessidades) que afecta a nossa população, nomeadamente desde os trágicos acontecimentos subsequentes à proclamação dos resultados do referendo. O programa/objectivo é responder, de forma o mais célere e adequado possível, àquelas necessidades básicas que nos colocam no mesmo patamar que os outros animais, ao mesmo tempo que nos distinguem deles, e que alguns psicólogos humanistas como Maslow situam na base da pirâmide de motivações existenciais e da hierarquia de necessidades vitais: as necessidades de natureza fisiológica e biológica (fome, sede, sono, ausência da dor e de tensão, expressão sexual) e de segurança (ausência de medo, tranquilidade, conforto, ambiente estável e ordenado).

Desde cedo e mais recentemente os indicadores de necessidades manifestados nomeadamente pela camada juvenil parecem demonstrar que não existem fronteiras claras, sequência hierárquica e temporal entre as necessidade de base e de topo, ou que a cultura timorense parece apresentar modelos diferentes ou inversos aos maslovianos e das sociedades socialmente mais evoluídas. O bispo D. Basílio de Nascimento, da Diocese de Baucau, muito depressa compreendeu a educação não só como função psicológica de ocupação do tempo ou de simples necessidade natural de aprendizagem, mas também como certa necessidade de auto-estima e de auto-realização, começando a abrir escolas logo que possível, salvo erro, desde Setembro/Outubro de 99. Muito rapidamente as escolas, funcionando em barracas, em casas sem tecto, debaixo de árvores e não importa onde, revelaram um tal nível de interesse e de afluências que se sentiu a importância de reciclagem de professores timorenses disponíveis e a formação de formadores no terreno.

Respondendo aos apelos da Igreja de Timor e do CNRT o governo português, através do Commissariado para Apoio à Transição de Timor-Leste e de mais outras instituições, não se tem poupado a esforços no sentido de enviar para Timor, sucessivamente, grupos de professores para missões curtas de três meses e missões mais longas de um a dois anos. É espantoso presenciar, no interior como em Portugal, o pulular de movimentos de solidariedade: organizações e instituições governamentais e não governamentais, iniciativas públicas, privadas,

familiares e pessoais, todos de mãos dadas estão envolvidos nos mais diversificados sectores de economia, finanças, segurança e administração, e isso para citar apenas as áreas consideradas prioritárias pelo Encontro de Darwin. Esse Encontro, realizado entre Setembro e Outubro de 1999, foi convocado com carácter de urgência pelo Presidente do CNRT, Xanana Gusmão, vindo o seu início a coincidir com o primeiro dia de libertação definitiva do líder do cativo de Jacarta. Envolveu os Órgãos de Direcção do CNRT — Comissão Política Nacional (CPN), Comissão Executiva (CE) e Comissão de Jurisdição e Controlo (CJC) — e técnicos das áreas consideradas prioritárias: Administração e Governação, Finanças, Economia, Segurança Nacional. Teve como objectivo a reestruturação funcional do CNRT e a definição de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para Timor.

O referido pulular de movimentos e de acções é sem dúvida a expressão de insondáveis sentimentos humanos face à situação de emergência e transição e é ou poderá vir a originar os germes de futuros acordos e protocolos de cooperação, incluindo portanto a cooperação cultural. A incerteza reside na perspectiva de que o conceito de emergência parece oposto ao da cooperação e que a situação ou a experiência humana de emergência não garante as condições psicológicas e objectivas em ordem aos verdadeiros acordos de cooperação.

A cooperação/cultural Luso-Timorense e a Fase de Transição

O conceito de Transição, segundo a definição assumida pelo CNRT no referido Encontro de Darwin e de acordo com os termos do Artigo 6.º do Acordo de 5 de Maio, significa o espaço de «transferência (...) da autoridade em Timor Leste para as Nações Unidas» e durará o tempo que for definido para o termo da gestão do poder pela UNTAET.

Colocar a ideia de «Cooperação / Cultural Luso-Timorense» no quadro conceptual de Fase de Transição implica termos que enfrentar questões jurídicas e operacionais que afectam o trinómio interessado — Timor Lorosae, Portugal e ONU —, trinómio que é na realidade um polinómio. Basta considerar a probabilidade de o referido fenómeno do pulular de iniciativas portuguesas viradas para Timor passar da dimensão portuguesa para a escala internacional e para a igual probabilidade de algumas das potências intervenientes serem motivadas por planos de protagonismo de liderança ou de interesses próprios ao participarem na condução/construção dos destinos da Nova Nação.

«A transferência de autoridade» traz como consequência que a responsabilidade de determinados actos de natureza oficial, incluindo a capacidade jurídica de celebração de acordos formais de cooperação, encontra-se centrada na ONU representada através da UNTAET. O Conselho de Segurança da ONU, em virtude da resolução 1272(1999) de 25 de Outubro de 1999, constituiu a «UNITED

NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR» (UNTAET) de pleno e total (*fully, overall*) responsável pela administração de Timor Lorosae («East Timor»), com poderes para exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça. Do mandato constam os seguintes elementos: — Providenciar a segurança e manter a lei e a ordem em todo o território de Timor Lorosae; — estabelecer uma administração efectiva; — ajudar no âmbito de desenvolvimento de serviços civis e sociais; — assegurar a coordenação e a distribuição da assistência humanitária e assistência à reabilitação e desenvolvimento; apoiar a capacidade construtiva de autogoverno; — prestar ajuda no âmbito de estabelecimento de condições para um desenvolvimento sustentado ².

Neste momento está em curso o processo de definição da estrutura de cogovernação em Timor Lorosae — «Structure of the Transitional Government of East-Timor — segundo a qual o Sector da Educação, Juventude e Cultura estaria sob a responsabilidade do Departamento de Assuntos Sociais. Dificuldades impostas pela insuficiência de técnicas de comunicação internacional inviabilizam todo o esforço no sentido de acompanhar por dentro cada momento da evolução do processo. Apesar de tudo e numa primeira leitura a nova estrutura parece representar certo avanço, mas não corresponde à Estrutura proposta pelo CNRT na sequência da Encontro de Darwin. A insuficiência de espaço na presente reflexão obriga-nos a adiar para outra oportunidade considerações a propósito das diferenças entre os dois modelos. A situação pode trazer como consequência que algumas das presentes considerações possam estar já ultrapassadas. Apesar de tudo, a intuição possível que podemos fazer no que concerne ao «futuro da cooperação luso-timorense» é que tudo passará a depender da administração da próxima estrutura cogovernativa.

Por outro lado, se a celebração de acordos de cooperação implica o reconhecimento de soberania nacional das partes interessadas, parece evidente que o outro elemento do trinómio acima referido — Timor Lorosae — não reúne as condições necessárias. Com efeito, de Território Não Autónomo sob a Administração Portuguesa passou a Território Não Autónomo sob a Administração da UNTAET. Graças à nova reestruturação Timor Lorosae estará mais presente nos órgãos de decisão. Esse avanço poderá permitir mais esperança na concretização do futuro da cooperação cultural luso-timorense.

Durante o Encontro de Darwin, intuindo as conveniências e as inconveniências da situação de Fase de Transição, uma questão que se punha insistentemente era o prazo de duração do exercício de responsabilidades e poderes por parte da UNTAET. A posição mais generalizada dos participantes apontava no seguinte sentido: Tudo dependeria da atitude que a UNTAET assumisse. Se demonstrasse

² Conf.: <http://www.un.org/peace/etimor/UntaetM.htm>; <http://www.un.org/peace/etimor/UntaetB.htm> de 11 de Junho a 25 de Outubro, 1999.

intenções neocolonialistas (caracterizadas pela importação/imposição de padrões e modelos estranhos), ou posição aleatória (onde a UNTAET cumpriria rigorosamente e mesmo eficientemente o programa pré-estabelecido, sem se preocupar com o desenvolvimento real e construtivo do processo de independência, retirando-se logo após o prazo unilateralmente acordado), ou então uma postura de mera transitoriedade (onde toda a preocupação final do exercício de responsabilidade e do poder tivesse como objectivo final a eficiência e a efectividade circunscritas pelo próprio espaço da duração do tempo previsto ou negociado para a administração da ONU): nessas condições e noutras análogas a opção seria por uma permanência o mais breve possível da UNTAET — de 6/8 meses a ano/ano e meio. Caso contrário, tentaríamos negociar uma máxima duração da mesma administração. No actual contexto é difícil pensar se a UNTAET é um bem necessário e um mal menor, ou se é simplesmente o recurso necessário em ordem a garantir as condições necessárias para a independência efectiva de Timor Lorosac.

O sentido de identidade e a cooperação cultural luso-timorense

Se a soberania nacional constitui condição *sine qua non* no processo de cooperação, como o sugere a base dos princípios integradores do «Acordo Geral de Cooperação» de cada um dos cinco Estados dos PALOP³: *a fortiori* a identidade representa a estrutura vital da própria soberania nacional e deveria presidir, no caso concreto, à cooperação cultural luso-timorense. A identidade nacional é a razão de ser da sociedade, o princípio de distinção dos outros grupos humanos, a energia propulsora da opção por um modelo de desenvolvimento que garanta a consciência de ser sempre o mesmo e ser sempre diferente, e inspira, portanto, critérios de continuidades e rupturas nas transformações ocasionadas pelo próprio processo desenvolvimental e pelo diálogo intercultural.

«O futuro da cooperação cultural luso-timorense» não terá futuro se não tomar em devida consideração o factor IDENTIDADE TIMORENSE.

Convicto da sua importância integradora e condicionadora a proposta pessoal de Plano Nacional de Desenvolvimento, divulgado entre o círculo de colegas para discussão, contempla, como exigência prioritária, a definição da IDENTIDADE TIMORENSE. Tal definição deveria pressupor o estudo e o consenso necessários e deveria ser discutida e aprovada em CONGRESSO e/ou CONVENÇÃO, vindo a ser consagrada através da CONSTITUIÇÃO TIMORENSE por forma a representar a constante orientadora e inspiradora de todo o Plano Nacional Global e Sectorial de Desenvolvimento (PNGD, PNSD). No intuito de justificar a referida relação entre a Identidade, Congresso/Convenção e Constituição, e na

³ Jorge Bacelar Gouveia, *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Ed. Cooperação Portuguesa e Revista da Cooperação, Lisboa, 1994.

minha intervenção por ocasião do Seminário «Um País para o Séc. XXI», organizado conjuntamente pelo Instituto Superior de Altos Militares e pela Universidade Católica, sob a responsabilidade do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) e pela equipa presidida pelo Eng. Roberto Carneiro, ex-Ministro da Educação, frisei a importância de certas variáveis para a definição da IDENTIDADE TIMORENSE.

Para a definição da Identidade Timorense torna-se importante ter em devida consideração um conjunto de variáveis, as quais constituem factores intervenientes no processo desenvolvimental interno dos grupos sociais timorenses e na respectiva permeabilidade face ao fenómeno de aculturação desencadeado pelo contacto com o exterior.

Uma das variáveis menos visíveis e até, para alguns, ultrapassada e praticamente inexistente é representada pela sobrevivência de grupos conceituais ou físicos que se têm mantido sempre idênticos a si próprios, salvaguardando os princípios e as configurações essenciais da sua identidade e cultura e construindo processos de autodefesa através de uma diplomacia muito refinada que tem permitido a convivência mais ou menos pacífica e harmoniosa com as potências culturais e sociopolíticas visitantes, como a presença portuguesa, a acção evangelizadora da Igreja Católica e recentemente da Igreja Protestante, do budismo e do islamismo. A antropóloga americana, Elizabeth G. Traube, no intuito de descobrir, através das singularmente significativas expressões (*powerfull expressions*) no contexto ritual, a concepção cultural da vida que organiza a representação antropológica e cosmológica do povo Mambae, não o tendo encontrado em Laleia⁴ acredita tê-lo encontrado no povo Mambae que habita a zona central, norte e sul, de Timor Lorosae⁵.

Uma segunda variável, sofisticadamente visível, é representado pelo grupo conceptual ou físico, aberto ao diálogo intercultural, como também o anterior, e sensível à necessidade de transformações periféricas e de adequação aos tempos, mas orientado por princípios endógenos, sendo portanto o seu sistema original e originante o primeiro e último responsável pelo processo de aculturação, pelo critério de adopção ou rejeição de modelos e padrões exteriores. Este grupo está intimamente ligado ao anterior, do qual é a face visível, dialogante com o exterior, com os o «malae>s. Através de uma ancestral e fina diplomacia desenvolve um processo de paralelismo cultural onde cada um dos intervenientes mantém o seu universo de identidade(s) mas, ao mesmo tempo, são gerados espaços de entrecruzamentos, ou melhor, de sinapses culturais. Os seis anos de convivência

⁴ Elizabeth G. Traube, *Cosmology and Social Life, Ritual Exchange among the Mambai of East Timor*, Univ. Chicago Press, 1986, pág. xi.: «The town itself had a dusty, mundane appearance, and the Galoli, most of whom spoke fluent Portuguese and professed to be Catholics, struck me as “acculturated” natives. (...) And possibly, people suggested, I might find more “traditional” Galoli in Scattered outlying settlements south of Laleia.»

⁵ *Idem, ibidem*, pág. xi.

e de actividade profissional em Same, zona de Mambae, foram insuficientes, mas bastantes, para que quem é de Aileu, igualmente de raiz de Mambae, possa verificar tal sofisticado fenómeno de paralelismos culturais.

Ao lado dos anteriores desenvolve-se um terceiro grupo conceptual e/ou físico que, através de forças exógenas, assume as conveniências de aculturação. A autoafirmação cultural tende a equilibrar-se através de um processo de assimilação, acomodação e equilibração face aos valores culturais, científicos e técnicos, laicos e religiosos das forças visitantes, que — é preciso salientá-lo — adopta como irmãos. O Catolicismo Cristão e o Estado Português têm tido aqui um papel importante. Esse é o grupo aparentemente visível como o foi para o próprio primeiro contacto da Elizabeth Traube em Laleia: Nativos aculturados que vivem numa cidade/sociedade onde as práticas tradicionais foram banidas (*discarded*)⁶. Ultrapassada a época da visão antropocêntrica europeia, a força da multifacetada expansão ocidental — a histórica fase de colonialismo — com a mudança de atitudes por parte das forças hóspedes e irmãos, esse grupo representa uma força importante para a inquestionável necessidade de desenvolvimento e progresso.

No cenário sociocultural timorense aparece, de um ambiente onde a presença e a influência do primeiro e bem como do segundo grupo são praticamente insignificantes, um quarto grupo: um grupo conceptual, cultural e físico que emerge do terceiro grupo e de grupos considerados «malae>s de segunda geração ou mais. Dito de uma forma simples, não são autenticamente timorenses porque não são educados segundo a cultura tradicional, que desconhecem e até (alguns) menosprezam e combatem; nem são autenticamente «malae>s porque também não são educados segundo a cultura tradicional destes que conhecem imperfeitamente mas que estimam e defendem. Desenraizados de um lado e não enraizados no outro, são potenciais humanos orientados pela perspectiva pragmática onde os valores não são definidos pelo em si, pelo sistema que se constitui em tradição, mas sim pelo que conjunturalmente se revela ou aparenta, aceitável, operacional e eficiente.

Já antes, mas sobretudo graças ao complexo processo de independência nacional, está a formar-se um quinto grupo gerado pelo duplo movimento demográfico para fora e para dentro do país. Este último (movimento de fora para dentro do país), praticamente inexistente antes de 74, tornou-se significativo durante a ocupação indonésia e poderá vir a ser redimensionado após a normalização de interrelações político-diplomáticas e sociais entre os três países: Timor Lorosae, Portugal e Indonésia. O primeiro (movimento de dentro para fora do País) representa uma nova dimensão de Timor — «Timor da Diáspora» — que vamos focar no próximo ponto: «Da insularidade à intercontinentalidade.» Durante

⁶ Elizabeth G. Traube, *op. cit.*, pág. xi.

a fase da luta pela autodeterminação e independência esse grupo ocupava a frente do exterior. Em virtude da sua simples presença e de manifestações políticas e culturais fez conhecer ao mundo exterior a pequena ilha de poucos habitantes e as suas razões de resistência à ocupação indonésia.

Um sexto e último grupo está em formação e é constituído pela nova geração que cresceu ou nasceu no exterior. Fazem parte da primeira geração que estudou e se formou no exterior. O que conhecem de Timor é através dos pais e dos meios de comunicação social. Quando regressarem às raízes dos seus antepassados levarão consigo todo um conjunto heterogéneo de experiências, conhecimentos, valores e visão cultural, etc. Aqueles que optarem por viver definitivamente no exterior construirão a nova dimensão da História de Timor Lorosae: O TIMOR DA DIÁSPORA. Mas a nova dimensão de Timor da Diáspora só poderá desenvolver-se, e só poderá contribuir para os indicadores tantas vezes apontados — Capacidade, Viabilidade, Estabilidade e Qualidade de Independência Nacional — se for sustentada por uma política apropriada.

Na génese dos conflitos internos de 74/75, conflitos ideológicos e político-partidários, que conduziram à guerra civil e suas consequências trágicas, estava inerente a questão da identidade timorense. Na definição do modelo social que a Nova Nação — Timor Lorosae — pretende ser e na opção pela forma de autogoverno estará também presente a questão de identidade. O «Futuro da Cooperação/Cultural Luso-Timorense» só terá futuro se for em benefício global dessas variáveis da Identidade Timorense as quais são transversais à heterogeneidade étnica. Tal heterogeneidade étnica (tomando a língua como critério diferenciador entre grupos e culturas) engloba entre 19 a 31/32 grupos sociais historicamente identificados.

Da Insularidade à Intercontinentalidade

(1) Um dos grandes benefícios de toda a tragédia de vinte e quatro anos é que Timor Lorosae passou da dimensão de INSULARIDADE para INTERCONTINENTALIDADE. (2) Essa nova situação histórica passou a assumir funções de força estratégica na luta que conduziu à meta de Independência Nacional. (3) A dupla dimensão continuará a constituir o espaço facilitador de criação de micro e macro-estruturas que permitirão garantir a Capacidade, Viabilidade, Estabilidade e Qualidade de Independência Nacional. (4) Uma política de acordo geral de cooperação e de acordos sectoriais, onde acordos de cooperação cultural deverão ocupar lugar relevante no quadro de prioridades, terá que conjugar de forma adequada a nova dupla dimensão de Timor Lorosae. (5) «O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense» parte do presente, ou seja, de acções e investimentos concretos integrados no conceito de EMERGÊNCIA E TRANSIÇÃO. A limitação de espaço da presente reflexão não permitirá uma abordagem aprofundada dessas teses, já apresentadas em várias circunstâncias; de resto, como foi salientado

inicialmente, o objectivo fundamental não é propriamente dar respostas mas sim levantar questões que poderão despertar interesse de todos nós — concidadãos timorenses e irmãos de Portugal, CPLP e Comunidade Internacional —, que participamos no grandioso empreendimento de construção de uma Nova Nação para os novos tempos.

A visão de insularidade, na sua vertente experiencial, antropológica e cosmológica, sócio-histórica e cultural, não é pura nem fechada, como *a priori* se poderia crer. Na tradição das diferentes etnias, tradição oral transmitida de geração em geração e vivida no ritual das celebrações, estão presentes, sob forma histórica e mítica, in-formações (isto é, transmitir para formar e educar) referentes às respectivas origens permitindo assim distinguir, embora vagamente, a situação de autóctones e de imigrantes⁷. Povoadado desde o paleolítico, Timor Lorosae revela traços de cultura neolítica (a partir de c. 3500 a. C), introduzida pela migração papua-melanésia; atesta «influências vagas e indirectas da China, desde a época dos Chou(s) (115-221 a. C.)» com a qual estabelece relações comerciais desde o início do séc. XVIII; apresenta vestígios de relações históricas e culturais com a Índia — reino de Kadiri (1049-1222) e de Majapahit (1293-1527)⁸; convive com o Povo Português desde 1511. A expansão de Portugal para Timor — movimento de Portugal e do continente europeu para a ilha — permite a expansão de Timor Lorosae para Portugal e Europa, para a África e a América da CPLP e para «a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário»⁹. Estamos, afinal, face à dimensão de intercontinentalidade.

No contexto que acabamos de introduzir, Timor Lorosae tem, desde longa data, experiência interna de intercontinentalidade, resultante de um movimento de fora para dentro e da convivência/fusão dos autóctones com os imigrantes que se fixaram na ilha vindos do «tacibalu», isto é, do além-mar: de ilhas e continentes. A mesma experiência é ainda representada pela convivência com grupos mais definidos que têm consciência clara de sua proveniência exterior: os chamados «malae e malae-oan»s como: portugueses, chineses, árabes.

Assim nasceu a nova dimensão de intercontinentalidade. Graças às ameaças de sobrevivência de um povo, de genocídio, os indivíduos e grupos mais directamente atingidos viram-se obrigados a procurar a segurança de vida no exterior. Deu-se desta sorte um movimento de expansão e de extensão de Timor Lorosae que veio a gerar o fenómeno de intercontinentalização de uma História que até

⁷ Elizabeth G. Traube, *Ibidem*, pág. 27: «... several peoples identify themselves variously as autochthones or immigrants».

⁸ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Ed. DIFEL, 1994, pag. 591-593.

⁹ A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI, Documento de orientação estratégica, http://www.min-estrngeiros.pt/mne/portugal/1coop/seculo_xxi/1.html, pág. 3, de 28.06.2000.

à data era desconhecida e esquecida. A partir de então Timor Lorosae termina onde mora o último timorense — movimento de extensão (moral) física — e está presente onde vive o último timorense — movimento de expansão cultural.

A nova dimensão histórica de intercontinentalidade passou a assumir funções de força estratégica na luta que conduziu à meta de Independência Nacional. Nessa luta os concidadãos do Interior e da Diáspora estiveram sempre unidos no mesmo objectivo, mas com funções evidentemente diferentes. Na hora do objectivo atingido uns e outros deveriam reconhecer o seu próprio contributo e o contributo dos outros. No encontro com a Comunidade Timorense residente em Portugal, realizado em 24 de Junho de 1999, no Forum de Lisboa, o Presidente Xanana introduziu mais uma daquelas surpreendentes mensagens: os heróis do passado e do futuro. Os Heróis do passado são todos aqueles que deram as suas vidas na luta pela autodeterminação e independência. Os heróis do presente e do futuro são todos aqueles que derem o máximo das suas energias para a (re)construção nacional. Na óptica da nova visão nacional, estar no Interior ou no Exterior seria igualmente importante e a diferença estaria na qualidade do contributo de uns e de outros e de cada um. Se a presença dos timorenses na Diáspora foi importante, ou mesmo imprescindível, durante a fase de luta, muito mais o é e será no empreendimento da (re)construção Nacional. Se a luta foi difícil, mais difícil ainda é e será a independência. Levar para o Interior todos os concidadãos timorenses espalhados pelo mundo inteiro seria condenar o Povo de Timor Lorosae a uma visão fechada; seria colocar a Nova Nação numa situação de isolamento do resto do mundo na qual poderá correr sérios riscos de vir a ser totalmente absorvida pelas potências geo-estratégicas circundantes, algumas delas particularmente interessadas desde longa data.

A dupla dimensão de interioridade e de intercontinentalidade continuar á a oferecer-se, portanto, como espaço facilitador de criação de condições para o desenvolvimento de micro e macro-estruturas, tanto no Interior como no Exterior, os quais permitirão garantir um desenvolvimento sustentado do país. Torna-se importante salientar e complementar a importância do Exterior e do Interior na criação das referidas micro e macro-estruturas, na medida em que, em termos de sobrevivência das mesmas e de apoios de recursos humanos e materiais, existem diferenças significativas entre os dois pólos. Basta referir que, em fases de crise, será mais provável sobreviver, por exemplo, uma empresa que tenha bases num e noutra espaço do que num só deles. Por outro lado, como vai acontecer no próximo ano com a vinda dos previstos 500 bolseiros para se formarem nas instituições superiores portuguesas, é mais fácil aos estudantes terem em Portugal do que em Timor o apoio de professores e de outros agentes educativos, bem como de material técnico e pedagógico. É a acção conjugada entre o Interior e o Exterior que será responsável pela crescente consolidação daqueles indicadores de desenvolvimento nacional repetidas vezes apontados — Viabilidade, Capacidade, Estabilidade e Qualidade de Independência da Nova Nação: VIABILIDADE, porque a viabilidade da independência nacional é agora

que entra na fase de arranque e de avaliação interna e externa; CAPACIDADE, porque a capacidade de auto-afirmação no quadro da Comunidade Internacional está condicionada pelo desenvolvimento de recursos materiais e pela potencialização de recursos humanos — formação de quadros: ora esse empreendimento poderá vir a ter os melhores êxitos se maximizados com a formação de quadros¹⁰ no Exterior, nomeadamente nos países científica e tecnologicamente mais avançados; ESTABILIDADE, porque os concidadãos do Exterior poderão assumir funções de heteroconsciência de si próprio (um outro eu, exterior) na avaliação de tensões internas; e porque os mesmos concidadãos poderão agir com outra eficácia junto de instâncias superiores para neutralizar agentes exteriores interessados em desestabilizar a ordem interna, a liberdade, a paz e a segurança; QUALIDADE, porque Timor Lorosae, como Estado minúsculo que é, só poderá conseguir a autoafirmação no universo da Comunidade Internacional, não através da quantidade, mas sim com base no valor qualitativo dos seus recursos humanos, científicos e tecnológicos e da sua produção de recursos materiais.

A multifacetada dialéctica da visão de insularidade *versus* intercontinentalidade permite-nos introduzir finalmente um espaço importante no processo e na política de cooperação luso-timorense, em geral, e de cooperação cultural, em particular. Uma política de acordo geral de cooperação e de acordos sectoriais, onde os acordos, protocolos e convenções de cooperação cultural deverão ocupar lugar relevante no quadro de prioridades, terá que saber equilibrar o seguinte esquema operacional que poderá possibilitar certa reversibilidade e congruências entre um termo e outro: **no interior e no exterior, para o interior e para o exterior**, ou seja, **no interior para o exterior e no exterior para o interior**.

Um dos domínios onde Timor Lorosae demonstra a soberania necessária, como pressuposto para acordos de cooperação, é precisamente o sector cultural. Tal soberania está subjacente à resistência cultural evidenciada pelas variáveis acima referidas, sobretudo, segundo a ordem de apresentação, pelos dois primeiros grupos conceituais ou físicos. Entre parêntesis, seria de questionar se, uma cultura que durante 500 anos sobrevivera às influências da presença portuguesa e ao poder da evangelização cristã e, durante os últimos 24 anos, resistiu às pressões da invasão indonésia, viesse a ficar eliminada ou arredada na nova estrutura organizacional e sociopolítica do novo Estado Independente, ou/e não fosse contemplada nos acordos, protocolos ou convenções de cooperação e de outras formas de interacção entre Estados. Continuando a reflexão, com base nos dados históricos da longa resistência cultural é legítimo crer que uma cultura tão consistente e soberana há-de sobreviver, valorizar-se moldar toda a concepção da Nova Nação. A transcendência cultural é de tal ordem que, em qualquer hipótese de situação futura de independência nacional será sempre possível

¹⁰ Formação de Quadros: quadros superiores, quadros médios e quadros de base.

qualquer tipo de acordo cultural ou congénere, desde que para tal haja mútua vontade política.

Se a cultura representa o factor de diferenciação entre os povos, se ela está intimamente ligada à identidade colectiva e individual de um povo, e se ela está na profunda razão de ser da independência de uma nação, parece evidente que deve ocupar relevância no quadro de prioridades ao nível de empreendimentos nacionais. Se podemos garantir o futuro de alguma iniciativa, a cooperação cultural luso-timorense é aquela que há-de tornar imortal a «teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses (e de timorenses) foram tecendo, ao longo dos (cinco) séculos, (em Timor Lorosae e) por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário»¹¹.

A actual fase da História de Timor, em indetermináveis aspectos, mas em particular no tocante à língua e cultura portuguesa, é efectivamente um colossal desafio. A situação é tão vivida e sofrida que dispensa comentários. O tempo é de acção urgente: «articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da (...) integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo»¹². Com cooperação ou qualquer outra forma, em tempos de necessidade não se põem as questões em termos formais. Seria de lamentar se as preocupações formais e legais, de direitos e competências, fizessem perder a Portugal a última batalha por uma descolonização exemplar de Timor-Leste e ao Povo de Timor, ou a um número significativo dos seus concidadãos, a vitória de uma imortal comunhão cultural. O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense está assim nas mãos de uns e de outros: Lusos e Timorenses.

De todos os argumentos é sabido que os factos são insofismáveis — «contra facta non sunt argumenta»¹³, diziam os escolásticos — e é exactamente a insistência e persistência dessa experiência histórica que vão garantir o futuro da cooperação cultural e de quaisquer outros empreendimentos que visem manter os históricos laços que unem os dois povos de Portugal e de Timor Lorosae.

Da nossa parte, o pouco que se tem feito é o máximo possível: Sem falar do tempo anterior à crise, a Escola de S. José resistiu até ao extremo das suas energias; as FALINTIL lutavam com as armas numa mão e a língua portuguesa na outra; a Convenção de Peniche consagrou o português como língua oficial; todos aqueles que foram a Timor, professores e inumeráveis missões, viram e presenciaram a vontade decidida das nossas crianças, jovens e adultos em aprender a língua portuguesa como língua oficial; apesar de representantes de tantos outros povos mais ricos e potentes estarem lá no terreno, nos momentos mais críticos que arrebatariam os sentimentos e os raciocínios mais frios, embora a ausência de

¹¹ A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI, pág. 3.

¹² *Idem, Ibidem*, pág. 3

¹³ «Contra factos não há argumentos».

dados estatísticos não permita a quantificação objectiva, o Povo Timorense tem demonstrado sinais eloquentes, mesmo através da sua própria desilusão e revolta, a mesma vontade: «Onde estão os portugueses? Queremos os portugueses»; na mente pessoal e de todos aqueles que comungavam da ideia, a opção pela língua portuguesa significava o ingresso na CPLP; e a opção pela moeda portuguesa (que sabíamos que viria a ser substituída pelo euro) significava colocarmo-nos do lado do euro e da Europa *versus* o dólar americano e australiano.

Da nossa parte, do quanto de mim depende e de tantos outros, «O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense» tem futuro.

Da parte de Portugal, considero muito objectiva e simbólica a percepção do Presidente do CNRT, Xanana Gusmão. No dia da chegada ao Encontro de Darwin, tendo regressado da sua primeira ronda política e diplomática por Washington, ONU, Europa e África do Sul, disse o presidente na reunião: «Portugal dá-nos muito. Dá-nos tudo e demais. Por isso, se nos dá 70, vamos pedir só 30.» No nosso último encontro realizado no dia 23 de Junho do corrente ano, no Hotel Tivoli, em que participaram os membros da Direcção do CNRT ainda residentes em Portugal e a equipa da Representação / Embaixada de Timor Lorosae em Lisboa, o presidente Xanana Gusmão repetiu a mesma expressão simbólica, mas desta vez, apesar da minha referência aos números de Darwin, alterou a matemática da cooperação, solidariedade e assistência portuguesa: «... Portugal dá-nos cem. Vamos pedir só dez.» Da parte de Portugal está tudo dito e parece tudo claro. Da «assinatura da Concordata e do acordo Missionário com a Santa Sé, em 1940, que louvava o passado missionário português»¹⁴, passando pela Lei N.º 7/75 de 17 de Julho, o Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período de Transição, de Maio de 1999; a criação do Comissariado para Apoio à Transição em Timor-Leste; a criação do Instituto da Cooperação Portuguesa, atribuindo-lhe o papel de órgão central de apoio à definição, elaboração e execução da política de cooperação, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em conjugação com o Conselho de Ministros para os Assuntos da Cooperação e o Secretariado da Comissão Interministerial para a Cooperação; passando pelas inúmeras declarações pessoais e oficiais da Presidência da República Portuguesa, do governo português, da Assembleia da República; passando pelos dos órgãos municipais e sindicais, instituições oficiais e particulares, cívicas e culturais, enfim, é impossível enumerar tudo. Do passado mais remoto ao presente, sem falar daqueles que, a dado momento, perderam a confiança em si próprios, a confiança no Povo Português (que participou em massa nas micro e mega-manifestações) e nos seus sucessivos governantes, a confiança no Povo Timorense, sem falar nesses fenómenos naturais de crise, podemos sublinhar a expressão simbó-

¹⁴ Adriano Moreira, «A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa», in *Política Internacional*, N.º 13, Outubro/Novembro, pág. 6.

lica da percepção do carismático presidente do CNRT, Xanana Gusmão, ou José Alexandre Gusmão: «Portugal fez tudo.»

«Portugal está agora em condições de reconstituir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário. O importante desafio que se coloca a Portugal, é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países de língua portuguesa no mundo e de reaproximação a outros povos e regiões, a que nos ligam, nalguns casos, séculos de história.»¹⁵

Se Portugal fez tudo e se, por outro lado, também Timor fez tudo, muito provavelmente podemos ter a certeza do futuro da cooperação cultural luso-timorense. Os factos e a experiência humana permitem-nos certa legitimidade no espaço de elaboração de princípios e leis e de previsão do futuro. Mas nada será efectivamente feito no futuro se não soubermos conjugar os princípios, as leis e a nossa capacidade de previsão com os factos originais e originantes do próprio futuro e se para tanto não houver a vontade política necessária e pessoas de bom entendimento e de boa vontade.

¹⁵ A Cooperação Portuguesa no Limiar do século xxi, pág. 3.

A RECONSTRUÇÃO DAS SOCIABILIDADES E DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

*João Inocêncio dos Reis Piedade, S.J. **

O tema do presente artigo inscreve-se na lógica de uma reflexão sobre valores, atitudes, modos de interacção social que devem ser tomados em consideração e elaborados com vista ao bom funcionamento da sociedade timorense dentro do quadro da nova realidade da independência de Timor-Leste, após o longo período de violência, ocupação e destruição. A reconstrução do tecido social representa uma tarefa importante, pois só baseados num sistema social equilibrado e com uma grande capacidade de gerir os conflitos é possível assegurar o plano do desenvolvimento no seu conjunto.

Este ensaio tem como ponto de partida o esforço em situar a sociabilidade no plano geral da cultura para, em seguida, proceder a uma consideração mais contextualizada da problemática. Pretende-se com isso mostrar que as sociabilidades e instituições sociais devem estar ao serviço do desenvolvimento integral da pessoa humana, em todas as suas dimensões. O desenvolvimento económico é apenas a base ou o fundamento material sobre o qual se deve construir uma sociedade cada vez mais humana, onde o timorense, quer como indivíduo quer como comunidade, possa realizar as suas potencialidades materiais, culturais, espirituais e intelectuais.

1. Sociabilidade e cultura

Falar de sociabilidade no contexto da reconstrução de Timor-Leste introduz-nos necessariamente no universo dos valores culturais do povo. Para poder reconstruir a sociabilidade em Timor-Leste é importante ter em conta e reflectir sobre os valores que devem ser promovidos e reconstruídos, como fundamento

* Timorense, doutorado em Filosofia pelas Universidades de Paris I Sorbonne, França, e de Bergisch Universität Wuppertal na Alemanha, Professor de Filosofia na Universidade Gregoriana em Roma. Professor de Filosofia no «Sekolah Tinggi Filsapat Driyarkara» (STF Driyarkara) em Jacarta e em outros institutos superiores na Indonésia.

da sociabilidade e marca peculiar da identidade timorense. Daí a necessidade de analisar brevemente o relacionamento da sociabilidade com a cultura, numa perspectiva teórica, para, em seguida, abordar concretamente a problemática da sociabilidade em Timor-Leste dentro do contexto sócio-cultural.

Não se pretende, logo no início, elaborar uma definição da sociabilidade. A precisão deste conceito, pelo menos no quadro deste artigo, se fará à luz de uma tentativa de análise sócio-cultural. Trata-se de examinar brevemente as relações dinâmicas e recíprocas entre sociedade e cultura. Por razões metodológicas, é conveniente começar pela temática da cultura.

Sem nos aventurarmos pelas diferentes correntes de definição da cultura, muitas vezes contraditórias umas com as outras, propomos simplesmente, com Clifford Geertz, uma compreensão semiótica da cultura ¹. Entende-se nesse sentido por cultura um sistema de significados e de símbolos, através do qual se opera um processo de aquisição, comunicação, preservação e transmissão do saber e de atitudes em relação à vida. A dimensão simbólica da cultura aponta necessariamente para a sua função hermenêutica de conferir um sentido à vida. Inseparável da função hermenêutica, destaca-se a função ética como categoria normativa que propõe uma orientação ao agir do homem. À luz dessas duas funções essenciais, a cultura manifesta-se como um sistema de representação e interpretação do mundo e simultaneamente um enquadramento de orientação ética que governa a vida do homem nas suas atitudes e no seu agir em geral. Dado o facto de que o agir em si é de carácter social — agir social —, importa analisar a relação entre cultura e sistema social.

Como caracterizar a relação entre cultura e sistema social? Ambos são abstracções diferentes do mesmo fenómeno, que é o agir do homem ². A cultura abrange precisamente o agir do homem na sua dimensão simbólica, de significado e interpretação. Desse ponto de vista, a cultura é um sistema de significados no seio do qual os homens em interacção encontram o sentido, interpretam o mundo e as experiências do dia a dia; é igualmente o ponto de referência para a orientação do agir. Este sistema de significados e de modos de orientação normativa manifesta-se numa forma perceptível de interacção que é a estrutura social. Por conseguinte, como foi exposto, a cultura é um sistema de significados e símbolos que permite a interacção entre os homens no processo de interpretação do mundo e de orientação do agir; a estrutura social por sua vez é o próprio sistema de interacção social em si, ou seja, a forma patente na qual se manifesta o agir e a rede das relações sociais.

¹ «The concept of culture I espouse, and whose utility the essays below attempt to demonstrate, is essentially a semiotic one. Believing, with Max Weber, that man is an animal suspended in webs of significance he himself has spun, I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental science in search of law but an interpretative one in search of meaning». C. Geertz, *The interpretation of cultures*, Basic Books, Inc., Nova Iorque, 1973, p. 5.

² C. Geertz, *op. cit.*, pp. 144 ss.

Em suma, a cultura é um sistema de valores, de significados — com a dupla função de interpretação e orientação —, que se manifesta numa forma palpável ou numa estrutura de interacção. A totalidade das estruturas sociais constitui o sistema social. Esta cristalização da cultura em formas patentes de interacção que no seu conjunto formam o sistema social concerne todavia ainda um plano macro, em si abstracto, anónimo, o dos autores colectivos. Na realidade, o sistema social parte do nível individual onde a cultura se exprime em mentalidade, atitudes, crenças, modelos de comportamento, funções ou papéis sociais, etc.³ Ambos os níveis se entrelaçam num relacionamento dinâmico e recíproco. Nessa dinâmica de entrelaçamento opera-se o processo de aquisição, preservação e transmissão dos valores, quer ao nível individual quer colectivo. O mecanismo pelo qual se realiza este processo é a socialização que em si repousa sobre uma predisposição elementar, normalmente entendida por sociabilização⁴. Trata-se da fase abecedária, anterior à socialização propriamente dita e, por conseguinte, condição desta última. Nessa perspectiva, a capacidade ou potencialidade originária como base da socialização é a sociabilidade, termo que mais tarde veio a designar a tendência primordial do homem a viver pacificamente juntos em sociedade segundo as regras de jogo aceites por cada um⁵.

Na linha de uma relação analógica com o conceito de sociabilização como condição fundamental do desenvolvimento ulterior do ser social, propomos que se entenda, em primeiro lugar, por sociabilidade, aqui no contexto da reconstrução de Timor-Leste, uma predisposição básica em forma de atitudes, mentalidade e sensibilidade perante a nova realidade política e social de Timor-Leste que é a sua independência. Trata-se, sem dúvida, de uma fase fundamental de interiorização dos valores culturais à luz da nova realidade do país na consciência individual e colectiva como identidade própria. Como uma criança recém-nascida,

³ Cfr. Johannes Müller, *Entwicklungspolitik als globale Herausforderung*, Kohlhammer, Estugarda, 1997, p. 133. Aqui Müller fala de estrutura da cultura com a sua manifestação concreta, ao nível individual, em mentalidade e personalidade.

⁴ Num estudo sobre a relação entre família e sistema de valores, D. Claessens emprega o termo sociabilização (Sozialbilizierung) para designar a primeira fase de socialização, onde a potencialidade elementar presente na criança é reactivada e posta a funcionar para poder adquirir e desenvolver qualidades humanas e assim obter a possibilidade para se tornar um «ser social», interiorizando valores especificamente culturais, normas e deste modo assumir papéis sociais. A criança possui em si uma maleabilidade no sentido de uma potencialidade aberta à moldagem social, e por conseguinte, à formação da personalidade sócio-cultural. Cfr. Dieter Claessens, *Familie und Wertsystem. Eine Studie zur «zweiten sozio-kulturellen Geburt» des Menschen und der Belastbarkeit der «Kernfamilie»*, Duncker & Humblot, Berlim, 1971, pp. 28 s., 79. Ver também H. R. Schaffer, *The growth of sociability*, Penguin Books, Harmondsworth, 1971.

⁵ Michel Mollat assinala que o termo sociabilidade é relativamente recente no uso dos sociólogos, psicólogos e filósofos e possui, apesar dos matizes diferentes, uma forte conotação psicológica. Cfr. Michel Mollat, «La Sociabilité comme ressort de l'histoire», em *Aux sources de la puissance: Sociabilité et parenté. Actes du colloque de Rouen, 12-13 Novembre 1987*, Publications de l'Université de Rouen, 1987, p. 233.

na disposição originária de se deixar constituir e formar social e culturalmente, assim o novo país nesta fase inicial da sua existência, que exige uma nova disposição e abertura à moldagem social, em ordem a atingir o grau de uma sociedade amadurecida e adulta, em todas as dimensões.

2. Sociabilidade como disposição básica

Segundo Michel Mollat, a noção de sociabilidade não se reduz meramente ao seu significado de civilidade e cortesia, mas implica ao mesmo tempo disposições, atitudes, engajamentos com conseqüências sociais consideráveis a curto e longo prazo ⁶. Que tipo de disposição, mentalidade, atitudes e sensibilidade é necessário promover na sociedade timorense, no sentido de poder encarar condignamente a nova realidade da independência do país?

O questionamento sobre esta sociabilidade elementar é de importância capital e corresponde ao empenho em mostrar e realçar a necessidade de uma tomada de consciência mais profunda e séria dos valores culturais que definem a identidade do povo de Timor-Leste e da relevância dos mesmos em forma de atitudes, mentalidade e sensibilidade nova face à independência. Deste modo, a tarefa de construir esta sociabilidade básica consiste precisamente em promover e formar uma sensibilidade comum que, para além das eventuais diferenças, permanece como fundo da identidade tornada consciente através da valorização da herança cultural do povo, fruto de um encontro cultural entre os valores ancestrais do universo simbólico timorense e a cultura portuguesa, de modo especial por intermédio do cristianismo.

Sem dúvida, esta síntese cultural, que impregna a identidade do povo timorense, foi o potencial e a força extraordinária de resistência política e cultural à invasão e ocupação indonésias, fazendo emergir assim novos valores de heroísmo, perseverança, justiça e fidelidade a si mesmo como povo, apesar da opressão. Claro que não é possível dentro do quadro limitado deste artigo conduzir um estudo aprofundado sobre a cultura do povo de Timor-Leste. Aliás este não é o objectivo da presente comunicação. Trata-se mais de identificar alguns destes valores e examinar o seu papel e impacto na formação de uma nova consciência ou de uma nova sociabilidade, como base subjacente ao processo de reconstrução e desenvolvimento integral do novo país.

a) Valores culturais

A sociabilidade, como disposição básica, é a promoção do espírito de abertura aos valores que definem e caracterizam a identidade cultural timorense.

⁶ *Op. cit.*, pp. 233-234.

Com a passagem do regime de ocupação e opressão à liberdade, impõe-se a necessidade de definir, não sem dificuldade, a identidade timorense, um problema bastante sentido na camada intelectual e não tematizado na consciência popular. Não obstante a insuficiência de reflexão e estudo sobre a identidade timorense, esta vive-se e sente-se concretamente na maneira de ser e na consciência comum do timorense.

Pode-se afirmar que uma das marcas mais salientes desta identidade é o sentido de humanismo com todos os aspectos que ele implica: respeito, valor da dignidade humana, afabilidade, acolhimento, sensibilidade pelo sagrado. Sem dúvida, estes valores são o fruto de encontros culturais a vários níveis, a começar pelo sistema tradicional que favorece a abertura e comunicação entre reinos diferentes através de trocas de bens resultando no alargamento de relações de parentesco até ao encontro com o Evangelho no sentido de responsabilidade moral e fraternidade universal. Já ao nível de organização social e de estruturas de parentesco, bem antes da vinda dos portugueses no século XVI, existiam formas de troca de produtos entre reinos e formas de estender as relações de parentesco através de contratos e alianças matrimoniais⁷. Este sistema de trocas e retribuições era fundamentado num sistema de valores que até hoje ainda marca certas atitudes dos timorenses no relacionamento e no trato entre si e com outros. Nota-se por exemplo uma atitude ou um sentido de afinidade familiar no trato e mesmo com pessoas desconhecidas e sem laços de sangue, através de termos que conotam relações de parentesco. A disposição assim moldada em sair do círculo estritamente familiar para se abrir a outros é, sem dúvida, uma potencialidade que permite uma abertura e facilidade de contacto com outras culturas sobretudo a cultura europeia, através da presença portuguesa.

Há um sentido de respeito e sensibilidade pela pessoa do outro, de modo especial pessoas mais idosas ou o estrangeiro que não entende a língua local. É considerado incorrecto e indelicado conversar-se numa língua local na presença de alguém que não a entende. Aliás, não é raro que falantes de uma língua conheçam ou mesmo dominem outras línguas de grupos linguísticos diferentes. Não seria exagerado observar que esta sensibilidade sofreu um choque considerável quando o timorense, recentemente chegado a Java já com um bom conhecimento da língua indonésia mas sem nenhuma noção da língua javanesa, tinha que suportar, sem nada entender, conversas em javanês e não em indonésio, no círculo dos seus interlocutores javaneses também falantes da língua indonésia.

⁷ Os sistemas de troca prevaleciam em todo o território e eram o factor de unificação pois contribuíam para unificar e impregnar certas características comuns na sociedade timorense que em si é composta por dezoito grupos etno-linguísticos, como aponta o estudo de Taylor. Cfr. John G. Taylor, «Emergence of a nationalist movement in East Timor», em Peter Carey, G. Carter Bentley (eds.), *East Timor at the Crossroads: the forging of a nation*, University of Hawai'i Press, Honolulu, 1995, p. 25. Ver também, do mesmo autor, *East Timor, the price of freedom*, Zed Books, Londres, Nova Iorque, 1999, pp. 3-8.

A sensibilidade pelo sagrado é uma herança da estrutura social primordial que é moldada e apoiada por ritos onde o sagrado é invocado e celebrado em forma de «lulik»⁸. O encontro com o cristianismo elevou este sentido do sagrado ao nível de uma relação com Deus em categorias de aliança e de encarnação na história. O que é característico nesta noção de sagrado, certamente enriquecido na fé cristã, é a imagem de um Deus todo-poderoso, omnipresente, justo, recto, benevolente, onisciente; é uma imagem adquirida directamente do catecismo e vivida e socializada em família e na comunidade. Esta imagem da Divindade foi transposta, claro com matizes mais afectivos e emocionais às figuras de mediação, tais como os santos e naturalmente a Virgem Maria. Uma prática e vivência mais aprofundadas do mistério da fé, em termos de relação com o Deus da Revelação nos eventos cristológicos da morte e ressurreição parecia não penetrar muito na consciência cristã dos timorenses. Contudo, a experiência do martírio e da cruz, durante a ocupação indonésia, conduziu a uma vivência mais profunda da cruz e do mistério pascal, fundamento da fé cristã.

Os valores culturais cristalizaram em atitudes, mentalidade, comportamento, moldando assim uma identidade própria do povo de Timor-Leste. O sentido de respeito, sensibilidade, acolhimento e abertura, mesmo com o risco de vulnerabilidade, que pode traduzir-se em aspereza e agressividade, são alguns dos traços que definem a identidade cultural. Esta distingue o timorense do indonésio ou do javanês e mesmo do timorense do Timor indonésio. A marca característica desta diferença reside precisamente na riqueza da sua cultura, com valores provenientes do seu universo simbólico no encontro com os valores do cristianismo e da cultura portuguesa. A influência portuguesa foi posta em relevo e valorizada durante a ocupação indonésia para realçar esta identidade e diferença do timorense em relação aos indonésios. Mesmo nos que nunca estudaram o português, por exemplo estudantes crescidos durante a ocupação indonésia, existia um resíduo ou vestígio da influência portuguesa que foram recebendo na família e na sociedade, tornando-se assim o ponto de referência e apoio principal na oposição ao fenómeno de uma indoneização completa. Sem conhecimento profundo e mesmo elementar da língua portuguesa, os jovens fazem uso de conceitos portugueses, de termos em português que durante o processo de socialização foram adquirindo, a ponto de modelar um modo de ser, de sentir e de agir diferente do indonésio⁹.

⁸ Uma perspectiva bastante representativa e global da celebração dos ritos é fornecida pelo estudo de Elisabeth G. Traube, *Cosmology and social life. Ritual exchange among the Mambai of East Timor*, The University of Chicago Press, Chicago, 1986. Ver igualmente da mesma autora, «Mambai perspectives on colonialism and decolonization», em Peter Carrey, G. Carter Bentley (eds.), *East Timor at the Crossroads: the forging of a nation*, pp. 42-55.

⁹ Arnold S. Kohen observa precisamente o facto de que os conceitos portugueses penetram nas línguas nativas de Timor-Leste: «... the dominant portuguese cultural influence made East Timor unique, and portuguese words and concepts heavily permeated the native languages», Arnold S. Kohen, *From the place of the dead*, St. Martin Press, Nova Iorque, 1999, p. 42.

b) O grande golpe

O valor do humanismo, concretizado na noção de dignidade da pessoa, sinceridade, abertura e responsabilidade, foi muito submetido à prova e gravemente atingido pela opressão indonésia. A presença indonésia foi fortemente sentida como uma desvalorização, não só da dignidade da pessoa humana, mas também da cultura e identidade timorenses em geral. Logo o primeiro dia da invasão, em 7 de Dezembro de 1975 — sem nos referirmos às precedentes intervenções militares em Outubro na zona da fronteira —, revelou, sem equívocos, o fundamental plano de extermínio do valor da pessoa humana. A destruição horrosa das vidas e dos bens, a partir daquele dia negro e ao longo daqueles vinte e quatro anos de ocupação, deixou profundamente nos timorenses a imagem de uma barbaridade sem medida. Não obstante estas barbaridades, existia no início em muitos timorenses uma atitude de relativa abertura e compreensão em relação ao comportamento indonésio, não querendo igualar ou identificar os actos desumanos do exército indonésio com o povo indonésio ou javanês em geral.

Contudo, no decorrer do dia a dia, enquanto as operações militares se incrementavam em grande escala com fúria e violência e, ao mesmo tempo, se notava o movimento da cada vez mais frequente chegada de civis indonésios a Timor-Leste, na sua maioria javaneses, os timorenses, incluindo vários defensores da integração, notaram e concluíram que o seu valor de pessoa, com uma dignidade e identidade próprias, longe de ser respeitado, era esmagado e sistematicamente destruído. A desvalorização e destruição do sentido da dignidade e índole timorenses verificou-se não somente na prática humilhante de torturas, deportações, execuções, violações e de todo o tipo de agressividade, mas também nas atitudes, reacções, comentários dos civis indonésios, dos mais simples aos mais instruídos, que olhavam com certa depreciação a cultura timorense, chegando mesmo a qualificá-la de primitiva e atrasada. A mentalidade com que vinham era de «civilizar» os timorenses «primitivos» a todos os níveis. Não obstante ter havido muitos indonésios que mostravam também admiração pelos valores timorenses em assimilação com valores da cultura portuguesa, conferindo assim ao timorense uma marca peculiar, a atitude em geral dos indonésios e, em particular, dos javaneses, era de «civilizar» (javanizar) o timorense e, por conseguinte, absorver sistematicamente os seus valores na suposta unidade do pluralismo cultural indonésio sob a bandeira «merah-putih» e a ideologia de «Pancasila».

Tanto ao nível militar como civil, as instituições que se criaram em Timor-Leste tinham por objectivo a indoneização ou javanização dos timorenses. Escolas e infra-estruturas de educação, relativamente numerosas e que eram objecto de orgulho dos indonésios, embora pobres em qualidade, eram os meios para acelerar o projecto da integração e, conseqüentemente, destruir por completo a identidade timorense¹⁰. Todos encravados naquela ideologia pro-

¹⁰ A educação era o factor central no plano da integração veiculado pela língua indonésia, que quis absorver a identidade cultural e linguística de Timor-Leste, como observa Geoffrey C. Gunn, *East*

curavam mentalizar os timorenses. Infelizmente, a Igreja da Indonésia, na pessoa de vários sacerdotes e religiosas, apostava em força na integração e vivia numa convivência passiva com o governo e os militares indonésios. Mesmo que vários deles reprovassem as extravagâncias dos militares, sempre mantiveram a atitude de que para os timorenses não havia outro caminho senão a integração com a Indonésia. Esta atitude ainda se continuava a verificar vinte e quatro anos mais tarde, na véspera do referendo e durante os dias tensos de intimidação em que vários religiosos indonésios pediram ao povo para rezar pela vitória da autonomia e da continuação de Timor-Leste com a Indonésia.

Além da criação de escolas em Timor-Leste, houve iniciativas com vista a enviar estudantes timorenses para a Indonésia no âmbito da indoneização. Ali os estudantes aperceberam-se, cada vez mais, da sua identidade própria e organizaram-se para aprofundar o sentido de luta pela justiça e verdade. Também ali se lhes revelou, de um modo patente, o mecanismo do poder político e social na Indonésia, fortemente marcado pela mentalidade javanesa. O conhecimento sobre esta constelação do poder, a partir da mentalidade e cultura javanesas, contribuiu muito para uma melhor compreensão do modo como os indonésios actuaram em Timor-Leste.

A arrogância cultural com que os indonésios trataram os timorenses, nestes vinte e quatro anos de ocupação, explica-se pela dominação da mentalidade javanesa e transposição de elementos da cultura javanesa para o resto da Indonésia¹¹. Importa salientar dois aspectos da omnipresente influência javanesa na visão indonésia sobre Timor-Leste e nas suas implicações práticas. Trata-se, em primeiro lugar, da noção de ser humano e, em seguida, do conceito de poder.

No sistema de valores javaneses, o ser humano ou a pessoa é directamente associado e identificado com o ideal do tipo javanês. Na língua javanesa, o termo usado para designar uma pessoa delicada, polida ou «civilizada» é a palavra «jawa» ou «njawani» que significa ser javanês com todas as qualidades que o javanês se atribui a si próprio: delicadeza de sentimento (alus), harmonia (rukun), observância das etiquetas sociais (tatakrama) especialmente no uso da linguagem¹². É óbvio que este ideal do tipo javanês se pretende aplicar a toda a Indonésia, desencadeando em contrapartida reacções de aversão e antipatia por parte dos não-javaneses de outras ilhas. A presença maciça dos javaneses em

Timor and the United Nations. The case of intervention, The Red Sea Press, Inc, Lawrenceville, Asmara, 1977, pp. 13-14.

¹¹ Efectivamente, a cultura javanesa domina toda a Indonésia, primeiramente através da influência que ela exerce sobre a liderança política indonésia que, na sua maioria, era e continua a ser javanesa. Como nota Magnis-Suseno, o destino da Indonésia continuará a ser no futuro determinado pelo espaço cultural javanês, dada a posição central que ele ocupa na Indonésia. Cfr. Franz Magnis-Suseno, *Javanische Weisheit und Ethik. Studien zu einer östlichen Moral*, Oldenburg Verlag, Munique, 1981, p. 20.

¹² A maturidade da personalidade verifica-se na perfeita correspondência com o ideal do homem javanês. Cfr. Franz Magnis-Suseno, *op. cit.*, p. 59.

Timor-Leste tentou socializar este ideal da pessoa humana identificada com o javanês, claro que com implicações de que o timorense «rude» e «inculto» deve ser «humanizado» e correlativamente «javanizado». Na prática, este conceito da suposta superioridade cultural traduz-se em atitudes de desdém e menosprezo dos valores timorenses. Para um militar javanês, é estranho que o timorense «rude» recuse aceitar a oferta do javanês para integrá-lo numa cultura de nível «superior». E não é de estranhar que, baseados nesta atitude, o valor da pessoa humana do timorense não seja respeitado, antes pelo contrário espezinhado e esmagado em formas inconcebíveis de tortura, execução, violação, deportação e exclusão. Este é o grande golpe ao sentido de dignidade e identidade do povo timorense, especialmente no seu valor de pessoa humana, como consequência da sua oposição e resistência em submeter-se a um poder político e cultural alheio.

A oposição e o não-conformismo do povo timorense com o poder esmagador javanês é entendido, dentro das coordenadas da ética javanesa, como destabilização da harmonia cósmica cuja manifestação concreta é suposta estar no equilíbrio harmonioso do poder em vigor. Deste modo, deparamos agora com o conceito de poder na Indonésia fortemente marcado pela noção javanesa de poder.

No sistema cultural javanês, o poder é essencialmente uma realidade em si meta-empírica, de origem sobrenatural, cuja existência não se deve às relações sociais entre os homens mas a si próprio como uma entidade absoluta e autónoma¹³. O poder é a manifestação de uma força ou energia cósmica presente na natureza e em tudo o que nela se encontra. O que possui o poder, tradicionalmente o monarca, concentra na sua pessoa todas as forças cósmicas. A aquisição do poder não resulta de uma conquista através de meios empíricos mas sim de um esforço em distanciar-se do mundo exterior para se concentrar no interior de si mesmo por meio de ascese, jejum, continência sexual, vida austera na selva. A conquista do poder genuíno, dentro das modalidades acima expostas, exprime-se e verifica-se na harmonia cósmica e social sem ocorrência de fenómenos opostos a este equilíbrio e bem-estar harmonioso: revoltas, críticas, insatisfação, terremotos, erupções vulcânicas. A ausência destes fenómenos é sintoma de boa ordem social e cósmica, resultado da boa gestão do soberano, o qual obtém assim a confirmação da sua legitimidade no poder.

Ao contrário do conceito europeu de legitimação do poder, que passa necessariamente por mediações e instâncias de controlo de carácter político e moral, o poder no conceito javanês dispensa essas mediações, pois justifica-se por si próprio sem nenhuma necessidade de legitimação vinda de fora. O soberano que detém o poder, longe de se submeter a qualquer forma de controlo, é, pelo contrário, a fonte da legitimação em si. Ele é a única medida, o único critério legítimo da administração do poder, e fora dele não existem outras instâncias

¹³ Cfr. Franz Magnis-Suseno, *op. cit.*, pp. 85 ss.

perante as quais ele tenha de prestar contas. A única medida de controlo reside em si próprio, consistindo em averiguar a sua capacidade de manter e preservar a força sobrenatural adquirida, não se deixando corromper por interesses pessoais.

Dado o facto de que o poder do soberano não deriva do povo, não existe necessidade nem obrigação nenhuma em dar justificação de quaisquer dos seus actos. O próprio povo não espera pedir contas ao monarca da sua conduta. Esta forma de conceber o poder na tradição cultural javanesa é um elemento-chave na constelação política da Indonésia, pelo menos durante o regime de Suharto. A cultura política então dominante foi a rejeição de qualquer tipo de oposição, críticas, pluralismo de vertentes políticas diferentes¹⁴ e, no caso de Timor, mais clara se manifestou a implacável violência e determinação com que a Indonésia procedeu para destruir completamente a resistência timorense. No âmbito desta cultura política, criou-se um sistema de relações paternalistas entre a liderança política do governo central e as províncias, inclusivamente Timor-Leste, fomentando assim um espírito de servilismo e de maior submissão ao patrão em troca dos benefícios e privilégios dele recebidos. Esta mentalidade de patrão-cliente explica não apenas a prática de corrupções, nas quais estavam envolvidos também timorenses, ao serviço de um patrão, mas também a emergência de grupos de terror e violência sob o comando secreto de um patrão militar com a colaboração servil de alguns timorenses (inclusivamente as chamadas «milícias»).

O sentido de verdade, sinceridade, responsabilidade e personalidade, a que o timorense estava habituado, sofreu um golpe destruidor e é necessário reparar este desperdício e prejuízo reconstruindo uma nova sociabilidade. A tarefa de reconstruir a sociabilidade consiste, segundo o que acima foi exposto, em primeiro lugar na criação de uma disposição básica de espírito na sociedade timorense em termos de consciencialização da sua identidade cultural, modelada por um sistema de valores do universo simbólico timorense, no seu encontro e confrontação com os valores da cultura portuguesa e do cristianismo ao longo da história e vivida sob a forma de resistência ao invasor a custo de muito sacrifício. A vitória alcançada, com heroísmo e bravura, deve ser motivo de ponderado orgulho nacional e incentivo para uma nova constelação de relações sociais no seio da sociedade timorense.

3. Formas de sociabilidade

Já que a sociabilidade foi definida em termos de um relacionamento dinâmico com os valores culturais da identidade timorense, importa agora reflectir

¹⁴ Correlativa a esta rejeição de diferenças está a ideia de que o Estado é a fonte do bem-estar do povo, organizador da sociedade no seu conjunto e, claro, centro do qual emanam todos os benefícios. Cfr. Franz Magnis-Suseno, *Neue Schwingen für Garuda*, Kindt Verlag, Munique, 1989, p. 167.

sobre algumas formas de sociabilidade, no contexto da reconstrução de Timor-Leste, com o objectivo de promover e socializar o espírito ou a disposição básica acima referida. Trata-se de encontrar estruturas apropriadas que favoreçam um clima geral de boa interacção social onde existe uma sensibilidade a esta mudança salutar na história do povo com a consciência de dever e responsabilidade do cidadão da nova nação, através do cultivo do bom senso e valorização da herança e identidade culturais.

Reflectir sobre formas de sociabilidade foi e continua a ser o interesse que vários sociólogos, desde Max Weber e Georg Simmel até aos nossos dias manifestaram como estudo sobre o convívio entre os homens em grupos relativamente estáveis. Assim se fala de sociabilidade do trabalho, do descanso ou lazer, das festas, do jogo, da erudição etc.¹⁵ É mais nesta linha de aceção e emprego do termo sociabilidade que nos situamos agora para reflectir sobre algumas formas de sociabilidade a construir em Timor-Leste. Não se trata de uma imposição ideológica ou partidária mas da promoção de um clima geral de acolhimento da nova realidade política e social de Timor-Leste com novas atitudes, qualidades e virtudes que esta nova realidade implica. Em seguida procede-se a uma descrição de algumas formas de sociabilidade que ao nosso parecer são de relevância para Timor-Leste.

a) *Núcleo de formação intelectual*

Em ordem a uma reflexão aprofundada e a uma apropriação consciente dos valores culturais da sociedade timorense, no contexto da construção da nova nação, é extremamente importante criar um ambiente e espaço de cultura como forma de sociabilidade, que faz convergir interesses comuns pelo estudo, análise e boa qualidade intelectual. É uma iniciativa a promover no sentido de constituir, através do gosto pela leitura, análise, expressão escrita e oral, uma base intelectual sólida que, com o tempo, esteja à altura de poder articular as aspirações intelectuais da sociedade timorense e de responder aos desafios da modernidade a vários níveis. Esta tarefa revela-se tanto mais urgente quanto mais nos apercebemos de que o sistema de educação indonésio, no qual foi formada a maioria dos estudantes timorenses, comporta, mesmo na própria Indonésia, deficiências graves.

A experiência mostra que o sistema de docência nas universidades e institutos superiores da Indonésia funciona segundo o modelo de exposição da matéria durante as aulas pelo professor e a recepção passiva e memorização

¹⁵ Formas concretas de sociabilidade foram objecto de colóquios da Universidade de Rouen, em França, em 1983 e 1987. Ver por exemplo *Sociabilité, pouvoirs et société. Actes du Colloque de Rouen 24/26 novembre 1983*. Também *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté. Actes du colloque de Rouen 12-13 novembre 1987*.

por parte dos alunos. Os chamados «diktat» ou policopiados (sebentas), que o professor prepara e distribui são quase a única fonte do saber a ser comunicado directamente ao aluno. Este, em geral, assimila simplesmente a matéria sem discussão e procura reproduzi-la fielmente nos exames. Subjacente a esta prática, está o conceito de saber entendido como um saber estático, já elaborado, disposto a ser transmitido ao aluno através do mecanismo da memorização e reprodução.¹⁶ A ausência da problematização e da crítica, com vista a um possível progresso no estudo, é uma das implicações daquele conceito de saber e resulta simultaneamente de uma noção hierárquica de comunicação que marca particularmente a mentalidade javanesa. Não é uma atitude correcta e adequada contradizer alguém de uma classe social superior, como por exemplo o professor, e nem é bom e oportuno manifestar uma outra opinião diferente da do mestre. É óbvio que, numa tal situação, não é de esperar que surjam iniciativas de estudo, leitura, confrontação com os textos. Esta falta de criatividade constitui uma das dificuldades maiores com que os estudantes indonésios deparam nas universidades da Europa, como nos revela o resultado de um estudo sobre os estudantes indonésios na Alemanha¹⁷.

O impacto deste sistema deficiente nos estudantes timorenses não se revela tanto na ausência do espírito crítico e de confrontação mas no uso quase maquinal de certos conceitos indonésios e estrangeiros, muitas vezes fora do contexto e desligados do seu significado semântico. É uma tendência muito comum na camada intelectual indonésia, que procura conferir uma marca mais «científica» ao seu discurso fazendo violência a certos termos geralmente de origem inglesa, num uso incorrecto que deturpa a própria realidade. Daí resultam mal-entendidos e debates a esmo sem coerência lógica e sem profundidade. Não é de ignorar que os estudantes timorenses são o produto deste sistema e, enquanto não houver outro paradigma cognitivo, continuarão a raciocinar dentro das categorias do pensamento indonésio. Tendo em conta a constante preocupação em elevar o nível intelectual da sociedade timorense, é necessário fazer operar, o mais cedo possível, um processo de passagem a um outro paradigma, a uma nova cultura intelectual, na linha da opção do futuro governo de Timor-Leste em adoptar o português como língua oficial no contexto da lusofonia.

Certamente que a aclimatização à língua portuguesa exigirá investimento de tempo e de energias, mas a boa vontade conjugada com o interesse pelo bem comum do país tornará a tarefa mais fácil. Além disso os vestígios da língua e cultura portuguesas ainda presentes no fundo da identidade timorense, apesar da

¹⁶ Esta prática na tradição académica é confirmada por Wolfgang Karcher em «Strukturen und Probleme des Hochschulbereichs», em Hermann-J. Wald (ed.), *Konfliktfeld Bildung. Lehren und Lernen in Indonesien*, D.S.E. Heft 23, Horlemann Verlag, Bad Honnef, pp. 81-82.

¹⁷ Cfr. Wolfgang Karcher, Anthony Etienne, *Studieren im Spannungsfeld zweier Kulturen*, Bock Verlag, Bad Honnef, 1991, pp. 20-21.

influência devastadora indonésia, constitui uma oportunidade mesmo para os mais jovens, para se familiarizarem com o português e terem assim acesso a uma nova cultura intelectual, no seio de um novo padrão. Para esse efeito, importa criar infraestruturas que possam ajudar a promover esta nova forma de sociabilidade, como por exemplo bibliotecas com livros em português e em outras línguas, tutores competentes para ajudar os jovens na boa aprendizagem da língua portuguesa, na prática de leitura pessoal, de análise, discussão e no exercício de expressão oral e escrita.

Deste modo se lançam alicerces para a construção de um núcleo intelectual timorense, com vista a uma valorização e apropriação, cada vez mais consciente e elaborada, da identidade cultural timorense, dos seus valores, mediante o processo da constituição da nova nação, que certamente acarreta consigo novos desafios da modernidade e globalização, aos quais só uma consciência culta, crítica e bem avisada poderá fazer face. A reconstrução desta forma de sociabilidade de «erudição» será um contributo essencial à vida da nova nação, pois terá um efeito multiplicador que elevará o nível cultural e intelectual da nação.

b) *Espaços de convívio*

O valor de liberdade, de livre expressão, de cada um se sentir à vontade foi extremamente atingido pela invasão e ocupação indonésias, através de mecanismos de controlo dos serviços secretos que geraram um clima de insegurança, desconfiança e medo por todo o território. Para instaurar de novo uma atmosfera social de confiança e descontração, é relevante criar formas de sociabilidade de livre expressão onde o convívio sadio se alimenta de valores culturais de abertura, compreensão, tolerância, respeito, civilidade, diálogo e mesmo amizade, sem recorrer ao uso da violência e agressividade. Nesta perspectiva, podem-se mencionar algumas formas de convívio a construir: associações de vários níveis: desportivas, culturais, artísticas, etc.; celebrações nacionais que comemoram os tempos fortes da nova nação e da sua história de luta. Nestas formas de convívio social se espera incutir e promover o cultivo dos valores humanos e culturais que unem os cidadãos na consciência da sua identidade e da nova realidade a ser encarada com sentido de responsabilidade, dedicação, criatividade, abertura e alegria.

Existem, no entanto, como em qualquer outra sociedade, formas de sociabilidade de carácter «informal», como encontros em lugares públicos, nas ruas, no trabalho, nas ocasiões de festas familiares (baptizados, casamentos, aniversários). Uma forma de sociabilidade «informal» muito em voga já antes da ocupação indonésia, até aos nossos dias e na qual participavam também indonésios — estes consideravam-na como novidade por ela existir praticamente só em Timor-Leste — são as festas de casamento ou de baptizados com baile. Para estas festas são convidados não só familiares e parentes próximos mas também amigos e vizinhos fora do círculo familiar. Tradicionalmente, uma festa de casamento

conhece, além da habitual cerimónia na igreja uma estrutura, de três momentos fortes: o «copo-de-água», o jantar e o baile. Em virtude da frequente ocorrência destas festas com baile, seria relevante cuidá-las e conservá-las como espaço de convívio sadio, onde além da descontração também se desenvolve o sentido de civilidade. A dança, por exemplo, ajuda a criar laços de convívio, rompendo a timidez na medida em que faz aproximar as pessoas em modos de relações sociais mais espontâneas e simples¹⁸.

c) *Igreja como sociabilidade organizada*

É internacionalmente conhecido o papel preponderante da Igreja católica em Timor-Leste na defesa dos direitos do povo, inclusivamente o direito à auto-determinação e independência¹⁹. A experiência da opressão e martírio levou o povo de Timor-Leste a descobrir o rosto de Cristo desfigurado, crucificado no madeiro da cruz mas com a esperança inquebrantável da ressurreição, esperança em dias melhores. Movidos por esta convicção e pela solidariedade da Igreja, muitos timorenses ainda animistas abraçaram, durante a ocupação indonésia, a fé cristã. Socialmente, a Igreja é, através do seu carácter público em forma visível de celebração dos sacramentos, um sistema de interacção social²⁰ com uma estrutura de sociabilidade caracterizada pela pertença à identidade do povo de Deus baseada nos valores que, em categorias teológicas, se definem como fé no Deus da Revelação.

A forma patente desta organização é a estrutura da paróquia com actividades variadas. Existem no interior da paróquia, como comunidade cristã organizada, várias formas de sociabilidade. Em primeiro lugar, destacam-se as missas dominicais como espaço de celebração e encontro entre os fiéis. Dada a grande influência de que a Igreja, nomeadamente pelos sacerdotes, goza na sociedade

¹⁸ Cfr. Paul Gerbod, «Le bal en France au XIXe. et XXe. Siècles», em *Sociabilité, pouvoirs et sociétés. Actes du colloque de Rouen 24/26 novembre 1983*, Université de Rouen, No. 110, 1987, p. 172.

¹⁹ Em várias obras que realçam o papel da Igreja católica na luta do povo de Timor-Leste destaca-se o artigo simples e objectivo de Archer. Cfr. R. Archer, «The catholic Church in East Timor», em Peter Carey, G. Bentley (eds.), *op. cit.*, pp. 120-133. Archer observa que o clero e os religiosos da Indonésia aceitam a análise oficial do governo indonésio segundo o qual os timorenses quiseram livremente integrar-se na Indonésia em Julho de 1976. Consideram a autodeterminação como irrealista (pp. 128-129). Ver também Georg Evers, *Carlos Belo, Stimme eines vergessenen Volkes*, Herder, Freiburg, 1996.

²⁰ Trata-se do modo como a Igreja se manifesta e aparece concretamente (*Erscheinungsweise*), isto é, como organização. Esta dimensão, segundo Peter Hünerman, não foi muito considerada e aprofundada pelos documentos do Vaticano II sobre a Igreja. Em ordem a poder assumir e exercer uma função ou um papel mais relevante na sociedade, em público, importa estudar a sério esta dimensão. Cfr. Peter Hünerman, «Die Sozialgestalt von Kirche. Gedanken zu einem dogmatischen und zugleich interdisziplinären Arbeitsfeld», em Marianne Heimbach-Steins, Joachim Wiemayer (eds.), *Brennpunkt Sozialethik. Theorien, Aufgaben, Methoden*, Herder, Freiburg, 1995, pp. 256 ss.

timorense, cabe igualmente a ela o dever de contribuir, em íntima articulação com a Palavra de Deus, para a promoção dos valores sobre os quais repousam a sociedade e a cultura. Este contributo decisivo é condizente com as reflexões actuais da Igreja, tais como manifestas no quinto capítulo da encíclica de João Paulo II, *Centesimus Annus*, sobre o Estado e a cultura ²¹. Ao nível da formação da sociedade e de uma fisionomia adequada da cultura a Igreja pode ajudar a promover a participação dos homens no desenvolvimento integral da cultura através da promoção da criatividade, inteligência, espírito de sacrifício e responsabilidade pelo bem comum. A celebração eucarística dos domingos, com a participação dos fiéis, é um espaço de sociabilidade onde a mensagem do Evangelho é anunciada em relevante articulação com o esforço por cultivar atitudes, valores e virtudes que promovem o sentido de responsabilidade do cidadão perante a tarefa de construir a sociedade e a nação. A arte com que se faz esta articulação, em termos de linguagem, raciocínio e autoridade, pode contribuir para eliminar a impressão de que as missas dominicais são frequentadas simplesmente por dever e obrigação e, deste modo, abrir pistas para uma nova sociabilidade.

Importa salientar também outros aspectos de convívio no seio da estrutura da paróquia, por exemplo movimentos juvenis como o escutismo, associações, grupos diversos em função dos interesses e idade. Estas estruturas, já existentes ou ainda por criar, são formas de sociabilidade propícias ao cultivo dos valores que dignificam a pessoa humana, a sociedade e a nação. A consciência cristã traduz-se aí em formas concretas de compromisso para a construção de uma sociedade baseada na cultura, respeito, justiça e amor. Dentro deste quadro, a Igreja tem o dever de colaborar, apoiar e solidarizar-se com o processo da construção da nova nação, na linha do pensamento da encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, de João Paulo II ²², publicada vinte anos depois de *Populorum Progressio* de Paulo VI.

Finalmente, as celebrações de carácter festivo popular por ocasião da comemoração do padroeiro da paróquia ou em outras ocasiões, podem favorecer um melhor convívio onde a alegria, descontração e autocontrolo se sobrepõem à agressividade, desconfiança e violência. O cultivo destes valores pode-se realizar por intermédio da missão e acção educativa da Igreja, que deste modo contribui para reconstruir sociabilidades sadias como alicerces da sociedade e nação timorenses.

²¹ Cfr. *Ano Centenário, Centesimus Annus. Carta encíclica de João Paulo II no centenário da Rerum Novarum*, segunda edição, Editorial A.O., Braga, 1991, No. 51.

²² Cfr. *A solicitude social da Igreja. Carta encíclica «Sollicitudo rei socialis» do Papa João Paulo II*, segunda edição, Editorial A.O., Braga, 1990, No. 12.

4. Instituições sociais

No âmbito sócio-cultural, as instituições desempenham o papel de assegurar e consolidar os valores culturais, as estruturas culturais e sociais num relacionamento dinâmico ²³. Na linha do que foi dito a respeito das sociabilidades, é de salientar aqui também que as instituições sociais devem não só contribuir mas também preservar, com certa estabilidade no tempo, os valores que motivaram e conduziram Timor-Leste à sua independência e as implicações práticas dos mesmos na nova realidade do país. Em tudo o que se veio dizendo até agora, nota-se que a preocupação consiste em promover a pessoa humana integralmente. É nesta linha de desenvolvimento integral da pessoa humana que as instituições sociais devem inscrever-se.

O que se deve ter em vista é a promoção da cultura integral, resistindo às tentativas de manipulação da parte do poder político e económico. Aliás, o sector económico não é mais do que uma das dimensões do desenvolvimento no seu conjunto. Por essa razão o desenvolvimento não é apenas material, redutível ao progresso económico e técnico mas abrange os esforços e iniciativas em construir a sociedade ao nível das suas capacidades intelectuais, culturais, espirituais. Em função deste conceito e visão de desenvolvimento integral, se vai delinear a fisionomia das instituições sociais.

a) *Família*

Como instituição, a família constitui o lugar da primeira sociabilização onde se forma a sociabilidade ao nível mais elementar, servindo de base para o processo de socialização ulterior. A violência durante a ocupação indonésia destruiu em parte a integridade da família no aspecto material, social e moral. Execuções arbitrárias de membros da família, prisões com torturas, violações de raparigas e senhoras, deportações forçadas com o objectivo de desintegrar as famílias, foram golpes que atingiram profundamente o valor da integridade da família. Importa hoje reconstruir a integridade da família através de uma tomada de consciência mais profunda do valor da vida conjugal e do papel dos pais na educação dos filhos.

Os pais como modelos dos filhos em relação à vida moral, religiosa e cívica, além de transmitirem os princípios e a boa educação, como sempre se fizera já em famílias timorenses através da hierarquia e autoridade, devem igualmente incutir no espírito dos filhos os valores culturais, morais e o sentido de responsabilidade

²³ A dinâmica ou a dialéctica existente entre a cultura com suas estruturas mentais e sociais e as instituições sociais consiste no facto de, por um lado, a cultura se manifestar concretamente nas instituições sociais e, por outro lado, estas são mecanismos em forma de regras, sanções, organizações que preservam e consolidam as estruturas sócio-culturais. Cfr. J. Müller, *op. cit.*, pp. 132-133.

pela construção da nova nação, a qual alcançou a liberdade à custa de sacrifícios gigantescos. Esta tarefa torna-se tanto mais urgente quanto mais o país se abre a outras influências culturais, quer através da presença de organizações internacionais e de forças de segurança quer do turismo.

b) *Educação*

A educação, organizada através de instituições como escolas, institutos superiores, centros de estudo e investigação, deve contribuir para a formação integral e assim proporcionar um tipo de saber que não seja meramente teórico mas que se articula bem com a prática. Importa criar estruturas de base no sistema educativo para favorecer uma maior integração da teoria e prática. O conceito de saber não deve ser o de um saber estático a ser simplesmente transferido e assimilado, mas dinâmico e em constante articulação com a experiência²⁴. Torna-se urgente, sem dúvida, adquirir e desenvolver um tipo de conhecimento profundo em conformidade com os padrões da ciência em análise e investigação, contudo o saber não deve limitar-se apenas à teoria mas integrar-se na prática. O sistema educativo, assim integralmente concebido, pode oferecer ao educando a possibilidade de identificar, formular uma problemática, procurar soluções, situar o particular, o imediato e local numa perspectiva global. Para esse efeito, é importante fomentar a prática e domínio da língua como meio de comunicação, através da expressão oral e escrita.

Uma formação mais integral dá acesso à participação do cidadão nas decisões que determinam o destino do país por vias democráticas. Esta capacidade de participação na vida do país terá de ser preparada e desenvolvida através de uma formação que abrange várias dimensões, isto é social, política, cultural e económica, no sentido de proporcionar uma visão global da realidade a partir da qual é possível planear e programar estratégias de acção de carácter inovador e criativo. Uma política e filosofia de educação orientada para a formação integral da pessoa humana poderá servir de referência e inspiração no planeamento e organização das instituições de educação, como escolas, universidades, centros académicos, articulando as exigências da teoria e prática, da tradição e modernidade.

²⁴ Esta contínua aplicação do conhecimento ou do saber nos actos que transformam a realidade é, segundo Leonardo Boff e Marco Arruda, a práxis, pois o saber em si não muda a realidade e daí a necessidade da sua articulação com a prática. Cfr. Leonardo Boff, Marco Arruda, «Bildung und Entwicklung im Hinblick auf die integrale Demokratie», em Klaus M. Leisinger, Vittorio Hösle (eds.), *Entwicklung mit menschlichem Anlitz*, Beck Verlag, Munique, 1995, p. 100. Por não termos acesso ao original em português do artigo de Boff e Arruda, apoiamo-nos aqui na tradução em alemão de Florian Nelle.

c) **Gestão e governação**

É um facto incontestável que a vitória da independência foi o fruto da luta, sacrifício e participação de todo um povo, que deu ao mundo uma grande lição em termos de defesa do direito, dignidade e identidade. A resistência perseverante deu provas de valores muito nobres que impregnam e, ao mesmo tempo, revelam a identidade cultural timorense. Neste contexto é digno de menção o papel preponderante que desempenharam as Falintil como resistência armada, a qual com o apoio do povo conseguiu manter viva a justa luta contra o agressor, até as conjunturas internacionais decidirem por uma solução política do problema de Timor-Leste. Se o povo soube resistir, é porque viu na resistência armada das Falintil um símbolo da índole heróica timorense. A própria docilidade em obedecer ao primeiro comandante Xanana Gusmão nos últimos tempos antes e depois do referendo, face à violência do agressor e dos seus colaboradores, é uma prova dada ao mundo do valor da disciplina, característica dos valores do povo timorense. É um dever imperioso das organizações internacionais reconhecer e prestar homenagem a este génio guerreiro na resistência contra o agressor, ajudando-o em suas necessidades com a dignidade que ele merece.

Estes valores nobres devem ser preservados e cristalizados em instituições que, apropriando-se deste património cultural, possam garantir uma política de boa gestão e governação com vista ao desenvolvimento integral da pessoa humana. Fazer justiça e valorizar o empenho do povo no processo da luta que culminou na vitória é estabelecer uma forma de governo à base dos princípios democráticos. A democracia, além de criar uma atmosfera política para o desenvolvimento económico, também oferece possibilidades e condições a uma participação do povo, pois sem esta última corre-se o risco inevitável de as necessidades do povo serem simplesmente definidas em função dos interesses dos líderes. Ela abrange os princípios de soberania do povo, igualdade de direitos e deveres sem discriminação, com liberdade e protecção contra o monopólio de certos grupos com poder na sociedade, mecanismo de controlo do poder através de instituições e organizações que permitem a participação do povo ²⁵.

Como possibilidade real de tomar parte nas decisões que concernem medidas políticas, a participação implica o princípio de subsidiariedade. O direito à participação articula-se com o dever de se ajudar ou subsidiar a si próprio e

²⁵ Num estudo sobre a boa governação, Klaus M. Leisinger afirma que no debate actual sobre a política do desenvolvimento é incontestável a preferência pela democracia como forma de governo, embora haja também outras opiniões de estadistas sérios que põem em causa a democracia como única forma aceitável. Apesar desta diferença, existe um consenso quase universal sobre a necessidade de implementação da democracia como forma de governo e os elementos deste consenso são enunciados como acima exposto. Cfr. Klaus M. Leisinger, «Gouvernanz oder: "Zu Hause muß beginnen, was leuchten soll im Vaterland"», em Klaus M. Leisinger, Vittorio Hösle, *op. cit.*, pp. 124-128.

ambos se entrelaçam mutuamente. O princípio de subsidiariedade implica igualmente uma descentralização do poder, na medida em que se promovem iniciativas ao nível individual, comunal e regional. Como aspecto inseparável do desenvolvimento, a participação exige a cooperação de toda a população. Nesta perspectiva, tendo em conta a organização ancestral da sociedade timorense em estrutura de «liurais», como dirigentes e guias do povo e nos quais este deposita confiança, importa considerar seriamente esta instituição tradicional dos «liurais» e o seu papel ao nível da organização do sistema de governo democrático. É incontestável a influência que eles exercem junto do povo e, daí, a sua integração como instituição, por exemplo no parlamento que encarna de um certo modo a ideia de participação do povo.

Estas reflexões mostram que a participação é um direito legítimo²⁶ no âmbito global do desenvolvimento. Correlativa à ideia de participação, é a noção de uma nova repartição do poder. Deste modo, importa criar no campo político mais espaços para iniciativas a partir da base através de descentralização, maior transparência, oportunidades para grupos e organizações da sociedade civil. Destaca-se a criação de estruturas democráticas ao nível da base, susceptíveis de educar a consciência de democracia e formar os representantes do povo. No campo económico torna-se relevante a promoção de uma economia do povo (*people's economy*; *Volkswirtschaft*) no sentido de apoiar os mais desfavorecidos, reforçando por exemplo as pequenas empresas, o artesanato, as cooperativas.

Conclusão

A grande tarefa de construir a sociabilidade resume-se, antes de tudo, na preparação e formação de uma consciência e sensibilidade pelos valores culturais da identidade timorense, tais como patentes na sua determinação de se realizar como povo livre e independente, com todos os enormes sacrifícios que a história desta luta exigiu. Socializar esta consciência em atitudes e modos de comportamento significa construir a sociedade timorense actual no limiar da sua independência com sentido de responsabilidade pela reconstrução do país. Uma sociabilidade assente nestes valores ajuda a prevenir a emergência de conflitos sociais e a sua escalada em violência e, ao mesmo tempo, concorre em situações de conflito para uma melhor gestão do mesmo. A boa sociabilidade contribui para evitar a polarização da sociedade que muitas vezes é fomentada pela descon-

²⁶ Esta legitimação é entendida como uma exigência ética proveniente ou derivável do conceito antropológico de desenvolvimento, segundo o qual a exclusão de alguém da participação significa uma redução do homem ao nível de objecto e mero instrumento do desenvolvimento e, conseqüentemente, uma degradação da pessoa humana. Cfr. J. Müller, *op. cit.*, p. 160.

fiança, suspeitas, e agravada pela falta de comunicação, diálogo e transparência nas relações sociais, de modo especial entre partes em conflito ²⁷.

Esta sociabilidade deve igualmente encontrar apoio sólido em instituições sociais, que preservam os valores culturais na linha da formação integral do homem, no aspecto social, cultural, económico e político com estruturas democráticas de boa governação, susceptíveis de apoiar a participação do povo na gestão da vida do país.

²⁷ Cfr. Janie Leatherman, William De Mars, Patrick D. Gaffney, Raimo Väyrynen, *Breaking cycles of violence. Conflict prevention in intrastate crisis*, Kumarian Press, Connecticut, 1999, p. 82.

O MOVIMENTO PRÓ-DEMOCRACRIA INDONÉSIO E A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A AUTODETERMINAÇÃO DE TIMOR LESTE

*António Barbedo Magalhães **

1. INICIALMENTE O GOVERNO INDONÉSIO PARECIA ENCARAR COM SIMPATIA UMA POSSÍVEL INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE, APESAR DE HAVER ALGUMAS VOZES EM CONTRÁRIO

Em 1957, no decurso da 12.^a sessão da Assembleia Geral da ONU, o representante da Indonésia declarava que

«A Indonésia não reivindica quaisquer territórios que não tenham sido parte dos Índias Orientais holandesas. Ninguém deve insinuar o contrário ou avançar teorias perigosas a este respeito.» (Citado por Ramos Horta, 1994.)

Três anos depois, em 1960, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Dr. Subandrio, dizia, perante a 15.^a sessão plenária da Assembleia Geral da ONU:

«(...) declaramos o direito do povo indonésio a exercer a soberania e independência sobre todos os territórios originariamente abrangidos pelas Índias Orientais holandesas. Não reivindicamos outros territórios, como em Bornéu e Timor, que se encontram dentro do arquipélago indonésio, mas que não fizeram parte das Índias Orientais Holandesas.»

A própria visita que, em finais da década de 50, o Presidente Sukarno fez a Lisboa serviu para confirmar esta política de respeito pelas fronteiras estabelecidas nos tempos coloniais.

* Prof. Catedrático da FEUP; Prof. de História Contemporânea de Timor Leste e da Indonésia no Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Membro da Comissão Instaladora do Instituto de Estudos e Cooperação com Timor-Leste; Ex-Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Mesmo em 1974, já depois de a Revolução dos Cravos ter derrubado a ditadura de Salazar e Caetano em Portugal e aberto as portas à autodeterminação das colónias portuguesas, incluindo o então chamado Timor Português, a posição oficial da Indonésia continuava a ser a mesma. A prová-lo está a carta que, depois de duas reuniões com um dos líderes da ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), Dr. José Ramos Horta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, lhe dirigiu em 17 de Junho de 1974. Nesta carta o ministro indonésio afirmava (Barbedo de Magalhães, 1999):

«A independência é um direito de todas as nações, sem excepção para o povo de Timor.

«Quer o Governo quer o povo da Indonésia, não têm intenção de aumentar ou expandir o seu território, ou de ocupar territórios para além dos que já estão estipulados na sua Constituição. Esta reiteração é para lhe dar uma ideia clara para que não restem dúvidas ao povo de Timor ao expressar os seus próprios desejos.

«Por esta razão, seja quem for que governe em Timor depois da independência, pode estar seguro de que o Governo da Indonésia se empenhará em manter boas relações, amizade e cooperação para benefício dos dois países.»

Esta posição do Ministro Adam Malik era perfeitamente consentânea com a cultura anti-colonialista que enformava a elite indonésia. Esta tendia a olhar com desdém e até com ódio o colonialismo português, como dizia, em 1961, Ruslan Abulgani, Vice-Presidente do Supremo Conselho Consultivo criado por Sukarno que dizia que os «*olhos e corações (da Indonésia) estão voltados para Timor Português... enchamos os corações com ódio não apenas ao colonialismo português mas a todos os colonialismos ainda existentes no solo asiático ou africano.*» (Taylor, 1993.)

Como dizia, em 1963, o General Mokoginta:

«Se o povo de Timor Leste hoje ou amanhã começar uma revolução (...) apoiá-lo-emos (...). Depois da independência, se quiserem continuar independentes, muito bem, mas se quiserem juntar-se à Indonésia falaremos sobre isso.»

O Prof. Ben Anderson (Carey, 1995), está convencido, como afirma no texto publicado no livro «*East Timor at the Crossroads. The Forging of a Nation*», de que «*se o regime de Caetano, em Lisboa, tivesse caído dois ou três anos antes, é muito menos provável que a intervenção indonésia tivesse tido lugar.*»

É certo que o que levou Ramos Horta a Jakarta foram as palavras que no Parlamento indonésio o seu Presidente, John Naro, pronunciara cinco dias antes. Com efeito, em 12 de Junho este dizia que a Indonésia devia «*implementar uma política especial no Timor Português, para que, no final, aquela área voltasse novamente ao controlo da Indonésia.*» (Taylor, 1993).

O próprio John Naro recebeu Ramos Horta e mostrou-se conciliador, enfatizando o seu respeito pelo direito do povo de Timor Leste de escolher o seu

futuro. Mas a criação, em Díli, quinze dias antes, do partido pró-integração, APODETI, que incluía membros de uma rede de informadores timorenses dos serviços secretos indonésios, mostrava que estes últimos começavam já a preparar a anexação.

As razões para isso prendem-se com a situação interna, na Indonésia, por um lado, e com a situação internacional, em 1974 e 1975, por outro, como veremos em seguida.

2. A SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL, NOMEADAMENTE A DERROTA AMERICANA NO VIETNAME, TEVE ENORME INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE ANEXAR TIMOR

Os governantes americanos sempre manifestaram, publicamente, que Timor Leste não era assunto que os interessasse, e sempre tentaram afastar quaisquer responsabilidades na invasão e ocupação de Timor «pela Indonésia».

Nesta ordem de ideias, vinte anos depois da invasão, quando, em 11 de Julho de 1995, fazia a apresentação pública do seu livro «Diplomacia», o ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, ainda afirmava, respondendo a uma pergunta do jovem timorense Constâncio Pinto, refugiado nos Estados Unidos, que aquando da visita que fez a Jacarta, com o Presidente Gerald Ford, em 5 e 6 de Dezembro de 1975, o assunto nem sequer tinha sido ventilado.

Para azar do ex-ministro americano, estava então presente também o jornalista Allan Nairn, que tinha tido acesso a uma parte da acta das reuniões dos presidentes indonésio e americano (com a participação de Kissinger) nesses dias imediatamente anteriores ao desembarque indonésio em Díli, isto é, escassas horas antes da invasão indonésia começar (na madrugada de 7 de Dezembro de 1975).

Sentindo-se desmascarado, o diplomata que marcou a política americana e mundial durante muitos anos, não foi capaz de negar as informações do jornalista, e, confuso, concluiu que *«este tipo de comentários é uma das razões pelas quais se tornou quase impossível conduzir a política externa, nestas circunstâncias»*.

Se alguém tivesse dúvidas sobre o papel dos EUA na invasão e anexação de Timor Leste pela Indonésia, bastaria ler a autobiografia do então embaixador dos Estados Unidos na ONU, Daniel Patrick Moynihan. É ele próprio que escreve:

«Os Estados Unidos desejavam que as coisas acontecessem como aconteceram (...) em Timor-Leste e trabalharam para que assim sucedesse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas demonstrassem a sua completa ineficácia nas medidas a tomar. Essa missão foi-me atribuída e eu cumpri-a com considerável sucesso». (D. Moynihan, *A Dangerous Place*, 1978, p. 247, citado por Barbedo de Magalhães, 1997.)

A preocupação do governo americano, em geral, e de Kissinger, em particular, foi a de que a opinião pública americana e internacional não se apercebesse do envolvimento americano na invasão e da utilização ilegal de armamento fornecido pelos EUA às forças armadas indonésias.

Daí as instruções dadas à Embaixada americana em Jacarta para reduzir ao mínimo as informações sobre o ainda «Timor Português».

Curioso é notar que o mesmo Ramos Horta que o ministro Adam Malik recebeu e a quem entregou em mão, em Jacarta, a carta que atrás citámos, ao pedir, na mesma altura, para ser recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, recebeu, como resposta, uma total recusa. Ao contrário do ministro indonésio, o ministro australiano não deu quaisquer garantias de que o seu governo viesse a apoiar a autodeterminação do povo da colónia portuguesa de Timor.

Em vez disso, na primeira reunião que o Primeiro-Ministro australiano, Gough Whitlam, teve com o general Suharto depois da queda da ditadura em Portugal, realizada em Wonosobo, Indonésia, de 6 a 8 de Setembro de 1974, o governante australiano manifestou o seu apoio à anexação de Timor pela Indonésia. As suas declarações à imprensa, no fim do encontro com o Presidente da Indonésia diziam que a Austrália considerava que essa seria a melhor solução para os timorenses e para a região.

Este conselho dado pelo mais próximo aliado americano na região ao governo indonésio, foi determinante para a evolução futura do processo.

A reunião de Wonosobo teve lugar dias antes de a Associação Social Democrática Timorense (ASDT) se transformar, em 11 de Setembro de 1974, na FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente). A decisão primeira que abriu caminho a todo o processo de anexação da metade oriental de Timor é, pois, anterior à viragem «revolucionária» no território. Ela é, também, anterior à queda do general Spínola da Presidência da República (que ocorreu em 28 de Setembro de 1974) e muito anterior ao movimento de 11 de Março de 1975 que correspondeu a uma viragem à esquerda, com um significativo aumento do poder do Partido Comunista, no governo de Portugal.

Tudo indica que as razões geo-estratégicas foram as determinantes principais do processo. O petróleo do mar de Timor pesou, também, na posição do governo australiano. Veremos depois que a situação interna na Indonésia também terá tido a sua importância. No fim da lista, mas também com influência no desenlace final, terão estado os erros cometidos por líderes políticos timorenses e por autoridades portuguesas.

Muitos historiadores consideram, hoje, que 1975 foi o ano em que o poder comunista no mundo atingiu o seu máximo (Carey, 1995).

O programa armamentista soviético do Presidente Brezhnev parecia ter criado uma paridade com o poder militar dos Estados Unidos. Os americanos fugiam, derrotados, do Vietname, e a União Soviética ainda não tinha tomado a

desastrosa decisão de invadir o Afeganistão. A crise económica russa (em grande parte resultante da corrida aos armamentos) ainda quase não se tinha feito sentir.

Na China Mao Tse-Tung e Chou En-Lai continuavam a governar com firmeza e o seu prestígio mantinha-se quase intacto. Apesar da aproximação entre os EUA e a China continental, iniciada em 1972, os dois Estados ainda não tinham estabelecido relações diplomáticas normais e a República Popular da China ainda não tinha entrado nas Nações Unidas.

Na Etiópia, em Angola e em Moçambique estabeleceram-se regimes marxistas. Em Portugal o Partido Comunista tornava-se dominante, desde 11 de Março de 1975, e alguns políticos internacionais temiam que Portugal e outros países do sul de Europa se tornassem comunistas.

Os acontecimentos na Indochina, e nomeadamente a queda do regime pró-americano de Lon Nol, no Camboja, em 17 de Abril de 1975, com a correspondente chegada ao poder dos Kmers Vermelhos, a tomada do poder pelos comunistas do Pathet Lao, acompanhada da expulsão dos «conselheiros» americanos no Laos, no mesmo mês e, sobretudo, a queda de Saigão nas mãos dos comunistas vietnamitas, em 30 de Abril de 1975, deixaram o Ocidente em pânico.

As imagens da fuga apressada da Embaixada americana no Vietname do Sul, amplamente divulgadas pela comunicação social de todo o mundo, eram o símbolo da derrota ocidental perante um avanço comunista que, na altura, parecia imparável.

Neste contexto geopolítico que os geostrategos mundiais analisavam no quadro da «teoria do dominó», segundo a qual a queda de uma peça arrastaria a da seguinte, e assim sucessivamente, a Indonésia aparecia como o principal baluarte susceptível de travar o avanço do comunismo internacional no sudeste asiático e de defender, assim, o «mundo livre».

Acresce que, contrariando as leis do direito internacional, o governo de Washington tinha feito um acordo secreto com Suharto que permitia que os submarinos nucleares americanos passassem pelas águas indonésias, entre o Índico e o Pacífico, sem vir à superfície. No auge da guerra fria essa vantagem, de passarem sem serem detectados pelos satélites soviéticos, era de interesse estratégico para os EUA.

Nestas circunstâncias, o receio de que um Timor Leste independente se tornasse uma nova Cuba, no sudeste asiático, tomou corpo na mente de muitos políticos.

3. AS PRIMEIRAS CLIVAGENS NO EXÉRCITO E AS DIFICULDADES INTERNAS DA INDONÉSIA TORNARAM SUHARTO MAIS SENSÍVEL ÀS PROPOSTAS DOS FALCÕES DO REGIME

De 1965 até 1974 o general Suharto governou a Indonésia em grande sintonia e com um apoio quase unânime do exército.

Em 1974 essa unanimidade foi quebrada e Suharto enfrentou as primeiras grandes dificuldades políticas internas.

Depois de alguns meses de contestação estudantil à corrupção e à repressão do regime, em Janeiro de 1974 (três meses antes da queda da ditadura em Portugal) estalou o chamado «Malari Affair» (abreviatura de Malapetaka Januari, o Desastre de Janeiro) (Ricklefs, 1993) Aquando da visita de Estado do Primeiro-Ministro Tanaka, do Japão, a Jacarta, deu-se uma erupção de greves, manifestações e desordens que provocaram a destruição de cerca de 150 edifícios e centenas de feridos. Os alvos visados eram empresas japonesas ou relacionados com interesses japoneses.

Aparentemente alguns dirigentes político-militares próximos de Suharto estariam por trás dessas manifestações, motivo pelo qual o Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem (Kopkantib) demorou dias a reagir às manifestações, mesmo quando o Palácio de Suharto e a residência onde estava hospedado o Primeiro-Ministro japonês foram cercadas por manifestantes. O mais proeminente instigador das manifestações seria o general Sumitro, chefe do Kopkantib, o Comando para a Segurança Interna. Outro era o general Sutopo Yuwono, Chefe do Bakin, os serviços secretos do Estado (State Intelligence Co-ordinating Agency). Aparentemente o general Sumitro queria criar dificuldades às relações entre Suharto e o Japão, de longe o principal investidor na Indonésia, e, com isso, fazê-lo cair do poder para o substituir como presidente.

O general Ali Murtopo, vice-chefe do Bakin, e comandante informal das Operações Especiais (OPSUS, Operasi Khusus) encarregado das operações políticas secretas, embora opondo-se ao seu chefe, general Sumitro, não conseguiu impedir as manifestações. Perdeu, por isso, algum do seu poder e da enorme confiança que o general Suharto nele depositava.

Na sequência do «Malari Affair» o general Benny Murdani, então destacado em Seul como Encarregado de Negócios da Embaixada Indonésia na Coreia do Sul, foi chamado por Suharto para Jacarta, para dirigir os serviços secretos militares (o que incluía como tarefa de crucial importância, a espionagem e o controlo político dos militares).

Em finais de 1974, e apesar dos elevados preços do petróleo que acompanharam e se seguiram ao choque petrolífero de 1973, a empresa estadual de petróleo, Pertamina, entrou em crise, que culminou, em Fevereiro de 1975, com uma desastrosa ruptura financeira. A má gestão do administrador da Pertamina, o general Ibnu Sutowo, e uma corrupção desenfreada, tinham conduzido a um endividamento superior a dez mil milhões de dólares (quatro vezes maior do que a tão falada dívida externa da Indonésia dos últimos tempos do regime de Sukarno).

O primeiro «falcão» a propor a anexação de Timor-Leste terá sido o general Ali Murtopo, desejoso de mostrar a sua capacidade de servir os interesses da Indonésia e a sua fidelidade a Suharto, com a mesma eficiência com que tinha destruído os partidos políticos em 1967, conseguido a «integração» de Papua

Ocidental na Indonésia em 1969 (com o próprio reconhecimento da ONU!) e manipulado as eleições de 1971. Dois católicos indonésios de etnia chinesa, Liem Bian-Kie (também conhecido pelo nome indonésio de Yusuf Wanandi) e Harry Tjan Silalahi, apoiaram a ideia. Outros generais, quer dos serviços secretos quer comandantes militares, e ricos homens de negócios (alguns de etnia chinesa e nominalmente cristãos) viram no seu apoio à anexação de Timor uma forma de mostrar que as minorias, quer a minoria chinesa quer a minoria cristã, eram nacionalistas e mereciam o respeito e a protecção do Estado.

A ideia de anexar Timor, a que o general Ali Murtopo deu corpo, não era totalmente nova. Um jornal do exército tinha-a já defendido, antes de 1974. A própria Revolta de Viqueque, contra a administração colonial portuguesa, em 1959, parece ter sido, em parte, fomentada por militares e membros dos serviços secretos indonésios ligados ao movimento Pernesta. Este movimento, apoiado pela CIA, visava criar dificuldades ao presidente Sukarno ao promover a dissidência das «ilhas exteriores», nomeadamente das Molucas (Gunn, 1999). Poucos meses antes estes cidadãos indonésios tinham pedido e obtido refúgio político no Timor português.

O contexto internacional de pânico, perante o avanço comunista, fez renascer a ideia de anexar a parte leste da ilha de Timor, fornecendo condições geoestratégicas e políticas para a sua concretização.

O próprio general Suharto, a princípio muito relutante e receoso de possíveis reacções internacionais negativas, só depois de receber o impulso australiano e de confirmar o apoio americano e japonês, do Vaticano, dos países muçulmanos e dos líderes dos Não-Alinhados, se converteu à ideia. Prestava um serviço (mais um) ao «mundo livre», ao mesmo tempo que afirmava o seu nacionalismo ao dilatar, um pouco mais, o território da Indonésia. Além disso fazia esquecer o caso «Malari» e a bancarrota da Pertamina, e reforçava a unidade do exército, que encontraria em Timor uma justificação para algumas promoções.

Neste contexto, a imaturidade de alguns líderes políticos timorenses, que terá levado a FRETILIN a não participar nas Conversações de Macau, em meados de 1975, os ataques mútuos entre partidos e dirigentes partidários, o golpe que na noite de 10 para 11 de Agosto desencadearam alguns dirigentes da UDT, por instigação indonésia, e a própria «guerra civil», devem ser vistos como factores menores ou, sobretudo, como consequências de uma estratégia traçada a nível muito mais elevado e geral, em que a Guerra Fria e o avanço comunista na Indochina e no mundo desempenharam papel fundamental.

Algo de semelhante se poderá dizer da indisciplina de alguns sectores das forças armadas portuguesas, da imaturidade política de alguns quadros do MFA (Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime do Professor Marcelo Caetano em 25 de Abril de 1974), do clima de quase guerra civil do «Verão Quente» de 1975 em Portugal e do abandono a que o Timor ainda «Português» foi votado.

4. O GOVERNO INDONÉSIO TENTOU LEGITIMAR A ANEXAÇÃO COM FUNDAMENTO NA VONTADE POPULAR DOS TIMORENSES; FALHADA ESTA, TENTOU OBTER UM PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEITO PELA POTÊNCIA ADMINISTRANTE; NÃO O TENDO CONSEGUIDO, RECORREU À INVASÃO MILITAR, DISFARÇADA DE RECONQUISTA FEITA PELAS FACÇÕES TIMORENSES ANTI-FRETILIN

É curioso que quando Ramos Horta foi a Jacarta falar com o deputado John Naro e o ministro Adam Malik, a sua presença na capital indonésia mereceu honras de capa da revista *Tempo* e das primeiras páginas do jornal *Sinar Harapan*. Estes expressavam, assim, a simpatia de uma boa parte da intelectualidade indonésia para quem o partido independentista timorense seria o mais consentâneo com a política anti-colonialista da Indonésia.

Mas, uma vez decidida a anexação, importava, ao menos aparentemente, apresentá-la como legítima, remover obstáculos e encontrar apoios para a sua execução.

O ideal seria convencer o povo timorense dos benefícios da anexação. Para isso foi criada a APODETI. Mas nem a propaganda — por vezes acompanhada da oferta de rádios para ouvir os postos emissores do Timor Indonésio, ou da distribuição de camisolas — nem as ameaças, conseguiram grandes adesões. Como se tornou evidente mais tarde, nas únicas eleições democráticas realizadas no concelho de Lautem (ponta leste), o apoio popular à APODETI foi sempre muito reduzido.

Tendo falhado a via popular, o governo indonésio promoveu a instabilidade, nomeadamente através do golpe da noite de 10 para 11 de Agosto, localmente conduzido por alguns líderes da UDT, mas dirigido a partir de Jacarta. Esse golpe de força fez com que a Administração portuguesa deixasse de controlar a situação no território.

Uma vez criada a situação de descontrolo, a Marinha indonésia ofereceu-se para ir buscar e proteger o governador Lemos Pires com o seu *destroyer* Mon Icidi (25/08/1975). Mas a saída do governador português para Ataúro impediu-a de o fazer refém. A mesma sorte não tiveram vinte e três militares portugueses, prisionados pelas forças da UDT e entregues às autoridades indonésias junto da fronteira entre os dois lados de Timor.

Em princípios de Setembro de 1975 foi a vez do Dr. Almeida Santos, representante do governo português enviado à região, ser confrontado com um memorando, que os governantes indonésios queriam que ele assinasse. O texto incluía um pedido do governo português para que uma «task force» indonésia fosse destacada para o ainda Timor Português. Essa força estaria sob comando indonésio mas seria paga por Portugal. Obviamente que o ex-Ministro da Coordenação Interterritorial português se recusou a assinar o referido memorando.

Inviabilizada a integração, quer por escolha livre dos timorenses quer por um eventual pedido de intervenção indonésia apresentado pelo governador

(caso este tivesse caído refém das forças armadas indonésias) ou pelo representante do governo português que se deslocou a Jacarta em Setembro de 1975 (caso o Dr. Almeida Santos tivesse assinado o memorando atrás referido), restava a anexação à força, por invasão directa.

Mas para que uma invasão e anexação, ambas ilegais, não suscitasse reacções internacionais, era preciso obter apoio político e diplomático e escamotear a verdade do que se iria passar sob o manto diáfano da mentira e do silêncio.

5. OS SERVIÇOS SECRETOS E O GOVERNO INDONÉSIOS ENCONTRARAM, FACILMENTE, COMPREENSÃO PARA A ANEXAÇÃO E APOIO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO DOS PAÍSES MAIS IMPORTANTES PARA A SUA ESTABILIDADE

Tendo em conta o apoio à integração de Timor Português na Indonésia, manifestado pelo Primeiro-Ministro australiano, em Wonosobo, no fim da semana de 6 a 8 de Setembro de 1974, o general Ali Murtopo deslocou-se a Lisboa, juntamente com o Embaixador de Indonésia na CEE, Frans Seda, e teve uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Outubro de 1974, precedida de reuniões com o Presidente Costa Gomes e o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Ali Murtopo saiu animado dessas reuniões pela compreensão que encontrou, da parte dos seus interlocutores, para com a ideia de uma futura integração de Timor Português na Indonésia.

O embaixador Frans Seda escreveria mais tarde, em 1985, em relatório dirigido à Comissão Pontifícia Justiça e Paz, de que fazia parte, que as autoridades portuguesas ressalvaram sempre que Portugal só aceitaria a integração na Indonésia se esta fosse feita por «*escolha livre do povo*» (timorense). (Relatório à reunião de Nemi, de 7 a 12 de Novembro de 1985, da Assembleia Geral da Comissão Pontifícia Iustitia et Pax).

Na sequência das reuniões com Murtopo, o governo de Lisboa deu instruções ao Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, então de visita a Timor, através de um telegrama que dizia:

«Em contactos com S. Ex.^a Presidente da República e Primeiro-Ministro, delegação indonésia chefiada general Muertopo levou convicção únicas fórmulas aceitáveis futuro Timor seriam ligação a Portugal ou à Indonésia, com prejuízo opção independência. Nesta conformidade S. Ex.^a Primeiro-Ministro considera conveniente que V. Ex.^a se abstenha, em declarações públicas, de dar ênfase ou mesmo referência expressa solução independência em plano igualdade outras duas soluções. Muitos Cumprimentos. Secretário Estado Administração.» (Citado por Lemos Pires, 1991.)

A partir desse momento Murtopo lançou a «Operasi Komodo», em conjunto com o general Yoga Sugama, Chefe dos Serviços Secretos, e com o apoio do exército, através do general Benny Murdani e do Instituto de Estudos Estratégicos de Jacarta.

Esta operação dos serviços secretos visava, por um lado, obter apoio internacional para a anexação, quer por parte dos governos quer da opinião pública, e procurar apoios internos em Timor.

Para isso, além dos contactos com governos dos mais influentes Estados e com líderes políticos timorenses, foi desencadeada uma operação de desinformação em que a Agência Antara teve especial relevo.

A imagem que esta fez passar, não só na Indonésia mas também para todo o mundo, foi a de uma crescente instabilidade e insegurança no Timor Português, com o avanço do perigo comunista.

A *Voz de Timor* de 22 de Maio de 1975 dá conta dessa propaganda e do papel de alguns timorenses na sua credibilização ao escrever:

«Infiltração comunista — especulação da imprensa indonésia ou declarações de líderes da UDT?

«Segundo notícia divulgada no dia 14 pela France Press, a imprensa indonésia afirmou que os líderes da UDT, actualmente em visita a Jacarta, procuram o apoio da Indonésia contra o desenvolvimento do comunismo na colónia portuguesa. Os dois líderes, Francisco Lopes da Cruz e Costa Mouzinho, afirmaram, segundo a imprensa, que um dos seus grandes objectivos era a luta contra o comunismo em Timor.

«Elogiaram o ex-presidente António de Spínola pela sua luta em Portugal contra os extremistas da esquerda e afirmaram estarem prontos a colaborar com o partido pró-Indonésia Apodeti, no sentido de impedir a infiltração comunista na colónia. (...)

«A imprensa de Jacarta também afirmou que os dois líderes procuraram uma mais íntima colaboração da Indonésia, dadas as crescentes dificuldades de Portugal em financiar o desenvolvimento de Timor.»

Esta propaganda, orquestrada com a participação de alguns padres e bispos indonésios e missionários a trabalhar nesse país, foi tão eficaz que o próprio bispo (português) de Díli denunciou, em homilias e outras intervenções públicas, a presença de instrutores vietnamitas no Timor Português a dar treino a grupos armados da FRETILIN. Apesar de a notícia ser completamente falsa, seguiu o seu curso e serviu, perfeitamente, para inquietar espíritos traumatizados com a derrota americana no Vietname meses antes, e contribuiu para os falcões do regime de Suharto conseguirem apoios para a almejada invasão e anexação pela força.

Suharto, no entanto, só tomou a decisão definitiva de anexar Timor depois de ter pessoalmente visitado os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, o Irão e a Jugoslávia. O apoio destes países era essencial para a anexação ser aceite internacionalmente e evitar dificuldades à Indonésia, quer no plano diplomático quer político e económico. E só depois de obter a confirmação do seu apoio (reafirmado pelo presidente americano em Jacarta poucas horas do ataque a Díli), é que a invasão foi decidida.

E para que não parecesse uma invasão, esta foi precedida de um «pedido» de integração e de apoio feito à Indonésia, assinado em Bali (sob ameaça) por

alguns líderes timorenses. Esta declaração, dita de Balibó (como se tivesse sido assinada em Timor-Leste), por um lado, a criação do MAC (Movimento Anticomunista constituído por quatro partidos timorenses, três dos quais impulsionados pelos serviços secretos indonésios), e a participação de alguns timorenses nas primeiras forças de assalto a Timor-Leste a partir de Timor Ocidental, por outro lado, permitiram construir toda uma farsa em que se disfarçou a anexação.

6. O ASSASSINATO DE JORNALISTAS, COM A CONVIVÊNCIA DE GOVERNOS ESTRANGEIROS, FEZ CAIR O POVO DE TIMOR LESTE NUM TÚMULO DE SILÊNCIO, DEIXANDO AOS OCUPANTES O CAMPO LIVRE PARA FAZEREM UM AUTÊNTICO GENOCÍDIO

Para que a mentira pudesse circular sem obstáculos, o exército indonésio não teve pejo em assassinar cinco jornalistas que, em Balibó, junto da fronteira com o Timor Indonésio, filmavam as primeiras tentativas de invasão, com apoio da artilharia pesada, de navios de guerra e da aviação indonésias.

Essas imagens, que estavam a ser registadas para dois canais da televisão australiana, iriam deitar por terra a versão indonésia segundo a qual eram forças timorenses do MAC (Movimento Anti-Comunista) que estavam a reconquistar terreno à FRETILIN, depois da derrota das forças da UDT que se tinham rebelado na noite de 10 para 11 de Agosto de 1975.

O empenho dos governos ocidentais na anexação de Timor era tão grande que, embora os serviços de escuta australianos tivessem captado as mensagens entre as diferentes secções das Forças Armadas Indonésias (ABRI) e soubessem, por isso, que os jornalistas foram deliberadamente assassinados por militares indonésios para que não houvesse imagens nem testemunhos credíveis da invasão por terra (que a FRETILIN, na altura, conseguiu travar), não fizeram qualquer protesto formal.

Em vez disso, os governos da Austrália, do Reino Unido e da Nova Zelândia, países de que eram originários os jornalistas assassinados em Balibó, limitaram-se a fingir acreditar na versão indonésia dos acontecimentos, segundo a qual os jornalistas teriam morrido por acidente, em resultado do fogo cruzado entre a FRETILIN e o MAC.

Nem mesmo o facto de alguns meios de comunicação social indonésios terem dito (por descuido) algumas verdades, levou os governos dos países dos cidadãos assassinados a exigir qualquer inquérito. A Rádio Kupang, no Timor Indonésio, anunciou, no dia seguinte:

«Demos uma lição aos jornalistas australianos comunistas. Se vierem mais, terão o mesmo destino.» (Citado por David Wath no jornal Times de 16.02.1976.)

No Parlamento britânico, Lorde Brockway perguntava ao «*Governo de Sua Majestade, se em face dos relatórios segundo os quais militares indonésios*

tinham invadido Timor, tinha pedido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para considerar esta ameaça à paz e à segurança e para tomar as medidas necessárias.»

O Subsecretário de Estado, Lorde Goronwy-Roberts, respondia que «*O Governo de Sua Majestade não tem meios independentes para verificar (a veracidade de) os relatórios.*»

E perante a insistência de Lorde Brockway, que dizia que «*ontem, (27.10.1975) a Agência oficial Antara admitiu que tropas indonésias estavam em acção, seis milhas dentro de Timor (Leste) e, se esse é o caso, com certeza que é um assunto em que o Conselho de Segurança deve intervir*», o representante do governo britânico respondia que seria indelicado o Reino Unido levantar a questão no Conselho de Segurança, se outros países mais próximos, como a Austrália, o não tinham feito.

Por mais cínica que se possa considerar esta posição, devemos admitir, no entanto, que é coerente com a posição do Embaixador britânico em Jacarta que, em Julho de 1975, escrevia:

«Sem dúvida, visto daqui, é do interesse britânico que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o mínimo de espalhafato; e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o Governo da Indonésia.» (Citado por Barbedo Magalhães, 1992.)

A ausência de qualquer crítica por parte dos governos e de reacção por parte das Nações Unidas mostrou ao governo indonésio que tinha o caminho para a invasão e anexação completamente livre. Este podia, inclusive, matar todos os jornalistas que se atravessassem no caminho, sem precisar de recear, sequer, qualquer protesto dos governos dos seus países de origem.

Foi isso mesmo que fez, aquando da invasão em 7 de Dezembro, ao eliminar o único jornalista estrangeiro (australiano) que permaneceu no território, Roger East.

A partir daí a manipulação dos órgãos de comunicação social, não apenas indonésios mas de todo o mundo — já que ficavam na quase completa dependência da agência indonésia Antara —, estava assegurada.

A rádio da FRETILIN, que comunicava com a norte da Austrália, ficou sem esses contactos quando o governo australiano apreendeu o posto emissor e receptor que, dos arredores de Darwin, comunicava com a rádio em Timor-Leste.

A partir daí, governantes e diplomatas, não apenas indonésios mas australianos, americanos, britânicos ou de outros países, podiam mentir à vontade, quase sem risco de serem contestados.

Chegaram a verificar-se situações caricatas, como aquela em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio admitiu publicamente que já tivessem morrido cinquenta mil a oitenta mil timorenses, e o porta-voz do governo americano se recusou a admitir que tivesse havido mais de dez mil mortos e, para

minimizar a gravidade da situação, admitiu, até, que tivessem sido só dois mil, quase todos pretensamente em consequência da guerra civil entre a FRETILIN e a UDT e não da ocupação indonésia.

Em resposta a um pedido de comentários feito ao Subsecretário de Estado norte-americano Holbrooke (que vinte anos depois se converteria num grande amigo de Ramos Horta e da causa da autodeterminação), pelo editor de um jornal britânico, um dos seus colaboradores escrevia, em 5 de Janeiro de 1979:

«A incorporação de Timor Leste na Indonésia é um facto consumado. É nossa opinião, partilhada por muitos outros governos, que os esforços devem ser direccionados no sentido de assegurar que o povo timorense receba ajuda humanitária e económica do Governo Indonésio, de organizações internacionais e de outras fontes, de modo a ultrapassar a extrema pobreza em que a maior parte dos timorenses vive.»

E acrescentava que ao Embaixador americano em Jacarta, que tinha visitado Timor Leste pouco antes, lhe parecia que «*o Governo Indonésio está a tomar muito a sério o seu papel no sentido de promover a estabilidade política e as condições de vida do povo. Grandes esforços estão em curso para realojar milhares de pessoas que procuram protecção nas áreas controladas pelo Governo Indonésio*» (citado por Noam Chomsky, in *East Timor and the Western Democracies*, Lisboa, 1979).

Chomsky refere também que, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês foi visitar Jacarta, onde tratou da venda de armamento francês e da produção conjunta de armas e outros negócios, ao ser questionado sobre Timor comentou que «*a França não faria nada que embaraçasse os seus amigos indonésios que proporcionam tão boas oportunidades económicas*».

Algumas semanas depois, quando a Agência France Press foi convidada para uma conferência de imprensa nas Nações Unidas sobre a situação em Timor Leste, declinou o convite com o argumento de que as pessoas em Paris não estavam interessadas em Timor...

Quando a *Columbia Journalism Review*, a mais prestigiada revista americana de jornalismo, pediu a Chomsky para escrever um artigo sobre o Camboja (então dominado pelos Kmers Vermelhos), este propôs-se escrever, antes, sobre Timor. Mas os editores recusaram com o argumento de que ninguém sabia nada de Timor e, portanto, um tal artigo não teria qualquer interesse...

De facto o bloqueio noticioso sobre Timor tinha sido tão eficaz que a ignorância sobre o problema se tornara de tal modo generalizada que ninguém sentia o menor interesse em ler o que quer que fosse sobre um minúsculo território desconhecido onde, aparentemente, nada de anormal ou importante se passava.

7. A EXTREMA TENACIDADE DOS TIMORENSES E A MINÚSCULA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL FORAM PRECIOSAS PARA IMPEDIR QUE A QUESTÃO DE TIMOR FOSSE COMPLETAMENTE ESQUECIDA E APAGADA DAS NAÇÕES UNIDAS

Neste quadro global, em que convergiam tantos interesses geoestratégicos, políticos e económicos, e com os «média» independentes impossibilitados de fazerem reportagens directas ou, sequer, de terem informações fidedignas do que se passava no território, era difícil manter a chama da esperança.

Mas, apesar disso, os timorenses não desistiram e continuaram a lutar, contra tudo e contra quase todos, num extremo isolamento e sofrendo uma indescritível opressão.

Fora de Timor, alguns amigos tentaram, teimosamente, furar o muro do silêncio e da indiferença, e alertar consciências para o drama que se desenrolava em Timor, que tinha dimensões de autêntico genocídio.

Nos Estados Unidos, Noam Chomsky e Arnold Kohen tiveram um papel de relevo. Na Austrália, o ex-cônsul em Díli, James Dunn, não calou a denúncia, e veio mesmo a Portugal tentar encontrar pessoas interessadas em mobilizar-se na defesa dos direitos dos timorenses. No Reino Unido, o refugiado político indonésio, Liem Soei Liong, editor do *Tapol Bulletin*, e John Taylor tiveram um papel muito importante. O *Tapol Bulletin*, em particular, tornou-se no primeiro e mais credível meio de informação sobre o que se ia passando em Timor-Leste.

Em Portugal a primeira preocupação da solidariedade foi evitar que os sucessivos governos, de diferentes cores políticas, se deixassem arrastar pela onda de «realismo político» que dizia que a anexação de Timor era um facto consumado e irreversível. Foi essa a principal preocupação, durante muitos anos, do grupo (depois Associação) Paz e Justiça para Timor Leste, nascido com o apoio do Padre José Lopes Baptista (pároco da igreja da Pasteleira e de alguns outros membros da solidariedade).

Quando, em 1981, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) organizou uma Sessão do Tribunal Permanente dos Povos, a pedido da Fretilin, então representada em Lisboa por Abílio Araújo, não havia quaisquer notícias concretas da Resistência no interior do território. Para quase toda a gente a resistência armada tinha sido esmagada, tinha acabado. Esta sessão pública internacional, impulsionada pelo Dr. Luís Moita, que presidia ao CIDAC, e pela Dr.^a Carolina Quina, trouxe a Lisboa importantes personalidades de muitos países e foi o pretexto para criar a CDPM, que poucos anos depois viria a ser dirigida pela Dr.^a Luísa Teotónio Pereira e deu um importante impulso à solidariedade portuguesa e internacional num momento crítico de generalizado desânimo.

As tentações derrotistas foram muitas, durante mais de dez anos, e a derrota na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1982, foi evitada por um fio. A Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação

de Timor, entretanto criada (quase em simultâneo com a realização, no Porto, da primeira Mesa Redonda com deputados de todos os nove partidos então existentes no parlamento português), teve nisso um papel determinante.

8. A ABERTURA AO DIÁLOGO, A CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE, A DESPARTIDARIZAÇÃO DAS FALINTIL E A SAÍDA DE XANANA GUSMÃO DA FRETILIN FORAM FUNDAMENTAIS PARA GRANJEAR APOIOS INTERNACIONAIS

Os primeiros quatro anos de ocupação foram absolutamente devastadores. Morreu mais de um terço da população timorense. As culturas foram destruídas com napalm e desfolhantes. Perto de 90% do gado existente em Timor Leste antes da invasão (cerca de um milhão de cabeças, incluindo cabras, porcos, búfalos e cavalos) foi dizimado.

Em 22 de Novembro de 1978 caiu nas mãos do exército ocupante a última base de apoio da Resistência, situada no Monte Matebian.

Em 3 de Dezembro do mesmo ano o responsável pela informação e segurança, Alarico Fernandes, entregou-se às forças indonésias, levando consigo o posto emissor e receptor da Rádio Maubere.

Em 31 de Dezembro de 1978 é ferido em combate e morto o segundo presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato.

A partir desse dia, dos cerca de cinquenta membros do Comité Central da FRETILIN (no interior) restavam três; noventa por cento das armas tinham sido capturadas pelos ocupantes; as ligações entre grupos de resistência sobreviventes e destes com o exterior estavam cortadas...

Xanana Gusmão, um dos três sobreviventes do Comité Central, percorre, então, vales e montanhas à procura de companheiros.

Sensível aos apelos das mulheres, dos velhos e das crianças que ia encontrando nas aldeias remanescentes, faz renascer das cinzas a resistência ao ocupante.

Aos poucos, a sua estratégia vai tomando corpo.

A firmeza na resistência armada, claramente expressa nos ataques que esta fez, em Janeiro de 1983, a cinco cidades timorenses, é acompanhada pela disponibilidade para dialogar com os ocupantes. Assim, em 23 de Março de 1983 é acordado um cessar fogo entre Xanana Gusmão e o coronel Purwanto, comandante das forças armadas indonésias em Timor Leste.

Nessa altura a Resistência Timorense propõe um Plano de Paz que prevê «*a constituição de uma Força de Paz da ONU ou de uma força multinacional (...) o funcionamento de uma Administração Transitória (...) e a organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere*» sob a supervisão das Nações Unidas.

Em 10 de Maio de 1983, o presidente do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, esclarecia, em comunicado:

«A FRETILIN declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A FRETILIN declara, por isso mesmo, que não desejará que Timor Leste seja foco de irradiação de conflitos. Timor Leste será um País não-alinhado e seguirá a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados.» (Citado por Barbedo Magalhães, 1992.)

Era assim estendido o «ramo de oliveira» aos vizinhos indonésios.

Infelizmente a contra-informação indonésia conseguiu apresentar ao mundo, incluindo Portugal, estas Conversações de Paz como uma rendição da FRETILIN, e a oportunidade de internacionalizar o problema e contribuir para uma paz justa e uma solução durável e conforme ao direito internacional, perdeu-se.

No mesmo clima de diálogo defendido por Xanana, este proclama, também em 1983, a convergência de todos os nacionalistas timorenses na luta contra a ocupação, e apela aos timorenses no exterior da Pátria para se unirem: «*nós, no interior estamos unidos, é bom que vós, no exterior, também estejais unidos.*»

Em resposta a este apelo, os representantes no exterior da FRETILIN e da UDT assinam, em 18 de Março de 1986, um acordo com o objectivo de «*As duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo Timorense à autodeterminação.*»

Em coerência com estas posições, as FALINTIL deixam de ser as forças armadas da FRETILIN, para se tornarem nas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste, como declara o seu líder em mensagem de 7 de Dezembro de 1987, da qual citamos:

«As FALINTIL só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor Leste! Para que as gloriosas FALINTIL possam vir a cumprir plenamente a sua missão dentro da estrutura do Governo, seja qual for a tendência política do Executivo, necessário se torna afirmar, desde já, a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste.»

Para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, em carta de 31 de Dezembro de 1988 o Comandante-Chefe, Xanana Gusmão, comunica a sua saída da FRETILIN. Este gesto do comandante das Falintil, da maior importância para o êxito da luta, mas incompreendido por muitos, motivou a primeira (e quase única) carta do Coordenador das Jornadas de Timor da UP a Xanana Gusmão.

Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda:

«As FALINTIL (...) adquiriram, nestes últimos onze anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido. (...)

«As FALINTIL não fazem política, mas desde já estão empenhadas a ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.

«O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com os seus cadáveres!). Estado livre e não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional.»

Simultaneamente, a luta nas cidades e regiões controladas pela Indonésia vai-se organizando. Criam-se redes clandestinas, que furam o bloqueio noticioso que foi imposto à ilha de Timor, e começam a surgir as primeiras manifestações.

Esta política de diálogo, de convergência e de abertura democrática torna mais fácil, quer à Igreja quer a personalidades e governos de diversos países, darem um apoio claro à causa da autodeterminação. Sem ela dificilmente se conceberia a carta do bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, datada de 6 de Fevereiro de 1989 e dirigida ao Secretário-Geral da ONU, a pedir a realização de um referendo. Sem esta abertura provavelmente não teria tido lugar a visita da Sua Santidade o Papa João Paulo II a Díli, em 12 de Outubro de 1989, que «pôs Timor-Leste no mapa» das agências noticiosas.

Sem esta abertura democrática e convergência nacionalista teria sido difícil a Portugal e aos seus dirigentes políticos, uma vez consumada a sua entrada na União Europeia, em Janeiro de 1986, tomar as posições que tomaram em defesa da autodeterminação do Povo Timorense.

9. A PROPAGANDA INDONÉSIA FOI MUITO EFICAZ, APESAR DE ALGUMAS DENÚNCIAS SOBRE A SUA FALSIDADE

Já atrás referimos a forma como a Indonésia conseguiu suprimir, quase completamente, as informações independentes, através do assassinato dos jornalistas estrangeiros no território, a que se seguiu um bloqueio informativo quase completo e a proibição de entrada de jornalistas (não escolhidos pelos ocupantes) e de turistas, durante cerca de treze anos.

Também já referimos as notícias alarmistas relativas ao pretenso perigo comunista, à instabilidade e à violência da FRETILIN.

A obtenção, sob ameaça, de declarações a favor da integração de Timor foi outra das estratégias.

Em carta dirigida em 29 de Abril de 1979 ao Secretário-Geral da ONU, José Martins, filho do liurai de Ermera e presidente do Kota (um partido que pretendia reforçar o papel dos reis e chefes tradicionais) esclarece, a propósito da chamada Declaração de Balibó em que alguns líderes timorenses «pediam» a integração de Timor Leste na Indonésia:

«A declaração de integração de Timor Leste na Indonésia é uma farsa porque foi feita em Bali, na Indonésia, a 2 de Dezembro de 1975. Enquanto a FRETILIN fazia a declaração unilateral de Independência de Timor Leste, em Díli — capital do território — a 28 de Novembro de 1975, o nosso “Movimento Anti-Comunista” declara a “integração” a 1000 km de distância, em Bali, no luxuoso Hotel “Peneda View” que pertence ao Coronel Sugianto, assistente do General Ali Murtopo. Tudo foi uma verdadeira farsa sem um mandato do nosso povo» (...)

Na mesma carta, José Martins afirma também:

«Excelência,

«No dia 16 de Dezembro de 1975 falei perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto Presidente do Partido KOTA. Fui solicitado a fazê-lo pelo Representante Permanente da Indonésia nas Nações Unidas, e no âmbito do programa sobre “A situação em Timor Leste”. Era membro de uma delegação de 3 indivíduos. Os outros eram o Sr. Guilherme Gonçalves e o Sr. Mário Carascalão, respectivamente representantes da APODETI e da UDT. Os nossos partidos formavam então uma coligação que se opunha à FRETILIN enquanto movimento.

«Vim em Dezembro, mas não como homem livre. Fui forçado, como o foram então muitos outros, e enquanto prisioneiro, a ler o que os indonésios tinham escrito. Agora sou um homem livre. Não pretendo dar detalhes sobre a forma como escapei às maquiavélicas mãos dos indonésios. O meu povo, em Timor Leste, confia em mim para contar a verdade sobre a nossa situação.

«As minhas opiniões reflectem os sentimentos e os sofrimentos dos homens e mulheres do meu país que continuam a lutar pela autodeterminação e independência de Timor Leste. Os que, como eu, foram forçados a atravessar a fronteira para território indonésio, encontram-se presos e compreendem agora a natureza perversa do exército indonésio. Tornámo-nos instrumentos do Governo indonésio no preciso momento em que, fugindo perante o avanço das forças da FRETILIN, entrámos em território indonésio (em Setembro de 1975). A desmembrada direcção da APODETI, UDT, KOTA e Partido Trabalhista depressa se apercebeu de que enquanto procurava “a liberdade” caímos nas mãos do exército indonésio.»

A imprensa indonésia, e, atrás dela, grande parte da imprensa internacional, que utilizava a Agência Antara como fonte, tomava como verdadeiras as notícias sobre o desejo dos timorenses se unirem à Indonésia. A invasão era descrita como uma luta entre facções timorenses, apenas com o apoio de voluntários indonésios. Muito depois da invasão, o governo indonésio ainda se recusava a admitir que nela tivessem participado forças regulares indonésias.

Em livros e brochuras distribuídas pelo governo indonésio e as suas embaixadas dizia-se que

«Com a participação de voluntários indonésios que responderam ao apelo de ajuda dos seus irmãos timorenses, as forças dos quatro partidos avançaram rapidamente e capturaram Díli em 7 de Dezembro de 1975. Esta conquista marca o fim efectivo da era colonial em Timor Leste e preparou o caminho à instalação do Governo Provisório de Timor Leste em 17 de Dezembro de 1975.

«A Libertação de Díli pôs fim a quatro meses de derramamento de sangue e de sofrimento dos timorenses.» (Decolonisation in East Timor. Ed. do Departamento de Informação da República da Indonésia, 1983.)

De acordo com a mesma propaganda, a 31 de Maio de 1976 uma Assembleia Popular timorense (cujos elementos foram escolhidos pelos ocupantes), pediu formalmente a integração na Indonésia. O Presidente Suharto correspondeu positivamente a esse «pedido», após «*continuada insistência*» do Governo Provisório de Timor Leste.

Estava assim completa a farsa da «*autodeterminação*».

A partir daí os jornais indonésios limitam as notícias ao «desenvolvimento» promovido pela Indonésia em Timor Leste.

Nas cerimónias oficiais, a nova «*província*» merece destaque, e um especial «*carinho*», quer de Suharto quer da sua esposa, como documentam as fotografias publicadas pelo Departamento de Informações.

Neste quadro não é de estranhar que o advogado indonésio dos direitos humanos, Adnan Buyung Nasution, a uma questão sobre Timor posta por um jornalista, durante a sua visita à Holanda, tenha respondido:

«O problema é este: — eu não conheço a situação. Na Indonésia as pessoas ouvem falar muito pouco ou nada sobre a situação em Timor Leste. É uma espécie de guerra secreta.» (*Tapol Bulletin*, Fev. de 1978.)

10. A JUVENTUDE TIMORENSE QUE FOI ESTUDAR PARA A INDONÉSIA E O PRÓPRIO XANANA GUSMÃO TIVERAM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA DOS ESTUDANTES E DOS DEMOCRATAS INDONÉSIOS

O eng. Mário Carrascalão, quando foi Governador de Timor Leste, entre 1982 e 1992, por nomeação do Governo Indonésio, teve a preocupação de arranjar bolsas de estudo para jovens timorenses irem estudar para a Indonésia, nomeadamente para universidades nas ilhas de Java e de Bali.

Inicialmente deparavam com colegas indonésios que se queixavam da ingratidão dos timorenses, que recebiam tudo do Governo, estradas, hospitais, escolas e bolsas de estudo, etc., e, em vez de agradecerem humildemente, criticavam o Governo Indonésio e até ousavam protestar.

Aos poucos, no entanto, foram conquistando a compreensão de alguns colegas e também de alguns professores, como George Aditjondro, da Kristen

Satya Wacana Universitas de Salatiga, e o Professor Luckman Sutrisno, da Gadjah Mada Universitas de Yogyakarta.

O próprio Xanana Gusmão estimulava os estudantes timorenses a fazerem amizade com os seus colegas indonésios para, a pouco e pouco, os irem informando e captando a sua solidariedade.

Alguns estudantes timorenses foram denunciados pelos seus colegas que trabalhavam para os serviços secretos. E se uns foram presos, outros foram mortos em acidentes de viação provocados, como aconteceu, por exemplo, ao recém-licenciado em economia, Dr. José António Moniz da Silva, em 15 de Dezembro de 1987.

Em 26 de Dezembro de 1989, universitários timorenses a estudar na ilha indonésia de Bali, manifestam-se contra a repressão que atinge os seus colegas em Díli. A manifestação é duramente reprimida e, dias depois, um dos estudantes timorenses, chamado José Carvalho, é encontrado morto na ribeira de Seliwang, em Bogor...

Revoltados com esta situação, até universitários indonésios começam a quebrar o silêncio.

Foi o que fez o estudante Ammarsyah, do Instituto de Tecnologia de Bandung, perante o tribunal que o julgava, em 31 de Janeiro de 1990. Este estudante foi preso, juntamente com outros cinco, por terem organizado uma manifestação em defesa da democracia, aquando da visita do ministro Rudini, do Interior, ao Instituto, em 5 de Agosto de 1989. Tornado réu, decidiu aproveitar o julgamento para expor as suas ideias sobre a situação em Timor e na Indonésia, com uma intervenção intitulada: «*Indonésia, a história da baioneta e do elmo de aço.*» Nesta intervenção, e depois de referir numerosas violações aos direitos humanos no seu país, o estudante declara em tribunal:

«*Meritíssimos juízes, debrucemo-nos agora sobre o extermínio que ocorreu em Timor Leste*»; e citando relatórios da Amnistia Internacional e da Cruz Vermelha Internacional, denuncia os massacres de aldeias inteiras e a morte de um terço da população timorense, as deportações, as prisões arbitrárias e sem julgamento, e os “desaparecimentos” de prisioneiros. É um “*segredo público*” dizia o estudante Ammarsyah, “*que os gabinetes de administração distrital e os postos militares locais são utilizados como lugares de interrogatório e tortura dos presos*”. E, a terminar a parte dedicada a Timor Leste, lê integralmente a carta do Bispo Ximenes Belo, de Díli, datada de 6 de Fevereiro de 1989, em que este pede ao Secretário-Geral da ONU “*para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um referendium*”. Segundo afirmou em tribunal o estudante indonésio, feito réu, esta carta “*levanta novamente a questão da descolonização de Timor Leste*”.

Outro exemplo, no mesmo sentido, é o relatório produzido pelo Departamento de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Rural e Regional, da prestigiosa Universidade Gadjah Mada, de Yogyakarta (Java). Este relatório, de cento e trinta páginas, foi feito com base num estudo realizado nos primeiros meses de 1990.

As suas conclusões deveriam ser o ponto central de um seminário a realizar em Díli em 19 de Abril de 1990, com o patrocínio do Banco Central da Indonésia e do Gabinete de Planeamento para o Desenvolvimento de Timor Leste. Mas dado o teor do relatório e das suas conclusões, o Seminário foi subitamente cancelado, por «razões técnicas», como justificaria o Ministro da Defesa indonésio. Em vez disso são enviados para Timor mais alguns batalhões de forças indonésias.

Segundo este relatório, «*embora o Governo indonésio considere que a integração resolveu o problema da descolonização, os timorenses não pensam o mesmo*» (p. 7). E noutro passo:

«A apatia e a indiferença das populações face aos programas, mostram que não só não existe uma adaptação recíproca entre nós e os timorenses, como também — e sobretudo — evidenciam que a rejeição à nossa presença cresce e se desenvolve num processo natural.»

A equipa que procedeu às investigações em Timor Leste nos primeiros meses de 1990 era dirigida pelo Professor Mobyarto, e já tinha estado no território em 1981 e em 1989. Daí a facilidade com que pôde fazer comparações e apreciar o evoluir da situação.

Conforme estes investigadores universitários indonésios afirmam no seu relatório, a sociedade timorense está traumatizada pela continuada situação de guerra, e «*mesmo entre a elite timorense existe um sentimento de ódio*» (em relação às Forças Armadas Indonésias). Uma das principais recomendações do relatório é, pois, que se tomem medidas que «*ponham fim à situação de guerra*».

11. AS MANIFESTAÇÕES DOS TIMORENSES QUANDO ESTAVAM PRESENTES JORNALISTAS, E AS IMAGENS DO MASSACRE DE SANTA CRUZ ACORDARAM A CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL, INCLUINDO A INDONÉSIA, E FORAM O PONTO DE PARTIDA PARA A VIRAGEM DA OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL CONTRA A OCUPAÇÃO

A expectativa da visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste mobilizou milhares de timorenses para a preparação, na mais completa clandestinidade, de manifestações de boas-vindas e de expressão da sua vontade de libertação do jugo do ocupante.

Frustrada essa expectativa, pelos obstáculos postos pelo governo indonésio à realização da visita, não quiseram os timorenses deixar partir os jornalistas subitamente entrados no território sem uma manifestação clara do querer da juventude e do povo de Timor Leste.

A Resistência Timorense, com Xanana à cabeça, considerava que era fundamental despertar a consciência mundial e internacionalizar o problema. Só desse

modo os custos diplomáticos e políticos podiam ir desgastando a posição indonésia e torná-la receptiva a uma solução negociada que respeitasse o direito internacional. Daí a importância de organizar manifestações sempre que visitavam Timor personalidades importantes, como o Papa, em 12 de Outubro de 1989, ou o embaixador americano em Jacarta e, sobretudo, quando havia jornalistas capazes de dar voz às vozes amordaçadas dos timorenses.

Em 12 de Novembro de 1991, o pretexto para a manifestação foi uma romagem ao túmulo do jovem Sebastião Gomes, assassinado por um grupo de «ninjas» e militares indonésios na Igreja de Sto. António de Motael em 28 de Outubro.

Os cartazes com a imagem de Xanana Gusmão e com os símbolos dos partidos independentistas, que tinham sido preparados para a visita da delegação parlamentar portuguesa, foram expostos no cortejo que percorreu a cidade, desde a Igreja de António de Mokal até ao Cemitério. Jogos de bastidores entre diferentes facções militares e dos serviços secretos determinaram o dramático desfecho do massacre de Santa Cruz.

A entrada de Portugal para a CEE, em 1986, com o direito de veto que isso implicava em matéria de política externa, nomeadamente no que se referia ao eventual reconhecimento da integração de Timor-Leste na Indonésia, deu-lhe uma força negociadora que antes nunca tivera. A questão de Timor tornou-se mais visível no Parlamento Europeu e noutros órgãos da Comunidade. Talvez isso tenha contribuído para convencer o general Suharto a afastar do Comando das ABRI (Forças Armadas Indonésias), em 1988, o poderoso e duro general Benny Murdani. Os mesmos motivos levaram-no a abrir as portas de Timor a turistas e alguns jornalistas estrangeiros e a nomear para Comandante Militar das Forças Indonésias em Timor, em 1989, um homem moderado e relativamente aberto: Rudolf Warrow. A tarefa de que este foi incumbido consistia em conquistar as inteligências e os corações dos Timorenses e, com esse objectivo, colaborar positivamente com o governador Mário Carrascalão.

Paralelamente, o presidente de Indonésia desmantelou os serviços secretos militares, Bais (Serviços de Informações Estratégicas), com que o general Murdani controlara o exército durante muitos anos.

Simultaneamente o presidente Suharto promoveu o seu genro Prabowo Subianto, comandante das brutais forças pára-quadristas Kopassus, cujo papel em Timor foi reforçado.

O comandante Warrow tentou reduzir a brutalidade e os abusos dos militares. Com esse objectivo puniu ou transferiu alguns militares mais sanguinários, como refere o Professor Benedict Anderson, em artigo publicado no número 21 da Primavera/ Verão de 2000 da revista Política Internacional.

Prabowo discordava da política de abertura e de moderação do comandante militar de Timor-Leste. E, em conjunto com os novos serviços secretos entretanto criados (em substituição do Bais) e com amplos sectores militares, planeou uma acção que desacreditasse Warrow, a fim de fazer com que este fosse expulso de Timor.

O momento escolhido não podia ser melhor — o massacre de Sta. Cruz teve lugar quando estava em Díli o representante da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, para conversações com o bispo Ximenes Belo, com o governador Mário Carrascalão e com o comandante militar Warrow.

Foi com este pano de fundo, nos bastidores, que aquilo que era uma manifestação pacífica, embora com explícitas referências a Xanana Gusmão e à Resistência, de modo a não deixar dúvidas aos jornalistas sobre o desejo de liberdade e independência dos timorenses, tornou-se, por decisão das forças ocupantes, em mais um massacre, agora junto ao cemitério de Santa Cruz.

Ao contrário do que aconteceu em muitos outros massacres anteriores, desta vez estavam presentes jornalistas estrangeiros. E sobretudo um deles, Max Stahl, conseguiu não só obter imagens claras e chocantes do massacre, mas, também, escondê-las e disfarçar o suficiente para as conseguir fazer sair de Timor e mostrá-las ao mundo. Estas imagens, bem como os testemunhos dos jornalistas Allan Nairn, Ami Goodman, Saskia Kowenberg e outros correram o mundo. Finalmente, o drama de Timor Leste e a luta do seu povo começaram a internacionalizar-se.

Na própria Indonésia a imprensa sentiu-se obrigada a falar do massacre, e o governo não o conseguiu impedir. Em 4 de Janeiro de 1992 o semanário *Jakarta, Jakarta* dedicou quatro páginas a testemunhos de jovens timorenses, e duas páginas a uma fotografia dramática com timorenses a fugir ao tiroteio. Três jornalistas ficaram sem o seu emprego, por causa disso, mas a mensagem passou para milhares de indonésios.

A fim de diminuir o tom das críticas internacionais, o governo indonésio é obrigado a criar uma Comissão de Inquérito e a demitir ou punir (ainda que com penas leves) alguns dos responsáveis pelo massacre.

Quatro meses depois do massacre de Santa Cruz o Dr. Rui Marques desencadeia a maior operação mediática de solidariedade com Timor, a «Missão Paz em Timor Leste». Nesta participaram pouco mais de uma centena de jovens de 22 países, alguns «seniores», como o General Ramalho Eanes, o Padre José Lopes Baptista, o Padre Jaime Coelho, S.I., o autor destas linhas, Shirley Shackleton (viúva de um dos seis jornalistas assassinados pelos invasores indonésios em Balibó em 26 de Outubro de 1975) e alguns parlamentares australianos a bordo do Lusitânia Expresso. Esta Missão motivou a publicação, em Março de 1992, de centenas de páginas na imprensa indonésia e dos países da região. Sem fazer correr uma gota de sangue timorense, esta corajosa e lúcida Missão deu um novo e maior impacto ao massacre de Santa Cruz, chamando a atenção para a justiça que assistia ao povo timorense na sua luta pela autodeterminação. E levou, pela primeira vez, o comandante militar de Timor Leste a confessar à imprensa internacional, que o que ele temia, se o Lusitânia Expresso chegasse a Díli, não eram já os GPK (os grupos perturbadores da ordem), mas sim o Povo, o Povo de Timor Leste.

12. OS PRÓPRIOS TRIBUNAIS E AS PRISÕES INDONÉSIAS PASSARAM A SER USADOS COMO TRIBUNAS PARA DENUNCIAR A SITUAÇÃO EM TIMOR E CONQUISTAR SOLIDARIEDADES

Em 2 de Maio de 1992 os dois advogados de defesa (Joewono SH e Waskito Adiribowo SH) de João Freitas da Câmara — jovem timorense acusado de organizar manifestações (pacíficas) ilegais — tornam-se os primeiros advogados indonésios a contestar, em tribunal, a legitimidade do mesmo para julgar este ou quaisquer outros timorenses. Baseiam-se, para isso, no artigo 9.º do Código de Direito Criminal Indonésio, que reconhece as limitações decorrentes do direito internacional, e nas resoluções da ONU sobre Timor.

Em sessão do tribunal lembram o preâmbulo da Constituição Indonésia, segundo o qual

«todas as nações têm direito à liberdade, e por isso o colonialismo tem que ser erradicado da face da terra, porque não está em conformidade com os princípios de humanidade e justiça».

E os advogados acrescentam, perante os juízes e o público na sala de audiências:

«Também a Nação de Timor-Leste tem este direito. Em 28 de Novembro de 1975 proclamaram a independência do estado, chamado República Democrática de Timor-Leste, como foi afirmado pela testemunha Fernando Araújo em 20 de Abril de 1992 e pelo réu, em 22 de Abril, mas esta independência foi eliminada pelas Forças Armadas da República de Indonésia em 7 de Dezembro de 1975. Cinco dias depois as Nações Unidas adoptaram uma resolução que apela às forças indonésias para se retirarem, decisão que o Governo Indonésio ignorou. (...)»

Os advogados lembram, ainda que

«de acordo com o seu testemunho no tribunal, em 22 de Abril de 1992, o réu era um funcionário da proclamada República Democrática de Timor-Leste... e embora fosse apenas um funcionário da esfera da informação política, era sua obrigação defender essa independência, sobretudo a partir do momento em que acções ilegais, físicas e não físicas, foram exercidas contra o seu estado, factos reconhecidos por uma entidade internacional chamada “Nações Unidas”. Por isso, tudo o que o réu fez desde 1975 deve ser justificado de acordo com o artigo 49, parágrafo 1 do Código de Direito Criminal que diz:

“Qualquer pessoa que aja em defesa da sua pessoa ou dignidade e de bens seus ou de terceiros face a ataques feitos em violação da Lei, não deve ser punida.”

“O que o réu defendeu foi as pessoas, a dignidade e os bens do Povo de Timor Leste, o que retira todo o fundamento para qualquer punição”.»

Outros timorenses presos, por terem organizado, em 19 de Novembro de 1991, uma manifestação pacífica em Jacarta para protestar contra o massacre de Santa Cruz, lembraram que os slogans da juventude timorense, que os levaram

à prisão, eram os mesmos da juventude indonésia, dos anos 40, quando se opunham ao colonialismo holandês, como afirmou, em tribunal, Virgílio da Silva Guterres.

Fernando Araújo, que seria condenado a pesada pena de prisão por subversão, foi muito claro ao afirmar que «*Timor Leste não é uma questão nacional mas sim um problema internacional*» e que a invasão indonésia foi a mais grave de todas as violações aos direitos dos timorenses. Lembrou a ilegalidade da intervenção indonésia, contrária aos princípios das Nações Unidas e a numerosas resoluções entretanto aprovadas.

Deste modo alguns tribunais indonésios tornaram-se o palco possível da expressão semi-pública do sentir dos timorenses e da injustiça e ilegalidade da ocupação indonésia do seu território.

A prisão de Xanana Gusmão, em 20 de Novembro de 1992, apanhado numa casa em Díli, onde passava grande parte do tempo para desenvolver a luta clandestina e conseguir internacionalizar o problema, foi um duro golpe para a Resistência. Houve quem falasse de traição quando Xanana apareceu na televisão combatido e aparentemente disposto a colaborar com o inimigo.

Mas, com a sua inteligência política de excepcional sagacidade e visão, Xanana preparava, assim, o seu golpe de mestre, ao convencer as autoridades indonésias a organizarem (em Maio de 1993) um julgamento público, para aí recusar qualquer acordo com o ocupante e reafirmar a sua firme determinação na luta pela autodeterminação e independência do seu povo.

A estratégia sagaz de Xanana Gusmão e da Resistência Timorense — que levou os timorenses a tirar partido, por um lado, das visitas de jornalistas e de personalidades estrangeiras, e, por outro lado, da frequência de universidades indonésias, dos julgamentos (mais ou menos públicos) e até das prisões para fazer nascer e crescer a solidariedade na Indonésia — permitiu transformar aquilo que fora uma grande derrota, numa das maiores se não a maior vitória da Resistência timorense, ao conseguir a solidariedade crescente, quer do Povo Indonésio quer da comunidade internacional.

13. A PARTICIPAÇÃO DE DEMOCRATAS INDONÉSIOS NAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO AJUDOU A DESENVOLVER A SOLIDARIEDADE INDONÉSIA

Em consonância com a estratégia da Resistência Timorense, a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto convidou, sempre que possível, para as suas iniciativas, quer em Portugal quer no estrangeiro, democratas indonésios. Esta Comissão, constituída pelo então Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral, pelo Pró-Reitor, Professor Nuno Grande, e pelo autor deste artigo, durante cerca de dez anos organizou jornadas e conferências em Portugal, em diversos países europeus, da América do Norte e da América do Sul, na Austrália e noutros países.

O primeiro cidadão indonésio a participar nestas iniciativas foi o refugiado político Liem Soei Liong, editor do *Tapol Bulletin*, que, em 1990, veio às primeiras Jornadas com componente internacional organizadas pela Universidade do Porto.

Só em 1993 foi possível trazer a Portugal democratas residentes na própria Indonésia. Antes era arriscado de mais para qualquer cidadão indonésio vir ao país «inimigo» e voltar de novo à sua terra. Nessas, que foram as V Jornadas de Timor da UP, participaram onze cidadãos indonésios, quatro dos quais residentes no seu país. Por razões de segurança, os nomes de alguns deles nunca foram revelados publicamente, até à queda do regime de Suharto. Mas nem isso permitiu evitar que a estudante Yenny Damayanti ficasse sem o seu passaporte na Holanda, para onde foi acabar os seus estudos depois de ter estado em Portugal.

A Yenny veio às Jornadas por sugestão de Xanana Gusmão. Estavam ambos presos, em Jacarta, em prisões diferentes; Xanana Gusmão em Cipinang, e Yenny Damayanti numa prisão para mulheres.

Apesar de estarem em prisões diferentes, ambos conseguiam comunicar por meio de bilhetinhos que passavam clandestinamente de uma prisão para a outra através de amigos comuns.

Xanana tinha-se, entretanto, tornado o símbolo e modelo da juventude indonésia em luta pela sua liberdade e democracia. E, por isso, bastou uma sugestão de Xanana Gusmão para Yenny aceitar prontamente o convite e vir a Portugal poucas semanas depois de ter saído da prisão.

Vieram da Indonésia para estas V Jornadas, além de Yenny Damayanti, o Professor George Aditjondro, um ex-Reitor de uma universidade católica indonésia, e um líder estudantil. Consigo trouxeram um exemplar da tradução (feita a partir da versão em inglês) do livro do Coordenador das Jornadas intitulado «Timor-Leste, Ocupação Indonésia e Genocídio». Tratava-se de uma publicação clandestina, já na sua terceira edição, da responsabilidade de uma organização de jovens muçulmanos indonésios e editada com o apoio do *Tapol*.

O título destas jornadas, realizadas no Estoril (Bicesse) entre 22 e 29 de Julho de 1993, foi «Timor Leste e a Indonésia, Caminhos para a Liberdade a Autodeterminação e a Democracia».

Para muitos timorenses foi a primeira oportunidade para conhecer, dos indonésios, uma outra face, completamente diferente da que tinham experimentado em Timor, no clima de repressão, torturas e assassinatos que os ocupantes impuseram ao Povo Timorense.

Um dos participantes timorenses, que tinha sido preso e torturado sucessivas vezes, e passado perto de quinze anos nas cadeias indonésias, dizia:

«Irmãos indonésios, nós aqui percebemos que vós sofreis, tal como nós, debaixo da mesma ditadura. O inimigo é o mesmo, a ditadura de Suharto, e estamos ambos (os povos) do mesmo lado da barricada (...).»

Deste modo começava uma reunião destinada ao diálogo entre timorenses e indonésios. Nos dias que a precederam, a ambiente era extremamente tenso, marcado pela desconfiança e o medo de que no meio dos indonésios houvesse perigosos espíões (como acontecia em Timor Leste ou na Indonésia). Mas, a partir daquele momento a ponte para o diálogo, para a compreensão mútua e para a solidariedade estava lançada, e as tensões desvaneceram-se.

Em 28 de Novembro de 1993 Xanana Gusmão escreveu, da cadeia de Cipinang, Jacarta, onde se encontrava preso, uma carta à solidariedade indonésia que pôs em relevo a importância que lhe atribui. Citamos apenas algumas passagens (Gusmão, 1999):

«Caros Amigos, Filhos do Povo Irmão Indonésio

«A vós todos, vai um caloroso abraço de gratidão de todos os timorenses, que eu represento, e um abraço amigo de todos os meus guerrilheiros.»

Trata-se de uma carta em resposta a questões que lhe foram postas por alguns indonésios em que, esclarece, a certa altura:

«(...)

«Vou agora ao ponto fulcral na nossa conversa. Perguntais-me acerca da verdadeira aspiração do Povo Maubere, como objectivo desta luta. Devo dizer-vos, caros amigos, que, como o objectivo de todos os povos oprimidos em suas lutas de libertação, a suprema e inalienável aspiração do Povo de Timor Leste é a INDEPENDÊNCIA NACIONAL. E nada deterá o Povo de Timor Leste na prossecução do seu objectivo, cimentado com os cadáveres e com o sangue de mais de 200 mil vidas ceifadas pela repressão colonial indonésia.

«A vossa 3.^a (?) pergunta reflecte disposição da vossa percepção sobre o problema e abrange a vossa acção identificando-a como parte integrante da solidariedade internacional pela causa maubere. Eu acredito em vós, caros amigos, pois já muito tendes feito pela nossa luta e o meu Povo confia na justeza dos vossos princípios e na firmeza das vossas acções.

«A juventude americana actuou influente e decisivamente na mudança da política dos Estados Unidos, na destruidora guerra do Vietname e no apoio à África do Sul. Como filhos que sois de um povo irmão, como filhos de um Povo vizinho, com quem manteremos as melhores e mais estreitas relações de amizade e cooperação em todos os domínios, esperamos que os irmãos indonésios (irmãos, diferente do conceito “pamili”, usado pelas ABRI, não para amar ou pelo menos respeitar, mas para matar, massacrar, violar, fazer desaparecer, torturar, com as mais horríveis formas, mulheres, crianças, jovens e velhos), esperamos, portanto, que os irmãos indonésios se compenetrem cada vez mais da verdadeira realidade e se assoberbem a testemunhar, perante os assassinos do Povo de Timor Leste, a ilegalidade da ocupação militar do território e a necessidade de coragem política para resolver, segundo as normas internacionais, um caso que envergonha a Indonésia, mas que, com o Timor Leste independente, será apenas um registo dos erros dos governantes militaristas e teimosos... na história que os povos vizinhos procurarão esquecer. (...)

Mais adiante Xanana Gusmão acrescenta:

«Nessa vossa marcha para a democracia, nessa vossa busca de um mundo melhor para a Indonésia, eu sei que vedes o caso de Timor Leste, não como uma questão distinta nem como uma fortuita ou lógica consequência da vossa própria luta, mas sim como dois aspectos interdependentes de um fenómeno global: sistema político na Indonésia. O resultado produzido num desses aspectos reflecte-se necessariamente no desenvolvimento do outro. Assim, as nossas lutas terão conseguido uma unificação de esforços, para um resultado global. Porque o Povo irmão indonésio não viverá a democracia plena, se não respeitar os anseios do Povo de T-L nem o Povo indonésio se assegurará dos direitos mais elementares do Homem na Indonésia, enquanto ao Povo Maubere for negado o fundamental direito à auto-determinação e independência nacional.

«Se Direitos Humanos e Democracia são a arma que empunhais na presente conjuntura política da Indonésia, esse campo abrange necessariamente Timor Leste.

«Aos nossos irmãos indonésios, pedimos para que actuem, no sentido de parar com a repressão em T-L, de LIBERTAR os presos políticos, de estancar a máquina da Intel em T-L, cujas enormíssimas verbas engordam o “gaji” (salário) dos militares e fomentam parasitas assassinos.

«Porque não pode encobrir a opinião pública indonésia, embora se esforce sempre por distorcer as verdades, o governo indonésio não pode negar que o caso de T-L é um caso da ONU. Assim, não é impertinente que a SOLIDARIEDADE INDONÉSIA expresse o seu desejo de ver o governo de Jacarta a tomar a sério, sem aquelas manobras de rodeios e recuo para ganhar tempo e adiar a derrota, como nos anos anteriores, o diálogo sobre Timor Leste e conduzi-lo à luz das resoluções da ONU, à luz dos princípios universais e dos princípios que (ainda) norteiam o Movimento dos Não-Alinhados.»

Mais adiante, conclui:

«RESISTIR É VENCER!

«Renovo a gratidão do meu Povo e dos meus guerrilheiros.

«Profundos abraços de amigo e irmão

«Kay Rala Xanana Gusmão

«Membro do CNRM e Cmdt das FALINTIL»

Esta carta de Xanana Gusmão foi um importante incentivo para o movimento pró-democracia e de defesa dos direitos humanos na Indonésia, e serviu de motivação para a publicação do primeiro número da primeira publicação periódica indonésia dedicada a Timor Leste, a «Suara Rakyat Maubere», a «Voz do Povo Maubere».

Esta publicação, em formato A5, foi lançada pelo Instituto para os Direitos dos Povos, LEKMAT (Lembaga Kajian Hak-hak Masyarakat). Criada em 1989, esta organização não governamental resolveu, em finais de 1993, dar início a esta publicação em língua indonésia para, como diziam os editores no seu primeiro número,

«disseminar informação sobre a luta do povo de Timor Leste a uma camada bastante alargada de indonésios. Fornecendo informações fidedignas sobre a história, as aspirações e os objectivos da sua luta, podemos desenvolver a solidariedade com o povo de Timor Leste» (*Tapol Bulletin* n.º 125, Outubro de 1994).

Pela mesma altura o boletim Funu, da Associação Socialista Timorense (AST) tornou-se numa publicação da resistência timorense. Publicou textos em português, inglês, língua indonésia e tetum. Formalmente a entidade editora era The Centre for Human Rights, em Fitzroy, Austrália.

No seu número de Maio de 1994, com quarenta páginas, a Funu também publicou a carta de Xanana Gusmão à solidariedade indonésia, além de artigos criticando o «*diálogo de reconciliação*» promovido pelos serviços secretos indonésios e com o apoio do ex-representante da Fretilin em Portugal.

Nas VI Jornadas de Timor da UP, realizadas no Porto, entre 4 e 14 de Outubro de 1994, o Professor George Aditjondro, que já tinha estado nas Jornadas de 1993, também participou. Durante o jantar de encerramento recebeu uma chamada da família, a dizer que a polícia tinha ido a sua casa, em Salatiga (Java Central) para o convocar para interrogatórios... Depois, a sua casa foi apedrejada, a esposa e o filho ameaçados, os telefones cortados... Algum tempo depois teve que emigrar para a Austrália. Entretanto escreveu um livro sobre o impacto da ocupação sobre Timor Leste (*In the Shadow of Mount Ramelau*).

Nessas mesmas jornadas a Prémio Nobel da Paz irlandesa, Mairead Maguire, declarou o seu apoio à proposta do bispo Ximenes Belo para aquele mesmo galardão. E a Yenny Damayanti, que continuava a corresponder-se com o seu mentor político, trouxe consigo uma mensagem de Xanana Gusmão.

14. A PARTIR DE 1994 TIMORENSES RESIDENTES NO TERRITÓRIO E DEMOCRATAS INDONÉSIOS COMEÇARAM A PARTICIPAR EM REUNIÕES E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, NAS FILIPINAS, NA ALEMANHA, NA AUSTRÁLIA E NOUTROS PAÍSES, O QUE CONTRIBUIU PARA REFORÇAR A SOLIDARIEDADE MÚTUA E PARA ANGARIAR APOIOS INTERNACIONAIS

A partir de 1994 começou a ser possível organizar conferências internacionais, fora de Portugal, com significativa participação de timorenses residentes no território — a maior parte dos quais defensores da autodeterminação e independência do seu país — e democratas indonésias.

A Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade de Porto, em nome da Reitoria e do Reitor da maior universidade portuguesa, Professor Alberto Amaral, promoveu e apoiou várias destas iniciativas na condição de elas incluírem o convite e a participação de timorenses e indonésios. O objectivo, ao pôr esta condição, era promover a solidariedade mútua entre um e o outro

povo, e ligar as lutas pela autodeterminação de Timor-Leste e de democratização da Indonésia. Isto porque se considerava que pôr fim à ditadura de Suharto e ao domínio dos militares, e democratizar a Indonésia eram cruciais para a auto-determinação (e a democratização) de Timor-Leste.

A primeira grande conferência internacional realizada fora de Portugal foi a «*Asia Pacific Conference on East Timor*», realizada em Manila, na Universidade das Filipinas, de 31 de Maio a 4 de Junho de 1994. A Universidade de Porto foi uma das muitas entidades convocantes.

As pressões do governo indonésio sobre o governo das Filipinas para impedir a sua realização foram enormes.

A conferência chegou a ser proibida, mas um tribunal de instância superior considerou ilegal a proibição. Os seus dois principais organizadores — que, em Julho de 1993, tinham participado nas V Jornadas de Timor da UP —, Augusto Miclat, Jr., e Renato Constantino, Jr., foram ameaçados de morte, mas não desistiram. Muitos dos convidados foram proibidos de entrar nas Filipinas, como aconteceu a Mme Mitterrand, esposa do Presidente da República Francesa, à Prémio Nobel da Paz, Mairead Maguire, ao Dr. Ramos Horta e a outros dirigentes timorenses, aos editores do *Tapol Bulletin*, Carmel Budiardjo, e Liem Soei Liong, à representante do Reitor da Universidade do Porto, Prof.^a Susan Castillo (apesar de ter passaporte americano), ao Dr. Azevedo Lopes da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e a outros.

Mas todos esses entraves e dificuldades não impediram a conferência de ter lugar. Antes pelo contrário, serviram para lhe dar uma enorme projecção mediática, não apenas nas Filipinas mas também em toda a região e até no mundo. A CNN, a Sky News e outras redes televisivas mundiais dedicaram uma atenção e tempo de antena à Conferência como antes a questão de Timor Leste nunca tinha tido.

O cardeal Sin, de Manila, não calou o seu protesto pelos entraves postos pelo governo filipino à realização desta conferência. Em carta de 30 de Maio dirigida ao bispo Ximenes Belo, diz:

«(...) Eu sei quanto o seu povo tem sofrido ao longo de todos estes anos por causa da ilegal ocupação indonésia de Timor Leste (...)

«Estou muito tristemente desapontado com a decisão do Governo Filipino de deportar a galardoada com o Prémio Nobel da Paz Mairead Maguire e todos os outros que queriam participar numa conferência em Manila sobre Timor Leste. Entristece-me ver os líderes políticos do meu próprio país a ceder às pressões de uma nação estrangeira. A decisão de impedir a conferência é uma decisão louca.»

Coube ao bispo Aloisius Nobuo Soma, do Conselho Japonês Justiça e Paz, fazer a última intervenção da Conferência, manifestando a sua total solidariedade aos timorenses, dizendo:

«O vosso objectivo é um objectivo que todos nós partilhamos com todo o nosso coração.»

Tendo entretanto sido criada a Asia Pacific Coalition for East Timor (APCET), o seu Presidente, Renato Constantino, Jr., podia dizer, com satisfação: — «*Ganbámos esta batalha, é tempo de ganbarmos a guerra.*»

De 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1994 foi a vez da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da UP, através do seu Coordenador, organizar, em conjunto com o Dr. Pedro Pinto Leite, da Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste, o Dr. Peter Frank, do Centro de Informação do Sudeste Asiático de Bochum, e o Dr. Rudiger Sereika, da Academia Evangélica de Iserlohn, organizarem uma conferência internacional na Alemanha.

A visita do presidente Suharto, como Convidado de Honra da Feira de Hanôver, estava programada para Abril de 1995 e era necessário acordar e reforçar a solidariedade alemã. Esse era um dos principais objectivos da conferência de Nerlohn, em que participaram numerosos timorenses e indonésios cujos testemunhos deram nova alma à solidariedade alemã.

Chegada a hora da visita do general Suharto, esta estava atenta e não deu tréguas ao responsável por tantas mortes, torturas e violações em Timor e na Indonésia.

As tomadas de posição dos artistas que, de acordo com o programado, deveriam cantar para o ditador se este não desistisse de ir à ópera ouvir o seu protesto, o cancelamento da visita a uma cidade histórica alemã, por a vereação ter considerado Suharto «*persona non grata*» e as manifestações de rua — onde o presidente da Indonésia julgou haver o dedo de democratas do seu país — levaram Suharto a perder a paciência e a compostura e a dizer, enraivecido, em Javanês:

«Temos que tomar medidas contra os traidores nacionais. Eles são malucos, estão loucos, são irracionais.»

O seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, não lhe ficou atrás quando, furioso, fez um gesto indecoroso para os manifestantes que a câmara de um membro da solidariedade alemã captou e divulgou...

Em 1995 o Dr. Michael Salla organizou uma Conferência internacional sobre Timor Leste na Australian National University em Camberra. O tema da conferência, realizada entre 2 e 12 de Julho, era «*Peacemaking Initiatives for East Timor*». Conforme lhe foi dito quando, a convite da Comissão Organizadora das Jornadas, veio a Portugal, a Universidade do Porto apoiaria essa conferência na condição de serem convidados a participar independentistas timorenses e democratas indonésios, uns e outros residentes nos seus países. Essa condição foi aceite e assistiu-se então a interessantíssimos debates entre timorenses que defendiam a independência e outros que se diziam a favor da integração.

Poucos dias depois, realizou-se em Darwin outra conferência, organizada pela solidariedade australiana, encabeçada por Rob Wesley-Smith, e patrocinada pela Universidade de Porto nas mesmas condições que a anterior. O tema era

«Indonesia and Regional Conflict Resolutions». O número de democratas indonésios que participaram nesta conferência foi relativamente elevado e muitos deles dispuseram-se, depois, a fazer longos périplos pelo continente australiano, em carreiras de autocarros, para contactar comunidades timorenses, participar em sessões públicas e criar uma rede de solidariedade não só com o movimento pró-democracia, na Indonésia, mas também com o Povo de Timor Leste e a sua luta pela auto-determinação.

Uma das participantes indonésias, que também atravessou toda a Austrália, de norte a sul, depois da Conferência, era uma jovem estudante, muçulmana, de biologia. Ficou tão impressionada com o que lhe contaram algumas mulheres timorenses que resolveu, algum tempo mais tarde, ir a Timor Leste e fazer um estudo sobre violações das mulheres timorenses por membros das forças ocupantes indonésias. Mulher de grande coragem, Aida Milasari organizou, depois, duas conferências sobre esse melindroso assunto, uma na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta (onde ela se formou) e outra em Jacarta. Estas conferências, que tiveram grande impacto nos meios estudantis e intelectuais indonésios, foram realizadas com grande risco, quando o general Suharto ainda se encontrava no poder.

Em 1996 a Universidade do Porto, através da sua Comissão Organizadora das Jornadas, que continuava a ser constituída pelo próprio Reitor, Professor Alberto Amaral, pelo Pró-Reitor, Professor Nuno Grande, e pelo autor deste artigo, e em colaboração com três universidades de Sydney, conseguiu realizar uma grande conferência com mais de trezentos participantes nesta cidade australiana, subordinada ao tema «East Timor, its future in the Asia Pacific». Alguns dos participantes indonésios nesta conferência diziam que se tratava da maior reunião do movimento pró-democracia indonésio até então realizada, não pelo número de participantes mas pelo número de organizações indonésias representadas, a maior parte das quais eram clandestinas ou semi-clandestinas. O número de participantes vindo de Timor Leste (sem contar com os timorenses residentes na Austrália) foi também relativamente elevado. E a solidariedade entre indonésios e timorenses, na luta comum pela liberdade e a democracia, e também pela auto-determinação de Timor Leste, ficou mais reforçada.

**15. COM A «OCUPAÇÃO» DA EMBAIXADA AMERICANA,
EM 12 DE NOVEMBRO DE 1994, A JUVENTUDE TIMORENSE
LEVOU A QUESTÃO DE TIMOR PARA O CORAÇÃO DE JACARTA
E CONSEGUIU A INDONEIZAÇÃO DA LUTA**

Em 12 de Novembro de 1994 vinte e nove jovens timorenses saltaram as grades da embaixada americana em Jacarta. Assinalaram assim o 3.º aniversário do massacre de Santa Cruz, e fizeram-no na véspera da chegada do Presidente

Clinton dos EUA à Indonésia, para a conferência da APEC (Asia Pacific Economic Conference).

O impacto nos media internacionais foi enorme. A Conferência, que o governo do general Suharto tinha preparado com tanto cuidado para ser uma operação de charme da Indonésia, ficou ofuscada pelas imagens da CNN e de outros canais internacionais de televisão e pelas notícias das rádios e da imprensa mundiais sobre a ocupação da Embaixada e, a partir desse gesto, sobre a questão timorense.

Em Outubro de 1994 o governo indonésio, desejoso de mostrar que em Timor Leste, depois do infeliz «incidente» de 12 de Novembro de 1991, tudo tinha voltado à normalidade, declarou que todos os jornalistas que fizessem a cobertura da Cimeira da APEC seriam autorizados a visitar Timor-Leste. Mas, na hora da verdade, recuou. Allan Nairn e Amy Goodman, dois jornalistas americanos que tinham testemunhado o massacre de Santa Cruz, foram impedidos de entrar em Timor Leste, depois de serem sujeitos a interrogatórios, durante horas seguidas, em Kupang. De regresso a Jacarta entrevistaram alguns dos vinte e nove «assaltantes» da embaixada americana e organizaram uma conferência de imprensa que acabou por ser proibida. Depois de sucessivos autorizações e recusas de visitar Timor Leste, acabaram por conseguir escapar à vigilância dos serviços secretos e entrar no território, onde permaneceram vários dias.

Enquanto decorria a Conferência da APEC em Jacarta e estes dois jornalistas americanos jogavam ao cão e ao gato com as autoridades indonésias, muitos outros jornalistas internacionais entraram em Timor.

Durante dias a fio todos os noticiários da CNN mostravam manifestações de protesto em Díli ou descreviam a saga dos jovens ocupantes da embaixada americana.

Aborrecido com esta situação, o brigadeiro-general Syarwan Hamid, porta-voz das Forças Armadas Indonésias, queixava-se, ao *Jakarta Post* de que

«Com as suas técnicas fotográficas eles fazem fotografias que levam a parecer que os manifestantes são muito numerosos. De facto não passam de meia dúzia.»

Quando, em 18 de Novembro de 1994, teve lugar uma manifestação de protesto junto da catedral de Díli, o major Simbolon, porta-voz das forças militares em Timor Leste, acusou a equipa do mais importante canal de televisão japonesa, NHK, de provocar a agitação, alegando que foi esta que deu uma bandeira aos timorenses para lhes tirarem fotografias com ela. Simbolon acusou os jornalistas de «*se envolverem em acções para além das suas funções jornalísticas. Deliberadamente os jornalistas se associam aos protestos*» (*Tapol Bulletin*, n.º 126, Dezembro de 1994.)

Como presidente da Conferência, já que esta se realizava no seu país, o general Suharto viu-se obrigado a presidir a uma conferência de imprensa, no final dos trabalhos da cimeira da APEC.

A fim de evitar situações embaraçosas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros instruiu todas as delegações de jornalistas com as regras a que obedeceria a conferência de imprensa: — O Presidente Suharto responderia apenas a questões respeitantes ao processo da APEC. E só aceitaria sete perguntas. Cada uma das grandes áreas geográficas representadas na APEC teria a possibilidade de colocar uma questão apenas (*International Herald Tribune*, 17.11.1994). Isso significava apenas uma pergunta feita por uma única jornalista de cada uma das seguintes regiões: — Indonésia, América do Norte (EUA e Canadá), América Latina, Europa, China e ASEAN.

Infelizmente, para Suharto, a jornalista Elaine Sciolini, do *New York Times*, escolhida para pôr a questão dos média da América do Norte, perguntou a Suharto «*Como pensa resolver a questão de Timor Leste de uma vez por todas?*»

Visivelmente furioso e embaraçado, Suharto desculpou-se, confuso, com a falta de tempo para tratar do assunto.

Ainda pior, para o ditador, é que esta foi, exactamente, a única questão da Conferência de Imprensa que as televisões mostraram em todo o mundo. A memória de Santa Cruz e o assalto à Embaixada Americana em Jacarta, poucos dias antes, tinham feito com que a imprensa internacional, tão completamente adormecida para o problema de Timor durante mais de quinze anos, acordasse para o drama timorense e dirigisse, agora, os seus focos prioritariamente para esta questão.

Na petição entregue pelos «*assaltantes*» timorenses aos jornalistas em Jacarta é exigida «a libertação do Líder Máximo da Resistência Timorense, Kay Rala Xanana Gusmão e, com ele, de todos os prisioneiros políticos timorenses» e são exigidas, também, uma «*amnistia*» para os «*presos políticos indonésios*»; o reconhecimento do «*direito de organização, de reunião e de expressão aos trabalhadores indonésios*»; a «*libertação dos líderes sindicais indonésios Mochtar Pakpahan e Amosi (...)*», a disposição do presidente indonésio para dialogar com «*os verdadeiros Representantes do Povo de Timor Leste, provenientes de quatro componentes da Resistência: a Igreja de Timor Leste, o CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere), a UDT e a FRETILIN*».

Este «assalto», com pedido de asilo à Embaixada americana, contou com o apoio da oposição democrática indonésia, e representou um marco fundamental na indoneização da luta.

A solidariedade entre os dois povos, indonésio e timorense, desenvolvida sobretudo a partir do massacre de Santa Cruz, torna-se efectiva e dá os seus primeiros frutos visíveis. Depois da internacionalização, conseguida pelo sangue de mais de quinhentos timorenses assassinados quer em S.ta Cruz, em 12 de Novembro de 1991, quer no hospital e noutros locais, nos dias seguintes, segue-se, três anos depois, a fase da indoneização da luta.

16. EM 1995 TIMOR LESTE TORNOU-SE UMA QUESTÃO CENTRAL NA POLÍTICA INDONÉSIA

Até 1991 a imprensa indonésia quase não falava de Timor. E quando o fazia, era para apresentar a versão oficial e enaltecer o desenvolvimento realizado pela Indonésia com a colaboração das suas forças armadas.

O massacre de Santa Cruz surpreendeu e chocou muitos indonésios, que começaram a interrogar-se sobre o que se passava, realmente, em Timor Leste.

A criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM), por Suharto, para diminuir o tom das críticas a seguir ao massacre de Santa Cruz, e a progressiva independência que esta foi conquistando, face ao poder, fez surgir, na sociedade indonésia, uma voz autorizada e semi-oficiosa dissonante da do governo sobre algumas violações dos direitos humanos.

A Missão Paz, em 1992, levou os principais periódicos indonésios a chamar às primeiras páginas, novamente, Timor Leste e o massacre de Santa Cruz.

A publicação, em língua indonésia, de um dos livros do Coordenador das Jornadas de Timor e de outro do Dr. George Aditjondro, em 1992, ajudou alguns milhares de cidadãos indonésios a tomar uma mais clara consciência do problema e das dimensões da tragédia timorense.

O julgamento de Xanana Gusmão, em 1993, a publicação do *Suara Rakyat Maubere* e de outros periódicos e a «ocupação» dos terrenos da Embaixada dos EUA em Jacarta por jovens timorenses, fizeram com que a questão de Timor-Leste se tornasse conhecida e progressivamente mais importante para a opinião pública indonésia.

As emissões da BBC, da Radio Netherlands e da Radio Austrália ajudaram alguns indonésios mais atentos a informar-se permanentemente da situação e a tomar contacto com as críticas que internacionalmente eram dirigidas à Indonésia.

Em 1994 pelo menos catorze manifestações de timorenses foram registadas e noticiadas pela imprensa indonésia.

Xanana Gusmão, apesar de estar preso, conseguiu ser notícia com frequência, tornando-se o seu nome e o seu humanismo familiares para milhões de indonésios. Para a juventude tornou-se, ele próprio, uma fonte de inspiração e de esperança, e um catalisador de solidariedades.

Em 12 de Janeiro de 1995 foram assassinados seis aldeões em Liquiçá. Embora o seu número fosse quase cem vezes menor do que o número de vítimas dos massacres de Novembro de 1991, em Santa Cruz, no Hospital e noutras locais dos arredores de Díli, deu origem a numerosas notícias na imprensa indonésia durante semanas a fio. E isto apesar de, em Junho de 1994, Suharto ter proibido a publicação dos três principais periódicos indonésios — *Tempo*, *Editor* e *De Tik*.

As investigações feitas pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos levaram-na a discordar da versão inicial do governo relativa a estes seis assassinatos.

As duas visitas a Timor da Comissão Nacional dos Direitos Humanos deu origem a interessantes declarações. O Professor Muladi, jurista e director da Universidade Estadual Diponegoro, de Semarang (a segunda cidade indonésia em população), Java Central, afirmava:

«Embora (Timor Leste) faça parte da Indonésia há perto de vinte anos, as condições ainda não mudaram. Com certeza que há algo de errado nisto. E precisamos de saber o que é que está errado.» (Jornal *Kompas*, de Jacarta, de 27/02/1995, citado pelo *Tapol Bulletin*, n.º 128, de Abril de 1995.)

Outro membro da Comissão, Mazurki Darusman, declarou que, nas suas visitas, constatou que um número crescente de timorenses estavam desiludidos com a «integração» e que era necessário rever a política indonésia relativamente a Timor.

Nurcholis Madjid, um prestigiadíssimo intelectual muçulmano, queixava-se de o governo não fornecer à Comissão informações que eram conhecidas até no estrangeiro e que a Comissão recebia de outros países.

No final desta longa polémica, que durou meses, oficiais de alta patente e o próprio porta-voz da Presidência indonésia tiveram que admitir que tinha havido, por parte dos militares envolvidos nestas mortes, uma «*violação das normas de procedimento*».

A convicção generalizada que ficou, nos leitores dos jornais indonésios, foi a de que os seis timorenses assassinados por militares indonésios em Liquiçá, em 12 de Janeiro de 1995, não passavam de inocentes aldeões.

O editor do *Tapol Bulletin* (n.º 128, Abril de 1995) tira deste processo a seguinte conclusão:

«O barulho a que deu origem a tragédia de Liquiçá reflecte as mudanças políticas que se deram na sociedade (indonésia). A estrutura altamente corporativista da estrutura política está a desintegrar-se gradualmente. A sociedade, em particular a classe média exige, agora, maior abertura e acredita que a existência de vozes diferentes e até pontos de vista contraditórios deixou de ser tabu. Timor Leste, agora colocado no centro da agenda internacional e nacional, está a acelerar o processo do pluralismo. Há boas razões para pensar que a questão de Timor Leste pode acelerar o processo de mudança em Jacarta e tornar-se um importante factor para o processo de democratização e de promoção dos direitos humanos.»

17. A ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ DE 1996 A RAMOS HORTA E AO BISPO XIMENES BELO, FOI UMA IMPORTANTÍSSIMA VITÓRIA DA DIPLOMACIA TIMORENSE E ABRIU MUITAS PORTAS ANTES COMPLETAMENTE VEDADAS À RESISTÊNCIA

O Dr. Ramos Horta, que quando começou a representar o Povo e a Resistência Timorense nas Nações Unidas, integrado na Missão de Moçambique ou do Vanuatu, tinha apenas vinte e cinco anos, desenvolveu, quase sozinho, uma luta

diplomática titânica, conquistando, um a um, preciosos amigos e aliados. Aos poucos foi conhecendo alguns laureados com o Prémio Nobel de Paz e outras personalidades com influência na sua atribuição e desenvolveu uma campanha para que um timorense — o bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo — recebesse o Prémio Nobel da Paz de 1995. Os seus esforços não foram coroados de êxito, nesse ano. Mas, quando alguns desanimavam dessa possibilidade, Ramos Horta foi surpreendido, em 1996, não apenas com a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ximenes Belo, pelo qual tanto tinha lutado, mas também, por mérito próprio, a ele mesmo.

Segundo *The Economist* de 14 de Dezembro de 1996, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas reagiu furiosamente dizendo que o seu governo ficou «*assombrado e completamente perplexo*» pela atribuição do Prémio Nobel a Ramos Horta. Afirmou mesmo que o Comité Nobel tinha tomado uma decisão sem tino que dificultaria o encontro de uma solução internacional aceitável.

Enquanto o ministro Alatas se queixava da atribuição do Prémio Nobel ao Dr. Ramos Horta, o porta-voz das Forças Armadas convocou todos os editores dos principais jornais indonésios para os instruir no sentido de desacreditarem o bispo Belo.

A oportunidade para isso surgiu com uma entrevista dada pelo bispo de Díli ao jornal alemão *Der Spiegel*, na qual este era citado como tendo dito que o exército indonésio tratava os timorenses como «*cães com sarna*» e como «*escravos*».

Quando regressou a Díli, depois de, em 10 de Dezembro de 1996, ter recebido, em Oslo, o Prémio Nobel da Paz, no meio de apoteótica recepção o bispo foi alvo de mais uma tentativa de assassinato. Valeu-lhe a protecção de jovens timorenses.

A repercussão internacional desta decisão do Comité Nobel foi enorme. Muitas portas, de chefes de Estado e de governantes, de líderes religiosos e outras personalidades, que antes se fechavam completamente aos representantes da Resistência Timorense, abriram-se pela primeira vez.

A tentativa, sucessivas vezes frustrada, de organizar conferências internacionais em universidades dos Estados Unidos e do Canadá, tornou-se possível.

Com o Dr. Ramos Horta no programa, foi possível levar a efeito, em finais de Fevereiro e princípios de Março de 1997, conferências em treze universidades americanas, e em duas canadianas. Em todas elas participaram representantes da Resistência Timorense e democratas indonésios. A pedido do Coordenador Geral da iniciativa, em todas as conferências foi dada, à numerosa delegação enviada pelo governo indonésio para contrariar o eventual efeito das conferências, a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista, nomeadamente pela sua participação em sessões em que estavam na mesa membros dessa delegação.

Significativamente, na Universidade de British Columbia, em Vancouver, numa das sessões estavam na mesa o Secretário da Embaixada Indonésia em

Londres e um refugiado político indonésio também residente no Reino Unido (Liem Soei Liong); um membro da Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Jacarta, criada pelo general Suharto, e o presidente de uma Comissão dos Direitos Humanos australiana (o bispo auxiliar de Melburne, Hilton Deakin), um professor da Universidade da Califórnia (Geoffrey Robinson) e o autor deste artigo, da Universidade do Porto.

Apesar do espírito democrático e de grande tolerância e abertura com que foi tratada a delegação indonésia, os participantes timorenses residentes no território, Reverendo Arlindo Marçal, Chefe da Igreja Protestante de Timor Leste, e o Dr. Armindo Maia, Vice-Reitor da Universidade de Díli, receberam ameaças que os obrigaram a regressar a Timor Leste sem completar o périplo.

Antes disso, porém, puderam testemunhar, tal como o Dr. Ramos Horta e o Dr. George Aditjondro da universidade indonésia de Salatiga, perante o «Caucus» de Direitos Humanos do Congresso Americano. Foi em 25 de Fevereiro de 1997 que teve lugar essa que foi a primeira audição dedicada a Timor Leste por esta comissão de Direitos Humanos do Congresso Americano. Pelo seu lado, o Parlamento do Estado de Massachusetts também organizou uma audição com a delegação timorense e internacional, tendo, na sequência disso, proposto o corte de relações com as empresas que fizessem negócios com a Indonésia.

Apesar dos tempos já começarem a ser outros, a Universidade de S. Francisco, uma prestigiada universidade católica na costa oeste dos EUA, perdeu, de um dia para o outro, meio milhão de dólares, subvenção de um *lobby* indonésio cortada para manifestar dessa forma o seu desagrado pela realização da conferência sobre Timor nesta universidade.

As conferências realizadas em Vancouver, e que tinham começado a ser preparadas (tal como as dos EUA) com mais de um ano de antecedência, tiveram, entre outros, o objectivo de consolidar e dar força à solidariedade canadiana antes da Conferência da APEC onde o presidente da Indonésia se deslocou meses depois e onde foi, tal como na Alemanha, alvo de significativas manifestações de protesto.

18. A VISITA DO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, NELSON MANDELA, A XANANA GUSMÃO, EM JULHO DE 1997, MOSTROU AOS GOVERNANTES INDONÉSIOS E A TODO O MUNDO O ESTATUTO DE CHEFE DE ESTADO QUE ESTE MERECEIA, E, CONCOMITANTEMENTE, A NECESSIDADE DE LIBERTAR NÃO SÓ XANANA GUSMÃO MAS TAMBÉM TIMOR LESTE

Quando, em Julho de 1997, o Presidente Nelson Mandela visitou Jacarta, manifestou ao presidente indonésio o desejo de se encontrar com Xanana Gusmão. Foi um pedido corajoso, fora do comum e muito embaraçoso para o general Suharto. Mas o facto de o seu visitante ser o mais prestigiado Chefe de Estado de todo o mundo, não lhe deixava grande espaço de manobra.

Para evitar os inconvenientes de uma visita do Chefe de Estado Sul-Africano à prisão de Cipinang, o general Suharto decidiu abrir as portas do complexo da Presidência da República ao prisioneiro timorense, para este jantar com o presidente Nelson Mandela, em 15 de Julho de 1997.

Durante as conversações que teve com o Presidente da Indonésia, Nelson Mandela pediu a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses.

A partir dessa altura Xanana Gusmão passou a ser visitado por quase todas as figuras da política internacional que passavam por Jacarta, nomeadamente embaixadores e governantes. Algumas personalidades indonésias, entre as quais o actual Presidente Abdurrahman Wahid, também visitaram o líder da Resistência Timorense na cadeia.

19. APESAR DAS HESITAÇÕES DO PRESIDENTE HABIBIE, A QUEDA DA DITADURA DE SUHARTO, EM 21 DE MAIO DE 1998, ABRIU, FINALMENTE, AS PORTAS À AUTODETERMINAÇÃO DE TIMOR LESTE

Em Junho e Julho de 1996 a imprensa dos meios financeiros internacionais, a começar por um editorial, de 6 de Junho, do *The Wall Street Journal*, de Nova Iorque, e a acabar no *Business Week*, de 22 de Julho de 1996, passando pelo *The Economist*, de Londres, de 29 de Junho de 1996, pelo *Aera* de Tóquio, de 4 de Julho de 1996, pela *Far Eastern Economic Review*, de 18 de Julho e até pelo *New York Times*, de 20 de Julho de 1996, aconselhava, insistentemente, o presidente Suharto a não se candidatar a novo mandato e a abrir as portas à democracia.

Apesar desses e de muitos outros apelos no mesmo sentido, o general Suharto decidiu candidatar-se às eleições presidenciais de 1997. E, para evitar que Megawatti Sukarnoputri pudesse ensombrar essa eleição, não hesitou em removê-la da liderança do PDI (Partido Democrático Indonésio) e em enviar forças armadas e milícias contra os adeptos de Megawati e forçá-los, com grande violência, a abandonar a sede do seu partido. O brutal assalto à sede do PDI, em 27 de Julho de 1996, significou a morte de todas as esperanças de, um dia, Suharto poder abrir as portas à democratização. A sua decisão de continuar como presidente, custasse o que custasse, estava tomada. E conseguiu, em 10 de Março de 1998, ser eleito, mais uma vez por unanimidade, pela MPR (Assembleia Consultiva Popular).

Entretanto, a crise económica abateu-se sobre o sudeste asiático, com especial incidência na Indonésia, a partir de Setembro de 1997, em parte como consequência da corrupção e do clientelismo desenvolvidos à sombra do governo de Suharto.

O movimento pró-democracia cresceu, e os estudantes de algumas das principais universidades indonésias, nomeadamente de Jacarta e de Jogyakarta, vieram para a rua exigir o fim do regime ditatorial.

Em 21 de Maio de 1998, Suharto perdera já o controlo da situação. As suas tentativas apressadas e pouco credíveis de fazer reformas que dias antes negara com arrogância, não encontraram receptividade, nem mesmo na maior parte dos seus colaboradores. E, por isso, abdicou a favor do seu vice-presidente, o Eng.º J. B. Habibie.

Este começou por hesitar face à questão de Timor. A pressão dos sectores militares ainda dominantes, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde Ali Alatas continuava a ser o ministro e chefe, obstruíam qualquer mudança de rumo. Mas, no plano internacional, a questão de Timor tornara-se insustentável. Até a Austrália, o mais próximo aliado da Indonésia, que em 1974 apoiara a anexação, acabou por aconselhar a desistência dessa anexação.

Tendo isso em conta, e aparentemente sem ouvir o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas, o presidente Habibie decidiu, em 27 de Janeiro de 1999, admitir a hipótese de uma consulta aos timorenses sobre a continuação, ou não, como parte da Indonésia, com estatuto de autonomia especial. Esta proposta terá sido feita a Habibie pela sua conselheira, Dewi Fortuna Anwar.

O anúncio desta disposição foi feito pelo Ministro da Informação e não pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ali Alatas acabaria por ter que admitir, publicamente, também, essa possibilidade. Mas fê-lo muito contrariado, e tentou levantar dificuldades, nas negociações feitas com Portugal, no quadro das Nações Unidas, na sequência do anúncio dessa nova postura indonésia.

Quer antes quer depois do histórico acordo assinado em Nova Iorque, em 5 de Maio de 1999, a oposição de importantes sectores dos serviços secretos e do exército, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da elite política dos tempos de Suharto, foi enorme. Só a conjugação de pressões internacionais, da tenacidade e da habilidade diplomática de Portugal, e do realismo, contenção e sentido de oportunidade da Resistência Timorense é que permitiram que, em 30 de Agosto de 1999 tivesse, finalmente, lugar um autêntico referendo de autodeterminação do Povo Timorense.

A solidariedade indonésia desempenhou, mais uma vez, um papel de relevo, contrariando as pressões dos sectores mais reaccionários e opostos à libertação de Timor Leste.

Muitos cidadãos indonésios participaram, como observadores, na consulta popular. E muitos deles procuraram fazer chegar à opinião pública indonésia os testemunhos, o sentir e a vontade da grande maioria dos timorenses.

Quando, depois do referendo, os sectores dos serviços secretos e do exército que se sentiram derrotados, empreenderam, em conjunto com milícias timorenses, o saque e a destruição das casas e outras infra-estruturas, e a deportação forçada de mais de duzentos mil timorenses, as vozes esclarecidas de alguns

membros da solidariedade indonésia elevaram-se contra o barbarismo dessa política de destruição e vingança.

Não será, talvez, por acaso, que o comandante militar de Timor Leste que, finalmente, admitiu publicamente que as forças armadas indonésias não eram capazes de assegurar a paz e a segurança em Timor, foi um general que, meses antes, tivera longas conversas com Ramos Horta, numa conferência internacional realizada em Londres com o objectivo de pôr em contacto líderes timorenses e personalidades indonésias influentes.

Essa e outras reuniões do mesmo género, organizadas por sugestão da Resistência Timorense e com a participação do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, de Lisboa, e outros institutos similares, foram possíveis graças à rede de solidariedades entretanto tecida entre timorenses, portugueses e indonésios.

Ao admitir, como o fez o general Kiki Syahnakri, que não estava em condições de garantir a segurança no território, o comandante militar de Timor recém-nomeado, abriu as portas à aprovação, em 15 de Setembro de 1999, da Resolução n.º 1164 do Conselho de Segurança da ONU que autorizou «o estabelecimento de uma força multinacional sob uma estrutura de comando unificado, no seguimento do pedido do Governo Indonésio transmitido ao Secretário Geral a 12 de Setembro de 1999, com as seguintes funções: restaurar a paz e a segurança em Timor Leste; (...)».

Houve manifestações, quer em Jacarta quer noutras cidades, contra este «pedido» do governo indonésio e contra a «invasão australiana» a que este abriu as portas, ao aceitar a entrada em Timor de uma força militar internacional sob comando australiano. Mas a solidariedade indonésia, com o trabalho de esclarecimento que foi fazendo, contribuiu para que estas manifestações não atingissem proporções incontrolláveis.

Nesse mês de Setembro de 1999 toda a solidariedade internacional — nomeadamente a portuguesa — foi crucial para convencer um hesitante presidente Clinton, dos EUA, a decidir-se a apoiar a criação da força multinacional.

A exemplar contenção das FALINTIL, que se recusaram a entrar na luta fratricida contra milicianos timorenses, como tantas vezes o tentaram provocar os ocupantes indonésios, e o incedível civismo dos timorenses no dia do referendo, foram o factor determinante. Com esse civismo e essa difícil contenção e disciplina, os timorenses alcançaram, finalmente, a autodeterminação pela qual tanto lutaram.

A solidariedade internacional e, em particular, a solidariedade indonésia, teve um papel muito importante. E se a maior parte dos membros activos da solidariedade internacional puderam fazê-la na tranquilidade e no conforto da segurança em que viviam, muitos indonésios pagaram com perseguições e, por vezes, com a prisão e torturas, a sua coragem de serem solidários com o Povo Timorense.

Lembrando a história corajosa da difícil solidariedade indonésia, foi com emoção que visitei, em Maio de 2000, as instalações, em Jacarta, do Solidamor. Criado por participantes nas Jornadas de Timor da Universidade do Porto e outros defensores dos direitos humanos, esta estrutura da solidariedade indonésia com Timor desempenhou um papel relevante em condições muito difíceis.

Dava gosto ver que, finalmente, podiam trabalhar livremente, à luz do dia. Alguns dos seus membros continuavam a usar o pseudónimo que tiveram de inventar para participar nas Jornadas de Timor e noutras iniciativas da Universidade do Porto, quer em Portugal quer noutros países e noutros continentes.

Mas quando, em Junho de 2000, voltei a Jacarta, a sede do Solidamor tinha sido atacada por milícias timorenses e agentes das forças indonésias. Quatro dos seus membros tinham sido espancados, incluindo o seu presidente, o sociólogo Coki Naipospos, que participou em iniciativas em vários continentes a defender a democratização da Indonésia e a auto-determinação de Timor Leste. Alguns dias depois a corajosa Yenni Damayanti ficou muito gravemente ferida num acidente de causas pouco claras... A luta interna continua, na Indonésia, entre os defensores da mudança democratizante, em que se insere a autodeterminação de Timor Leste, e os seus oponentes. E alguns democratas indonésios continuam a pagar caro o preço da sua tão importante e profunda solidariedade com o Povo Timorense.

Lisboa, 20 de Novembro de 2000

BIBLIOGRAFIA

- ADITJONDRO, George J., 1994: «In the shadow of Mount Ramelau. The impact of occupation of East Timor», ISBN:90-70494-027, INDOC, Amesterdão.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1983: «Timor-Leste. Mensagem aos vivos», LIMAR, Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1992: «Timor Leste. Ocupação Indonésia e genocídio», ISBN:972-8025-00-9, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1992: «Timor Leste: Terra de Esperança», ISBN:972-8025-03-3, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1997: «Timor Leste e as Jornadas da Universidade do Porto», ISBN:972-8025-11-4, Reitoria da Universidade do Porto.
- BARBEDO DE MAGALHÃES, António, 1999: «Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia», ISBN:972-662-708-7, GRADIVA, Lisboa.
- DEFERT, Gabriel, 1992: «Timor Est. Le génocide oublié. Droit d'un peuple et raisons d' Etats», ISBN:2-7384-1475-3, L'Harmattan, Paris.

- DUNN, James, 1993: «Timor. A people betrayed», ISBN:0-7333-0537-7, ABC, Sydney.
- FORRESTER, Geoff, 1999: «Post-Soeharto Indonesia. Renewal or Chaos?», ISBN:981-230-046-5, ISEAS, Singapura.
- GUNN, Geoffrey C., 1999: «Timor Loro Sa'e 500 anos», ISBN 972 9418-80-2, Livros do Oriente, Macau.
- GUSMÃO, Xanana, 1994: «Timor Leste. Um povo. Uma pátria», ISBN:972-8047-85-1, Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa.
- LEMONS PIRES, Mário, 1991: «Descolonização de Timor. Missão impossível?», ISBN:972-42-0350-6, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MANN, Richard, 1999: «Fight for Democracy in Indonesia», ISBN:0-921333-84-6, Gateway Books, Jacarta.
- RAMOS-HORTA, José, 1994: «Timor Leste. Amanhã em Díli», ISBN:972-20-1120-0, Dom Quixote, Lisboa.
- RICKLEFS, M. C., 1993: «A History of Modern Indonesia since c.1300», ISBN:0-333-57689-X, THE MACMILLAN PRESS, Londres, 2.^a Edição.
- TAYLOR, John G., 1999: «East Timor. The price of freedom», ISBN:1-85649-841-7, Zed Books, Londres.

UM PLANO DE FOMENTO AGRÁRIO PARA TIMOR (1958)

– TEXTO INÉDITO DE RUY CINATTI

*Peter Stilwell **

Os tempos são de reconstrução e de futuro em Timor. Poderá parecer por isso despropositado publicar uma proposta de fomento agrário datada de 1958. Trata-se, no entanto, de um contributo a vários títulos significativo. É um documento relevante para a história do desenvolvimento de Timor após a II Guerra Mundial. O autor aliava à formação técnica e ao estudo do clima, solos, flora e agricultura em Timor, um profundo sentido humanista, uma intuição poética e uma grande admiração pelos timorenses. Não nos surpreende, portanto, que, para lá de algumas propostas datadas, se encontrem no texto princípios e perspectivas de validade permanente.

Cinatti conheceu Timor pela primeira vez em 1946. Encontrou o território totalmente devastado pela guerra. Sete anos depois, um cientista holandês de visita à ilha comentava no relatório final: «As condições de acomodação e abastecimento são ainda muito difíceis em Timor, porque, com pouquíssimas exceções, os japoneses arrasaram todos os edifícios de pedra, uma destruição inimaginável, ... deixando o país em péssimo estado. Parece que foi devido à fúria que sentiram contra os timorenses por estes terem apoiado as forças aliadas e protegido os guerrilheiros.» Há um evidente paralelo com a destruição de infra-estruturas materiais e humanas que em Setembro de 1999 mobilizou em favor dos timorenses a comunidade internacional. Escrito em 1957, por um interveniente directo na reconstrução de Timor no pós-guerra, o plano que se publica representa uma interessante avaliação crítica dos sucessos e fracassos de dez anos de trabalho na área da agricultura.

Mas situemos melhor o autor.

Durante a sua primeira estada em Timor (1946-1947), como secretário do Governador Óscar Ruas, Ruy Cinatti Vaz Monteiro Gomes (1915-1986) realizou o que continua a ser hoje o levantamento fito-geográfico mais completo do território. Apresentou os resultados como tese de licenciatura no Instituto Superior

* Professor da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

de Agronomia, em Lisboa, e em 1950 publicou-os em três obras editadas pela Junta de Investigações Coloniais: «Explorações Botânicas em Timor», «Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português» e «Esboço Histórico do Sândalo no Timor Português».

Em fins de 1951, partiu de novo para Timor como responsável pelos Serviços de Agricultura. Sem condições humanas e financeiras para a política agrícola com que sonhava, seguiram-se quatro anos de crescente frustração profissional.

Regressado a Lisboa, em 1956, para um ano de licença, vive tempos de mudança. Alguns dos poemas mais marcantes d'«O Livro do Nómada Meu Amigo» (1958) reflectem a sua luta interior – «ajuste de contas entre mim e o mundo, entre o meu ser autêntico e o de todos os dias»¹. Sustém-no a forte ligação afectiva que o prende ao povo timorense. «A minha história — escreverá anos depois —, uma triste história, que se identifica com a história de Timor.» Ainda em 1956, publica um vigoroso e sentido manifesto «Em favor do Timorense». Por fim, intui que é no povo de Timor e sua cultura que se encontra a chave de um desenvolvimento sustentado do território, e decide por isso estudar Antropologia Cultural.

Na Primavera de 1957, é integrado a seu pedido nos quadros da Junta de Investigações do Ultramar e, em Maio, redige as «Linhas Gerais de um Plano de Fomento Agrário para a Província de Timor», que aqui se publicam pela primeira vez.

Fará referência a esta proposta anos depois, em comentário a um poema que publica em «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974):

PARÂMETRO ECOLÓGICO

[...]

Onde passei havia florestas
há tantos anos...
Hoje, a paisagem é um deserto
de caules nus.

[...]

Meu gesto lento de fotografia
atesta cegueira aos governantes,
que olhando o que não vêem ousam dizer:
Foi sempre assim!

¹ Entrevista em *A Voz de Timor* (24 de Junho de 1972), pp. 3-4.

A Natureza, que é manjar dos vivos,
responde por mim.
Onde havia florestas há só capim
e fome que aos vivos arreбата! ²

«[...] Os anos passam e o corpo cansa-se, se não o espírito. A verdade é que ainda não me cansei de proclamar publicamente que em Timor A ÁRVORE É GARANTIA DO PÃO. Tal corolário, com força de axioma, foi sobejamente apreciado na Conferência da FAO dedicada às Florestas do Oeste do Pacífico realizada em Tóquio, em 1955, depois de uma breve análise do condicionalismo timorense em relação ao clima, ao solo e ao relevo, factores indicativos de que Timor pertence, por quase exclusivo, ao reino da floresta, e de que qualquer política de fomento a ela se deve ater, se tiver por fim último o bem da terra e das gentes de Timor. Em 1957, idêntica doutrina serviu de base às considerações prefaciais do segundo Plano de Fomento e, em 1963, do Plano Intercalar.» ³

No que se refere ao parecer de 1963, para o Plano Intercalar: até hoje, não foi possível localizá-lo. A contribuição para o segundo Plano de Fomento é o texto que a seguir se publica. Uma única cópia dactilografada foi recentemente descoberta no decurso da inventariação do espólio de Cinatti, no âmbito de um projecto do Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (CLCPB) da Universidade Católica Portuguesa. No final, transcrevo algumas linhas de «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974), por serem um comentário de Cinatti, catorze anos depois, aos princípios enunciados pela primeira vez nestas «Linhas Gerais de um Plano de Fomento...».

LINHAS GERAIS DE UM PLANO DE FOMENTO AGRÁRIO PARA A PROVÍNCIA DE TIMOR

Um plano de fomento supõe, numa administração, o conhecimento, pormenorizado e em conjunto, da matéria sobre a qual se vão intensificar ou criar actividades.

Esta condição assume foros de importância primacial num plano de fomento agrário, por a matéria em questão estar relacionada intimamente com fenómenos de natureza física, biológica e humana.

Um plano de fomento agrário para Timor requer da administração uma estrutura de pensamento devidamente alicerçada no conhecimento local desses fenómenos e uma disposição construtiva que ultrapasse meros efeitos imediatos.

² *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, 1974, pp. 74-76.

³ *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, 1974, pp. 140-141.

Um plano de fomento agrário para Timor deve ter, como intuito primeiro de acção, a recuperação e conservação do existente. A exploração, inerente ao conceito de fomento, deve manter-se em relação secundária.

Finalmente, um plano de fomento agrário para Timor, embora deva ser levado a cabo em regime de cooperação, deverá ser orientado e vigiado por serviços competentes e salvaguardado por legislação adequada.

Em Timor, nenhum dos requisitos impostos por este corpo de doutrina se manifesta, quer no campo do pensamento quer nas possibilidades de acção: a improvisação e o imediatismo imperam; a organização deficiente dos serviços competentes conduz a sobreposições de elementos estranhos e perturbadores.

É no prosseguimento desta linha de doutrina que se enuncia a verdade-chave, princípio e fundamento do condicionalismo económico de Timor:

A ÁRVORE É A GARANTIA DE PÃO

Toda a administração, todos os planos de fomento agrário que dela irradiem, todos os planeamentos económicos e sociais têm forçosamente de estar possuídos deste princípio incontroverso, mesmo quando os casos particulares lhe parecem ser alheios.

O esquema hierarquizado e cinemático a seguir apresentado estabelece-se a partir deste princípio orientador e supõe, sob forma simplificada, uma herança de conhecimento e de objectivos de acção que se consideram como traves mestras de um plano de fomento agrário. Os aspectos enunciados, outras tantas partes do problema timorense e da sua resolução, se o não comportam inteiramente, procuram, contudo, evidenciar prioridades e sugerir necessidades de vária ordem.

I. Aspecto florestal e de conservação do solo

1 – *Conservação e produção de material lenhoso*

- a) *Regeneração natural: criação de reservas florestais.* As possibilidades silvícolas deficientes das espécies mais procuradas não permitem tentativas de regeneração artificial, mas apenas o estabelecimento de ambientes propícios. As reservas florestais, situadas em regiões de máxima necessidade para a conservação do solo, funcionarão duplamente como preventivas da erosão e como sementais de futuras florestas, que se hão-de estabelecer por alastramento.
- b) *Regeneração artificial:* criação de florestas de povoamento gregário e com possibilidades silvícolas garantidas nas várias formações «climax» de Timor: *teca*, eucalipto, *sterculia*, *pometia*, etc.

2 – *Rearborização condicionada a outras culturas ou inerente a elas próprias.*

- a) *Café*. Os trabalhos em curso de plantação de *albizzia* nas circunscrições da Ermera e do Suro devem ser estendidos às circunscrições de Manatuto e de Baucau, nas zonas que foram tecnicamente consignadas ao cafezeiro *arabica* e *robusta*. A primeira espécie deverá ser transplantada para lugar definitivo, logo que os arboretos da *albizzia* tenham atingido 3 metros.
- b) *Cacau*. Esta cultura, de carácter agro-florestal, deverá constituir um dos objectivos novos do plano de fomento, pela importância crescente que o produto está tendo na economia mundial. Actualmente, a produção timorense está circunscrita à plantação de Fatu-Béssi. O condicionalismo arbóreo é semelhante ao do cafezeiro *robusta*, mas seria de tentar, a exemplo das experiências realizadas na Nova Guiné, a sua consociação com o coqueiro.
- c) *Pimenta e outras especiarias*. Por motivos desconhecidos, nunca se tentou a cultura deste riquíssimo produto, muito embora se encontrem em Timor regiões propícias, as mesmas onde a espécie sucedânea conhecida por *ai-manas-ai-letem* se desenvolve espontânea. O *habitat* da *Piper nigrum* encontra condições favoráveis na floresta de monção húmida das zonas baixas. Em consociação com a sumaumeira, que lhe servirá de esteio, pode proceder-se ao seu cultivo, com mínimas dificuldades de ordem técnica. O mesmo se poderá dizer a respeito das espécies arbóreas produtoras do cravinho e da noz-moscada.
- d) *Coqueiro*. A intensificação desta cultura nas zonas baixas da Costa Norte e da Costa Sul, providas de água ou caracterizadas pela presença da palmeira corifa (palapeira), é um objectivo de larga repercussão na economia interna e externa da Província. Se sob a forma de copra o produto pode vir a representar valor importantíssimo na balança de exportação, não é menos de considerar o benefício trazido pelo seu consumo sob a forma de óleo, nem as pequenas indústrias de extracção e fabricação de sabões que lhe estão relacionadas.
- e) *Cajueiro*. A povoação de Caju-Lara, na circunscrição de Viqueque, evidencia o poder de propagação de uma espécie importada, cujo nome depressa se radicou em toponímico. A sua rusticidade e o grau de tolerância para com os terrenos perdidos para a agricultura aconselha a divulgação da espécie. O produto pode constituir também futuro recurso da exportação.

3 – **Legislação**. A efectivação do Regulamento Florestal, elaborado pelo signatário, em 1954, em conformidade com os preceitos da FAO e os regulamentos congéneres de Angola e Moçambique, além dos benefícios inerentes, é uma garantia dos trabalhos comportados pelo plano de fomento agrário.

A medida está porém condicionada à existência de serviços próprios, como sucede aliás com os empreendimentos anteriormente e a seguir propostos.

II. Aspecto agrícola propriamente dito

As transformações técnicas em agricultura, tais como são de prever num plano de fomento agrário, incidem sobre os recursos existentes para cultivo e nos métodos e organização da produção. Mas, quer se trate de rearborização, irrigação, melhoramento dos solos, das sementes e do armentio, ou de outros complexos resultantes dos factores supracitados, é o trabalho do homem, o seu agrupamento e proceder tradicional e ainda os laços que o prendem à terra que fundamentam qualquer empreendimento, *v.g.*, um plano de fomento agrário.

A sobrevivência do timorense, e, muitas vezes, a razão que o leva a querer sobreviver, dependem destas considerações. Ele é o objecto da transformação. Quaisquer mudanças, aparentemente alheias ou meramente relativas, como a substituição das alfaías agrícolas ou a introdução de novas técnicas de cultivo, afectam o seu modo de vida, as suas relações de grupo e de instituição.

A necessidade premente de transformação em agricultura resulta, entre outros motivos, do aumento natural da população e do benefício auferido por esta através do controlo, por pequeno que seja, de epidemias e outros sintomas cerceantes do crescimento. A serem providenciados outros melhoramentos na saúde pública e na nutrição, é de prever a aceleração demográfica e, portanto, um aumento não compatível com a actual produção, métodos e organização usada.

De entre as transformações específicas propostas, que incidem sobre a terra e a produção, algumas, como a rearborização e a introdução ou melhoramento de produtos ricos, já foram mencionadas. Outras seguem-se-lhe por ordem de importância, mas não menos consentâneas com a simultaneidade. São elas, a selecção e o melhoramento das sementes, o controlo das pragas, o melhoramento e a ordenação cultural dos solos, as técnicas de cultivo, a irrigação e a mecanização.

Poderá parecer óbvio também que, para efectivar transformações, necessário se torna conhecer as condições existentes e o meio humano — nativo e europeu — onde elas vão operar. Assim é, e não há que fugir a este imperativo sob pena de resultarem contraproducentes ou de efêmero efeito. E, porque essas transformações visam, em última análise, o bem comum, necessário se torna que o seu poder operante se introduza construtivamente ou, pelo menos, com um mínimo de rotura dos valores e relações estabelecidas.

1 – *Rearborização*

No seu aspecto geral e fundamental, a tarefa já foi enunciada. O aspecto particular tem em vista o combate contra a erosão e o melhoramento dos solos

em regiões de cultivo intenso e acidentadas. A exemplo do que sucede nas circunscrições fronteiriças, onde hábitos tradicionais fixaram o processo, deve generalizar-se a prática de rearboreização das hortas em pousio com leguminosas arbóreas de crescimento rápido, com o duplo fim de melhorar a terra e criar valores relativos à definição de propriedade.

- a) *Pomares*. Quer nas zonas baixas, como nas altas, e de acordo com as espécies adequadas, largos tratos há onde a manutenção de pomares serve o propósito da rearboreização, além de prover à melhoria da dieta alimentar do nativo e do europeu. São de considerar, para as zonas baixas, as bananeiras e mangueiras; para as zonas médias, os citrinos; e para as zonas altas, as espécies europeias.

2 – Melhoria e selecção de sementes

O plano estabelecido em 1952 propunha a criação de campos de reprodução de sementes, de acordo com o esquema seguinte:

— «Os campos experimentais administrados directamente pela Repartição — por ora apenas o de Díli — destinam-se a reproduzir semente recebida, em pequenas quantidades, de estações melhoradoras mundialmente conhecidas. Essa semente será depois distribuída pelas delegacias da Repartição — as administrações.»

— «Os campos de reprodução de semente das administrações destinam-se, como o nome indica, a reproduzir, em escala maior, mas proporcional às necessidades locais, a semente recebida do campo experimental da Repartição. O melhoramento, ou a substituição das espécies ou variedades menos produtivas e de pior qualidade, e a distribuição de novas espécies consideradas como melhoradoras da dieta indígena e europeia, são os objectivos imediatos dos campos de reprodução das administrações, que assim projectam por toda a Província a função intensiva da Repartição Técnica.»

A selecção ou a substituição gradual das variedades de arroz existentes, verdadeira babilónia de qualidade, tamanho e ciclo vegetativo desiguais, por uma ou duas variedades de comprovado valor e rusticidade adequada, impõe-se como uma das tarefas mais importantes. O propósito estende-se ao milho, tendo em vista a generalização das variedades de grão encarnado, ao feijão, amendoim, etc.

Propõe-se igualmente a criação de um campo de reprodução de sementes hortícolas, a estabelecer em Maubisse e Huato-Builico, zonas altas onde as espécies oriundas dos climas temperados encontram condições apropriadas e menos possibilidade de degenerescência reprodutora.

3 – Controlo das pragas

São inúmeras as pragas que atacam as espécies vegetais de maior valor económico e alimentar, mas pouco ou nada se conhece do seu comportamento,

sequer o nome científico que permita o contra-ataque com insecticidas e caldas apropriadas. Para as conhecidas, devem adoptar-se meios adequados de contra-ataque, utilizando-se pulverizadores de longo jacto.

4 – Solos

O conhecimento dos solos, da sua capacidade de uso para as diversas culturas, é dos mais importantes a considerar dos pontos de vista técnico, económico e social, e fundamenta, em conjunto com o conhecimento do clima, o ordenamento das zonas agrícolas. As primeiras amostras de solos de Timor, colhidas com propósito de sistematização, foram enviadas pelo signatário para a Junta de Investigações do Ultramar, em 1953, 54 e 55, onde esperam o necessário estudo.

5 – Práticas culturais

O melhoramento das práticas culturais, se por um lado supõe a introdução de hábitos novos, traduz-se, por outro, na recuperação de hábitos perdidos, mas não totalmente esquecidos. Assim é, em relação aos cafezeiros *arabica* e *robusta*, espécies em que raramente se pratica a decapitação motivadora de maior e melhor produção e de mais fácil colheita; assim é, ainda em relação às mesmas espécies, a necessidade de se revestirem os terrenos das plantações com leguminosas melhoradoras. A transplantação do arroz não representa, porém, técnica desconhecida dos timorenses, e daí a sua rápida aceitação e o êxito alcançado, a partir de 1952, nas circunscrições onde se praticou. Longos anos de directrizes impostas à força de palmatória levaram os timorenses a optar por técnicas totalmente despropositadas. Assim é, em relação às culturas «pobres» e «ricas», o processo nefasto de armação do terreno no sentido das linhas de maior declive, em detrimento da acertada e tradicional medida de construção de terraços segundo os planos das curvas de nível. A estes e a outros aspectos, que não vale a pena enunciar, se deve prestar imediata atenção.

6 – Mecanização

Todas as zonas baixas e planas de Timor podem ser sujeitas ao processo mecânico de cultura, sem prejuízo da estrutura física e química dos terrenos. Todas as administrações, mormente as que se dedicam à cultura do arroz em larga escala, devem possuir o seu trem de lavoura e de debulha. A introdução em Timor das debulhadoras móveis «Turner» constituiu êxito verdadeiro nos meios indígena e administrativo. O emprego de tractores, pela empresa «Sota», mereceu igual disposição de espírito na circunscrição de Viqueque. A generalização do processo a toda a Costa Sul viria solucionar a desarmonia provocada pelo critério de explo-

ração do trabalho manual em empreendimentos «faraónicos», só exequíveis através da cultura mecânica. É de considerar ainda, como argumento pró-utilização da maquinaria agrícola, a habilidade mecânica do timorense e a disposição favorável de vários agregados indígenas em a aceitar.

7 – Irrigação

Correlativamente ao desenvolvimento da cultura do arroz por meios mecânicos e aumento equivalente das áreas a irrigar, necessário se torna proceder à construção de pequenas obras de hidráulica — barragens e valas de rega —, principalmente nas regiões de contraste climático acentuado, como p. ex. em Manatuto.

8 – Celeiros, etc.

Face ao destino que vão ter os celeiros portuários já construídos — o de irem servir de armazéns para toda a espécie de produtos, e assim negarem qualquer possibilidade de vigilância sanitária — impõe-se a construção de novos celeiros nas sedes de circunscrição e de câmaras de de[sin]festação nos postos administrativos de maior produção cerealífera.

III. Aspecto pecuário

Numa administração do tipo da que vigora em Timor, a atenção dada à pecuária, no conjunto dos quadros do fomento, não revela critério acertado de resolução dos problemas fundamentais da economia local, mas tão-só o interesse puramente lucrativo e financeiro que a ela preside. E, porque assim é, subvertem-se os valores prescritos pelo conhecimento científico e descumram-se aspectos que, como o florestal e o da agricultura p.d., antecedem em grau hierárquico o aspecto pecuário. E esquece-se que a pecuária, encarada no conjunto de actividades e benefícios provenientes da agricultura — os financeiros, incluídos —, tem forçosamente de ocupar lugar não menos importante, mas secundário.

É na base de uma política silvícola-pastoril que se devem alicerçar os fundamentos de uma pecuária bem orientada, visto as pastagens timorenses derivarem quase que exclusivamente da destruição da floresta e serem, por esse motivo, de valor nutritivo reduzido. É ainda nessa base que a pecuária deve ser considerada, por o armentio se socorrer do folhelho arbóreo e arbustivo no complemento maior da sua alimentação. E é sobretudo na consideração destes factos e de outros derivados ou embrechados, como os de natureza social, que a pecuária tem de ser encarada, com vista ao melhoramento do armentio local, tendo em atenção o consumo interno e os trabalhos agrícolas. Considerar a pecuária como

uma outra fonte de receita de exportação, pode vir a ser prejudicial para a economia da Província, em geral, e mui particularmente para a economia alimentar da população.

IV. Nutrição

Se é lugar-comum dizer-se que se morre de fome em Timor todos os anos, fácil é verificar que os agrupamentos humanos que menos sofreram o efeito da monocultura do café e as imposições arbitrárias do fomento administrativo se apresentam mais equilibrados neste aspecto da saúde alimentar. A economia de subsistência em determinadas regiões, como p. ex. em Viqueque, baseia-se em policultura variada que, necessariamente, se reflecte na dieta alimentar. É a partir destes agrupamentos estabilizados em equilíbrios tradicionais que se deve iniciar qualquer melhoramento. Algumas das medidas de fomento propostas anteriormente visavam já a resolução parcelar do problema. Outras, porém, podem ser apresentadas, como a manutenção de salinas e generalização do consumo do produto, a piscicultura de água doce, a exemplo do que sucede nas regiões circunvizinhas da Indonésia, e a protecção à indústria nascente do peixe salgado.

Em relação à população europeia, china e assimilada de Díli, dever-se-ia manter e alargar o projecto iniciado no hoje abandonado campo experimental de Díli. Muito embora o referido campo tivesse como objectivo a multiplicação de sementes destinadas às circunscricções e, ocasionalmente, o estudo de adaptação de determinadas espécies hortícolas europeias às zonas baixas do litoral, o resultado desta última medida permitiu fornecer de «frescos» o hospital e o pessoal das repartições durante dois meses. A manutenção de viveiros permitiu também que se distribuíssem plântulas de espécies hortícolas, depois transplantadas nos quintais particulares. Ambas as iniciativas foram bem aceites pela população que lamentou que a elas se não desse continuidade. Parece pois viável a manutenção de uma horta estadual que forneça o mercado de Díli e continue a distribuir sementes e plântulas.

V. Educação

Para que as transformações inerentes aos propósitos enunciados se tornem operantes e perduráveis na sociedade timorense, não bastam esforços legislativos, nem mesmo as boas vontades dos elementos técnicos e administrativos a quem elas estão parcialmente consignadas. Uma transformação de ordem moral, obtida primeiro a partir da adopção e interesse provocado por objectos e formas exteriores da cultura agrária, enraizar-se-á nos hábitos e modos de ser do timorense quando a elas se ligar um corpo de ideias e realidades subjectivas, mormente as que fundamentam um nível de vida superior. Quando, enfim, houver em ambas

as partes — agente técnicos e nativos —, cooperação activa e afectiva baseada em interesses recíprocos. Assegurar continuidade a um plano de fomento agrário e colher em futuro distante os frutos materiais e psíquicos da acção valorativa deverá ser motivo denominador de todos os aspectos parcelares e mais ou menos imediatos do problema que o referido plano se propõe resolver ou condicionar.

É na educação das gerações novas que os objectivos de um plano de fomento agrário encontram o veio seguro, perdurável e mantenedor da sua continuidade. É na população escolar que se encontra a matéria-prima capaz de sofrer transformações. É no condicionalismo imposto pelo internato periódico e pelo correlativo esquema de vida — já de si transformador — da educação recebida nas Missões, que se forjam os ambientes propícios a uma operação dúplice, de carácter psicológico e técnico. A garantia de meios de estabilidade e enquadramento post-escolar assegurará aos jovens timorenses, já personalizados em grupos de cultura superior, a possibilidade de, por sua vez, se tornarem agentes transformadores.

De entre os aspectos do problema da educação rural do timorense destacam-se os seguintes, como iniciais:

1 – *Instrução*

A introdução, no curriculum escolar, do ensino agrícola de feição eminentemente prático, ministrado por regentes agrícolas agregados aos colégios das Missões mas dependentes da Repartição de Agricultura.

2 – *Colonatos*

A criação de colonatos nas proximidades dos colégios das Missões, a serem providos pelos graduados de melhor aproveitamento que tenham constituído família.

3 – *Cooperativas*

Destinadas aos colonatos e orientados inicialmente pelos regentes agrícolas professores.

4 – *Centro de Bem Estar Rural*

Com funções semelhantes ao seu congénere dos serviços de agricultura do Estado da Índia.

Dirige-se ao elemento masculino e feminino de todos os planos populacionais e tem por fim a assistência técnica elementar, o melhoramento dos hábitos

alimentares, o provimento de créditos e prémios, o desenvolvimento das artes e indústrias indígenas e outras actividades de derivação.

VI. Conclusões

Numa Província, como Timor, de características vincadamente florestais e agrícolas, e com uma economia nelas baseada, os objectivos de um plano de fomento agrário justapõem-se quase que totalmente a um esquema de administração. Pareceria, portanto, que, no decorrer de longos anos de administração, se conhecessem, ainda que ligeiramente em conjunto, mas pormenorizadamente em certos sectores, as condições gerais de produção. Tal não acontece, nem neste nem noutros campos. Salvo raras excepções, de recente aquisição, não se dispõe de trabalhos de natureza agrológica e económica pelos quais se possa avaliar das possibilidades de aumento de produção de determinados géneros — tanto para consumo próprio como para exportação; ignoram-se os preços de custo da maior parte dos vários produtos nos vários terrenos e segundo os sistemas de exploração; não se conhece a aptidão cultural dos solos, etc., etc. Quando se trata de estudar, propor ou determinar medidas destinadas a promover a melhoria das condições de produção, comércio ou consumo no campo agrário, faltam os elementos concretos sobre os quais se possam confiadamente deduzir conclusões e alicerçar pareceres ou deliberações.

Poder-se-á ainda afirmar, como causa fundamental deste estado de coisas, a ausência quase que total de visão governativa, em seu sentido mais amplo e profundo, nas administrações sucessivas que por Timor têm passado. Exceptuado Filomeno da Câmara, poucos mais souberam cingir-se a esteios mestres de princípios e de acção nascidos do contacto directo com o meio timorense e da reflexão inteligente que a vocação ou a cultura sócio-biológica consigo arrasta. A desactualização conceptual nesta matéria de agricultura, enferma a administração, condu-la a redundâncias e a círculos viciosos, os quais acabam sempre por se traduzir em prejuízo financeiro e em precária economia. Sobre este assunto, porém, reportamo-nos aos cinco primeiros parágrafos que encimam a presente memória.

Nesta conjectura, mas sem abdicar dos objectivos propostos, alguns dos quais podem ser levados a efeito imediatamente, na não-dependência das conclusões finais que, paradoxalmente, parecem negar a sua execução, sugerem-se como objectivos globais do plano de fomento agrário:

A – A reorganização dos Serviços de Agricultura

B – A criação dos Serviços do Plano de Fomento Agrário.

A reorganização dos Serviços de Agricultura impõe-se como medida inadiável e imprescindível de boa organização e de actuação eficaz nos vários sectores de

actividade a que é chamada. Criados em 1951, sem tradição local que orientasse a sua estrutura, foram gizados «sobre o joelho», sem consulta dos técnicos interessados, nem sequer o mínimo de senso prático. A situação criada foi de tal ordem que só ao veterinário foram facultados meios de autonomia técnica e de acção. Tanto o agrónomo como o regente agrícola foram obrigados a estacionar em Díli, «embrulhados» em serviço de burocracia e, não poucas vezes, foi-lhes dificultada a intervenção em assuntos do seu mister. A continuarem como estão, melhor será que os actuais Serviços de Agricultura sejam extinguidos, a bem da dignidade da classe que os representa e da economia orçamental.

A constituição futura que se propõe para os Serviços de Agricultura inclui, além dos elementos que actualmente os constituem, os seguintes:

1 engenheiro silvicultor de 2.^a classe.

1 engenheiro agrónomo de 2.^a classe. As funções deste técnico, eminentemente práticas, estarão consignadas à fiscalização permanente do pessoal subalterno; ao contacto directo com o quadro administrativo e com os colégios das Missões.

2 regentes agrícolas de 1.^a classe. A serem fixados, com o regente agrícola de 1.^a classe do quadro actual, nas sedes de circunscrição que polarizem maior número de actividades agrícolas, constituindo-se assim as verdadeiras delegacias dos serviços.

2 ajudantes de pecuária de 2.^a classe.

2 práticos agrícolas de 1.^a classe.

3 guardas florestais europeus.

12 guardas florestais timorenses.

1 chefe de secretaria — 2.^o oficial.

Este aumento de pessoal, relativamente oneroso para o decrépito orçamento ordinário de Timor, poderia ser coberto parcelarmente pelas verbas do plano de fomento, permanecendo os seus elementos em comissão de serviço durante o prazo atribuído ao plano. Mais tarde, conforme as circunstâncias o permitissem, poderiam ser agregados definitivamente ao quadro.

A reorganização dos Serviços de Agricultura de Timor que se propõe, não excede em número e categoria dos seus elementos a totalidade atribuída aos Serviços de Agricultura do Estado da Índia, de superfície cinco vezes menor e com uma economia muito mais restrita.

Os Serviços do Plano de Fomento Agrário, que comportam ou não os elementos atribuídos à reorganização dos Serviços de Agricultura, serão consignados fundamentalmente a uma Missão cujos elementos, conforme a natureza dos trabalhos a efectuar, se demorarão na Província por prazos variáveis entre seis meses e dois anos. A sua tarefa, dividida em duas fases, consistirá na realização

do Inventário da produção agrícola, florestal e pecuária, incluindo o estudo das condições em que ela se verifica; a segunda, constituirá propriamente o plano de fomento e tem por objectivo a elaboração de um Ordenamento da produção, delineado segundo as conclusões obtidas pelo jogo dos elementos de ordem fisiográfica, económica ou social reunida no Inventário.

Através do Inventário pretende-se conhecer as regiões da Província e nos vários sectores agrícola, florestal e pecuária as condições técnicas, económicas e sociais em que é feito o aproveitamento do solo, investigando as causas determinantes e a importância relativa de cada uma nos efeitos de conjunto; além disso, tentar-se-á definir o grau de ajustamento entre a localização social das culturas e as condições do meio físico, económico e social.

O Ordenamento tem em vista determinar o sentido do melhor aproveitamento do solo e da mais adequada estrutura com o objectivo fundamental de prover ao abastecimento da população, ao aumento da exportação, considerando a melhoria do nível de vida.

Serão os seguintes os elementos técnicos que constituirão a referida Missão:

1 engenheiro agrónomo pedologista.

1 engenheiro agrónomo economista.

1 engenheiro agrónomo entomologista.

1 engenheiro agrónomo dito de «clínica geral».

1 engenheiro agrónomo ou médico nutricionista.

1 engenheiro agrónomo silvicultor botânico.

1 engenheiro civil.

Os Serviços de Agricultura da Província darão a colaboração mais íntima aos serviços da Missão, não só para efeito de aprendizagem de técnicas especializadas, como ainda para que o espírito do empreendimento se enraíze nas mentalidades que o hão-de continuar.

Tanto na ida como no regresso a Missão permanecerá, por tempo julgado conveniente, no Centro Regional da FAO, em Banguécoque, e no Instituto de Investigação Agronómica de Bogor, em Java.

São estes meios de acção e estas finalidades básicas e primária que se consignam ao Plano de Fomento Agrário que podem permitir a realização de todos os objectivos enunciados na primeira parte desta memória.

VII. Observações

De entre as tarefas parcelares que podem levar-se a cabo, com maior ou menor acerto, independentemente da aceitação dos objectivos fundamentais, destacam-se os seguintes:

- 1 – Continuação dos trabalhos de reflorestamento condicionado à cultura do café e transplantação das espécies para local definitivo.
- 2 – Continuação dos trabalhos de enviveiramento e plantação de coqueiros.
- 3 – Intensificação da prática do arroz transplantado e melhoramento dos terrenos dos arrozais, com a sementeira de leguminosa *Crotalaria*, sub-expontânea na Província, nos períodos de pouso.
- 4 – Sementeira directa de teca no planalto de Fuiloro, nas condições técnicas indicadas pela Repartição.
- 5 – Construção de celeiros nas sedes de circunscrição.
- 6 – Construção de um silo para pastagem na Estação Zootécnica.
- 7 – Aquisição de três jogos de lavoura destinados às circunscrições de Manatuto, Suro e Fronteira.
- 8 – Aquisição de alfaias agrícolas (sachos e enxadas) do tipo proposto pela Repartição.
- 9 – Aquisição de pulverizadores mecânicos de longo jacto.
- 10 – Aquisição de sementes hortícolas, de insecticidas e raticidas.
- 11 – Aquisição de reprodutores bovinos da raça Bantang (balinesa).
- 12 – Horta estadual de Díli. A ser localizada nos terrenos marginais da ribeira de Comoro, no sítio do antigo forno de telha ou no do campo experimental de 1946. Sobre funcionamento, sigam-se instruções redigidas nos relatórios sobre o campo experimental de 1952 e consulte-se o regente agrícola Antunes. Área: três hectares. Maquinaria: dois Rotavator «Howard» e as alfaias agrícolas necessárias. Armazém para recolha de sementes e alfaias, e barracão para trabalhadores, com dormitório, cozinha e telheiro. Abertura de um poço com tanque contíguo.

VIII. Outros objectivos

Considera-se ainda como objectivo de um campo de fomento agrário a seagem parcial do pseudo-pântano de Díli e a sua transformação em parque florestal de eucaliptos e de acácias, das espécies já experimentadas e existentes no actual bosque que recobre o antigo campo experimental abandonado. Os terrenos deste campo, e a condição de semi-pântano em que se encontrava, são em tudo semelhantes ao do pântano. A vegetação era idêntica. Valas de drenagem e sementeira em massa de espécies arbóreas secadoras resolvem pacientemente o problema, podendo os olhos de água (se é que eles existem) ser limitados em lagos artificiais destinados a servir de logradouro público e para cultivo de peixes de água doce, destruidores das larvas do mosquito.

Outros objectivos, que ultrapassam os que se referem a um plano de fomento agrário, sugerem a construção de um hotel com 12 quartos em Díli, de marcos fontanários e de um balneário destinado às levas de trabalhadores que periodicamente são contratados pelos serviços da municipalidade e de Obras Públicas.

Lisboa, 20 de Maio de 1957

Ruy Cinatti Vaz Monteiro Gomes

*

Mais tarde, em «Paisagens Timorenses com Vultos» (1974), pp. 141-142, Cinatti anota alguns comentários que se podem considerar um pos-scriptum a estas «Linhas Gerais de um Plano De Fomento Agrário...»:

Em 1972, a ponte Alberty Correia sobre a ribeira de Lacló, em Manatuto, era arrastada ao mar pela fúria torrencial das águas não detidas a montante pelas encostas desarborizadas, confirmando que quando uma política de fomento se não atém aos dados ecológicos, mas tão-somente aos de betão armado e da carta topográfica, está irremediavelmente condenada. Ou então, 26 anos antes, em 1946, mas já relacionando os dados ecológicos com os dados económicos e financeiros, a condenação pela boca do residente holandês de Cupão (equivalente a governador) do abuso da exploração pecuária [...]. «Todos os anos se exporta carne e todos os anos se morre de fome. A floresta desaparece; a agricultura recede», dizia ele, enunciando uma ou várias verdades que, cientificamente, se traduzem pelo desequilíbrio social — a fome gera descontentamento e a revolta... — quando os dados ecológicos são submetidos aos económicos e se subvertem valores fundamentais da hierarquia. Entretanto, entre estas duas datas, Timor iria ardendo, as árvores derrubando-se, a baía de Díli assoreando-se, as fontes secando... em obediência a um processo administrativo certinho como um silogismo em que as premissas estão inteiramente falseadas. E quando teria sido tudo tão mais fácil se, de início, se tivessem protegido as cumeadas ou outros locais estratégicos onde a erosão ataca, indomável; ou se tivesse lançado mão da sabedoria timorense, escalonando as vertentes abruptas em terraços empedrados, como em Marobo e Bágua; ou... ou da própria crença dos timorenses gentios, que consideram sagradas e, portanto, intocáveis, as florestas de altitude... Reservas botânicas, reservas florestais, a fiscalização levada a cabo por timorenses treinados até no uso da sua própria lei consuetudinária e relativa à proibição de cortes e incêndios... E se preciso fosse, mas todos os meios são legítimos quando está em causa o bem comum, a sacralização dos espaços a manter intactos pelo bispo da diocese e seus acólitos, na sequência de um processo que ecoaria vozes antigas nos timorenses cristãos e gentios, agora deseducados por uma Administração... com os pés na cabeça!...

INÉDITOS CEPCEP

CATÁLOGO DA SÉRIE TIMOR DO CONSELHO ULTRAMARINO

Tratamento arquivístico

Maria Luisa Abrantes

José Sintra Martinbeira

Tratamento Informático

Miguel Rui Infante

Maria Antónia Alves Caria

Programa Informático

Slarq

Concepção gráfica do catálogo

Miguel Rui Infante

PREFÁCIO

O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), é o organismo detentor do maior e mais importante acervo documental relativo às ex-colónias portuguesas. Esse acervo é constituído principalmente por documentação manuscrita avulsa, códices e livros de registo, sendo porém importante referir também o espólio considerável que representam as colecções de cartografia e de iconografia, manuscritas e impressas.

Toda esta documentação, que ocupa 15 km. de prateleiras, faz parte integrante dos três principais fundos em depósito no AHU, ou seja: o fundo do Conselho Ultramarino (séc. xvi-1833), o fundo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (séc. xvi-1910) e o fundo do Ministério do Ultramar (1911-1975).

As instituições que, durante a sua vigência, deram origem a estes três fundos, sucederam-se no tempo e de uma forma geral sucederam-se também nas atribuições, constituindo os três organismos que, desde o século xvii, até aos nossos dias, tiveram a seu cargo a direcção da administração colonial portuguesa.

Assim, naturalmente, a documentação que constitui cada um destes três fundos expressa, em diferentes períodos, nos seus múltiplos aspectos, as relações político-administrativas entre o governo central e os diversos governos coloniais.

O Conselho Ultramarino, e fazemos referência em particular a esta Instituição, uma vez que a série Timor, objecto deste trabalho, faz parte do fundo deste Conselho, foi criado em 1643 pelo rei D. João IV, e segundo o texto do seu

Regimento competia-lhe a gerência de todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África; administração da Fazenda de todos os domínios do Ultramar; o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda e a consulta de todas as naus e navios a enviar para o Ultramar. Tratava-se de uma competência extremamente vasta que abrangia praticamente todos os domínios da governação.

O fundo do Conselho Ultramarino ficou assim constituído não só pelo arquivo da própria Instituição, mas também pela parte do arquivo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar relativa às colónias e por alguma documentação produzida e acumulada pelo Conselho da Fazenda. Assim, todo este conjunto documental abrange o período que vai desde o séc. XVI, ou seja, data anterior à própria criação do Conselho Ultramarino, até à sua extinção em 1833.

A publicação do Catálogo da série Timor do fundo do Conselho Ultramarino, tem como objectivo possibilitar a todos os interessados pela história de Timor e de um modo geral pela história da administração colonial portuguesa, a consulta de um instrumento de descrição documental que, tornando melhor e mais fácil o acesso à documentação, contribui naturalmente para o seu melhor conhecimento, estudo e divulgação.

Só divulgando é que se pode incrementar a aproximação do estudioso e do público em geral, da documentação, isto é, das fontes históricas, cuja utilização é extremamente importante pois permite o desenvolvimento da investigação histórica nos seus múltiplos aspectos. Compete pois aos Arquivos procurar todas as formas possíveis para facilitar o acesso à documentação de que são depositários e divulgar a informação nela contida.

Este Catálogo conta com o indispensável índice antroponímico, toponímico e de assuntos.

É importante referir que, com a publicação deste Catálogo não se esgota, para este período, a documentação sobre Timor existente no AHU. Será igualmente necessário consultar-se a documentação da série Índia, de que não existe ainda catálogo, e a série Macau, já com Catálogo publicado.

Queríamos deixar aqui o testemunho do nosso agradecimento ao Professor Doutor Artur Teodoro de Matos, frequentador assíduo e amigo de longa data do AHU, que, pelo seu interesse pelo nosso trabalho e pelo apoio que nos deu, possibilitou a publicação deste Catálogo.

Maria Luisa Cunha e Meneses Abrantes

UMA BREVE EXPLICAÇÃO

O catálogo da série Timor que agora se dá à estampa assume um papel de grande relevo para o Arquivo Histórico Ultramarino, pois consiste no primeiro produto elaborado a partir do projecto de informatização deste arquivo.

Na realidade o tratamento da documentação de Timor sofreu todo o desenvolvimento da aplicação da informática no Arquivo e é o primeiro dos IDD's de uma colecção que agora está pronta a ser publicada.

A série Timor do Conselho Ultramarino foi objecto de uma catalogação sistemática ao mesmo tempo que o AHU catalogou a documentação de Macau, os dados foram levantados numa ficha relativa à base de dados utilizada em Macau a base Nanyang.

Com a introdução da informática no AHU os seus dados já foram carregados em Lisboa no programa Arqbase de onde saíram as primeiras listagens para validação das informações. No entanto em 1993 o AHU começa o projecto Siarq¹ o que levou à reconversão de todos os dados carregados em Arqbase para este novo sistema, procedendo-se paralelamente à digitalização de toda a documentação.

Assim a série que agora se descreve foi a «experiência piloto» de uma informatização que tem avançado lentamente mas com passos seguros, apresentando-se hoje aos investigadores e leitores um produto acabado e que o AHU deseja transpor para toda a sua documentação, isto é, a documentação do Conselho Ultramarino da série Timor está hoje disponível através de um catálogo o que permite aos utilizadores agilizar as suas pesquisas tendo como resposta o acesso directo aos documentos concretos, ou às suas imagens em microfilme ou em suporte digital.

O próximo passo é disponibilizar esta informação pela Internet, o que será feito num futuro breve, muito breve mesmo. Para este passo mais uma vez a série Timor assumirá o seu pioneirismo.

¹ O Siarq é um projecto que visa a informatização global dos fundos documentais do AHU englobando uma vertente de descrição intelectual e indexação e uma vertente de digitalização. Baseado nas normas ISAD(G), nos programas Arqbase, Archiges e Archidoc, o Siarq na sua vertente informática foi inteiramente desenvolvido pelos técnicos da Divisão de Cálculo Científico e Informático do IICT em colaboração com os técnicos do AHU.

Hoje o Siarq é uma base de dados que através de uma potente linguagem de interrogação e um poderoso *software* de imagem que permite o restauro virtual dos documentos, oferece uma ferramenta de trabalho imprescindível aos arquivistas e com a sua disponibilização na futura sala de leitura do Arquivo irá ser uma meio exemplar de pesquisa para os utilizadores e um factor de preservação dos documentos pois permite o acesso às imagens dos mesmos com capacidades de restauro (segundo a vontade de quem consulta) resguardando o manuseamento das peças físicas.

CATÁLOGO

SÉRIE: 083 – TIMOR

Dimensões: 272 documentos

Datas de acumulação: 1642 / 12 / 22 – 1833 / 03 / 13

Conteúdo: Documentação constituída por cartas, consultas, avisos, pareceres, ofícios de autoridades civis, militares e religiosas, bem como requerimentos e petições de várias entidades pessoais e colectivas. Existem também relações, memoriais sobre o estado das ilhas, portarias, regimentos dados ao governador, representações, despachos, etc.

As autoridades produtoras da documentação vão desde o governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, vice-reis e capitães-generais do estado da Índia, arcebispos primazes até a várias autoridades militares e a autoridades ligadas à administração da justiça e fazenda, chegando mesmo aos coronéis provinciais, reis e correios das ilhas de Timor e mestres de naus.

Os assuntos tratados dizem respeito a todas as questões ligadas a administração pública, agricultura, comércio, justiça, fazenda, alfândegas, navegação, relações com os reinos autóctones, contrabando, guerra, questões de administração religiosa, missionação, obras públicas, exploração de recursos minerais, administração da saúde, circulação fiduciária, levantamentos científicos, construção naval, nomeações para cargos civis, militares e religiosos, questões a parte holandesa de Timor, relações com Macau, entre outros.

Transferência de suportes: Esta série encontra-se microfilmada e digitalizada.

Notas: Deve-se salientar que existe ainda documentação relativa a Timor na série da Índia que se encontra por tratar. Aliás a caixa seis desta série já inclui documentos que foram identificados como sendo de Timor numa fase em que o tratamento arquivístico e de transferência de suportes da restante documentação estava terminado. Esta opção teve em conta a não alteração das cotas já atribuídas a todos os documentos o que estaria implícito com o intercalar de novas unidades arquivísticas.

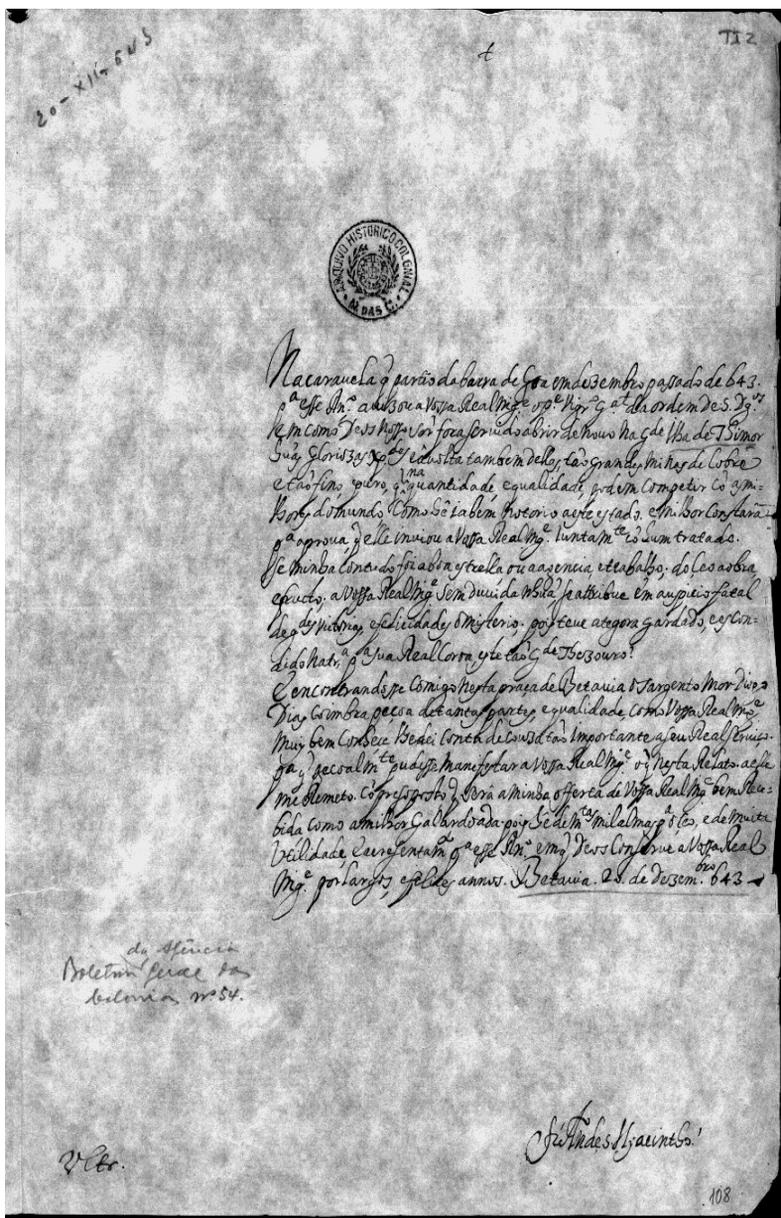
- 1 1642 12 22, Goa
CARTA do vedor da Fazenda da Índia, André Salema, ao rei [D. João IV] sobre as minas de cobre descobertas nas ilhas de Solor: Conveniência em se construir um forte, antes dos holandeses tomarem conhecimento desta descoberta.
2 fls. Na mesma carta um aditamento referindo a remessa de uma amostra de cobre. Há 2.^a via. Publicado no Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. 1, 1950, pág. 291, n.º 58.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 1

- 2 1643 12 20, Batávia
CARTA do padre, frei António de São Jacinto, ao rei [D. João IV] sobre a fundação de cristandades e descoberta de minas de cobre em Timor.
2+1 fls. Anexo um lembrete. Publicado no Boletim da Agência Geral das Colónias, 1929, ano v, n.º 54, pág. 77; Colecção Pelo Império, 1937, n.º 41; Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. 1, 1950, pág. 292, n.º 59.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 2

- 3 1662 03 18, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI sobre a concessão do Hábito de Avis ao capitão-mor de Timor, Simão Luís «natural da terra», como prémio do zelo e serviços prestados contra o domínio holandês nas ilhas.
2 fls. Resolução régia favorável. Publicado no Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. 1, 1950, pág. 293, n.º 60.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 3

- 4 1667 05 26, Larantuca
CARTA de Francisco Vieira de Figueiredo ao rei [D. Afonso VI] sobre os pedidos feitos ao vice-rei do estado da Índia, António de Melo e Castro: um navio e 200 soldados para protecção de Timor e mineiros para exploração das minas (pedidos não atendidos), procedimento dos religiosos dominicanos na ilha de Timor contra a autoridade dos capitães-mores.
2+2 fls. Publicado no Boletim do Arquivo Histórico Colonial, vol. 1, 1950, pág. 296, n.º 62.
ANEXO 1:
1670, Março, 17, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro] sobre carta de Francisco Vieira de Figueiredo sobre o procedimento dos religiosos de São Domingos na ilha de Timor.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 4

- 5 1672 09 06, Lisboa
PARECER do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de se enviar para o governo das ilhas de Timor e Solor pessoas de talento e prudência.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 5
- 6 1691 01 20, Santa Bárbara, Goa
CARTA de frei Miguel de São Tomás ao rei [D. Pedro II] a pedir auxílio para a evangelização das ilhas de Timor e Solor.
2 fls. Parecer favorável do Conselho Ultramarino de 1692, Janeiro, 13, Lisboa.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 6
- 7 1691 01 23, Goa
CARTA do [governador interino do estado da Índia] D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre ao rei [D. Pedro II] sobre a concessão do foro de fidalgo e do Hábito de Cristo com a respectiva tença ao capitão das ilhas de Timor e Solor, António Hornay.
2 fls. Tem à margem cópia da carta régia de 1690, Março, 23, Lisboa, que concede as mercês ao capitão das ilhas de Solor, e parecer favorável do Conselho Ultramarino de 1691, Novembro, 15, Lisboa.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 7
- 8 1691 11 15, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o comércio nas ilhas de Timor e Solor: dificuldades na sua introdução devido ao domínio do capitão António Hornay nas ilhas.
2+18 fls. Tem à margem resolução régia para o Conselho Ultramarino interpor o seu parecer. No mesmo documento outra consulta do Conselho Ultramarino de 1691, Dezembro, 14, Lisboa. Tem anexo parecer do Conselho Ultramarino.
ANEXO 1:
1690, Novembro, 27, Goa
AVISO (cópia) do governador e capitão-general do estado da Índia, D. Miguel de Almeida, aos conselheiros do mesmo Estado a ordenar darem parecer sobre a conveniência de introdução do comércio nas ilhas de Timor e Solor.
Tem anexo cópias dos pareceres dos conselheiros: Tomé de Sousa Correia, vedor-geral da Fazenda; D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre; D. João Carcome Lobo, capitão-mor das naus do Reino; Dr. Manuel Gonçalves Guião, inquisidor apostólico da Inquisição do



1643 12 20, Batávia – Carta do padre frei António de São Jacinto ao rei D. João IV sobre a fundação de cristandades e descobertas de minas de cobre.

AHU, ACL, CU 083, Cx.1.D.2

estado da Índia; Cristóvão de Sousa Coutinho; D. Francisco da Costa, capitão-geral das terras de Salcete; D. Vasco Luís Coutinho, mestre de campo do terço do estado da Índia; D. frei Pedro da Silva, Bispo de Cochim e governador do Arcebispado de Goa; informação dada por pessoa experiente e conhecedora das ilhas de Timor e Solor.

ANEXO 2:

[1691]

RELAÇÃO do que contém a ilha de Timor: reis, suas terras e produtos naturais.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 8

9 1694 03 17, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II] sobre o domínio das ilhas de Timor e Solor: inconveniência na separação do governo da jurisdição da Índia; interesse em contemporizar com o capitão das ilhas, António Hornay, devido ao grande poder que desfruta; entrega do governo a pessoa competente após a morte de António Hornay; envio de missionários virtuosos e capazes.

2+2 fls.

ANEXO 1:

1694, Março, 17 [ANT]

INFORMAÇÃO sobre o domínio das ilhas de Timor e Solor; isenção do governo da jurisdição da Índia; interesse do desenvolvimento comercial que poderá custear o exército e os vencimentos do governador e do Bispo; monopólio do sândalo e «sapão»²; conveniências nas viagens das naus serem feitas directamente para o Reino sem escalar Goa; proibição de levantar mais tributos aos naturais; envio de carpinteiros para a construção de naus.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 9

10 1696 12 15, Goa

CARTA do vice-rei do estado da Índia, conde de Vila Verde [D. Pedro António de Noronha de Albuquerque], ao rei [D. Pedro II] sobre a entrega do espólio do defunto capitão-mor das ilhas de Timor e Solor, António Hornay, ao padre frei António da Madre de Deus, por seu irmão o capitão-mor Francisco

² Madeira do Japão com tinturarias.

Hornay. Recomendação do padre frei António da Madre de Deus para ocupar o Bispado de Malaca.

1+2 fls.

ANEXO 1:

1695, Abril, 22, Goa

RELAÇÃO (cópia) do cabedal entregue pelo capitão-mor Francisco Hornay ao padre frei António da Madre de Deus conforme o inventário feito por morte do capitão-mor António Hornay.

ANEXO 2:

1697, Setembro, 11, Lisboa

DECRETO do rei D. Pedro II a ordenar ao Conselho Ultramarino a proposta de indivíduos capazes para o Bispado de Malaca.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 10

11 1697 08 07 [ANT]

MEMORIAL sobre as ilhas de Timor e Solor: agricultura fértil capaz de produzir tudo o que se semear; comércio apenas o de cera e sândalo; minas de ouro, azougue, enxofre, ferro, cobre e tambaca; usos e costumes; inconvenientes da vizinhança dos holandeses no Cupão; necessidade de um governo forte apoiado por tropa e missionários.

2+5 fls.

ANEXO 1:

1697, Agosto, 7, [Lisboa]

AVISO do secretário de estado Mendo de Foios Pereira ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Alvor [D. Francisco de Távora], a ordenar se consulte sobre o memorial das ilhas de Timor e Solor.

ANEXO 2:

1697, Agosto, 23, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o memorial das ilhas de Timor e Solor.

ANEXO 3:

1697, Agosto, 23, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o memorial das ilhas de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 11

- 12 1697 09 13, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o pedido de António de Sousa Gaio do posto de tenente na ilha de Timor para onde irá com toda a sua família, assim como da mercê do Hábito de Cristo.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 12
- 13 1702 05 24, Timor
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro, ao rei [D. Pedro II] sobre a concessão de mercês ao tenente Lourenço Lopes e a frei Manuel de Santo António pelo auxílio prestado na luta contra os rebeldes.
3 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 13
- 14 1703 01 15, Goa
CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], Caetano de Melo e Castro, ao rei [D. Pedro II] sobre a impossibilidade de enviar socorros para a ilha de Timor.
1+2 fls.

ANEXO 1:
1703, Janeiro, 14, Goa
TERMO (cópia) dos capitães e pilotos dos navios em que declaram a impossibilidade de se enviar qualquer navio à ilha de Timor antes do mês de Abril.

ANEXO 2:
1703, Janeiro, 14, Goa
ASSENTO (cópia) do Conselho do estado da Índia sobre a impossibilidade de se enviar qualquer navio com socorros para Timor antes do mês de Abril.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 14
- 15 1704 03 01, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a correspondência do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro, do tenente Lourenço Lopes e do vigário frei Manuel de Santo António sobre a chegada do governador às ilhas, resistência dos rebeldes e socorros necessários para se dominar a situação.
3+68 fls.

ANEXO 1:

1703, Janeiro, 10, Goa

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], Caetano de Melo e Castro, ao rei [D. Pedro II] sobre a sublevação em Timor e suas consequências para o comércio da China. Apresenta propostas para se enfrentar a situação: não se insistir na conquista das ilhas; reduzir à obediência o rebelde Domingos da Costa; evitar que as ilhas se submetessem ao domínio holandês; propor-se um natural de prestígio para o governo e se necessário afastar-se o actual governador António Coelho Guerreiro.

Tem em anexo cópia da carta do capitão-geral das ilhas de Timor e Solor de 1702, Maio, 28.

ANEXO 2:

1703, Setembro, 29, Lifau

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro, ao rei [D. Pedro II] sobre a sua chegada às ilhas onde desembarcou pela força das armas. Sucessos de guerra contra o rebelde Domingos da Costa. Falta de socorros pedidos à Índia e socorros enviados de Macau. Auxílio do rei de Viqueque, D. Mateus da Costa. Necessidade de 2 fragatas e 300 soldados. Elogio de frei Manuel de Santo António. Dissolução de costumes de alguns dominicanos. Regimentos vários.

Parte desta carta está em cifra. Anexa outra carta com a tradução.

ANEXO 3:

1703, Setembro, 4, Lifau

PORTARIA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro, ao ouvidor e auditor da gente de guerra das mesmas ilhas, João da Costa de Lemos, a ordenar se devasse sobre a actuação dos oficiais da «Companhia Bélgica» que prestavam auxílio ao rebelde Domingos da Costa.

Tem no mesmo documento o inquérito aos acontecimentos com as respostas das várias testemunhas.

ANEXO 4:

1702, Novembro, 18-1703, Agosto, 9, Lifau

OFÍCIOS (cópia de 7) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro] para várias autoridades do Cupão sobre liberdades comerciais, tratado de paz entre Portugal e as Províncias Unidas e auxílio prestado ao rebelde Domingos da Costa.

ANEXO 5:

1703, Setembro, 29, Lifau

LISTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro, dos presentes enviados a vários reis das ilhas de Timor e Solor e a outras pessoas, em benefício do serviço real.

ANEXO 6:

1702, Fevereiro, 30 [SIC], Lifau

REGIMENTOS dados pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro, para o secretário do Governo e para a Vedoria da Matrícula das mesmas ilhas.

ANEXO 7:

1702, Julho, 20, Lifau

REGIMENTO dado pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro, para o ouvidor, auditor da Gente de Guerra, juiz dos Órfãos e procurador da Fazenda dos Defuntos e Ausentes.

ANEXO 8:

1702, Maio, 28, Timor

CARTA do tenente Lourenço Lopes ao rei [D. Pedro II] sobre a chegada do governador António Coelho Guerreiro: confrontos com os rebeldes de Larantuca e Timor; resistência ordenada por Domingos da Costa. Pedido de confirmação da mercê do foro de escudeiro e cavaleiro fidalgo, e do Hábito de Cristo com tença de 30.000 réis concedida pelo governador. Elogio de frei Manuel de Santo António.

ANEXO 9:

1702, Maio, 28, Lifau

CARTA de frei Manuel de Santo António ao rei [D. Pedro II] sobre conversão de vários reinos; chegada do governador António Coelho Guerreiro às ilhas e auxílio prestado nos confrontos com os rebeldes; louvor da acção do tenente Lourenço Lopes; fidelidade do rei de Viqueque, D. Mateus da Costa.

ANEXO 10:

1705, Fevereiro, 12, Lisboa

CONSULTA do Conselho ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o parecer do conselheiro, D. Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, sobre a correspondência de várias autoridades de Timor acerca da situação nas ilhas de Timor e Solor.

ANEXO 11:

1704, Fevereiro, 12, Lisboa

CARTA do conselheiro do Conselho Ultramarino, D. Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, ao rei [D. Pedro II] sobre a situação em Timor: prisão dos oficiais que negligenciaram o socorro às ilhas; agradecimento aos reis e moradores os auxílios prestados; medidas diplomáticas em relação à actuação dos holandeses de auxílio aos rebeldes; interesse em enviar religiosos da Companhia de Jesus para as ilhas; envio de armamento e soldados para o domínio das ilhas; concessão de mercês ao tenente Lourenço Lopes; manutenção do governador no cargo, e aprovação dos regimentos feitos.

ANEXO 12:

1703, Agosto, 2 Timor

REPRESENTAÇÃO dos reis de Timor ao rei [D. Pedro II] a louvar as qualidades do governador, António Coelho Guerreiro, e a pedir a sua manutenção no cargo. Louvor de frei Manuel de Santo António.

ANEXO 13:

1703, Setembro, 29, Lifau

CARTA do tenente Lourenço Lopes ao rei [D. Pedro II] a pedir para renunciar em quem casar com a sua sobrinha a tença de 30.000 réis que lhe foi concedida com o Hábito de Cristo, e licença para para se ausentar para Macau sempre que desejar.

ANEXO 14:

1703, Maio, 5, Timor

CARTA de Domingos da Costa ao rei [D. Pedro II] sobre o mau governo de António Mesquita Pimentel; aclamação de Domingos da Costa como capitão-mor das ilhas; chegada do novo governador, António Coelho Guerreiro: confrontos com a população em Larantuca e Timor por quererem um natural no governo das ilhas.

ANEXO 15:

1704 [CA-]

RELAÇÃO dos socorros enviados de Goa para Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 15

16 1706 03 26 [ANT]

REQUERIMENTO do mestre da nau Nossa Senhora das Brotas para as ilhas de Timor e Solor, Francisco de Moura, ao rei [D. Pedro II] a pedir a concessão

do Hábito de Santiago e 60.000 réis de tença como recompensa dos serviços prestados.

1+23 fls. Tem anexo documentos comprovativos dos serviços prestados.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 16

17 1706 10 25, Goa

REPRESENTAÇÃO (cópia) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], António Coelho Guerreiro, para o vice-rei e capitão-general do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, sobre a necessidade de fundos suficientes em Timor para pagamento dos soldos das tropas.

4 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 17

18 1708 01 10, Goa

CARTA do [vice-rei e governador-geral do estado da Índia], D. Rodrigo da Costa, ao rei D. João V sobre a guerra com os rebeldes de Timor: Necessidade de atacar a fortificação rebelde de Motael; Necessidade de reforços; Prisão do tenente Lourenço Lopes e sua mulher pelo crime de rebelião; Dificuldades levantadas pelo capitão-mor D. Mateus da Costa à empresa do ataque a Motael; Desconfiança da fidelidade de D. Mateus da Costa e sua prisão; Continuação da marcha para Motael, sucessos de guerra e fuga de alguns rebeldes.

2+44 fls. À margem resolução régia de 1708, Dezembro, 29, para consulta no Conselho Ultramarino.

ANEXO 1:

1707, Junho, 18, Porto de Cutubava

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Morais Sarmento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, sobre a obediência de alguns reis; oposição de D. Mateus da Costa ao ataque à fortificação rebelde de Motael; Recepção dos socorros enviados e das vias de sucessão; comércio do sândalo insuficiente para as despesas do presídio; imprudência nas atitudes do Bispo de Malaca; morte de missionários por rebeldes e pedido de novos socorros.

ANEXO 2:

1707, Junho, 18, Porto de Cutubava

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Morais Sarmento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, sobre a sua disposição para continuar no governo.

ANEXO 3:

1707, Setembro, 17, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Moraes Sarmiento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, sobre a oposição do capitão-mor D. Mateus da Costa, ao avanço para a fortaleza rebelde de Motael; prisão de D. Mateus da Costa; Guerra com os rebeldes e sua rendição; Necessidade de mais socorros para a conservação das ilhas e envio sob prisão do tenente Lourenço Lopes com as devassas dos seus crimes.

ANEXO 4:

1707, Setembro, 17, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Moraes Sarmiento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, sobre as medidas tomadas para a defesa do presidio.

ANEXO 5:

1709, Março, 18, Lisboa

DESPACHO do Conselho Ultramarino ao procurador da Coroa para dar parecer sobre a carta do vice-rei e governador-geral do estado da Índia, Caetano de Melo e Castro, acerca da situação nas ilhas de Timor e Solor.

No mesmo documento o parecer do procurador da Coroa e um parecer do Conselho Ultramarino.

ANEXO 6:

1709, Março, 22, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a situação nas ilhas de Timor e Solor: contradição de opiniões acerca da traição de D. Mateus da Costa e da necessidade da sua prisão.

ANEXO 7:

1708, Setembro, 3, Baía

CARTA de António Coelho Guerreiro ao rei [D. João V] sobre as razões da sua saída do governo das ilhas de Timor e Solor; acusações à gente de Macau de fomentar as revoltas em Timor; inconveniência do monopólio do sândalo estar entregue à cidade de Macau; situação em Timor e prisões de D. Mateus da Costa e do tenente Lourenço Lopes.

ANEXO 8:

1709, Dezembro, 29, Goa

CARTA do vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, ao rei [D. João V] sobre o juramento de obediência de Domingos

da Costa e do novo levantamento deste rebelde; socorros enviados ao governador das ilhas de Timor e Solor e prisão do capitão-mor, D. Mateus da Costa.

À margem cópia da carta régia a ordenar a resolução dos assuntos referentes à prisão de D. Mateus da Costa e à nomeação de novo governador para as ilhas. Anexo cópias de duas cartas do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Morais Sarmiento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa.

ANEXO 9:

1708, Junho, 10, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Morais Sarmiento, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, sobre o juramento de obediência assinado por Domingos da Costa e outros rebeldes.

ANEXO 10:

1708, Setembro, 7, Lifau

CARTA (cópia) do Bispo de Malaca, frei Manuel de Santo António, ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, sobre a deposição do governador das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro; lutas com os rebeldes; discordância da prisão do capitão-mor, D. Mateus da Costa, e pedido de religiosos.

Anexo treslados de vários documentos.

ANEXO 11:

1708, Setembro, 8, Lifau

CARTA de Domingos da Costa ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, sobre o seu juramento de obediência ao governador, Jácome de Morais Sarmiento, e mercês que lhe foram concedidas.

ANEXO 12:

1708, Junho, 12, Lifau

CARTA (cópia) dos moradores das ilhas de Timor e Solor ao vice-rei e governador-geral do estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, sobre a sua obediência ao rei de Portugal e ao seu representante em Timor, o governador Jácome de Morais Sarmiento.

ANEXO 13:

1709, Maio, 25, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Jácome de Morais Sarmiento, ao vice-rei e governador-geral do estado

da Índia, D. Rodrigo da Costa, sobre a nova sublevação de Domingos da Costa e a necessidade de socorros.

ANEXO 14:

1710, Agosto, 8, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre o estado e alterações das ilhas de Timor e Solor; socorro necessário para castigar os rebeldes e reduzir as ilhas à obediência.

Parecer do Conselho de que se deve enviar os socorros necessários. Resolução régia favorável. Anexas cópias de várias cartas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 18

19 1709 03 15, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre o zelo e fidelidade do régulo de Manatuto, D. Domingos Soares.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 19

20 1716 12 18, Goa

PORTARIA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, Vasco Fernandes César de Meneses], ao escrivão da Fazenda Real do estado da Índia, Jacinto de Araújo de Castro, a ordenar que se passe certidão aos religiosos de São Domingos que vão para Timor das ajudas de custo e cômgrua a pagar pela Fazenda Real.

1 fl. No mesmo documento segue a certidão. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 20

21 1717 01 02, Goa

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], Vasco Fernandes César de Meneses, ao rei D. João V sobre o agradecimento a D. Manuel de Sotto Maior pelos serviços prestados no governo das ilhas de Timor e Solor.

1 fl. À margem cópia da provisão do rei D. João V de 1715, Outubro, 24, Lisboa, a ordenar o agradecimento a D. Manuel de Sotto Maior pelo bom governo das ilhas de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 21

22 1717 01 09, Goa

CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, Vasco Fernandes César de Meneses, ao rei D. João V sobre o pagamento dos soldos em atraso ao ex-governador das ilhas de Timor e Solor António Coelho Guerreiro.

1 fl. À margem cópia da provisão do rei D. João V de 1716, Março, 22, a ordenar ao vice-rei o pagamento dos soldos atrasados ao ex-governador. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 22

23 1718 07 19, Lifau

CARTA (cópia) do Bispo de Malaca, D. Manuel de Santo António, para o governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro, sobre o conflito de jurisdição entre a governação pública e eclesiástica.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 23

24 1718 10 13, Lifau

CARTA PATENTE (cópia) do rei D. João V a prover ao posto de coronel dos distritos do seu reino ao rei de Alas, D. Miguel Tavares de Sousa, com o soldo e honras a que tiver direito por regimento.

Carta patente passada pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 24

25 1719 01 08, Goa

CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, conde da Ericeira, D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses, ao rei [D. João V] sobre o carácter do Bispo de Malaca, D. Manuel de Santo António, e razões por que o Bispo queria colar ao seu Bispado os vigários dominicanos de Timor e Solor.

1 fl. No mesmo documento: provisão do rei D. João V de 1718, Fevereiro, 2, para o vice-rei do estado da Índia a ordenar que o informe sobre a questão do Bispo de Malaca e dos dominicanos de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 25

26 1720 12 25-1721 01 10, Goa, Ribandar

CARTAS e OFÍCIOS (cópias) do Arcebispo Primaz do Oriente, D. Sebastião de Andrade Pessanha; do vedor geral da Fazenda do estado da Índia, D. Cristóvão de Melo; do chanceler da Relação de Goa, Cristóvão Luís de Andrade; do prior e Vigário-Geral de São Domingos, frei Pedro Brandão; do provincial de Santo Agostinho, frei Francisco da Purificação; do ministro provincial da Observância, frei José da Assunção; do ministro provincial da província da Madre de Deus, frei Jerónimo de Belém; do provincial da Companhia de Jesus, João Morato; do prepósito da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres, padre Francisco Vaz, para o vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses e ao rei D. João V contendo

pareceres sobre a questão entre o Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, e os padres dominicanos das missões de Timor e Solor.

25 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 26

27 1721 01 24, Goa

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], Francisco José de Sampaio e Castro, ao rei [D. João V] sobre a falta de notícias das ilhas de Timor e Solor desde a saída do governador, Francisco de Melo e Castro, para Batávia.

1+53 fls.

ANEXO 1:

1719, Novembro, 11, Batávia

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro, ao [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, conde de Ericeira, D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses], sobre a sua estadia forçada em Batávia devido à recusa do capitão do navio em o transportar para Goa; acusações contra o procedimento do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, que considera dever ser retirado das ilhas onde a sua acção é perniciososa.

ANEXO 2:

1722, Janeiro, 23, Goa

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], D. Francisco José de Sampaio e Castro, ao rei [D. João V] sobre a chegada do governador das ilhas de Timor e Solor a Goa e sua prisão para averiguações que motivaram o abandono do cargo; queixas do governador contra o Bispo de Malaca; consequências para as ilhas das questões entre o governador e o Bispo.

ANEXO 3:

1721, Maio, 9, Verem

CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro, ao [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Francisco José de Sampaio e Castro], sobre as razões que o impediram de continuar no governo das ilhas; acusações contra o Bispo de Malaca; memorial sobre os acontecimentos em Timor desde a sua chegada às ilhas.

ANEXO 4:

1719, Junho, 27 — 1720, Junho, 20

CARTAS (cópias) do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, conde de Ericeira,

D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses], a fazer acusações contra o governador, Francisco de Melo e Castro; posse do governo das ilhas na ausência do governador por imposição dos moradores; relato dos acontecimentos em Timor.

ANEXO 5:

1720, Março, 30 — 1720, Abril, 10, Timor

REPRESENTAÇÕES (treslados) do povo das ilhas de Timor e Solor contra os acontecimentos em Timor e pela obtenção da paz e conservação das ilhas.

ANEXO 6:

1720, Junho, 20, Animata

CARTA (cópia) de Domingos da Costa ao [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Francisco José de Sampaio e Castro], sobre o perigo dos holandeses se assenhorearem de algumas terras; acusações contra o Bispo de Malaca e advertência para o estado de sublevação em que se encontram as ilhas.

ANEXO 7:

1721, Setembro, 9, Goa

CARTA dos conselheiros Cristóvão Luís de Andrade, Francisco de Sousa e Morais e D. Tomé Gomes Moreira ao [vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Francisco José de Sampaio e Castro], a darem parecer sobre o abandono do governador, Francisco de Melo e Castro, do governo das ilhas de Timor e Solor sem autorização do governo do estado da Índia.

ANEXO 8:

1723, Janeiro, 28, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre as razões apresentadas pelo governador das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro, para o abandono do seu governo.

Resolução régia de 1723, Abril, 9, Lisboa. Tem anexo os pareceres dos conselheiros.

ANEXO 9:

1724, Janeiro, 12, Goa

CARTA do Conselho do Governo do estado da Índia ao rei [D. João V] sobre a nomeação e perfil dos futuros governadores das ilhas de Timor e Solor.

À margem cópia da provisão de 1723, Abril, 9, Lisboa, com determinações para administração política e religiosa das ilhas de Timor e Solor.

- 28 1722 05 20, Lifau
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, para o governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor [António de Albuquerque Coelho] a pedir devassa às acusações que lhe foram feitas pelo governador das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro.
6 fls. No mesmo documento segue um interrogatório aos moradores sobre a conduta do Bispo.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 28
- 29 1722 12 18, Goa
CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Francisco José de Sampaio e Castro, ao rei D. João V sobre resposta do provincial da Companhia de Jesus ao pedido de envio de missionários para as ilhas de Timor e Solor.
1+4 fls. À margem cópia da provisão de D. João V a ordenar ao vice-rei do estado da Índia o envio de missionários para as ilhas de Timor e Solor pedindo ajuda à Companhia de Jesus em Goa, China e Japão.
ANEXO 1:
1722, Outubro, 23, Combarjua
CARTA (cópia) do provincial da Companhia de Jesus, padre João de Olivares, para o secretário do estado da Índia sobre as razões de não socorrer as missões das ilhas de Timor e Solor devido pertencerem à Congregação de São Domingos; falta de missionários e cônica de sustentação.
ANEXO 2:
1724, Fevereiro, 23, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre o envio de missionários para as missões das ilhas de Timor e Solor: o parecer do Conselho é que deverá ser a Congregação de São Domingos responsável pelo envio de missionários e que deverão regressar à Índia todos os religiosos dominicanos que embarcaram clandestinamente para o Reino, exercendo-se futuramente maior vigilância sobre as saídas dos religiosos.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 29
- 30 1723 03 22, Lisboa
PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino sobre a carta do ex-vigário-geral da Ordem dos Pregadores na Índia, padre Manuel da Natividade, sobre a intromissão dos prelados maiores da mesma Ordem no Reino, no provimento de missionários para as missões de Rios de Sena e nas das ilhas de Timor e Solor
2 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 30

- 31 1723 12 27, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], para o rei [D. João V] sobre missionários para a evangelização das ilhas de Timor e Solor.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 31
- 32 1723 12 29, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], ao rei D. João V a pedir o pagamento das cõngruas em atraso.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 32
- 33 1724 01 12, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], ao rei D. João V sobre as calúnias e insolências que lhe foram feitas pelos governadores das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho e Francisco de Melo de Castro. Pede para fixar residência em Goa.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 33
- 34 1724 01 13, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], ao rei D. João V sobre o mau procedimento dos religiosos dominicanos nas missões de Timor e Solor: pedido da sua substituição.
2+3 fls.
- ANEXO 1:
1724, Abril, 5, Lisboa
DESPACHO do Conselho Ultramarino para o procurador da Coroa dar parecer sobre a carta do Bispo de Malaca.
No mesmo documento o parecer do procurador da Coroa.
- ANEXO 2:
1724, Abril, 12, Lisboa
PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino acerca da carta do Bispo de Malaca sobre o mau procedimento dos religiosos dominicanos nas missões de Timor e Solor e a necessidade da sua substituição.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 34

- 35 1724 01 19, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], ao rei D. João V a denunciar o procedimento do governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 35
- 36 1724 01 21, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel [de Santo António], ao rei D. João V sobre as guerras com os rebeldes Domingos da Costa e Francisco Hornay e faz acusações ao procedimento dos governadores António de Albuquerque Coelho e Francisco de Melo e Castro.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 36
- 37 1724 04 10, Lisboa
PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino sobre o procedimento a adotar com o novo governador de Timor, substituto de António de Albuquerque Coelho.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 37
- 38 1724 04 11, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a queixa do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, contra a sua expulsão de Timor pelo governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho.
2+5 fls.

ANEXO 1:
1722, Novembro, 19, Macau
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei D. João V, acerca do procedimento do governador António de Albuquerque Coelho ao expulsá-lo de Timor; queixas dos governadores António de Albuquerque Coelho e Francisco de Melo e Castro.

ANEXO 2:
1722, Novembro, 20, Macau
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei D. João V acerca das ocorrências em Timor durante o seu governo; queixas do governador António de Albuquerque Coelho.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 38

- 39 1724 12 07, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei [D. João V] a denunciar o comportamento do governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho, e pedido para fixar residência em Goa.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 39
- 40 1724 12 09, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei D. João V sobre o mau procedimento dos religiosos em Timor e Solor e necessidade da sua substituição.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 40
- 41 1724 12 12, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei D. João V a pedir o pagamento das cômruas em atraso.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 41
- 42 1726 01 04, Goa
CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, ao rei D. João V a denunciar as ações dos governadores das ilhas de Timor e Solor, Francisco de Melo e Castro e António Albuquerque Coelho. Pede a renúncia do Bispado de Malaca e a concessão de uma renda anual para se fixar em Goa.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 42
- 43 1727 04 01, Lisboa
PARECER do Conselho Ultramarino sobre a expulsão do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, pelo governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho.
2+32 fls. No mesmo documento despachos do Conselho Ultramarino e pareceres do procurador da Coroa.

ANEXO 1:

1724, Julho, 10, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Solor e Timor, António de Albuquerque Coelho, acerca da expulsão do Bispo de Malaca; revolta dos timorenses incitados pelo Bispo e receio de nova rebelião.

Anexos depoimentos sobre o procedimento do Bispo de Malaca.

ANEXO 2:

1726, Janeiro, 10, Goa

CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, João Saldanha da Gama, ao rei D. João V acerca da causa da expulsão do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, da sua diocese, pelo governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho.

À margem: cópia da provisão de D. João V, de 19 de Abril de 1724, a ordenar o regresso do Bispo de Malaca ao seu Bispado, o envio de governador para Timor e de um ministro a fim de apurar as causas do procedimento do ex-governador.

ANEXO 3:

1726, Janeiro, 15, Goa

Carta do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, João Saldanha da Gama, ao rei D. João V acerca da expulsão do Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, pelo governador das ilhas de Timor e Solor, António de Albuquerque Coelho; substituição do governador e apuramento das razões que levaram à expulsão do Bispo.

À margem cópia de uma provisão do rei D. João V, de 1723, Agosto, 26.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 43

44 1727 04 27, Lifau

CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, ao rei D. João V sobre a entrada na fortificação do Cailaco e castigo dado aos régulos desobedientes.

7+10 fls. Há 2.^a via. Anexa uma informação sobre o conteúdo da carta.

ANEXO 1:

1727, Abril, 30, Lifau

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, ao vice-rei e capitão-general da Índia, João Saldanha da Gama, acerca dos postos existentes em Timor e Solor; soldos que vencem e forma como são pagos, bem como a conveniência de certos postos serem ocupados por naturais.

Em anexo, cópia de uma relação de postos existentes e vencimentos que vencem.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 44

45 1727 06 02

REPRESENTAÇÃO de vários reis dos reinos de Timor ao rei [D. João V] a solicitarem a continuação no cargo do governador António Moniz Macedo



Extracto da Planta do Cailaco

Planta da região de Timor entre as ribeiras de Lois, Lamaquitos e Marrobo representando a tomada da Pedra do Cailaco, 1727

AHU, ACL, CU 083, Doc. 770

ou a sua substituição por Diogo de Pinho Teixeira. Pedem também o envio de religiosos da Companhia de Jesus, artífices e mineiros e queixam-se dos religiosos dominicanos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 250

46 1728 05 25

CERTIDÃO passada pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, sobre a acção do cirurgião Manuel Machado Coelho.

2+2 fls. Anexa outra certidão de 1729, Julho, 20, do mesmo teor passada pelo governador e capitão-geral, Pedro de Melo.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 45

47 1729 01 24, Goa

CARTA do [vice-rei e capitão-general do estado da Índia], João de Saldanha da Gama, ao rei [D. João V] sobre o estado das ilhas de Timor e Solor. Correspondência do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor; do capitão da província de Belos; lista de gente que marchou e pelejou contra os rebeldes de Cailaco. Planta das operações na Pedra de Cailaco.

1+17 fls. Tem anexo cópia da correspondência. A planta encontra-se na Secção de Cartografia e Iconografia: XII/CM/770

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 46

48 1730 11 08, Goa

CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. João de Saldanha da Gama, ao rei [D. João V] acerca da riqueza das ilhas de Timor e Solor e meios necessários à sua conservação.

1 fl. À margem cópia da provisão de 1729, Março, 10, que ordena o agradecimento ao governador das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, e demais oficiais o zelo eram na luta contra os mouros inimigos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 47

49 1731 01 02, Macau

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro, ao rei [D. João V] acerca da rebelião contra o governo em Timor: insuficientes socorros de Goa e Macau. Denúncia do comportamento de Luís Coelho, senhorio e capitão do navio «Corsário», que não levou a Timor armas e munições que transportava.

1 fl. À margem despacho do conselho Ultramarino, de 1731, Setembro, 6, para se averiguar o procedimento de Luís Coelho e se enviarem socorros a Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 48

- 50 1732 07 10, Lifau
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro, ao cirurgião Manuel Machado Coelho sobre o estado das ilhas de Timor e Solor e sua pacificação.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 49
- 51 1732 11 17, Lisboa
PARECER do Conselho Ultramarino sobre as cartas do vice-rei do estado da Índia e do governador de Timor acerca da situação das ilhas de Solor e Timor e descoberta da canela. Recomenda-se ao vice-rei da Índia a pacificação das ilhas e a recolha de informações detalhadas sobre a descoberta de canela.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 50
- 52 1733 04 17, Lisboa
CARTA de frei Cristóvão de São Tomás ao Bispo de Malaca, D. frei Manuel de Santo António, sobre o envio de missionários capazes para as missões de Timor e Solor.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 51
- 53 1734 06 30, Lifau
CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, ao vice-rei do estado da Índia, conde de Sandomil, D. Pedro de Mascarenhas, a relatar a viagem de Macau para Timor: paragem em Larantuca onde recebeu os cumprimentos do rei de Cumba a quem prometeu socorro e chegada a Lifau e posse do governo. Queixa-se do governador anterior e refere o estado miserável das populações.
6 fls. No mesmo documento seguem cópias de cartas do mesmo governador para o vice-rei relativas ao anterior governador de Timor e Solor (1734, Julho, 3 e 10).
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 52
- 54 1734 12 15, Macau
CARTA (cópia) do ex-governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro, ao rei D. João V sobre o governo das ilhas de Timor e suas dependências.
17 fls. No mesmo documento registo de duas provisões ao vice-rei da Índia, conde de Sandomil, e a Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro, de 1736, Abril, 18.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 53

- 55 1737 07 10, Lifau
PROVISÃO (treslado) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Moniz de Macedo, a conceder aos reis e coronéis da ilha de Timor a isenção de pagamento das fintas anuais.
1+7 fls. Tem anexo lista dos reinos, dos reis e das quantias que pagavam.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 54
- 56 1741 08 26, Lifau
CARTA do comissário das Cristandades nas ilhas de Timor e Solor, frei Tomás da Encarnação, ao rei [D. João V] sobre a chegada do Bispo de Malaca a Lifau. Solicita decreto de confirmação para erecção de um Seminário na ilha de Timor.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 55
- 57 1741 08 27, Lifau
CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, D. Manuel Leonis de Castro, ao rei [D. João V] sobre o provimento no governo das ilhas em 1736. Relata a viagem de Goa para Timor na companhia do Bispo de Malaca. Dá várias notícias sobre o governo: falta de navegação comercial e de guerra para Timor, falta de fazenda para despesas ordinárias, pretensão do Bispo de Malaca de erigir um seminário, cobrança das fintas anuais, extracção do ouro e outras preciosidades das ilhas, falta de gente, munições, petrechos e armas. Desordem e desobediência dos reis e coronéis das ilhas e cobiça dos holandeses. Pede o pagamento dos seus ordenados na Fazenda Real em Goa, e para regressar ao Reino.
8 fls. No mesmo documento treslado dos assentos do vencimentos dos governadores anteriores.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 56
- 58 1741 08 27, Timor
OFÍCIO do Bispo de Malaca, D. frei António de Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, António Guedes Pereira, sobre a sua viagem de Goa para Timor e necessidade de seminário em Timor.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 57
- 59 1743 09 17, Lisboa
DECRETO (minuta) do rei [D. João V] a conceder a mercê do Hábito de Cristo com 20.000 réis de tença ao capitão-mor da província do Servião e tenente-general do governo das ilhas de Timor e Solor, Gaspar da Costa.

1 fl. Documento assinado pelo oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, Jerónimo Godinho da Costa.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 58

60 1745 10 19 [ANT]

CARTA de Francisco Xavier Doutel ao rei [D. João V] a pedir para ser nomeado para o cargo de governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor em que foi provido pelo governador da Índia.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 59

61 1746 01 12, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre informação e ordem de parecer ao governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor acerca de erecção de seminário em Timor e da doação feita pelo capitão-mor da província do Servião e tenente-general das ditas ilhas, Gaspar da Costa; mercês ao mesmo Gaspar da Costa do Hábito de Cristo e ao Bispo de Malaca de 4.000 cruzados revertidos em patacas de prata. Notícia da morte do referido Bispo de Malaca.

2+3 fls. Tem anexos cópia da resolução régia de 1743, Setembro, 27, e minuta da consulta do Conselho Ultramarino de 1745, Fevereiro, 25, ambas sobre o mesmo assunto.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 60

62 1746 02 01 [ANT], Lisboa

REQUERIMENTO do Bispo de Malaca [D. frei Miguel de Bulhões e Sousa] ao rei [D. João V] a pedir para que à semelhança do que foi decretado para os Bispados de Tonquim, Cochinchina, Pequim e Nanquim, fosse erigida a catedral de Malaca nas ilhas de Timor e lhe fosse atribuída uma casa digna para sua residência.

1 fl. No mesmo documento um parecer do Conselho Ultramarino de 1746, Agosto, favorável à petição do Bispo.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 61

63 1746 08 06, Lisboa

PARECER do Conselho Ultramarino sobre as cartas do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Francisco Xavier Doutel, e do tenente-general das mesmas ilhas, Gaspar da Costa, sobre a falta de respeito ao governador; necessidade de forças militares e de apetrechos de guerra; de cabedal para pagamento dos soldos do governador e da guarnição, e ruína em que se acha a fortaleza de Lifau. O Conselho é de parecer que face

à decadência das ilhas e à contingência de os holandeses se apoderarem delas, se envie uma companhia de 50 soldados com seus oficiais mediante a concessão de mercês e privilégios, em navio que transporte também o novo Bispo de Malaca, podendo comerciar livremente nos portos da Ásia sem pagamento de direitos na alfândega de Goa. Animação do comércio das ilhas com os produtos naturais, ouro, cera, sândalo, e outros a descobrir.

2+4 fls.

ANEXO 1:

1743, Agosto, 6, Lisboa

DESPACHO do Conselho Ultramarino para o procurador da Fazenda a dar parecer sobre as cartas do Bispo de Malaca, do Comissário da Cristandade das ilhas de Timor e Solor, governador das mesmas ilhas, e de Gaspar da Costa.

No mesmo documento o parecer do procurador da Fazenda e despacho e parecer do Conselho Ultramarino sobre: navegação de Goa para Timor, estabelecimento e dotação de seminários a erigir em Timor pelo Bispo de Malaca, reabilitação da fortaleza de Timor; louvor e mercê de um hábito de Cristo com tença a Gaspar da Costa, cobrança e aplicação das fintas reais, e pagamento dos ordenados de governador das ilhas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 62

64 1748 03 24, Lisboa

OFÍCIO (minuta) do Conselho Ultramarino ao Bispo de Malaca, D. frei Gerardo de São José, sobre o memorial do anterior Bispo de Malaca acerca do estado das ilhas de Timor e Solor. Confirmação junto dos padres da Congregação do Oratório sobre a veracidade das doações feitas ao Seminário de Timor pelo tenente-general das ilhas, Gaspar da Costa. Concessão do Hábito de Cristo com tença e armação em cavaleiro ao mesmo Gaspar da Costa segundo ordens da Mesa de Consciência e Ordens. Mercê de 4.000 cruzados, reduzidos a prata que se acha no Colégio dos Padres da Companhia em Macau para obras no Seminário. Proibição de os Padres da Congregação do Oratório se recolherem a Goa. Ordem de informação sobre todos os negócios de Timor tanto no espiritual como no temporal.

2+1 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 63

65 1749 11 20, Macau

OFÍCIO do Bispado de Malaca, D. Frei Gerardo de São José, ao governador do estado da Índia sobre a sua chegada a Macau e a falta de barco que o conduza a si, sua família e sete missionários que o acompanham às ilhas de

Timor e Solor. Denuncia o comportamento do capitão do barco São Miguel, Manuel Coelho, que o obrigou a abandonar o referido barco no porto de Talaxeira. Refere o bom acolhimento que teve dos holandeses em Malaca, das cerimónias religiosas que efectuou naquela cidade e tece considerações sobre a cristandade de Malaca, Camboja e Sião. Pede providências para as ilhas de Timor e Solor, nomeadamente a edificação de fortificações de pedra e cal, a construção da Sé, o estabelecimento do seminário e o envio de população portuguesa.

2+14 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 251

66 1750 12 10, Macau

CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Gerardo [de São José], ao rei [D. José] sobre a rebelião na província de Servião e morte do tenente-general Gaspar da Costa e a mercê do Hábito de Cristo para o tenente-general João Hornay. Refere que viajará para Timor em companhia do novo governador, Manuel Doutel de Figueiredo Sarmento.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 64

67 1751 06 04, Lifau

CARTA do Bispo de Malaca, D. frei Gerardo de [São José], ao rei [D. José] sobre a destruição do Seminário de Timor e sua reedificação em madeira com ajuda do tenente-general João Hornay, que substituiu o defunto tenente-general Gaspar da Costa. Desobediência e desrespeito dos naturais de Timor ao governador das ilhas. Pedido de confirmação da doação e de nova esmola para o Seminário, e que os seus administradores e governadores possam cobrar as fintas reais nos reinos de Biboque e Insana sem interferência do tenente-general e do governador das ilhas.

2 fls. No mesmo documento despachos e pareceres do conselho Ultramarino e dos procuradores régios.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 65

68 1753 02 01, Goa

CARTA do vice-rei do estado da Índia, marquês de Távora [D. Francisco Assis de Távora], ao rei [D. José] sobre as notícias do mau estado das ilhas de Timor e Solor dadas em carta do governador e capitão-general das mesmas ilhas, Manuel Doutel de Figueiredo e Sarmento. Refere as dificuldades em enviar socorros para Timor.

2+4 fls. No mesmo documento despachos e pareceres do Conselho Ultramarino e dos procuradores régios.

ANEXO 1:

1751, Junho, 18, Lifau

OFÍCIO (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, Manuel Doutel de Figueiredo e Sarmento, ao vice-rei do estado da Índia, marquês de Távora [Francisco Assis de Távora], acerca da entrega e posse do governo das ilhas. Rebelião dos reis da província do Servião. Tentativa dos holandeses de se apoderarem das ilhas.

No mesmo documento segue treslado da entrega do governo das ilhas e correspondência entre as autoridades portuguesas de Timor e Companhia Holandesa.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 66

69 1754 05 26. Lifau

ORDEM do feitor da Fazenda Real das ilhas de Timor e Solor, Raimundo da Costa, ao escrivão da Fazenda Real e Feitoria das ilhas de Timor e Solor, António da Cunha, para que tire um treslado do seu requerimento ao governador e capitão-geral das ilhas de timor e Solor, no qual pede a satisfação do desvio da pólvora remetida de Goa no barco Santa Rita, para socorro das ilhas.

9 fls. No mesmo documento segue treslado do requerimento dos senhorios do barco Santa Rita, Bernardo Nogueira Carvalho da Fonseca e Simão Vicente Rosa, ao governador das mesmas ilhas, no qual pedem devolução do dinheiro que pagou o feitor do barco pelo desvio da pólvora.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 67

70 1754 06 08 [ANT], Lifau

REQUERIMENTO do feitor da Fazenda Real das ilhas de Timor e Solor, Raimundo da Costa, ao ouvidor das ilhas de Timor e Solor, Luís Sotero da Costa, a pedir um treslado autêntico do requerimento no qual apelou ao Conselho da Fazenda acerca da Ermida de Nossa Senhora da Penha.

3 fls. No mesmo documento segue o treslado

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 68

71 1755 02 28, Lifau

PORTARIA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Doutel de Figueiredo e Sarmento, ao ouvidor das ilhas de Timor e Solor, Luís Sotero da Costa, para que ordene ao tabelião do Judicial e Notas, João Cardoso, para tirar treslado autêntico da inquirição do procedimento do rei e coronel de Suay, e capitão dos Três Loros, D. Baltasar Lopes.

13 fls. No mesmo documento segue treslado

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 69

- 72 1755 04 29, Lifau
OFÍCIO do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Doutel de Figueiredo e Sarmento, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte-Real], a pedir envio de sucessor devido a doença.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 70

- 73 1759 02 05 [ANT], Lisboa
REQUERIMENTO de Ana Maria de Melo Pereira ao rei [D. José] a pedir o pagamento de soldos atrasados do seu marido, D. Manuel Leonis de Castro, que foi governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor.

1+10 fls. Anexas várias certidões. Despacho do Conselho Ultramarino para informação do vice-rei da Índia. Despacho final do Conselho de excusado.

ANEXO 1:

1760, Janeiro, 22, Goa

CARTA do vice-rei e capitão-general do estado da Índia (conde da Ega), [Manuel de Saldanha de Albuquerque], a informar sobre o pedido da viúva do ex-governador das ilhas de Timor e Solor: pagamento de soldos atrasados.

À margem cópia da provisão régia que ordena o parecer.

ANEXO 2:

1760, Janeiro, 10, Goa

OFÍCIO (cópia) do vedor-geral da Fazenda de Goa, D. João José de Melo, dando parecer sobre o pagamento dos soldos atrasados à viúva do ex-governador das ilhas de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 71

- 74 1760 12 15, Lisboa
CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José] sobre o pedido do Bispo de Malaca, D. Frei Gerardo de São José, para que lhe sejam pagos pela Provedoria do estado da Índia parte da cõgrua pertencente à sua Igreja e à despeza das Bulas desde a morte do Bispo, D. frei Manuel de Santo António, até à confirmação de D. Frei António de Castro, para com ela possa poder pagar aos credores e conservar a nova igreja que erigiu à sua custa e que está servindo de Sé.

2+52 fls. Anexo vários documentos comprovativos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 252

- 75 1762 04 25, Lisboa, Ajuda
DECRETO do rei [D. José] a nomear o capitão de Infantaria de Lifau, José Pedro Soares, para o posto de capitão de Infantaria de Goa, com o respectivo soldo.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 72
- 76 1762 04 25, Lisboa, Ajuda
OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], ao comissário dos Missionários das ilhas de Timor e Solor sobre a ordem dada ao vice-rei do estado da Índia para enviar socorros para Timor a fim de se recuperar os territórios usurpados pelos holandeses e outras nações inimigas e a concessão da mercê do Hábito de Cristo, e do posto de capitão de Infantaria em Goa, com ajudas de custo de transporte e respectivo soldo ao capitão José Pedro Soares.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 73
- 77 1762 04 25, Ajuda, Lisboa
OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], aos oficiais da guarnição e moradores da praça de Lifau sobre a ordem dada ao vice-rei e capitão-general do estado da Índia para enviar socorros para Timor para que cessem as violências e opressões dos holandeses e outras nações inimigas e se possam recuperar os territórios ocupados.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 253
- 78 1768 02 08, Goa
CARTA do Conselho do Governo do estado da Índia ao rei [D. José] sobre a morte do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Dionísio Gonçalves Galvão Rebelo, e dificuldades em que ficaram as mesmas ilhas. Resolução dos governadores interinos, frei António de São Boaventura e José Rodrigues Pereira, de não admitirem Francisco Hornay na via de sucessão. Insucesso do envio de socorros a Timor pelo navio Santa Catarina. Nomeação de capitão-mor da fortaleza da Aguada para governador das ilhas de Timor e Solor e recomendação ao governador e Senado de Macau para continuarem a enviar anualmente navio a Timor.
2+51 fls. Tem anexo documentos justificativos das providências tomadas a favor das ilhas de Timor e Solor.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 74

- 79 1768 04 07 [POS]
REQUERIMENTO do comissário da Ordem dos Pregadores no Bispado de Malaca, frei António de São Boaventura, ao rei [D. José] a pedir alvará de mantimentos na mesma forma que se passou ao seu antecessor já falecido, D. frei Bernardo de São José, visto ter sido eleito em Vigário Capitular e Governador do Bispado de Malaca pelo Arcebispo de Goa, D. António Taveira de Neiva Brum.
1+2 fls. Tem anexo treslado em carta testemunhável da provisão de nomeação.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 75
- 80 1768 06 13, Lifau
REPRESENTAÇÃO dos oficiais, militares, Justiça, Fazenda e moradores principais da praça de Lifau ao rei [D. José] sobre a acção dos holandeses que estão praticamente a ocupar toda a ilha e a trazer para o seu partido os poucos reinos que ainda são fiéis à coroa portuguesa. Pede socorros de gente e armas para assim se poder restabelecer os domínios portugueses.
3 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 254
- 81 1768 07 10 [ANT], Lifau
REQUERIMENTO do procurador-geral das ilhas de Timor e Solor, frei João do Rosário, ao governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, [António José Teles de Meneses], a pedir a avaliação dos prejuizos sofridos numa expedição missionária, para poder ser indemnizado pelo governo de Goa.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 76
- 82 1768 07 12, Lifau
CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, [António José Teles de Meneses], ao rei [D. José] a enviar sete cartas sobre a administração de Timor e Solor.
1+11 fls.

ANEXO 1:
1768, Maio, 16, Lifau
CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Meneses, ao rei [D. José] em que faz o relato da viagem de Goa a Timor; estado decadente das ilhas; influência crescente da Companhia Holandesa; ataques dos rebeldes sob o comando de Francisco Hornay e providências necessárias para a manutenção das ilhas.

ANEXO 2:

1768, Março, 3, Lifau

CARTA (cópia) de frei António de São Boaventura ao governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Meneses, acerca das rebeliões comandadas por Domingos Costa e Francisco Hornay.

ANEXO 3:

1768, Junho, 3, Lifau

PORTARIA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, [António José Teles de Meneses], ao ouvidor e auditor da gente da guerra de Timor e Solor, Raimundo da Costa, em que se ordena para se tresladar o termo de obediência aos governadores de Timor e Solor, feito pelo rebelde Francisco Hornay.

No mesmo documento o treslado do referido termo.

ANEXO 4:

1768, Junho, 20, Lifau

CARTA do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Meneses, ao rei D. José acerca do ataque do rebelde Francisco Hornay.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 77

83 1770 03 28, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral de Timor e Solor], António José Teles de Meneses, ao rei D. José sobre o estabelecimento do governo na praça de Díli: falta de mantimentos agravada pelo facto de os reinos não contribuírem para o sustento da praça. Influência holandesa em Timor e necessidade de Macau assistir com 2000 picos de arroz.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 78

84 1770 03 31, Díli

CARTA DO [governador e capitão-geral de Timor e Solor], António José Teles de Meneses, ao rei [D. José] sobre as razões da mudança da sede do governo de Lifau para Díli. Dificuldades em mantimentos, gente de guerra e armas. Pedido de ofícios mecânicos, companhias de Sipais. Falta de gente para prover nos cargos de feitor, sargento-mor e outros. Prestações de vassalagem dos reis de Timor apesar das rebeliões encabeçadas por Francisco Hornay. Pedido de substituição no governo e regresso à corte.

3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 79

- 85 1774 05 25. Díli
CARTA do [governador do Bispado de Malaca], frei Francisco da Purificação, a frei João do Pilar sobre as mortes do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Meneses, e do padre visitador, frei António Ramalho.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 80

- 86 1775 06 22, Díli
OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], frei Francisco da Purificação, ao padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho, sobre o pedido do prior do Convento de Santo Agostinho de Macau, padre Manuel de Nossa Senhora, acerca de uma procuração para cobrança de dívidas.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 81

- 87 1779 01 18 [ANT], Goa
REQUERIMENTO do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho à rainha, D. Maria I, a pedir o reembolso dos novecentos pardaus timores que lhe devia o seu procurador, padre Francisco da Purificação.

1+7 fls.

ANEXO 1:

1777, Setembro, 2 [ANT], Goa

REQUERIMENTO do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho à rainha, D. Maria I, pedindo para que se retire do sequestro ao espólio do padre Francisco da Purificação os novecentos pardaus timores que lhe pertencem.

ANEXO 2:

1778, Janeiro, 9 [ANT], Goa

REQUERIMENTO do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho ao vigário-geral, frei António de Nossa Senhora, pedindo a entrega dos mil e quinhentos pardaus timores que lhe devia o seu procurador padre Francisco da Purificação.

ANEXO 3:

1779, Janeiro, 18 [ANT], Goa

REQUERIMENTO de Úrsula da Silva ao governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Caetano de Lemos Telo de Meneses, pedindo a devolução da cera que entregou ao padre Francisco da Purificação para a enviar ao padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho.

ANEXO 4:

1776, Julho, 2 [ANT], Díli

REQUERIMENTO de Úrsula da Silva ao governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Caetano de Lemos Teles de Menezes, pedindo uma certidão comprovativa da quantia que entregou ao padre Francisco da Purificação, procurador do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho.

ANEXO 5:

1776, Maio, 2 [ANT], Goa

REQUERIMENTO do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho ao vigário-geral, frei António de Nossa Senhora, pedindo uma ordem para que o padre Francisco da Purificação lhe pague a sua dívida.

ANEXO 6:

1776, Abril, 6 [ANT], Goa

REQUERIMENTO do padre Manuel de Santo Agostinho e Marinho ao vigário-geral, frei António de Nossa Senhora, pedindo uma certidão sobre as quantias que o padre António de São Boaventura entregou ao padre Francisco da Purificação.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 82

88 1779 01 18 [ANT], Goa

REQUERIMENTO do governador episcopal de Malaca e ilhas de Timor e Solor, religioso da Ordem dos Pregadores da Congregação da Índia, frei António de São Boaventura, à rainha, D. Maria I, a pedir ordem ao governador e capitão-general do estado da Índia para ser reembolsado da quantia relativa a uma escuna e alguns escravos que perdeu num naufrágio e que emprestou para o real serviço por ordem do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Menezes.

1+10 fls. Tem anexo requerimentos e documentos comprovativos.

ANEXO 1:

[1777, Junho, 10] [ANT], Convento de Santa Bárbara

REQUERIMENTO de frei António de São Boaventura ao Presidente e vigário-geral da Ordem dos Pregadores, frei Manuel de S. Tomás, pedindo o pagamento a que tem direito a partir do dinheiro sequestrado e posteriormente enviado para Goa, pelo governador das ilhas, Caetano de Lemos Teles de Menezes.

ANEXO 2:

[1776, Julho, 2] [ANT]

REQUERIMENTO do procurador de frei António de São Boaventura, João Xavier, ao governador e capitão-geral das ilhas, Caetano de Lemos Teles de Menezes, acerca do pedido de pagamento da dívida.

ANEXO 3:

[1775, Abril, 26] [ANT]

REQUERIMENTO de frei António de São Boaventura ao presidente e vigário-geral da Ordem dos Pregadores, frei Manuel de São Tomás, acerca do pedido de pagamento da dívida.

ANEXO 4:

1773, Janeiro, 25, Reino de Manatuto

OFÍCIO, do Conselho da Comunidade de religiosos do reino de Manatuto ao governador do Bispado, frei António de São Boaventura, para que a dívida em causa seja satisfeita a partir do cofre da comunidade.

ANEXO 5:

1768, Julho, 10, Timor

CONHECIMENTO EM FORMA do governador das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Meneses, Feitor da Real Fazenda António Caetano da Silva e escrivão Francisco Pereira para que o Procurador Geral da Comunidade de Goa cobre na Fazenda Real a quantia de 1040 pardaus (1080 xerafins de Goa) adiantados pela comunidade dos religiosos da Sagrada Ordem dos Pregadores e que eram devidos a frei António de São Boaventura.

ANEXO 6:

1768, Maio, 27, Lifau

ATESTAÇÃO do governador das ilhas de Timor e Solor, António José Teles de Menezes, confirmando o naufrágio da escuna de frei António de São Boaventura.

ANEXO 7:

[1779, Janeiro, 18] [ANT]

REQUERIMENTO de frei António de São Boaventura à rainha, [D. Maria I], acerca do pedido de pagamento da dívida.

ANEXO 8:

[1779, Fevereiro, 29] [ANT]

REQUERIMENTO de frei António de S. Boaventura a [D. Maria I], rainha de Portugal, acerca do pedido de pagamento da dívida.

89 1779 [POS]

DESCRIÇÃO (cópia) pormenorizada da província, abrangendo os seguintes aspectos: — geografia e clima; produções agrícolas, especiarias e minérios; comércio com o exterior, religião e carácter dos povos; relações entre os régulos e as autoridades portuguesas; fortalezas existentes; estado actual de desprezo e abandono.

8 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 84

90 1783 05 10 [POS], Lisboa

ESCRITO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o merecimento dos pedidos do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, constantes de oito consultas do Conselho Ultramarino.

1+61 fls. Tem anexo parecer e capilha com resumo de cada consulta.

ANEXO 1:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha, D. Maria I, acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, do ordenado de 200.000 réis anuais para um provisor e um vigário-geral, tal como se concedeu às igrejas de Macau e Cabo Verde.

Tem anexo quatro requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 2:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, para levar 12 estudantes para servirem na sua igreja com ordenado anual de 40.000 réis, tal como se concedeu ao Bispo de Cabo Verde.

Tem anexo três requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 3:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, de alvará igual ao que se passou a seu antecessor, para criar de novo e erigir algumas freguesias.

Tem anexo dois requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 4:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, para se proverem as cadeiras vagas da catedral na ilha de Timor.

Tem anexo dois requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 5:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, da renovação da contribuição anual em trigo, vinho, cera, azeite e 50 cruzados para a sua diocese, concedida pelos reis anteriores e paga pela Fazenda Real.

Tem anexo dois requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 6:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, de declaração da repartição por onde se hão-de cobrar as despesas necessárias ao levantamento e ornamentação dos templos para a celebração e culto religioso naquela diocese.

Tem anexo três requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 7:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, de acrescentamento de 40.000 réis à sua cõngua, tal como fez o rei D. Sebastião à cõngua do Bispo D. João Ribeiro para ajuda do pagamento de casas.

Tem anexo dois requerimentos do Bispo de Malaca.

ANEXO 8:

1783, Maio, 10, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I acerca do pedido do Bispo de Malaca, frei Alexandre da Sagrada Família, das ordens necessárias para receber a terça parte da cõngua taxada ao Bispado de Malaca durante o tempo que esteve vago.

Tem anexo três requerimentos do Bispo de Malaca.

- 91 1784 04 15, Goa
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Necessidade do aumento dos direitos alfandegários de importação e exportação como forma de se poderem sustentar as forças militares necessárias à defesa das ilhas e à melhoria geral do comércio e agricultura.
2+7 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

1784, Janeiro, 20 — Abril, 28

REPRESENTAÇÕES (19 cópias) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao governador e capitão-general do estado da Índia, Frederico Guilherme de Sousa, sobre: desvantagens da mudança da praça de Lifau para Díli; rendimento da Alfândega; comércio e agricultura; guarnecimento da praça de Díli e plano das tropas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 86

- 92 1784 04 16, Goa
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre: a decadência das missões religiosas em Timor que favorece o estabelecimento de feitorias holandesas e a necessidade de um convento com justificado número de religiosos dominicanos.
1 fl. Há 2.^a via
AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 87

- 93 1784 04 18, Goa
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a vantagem na comunicação directa entre Timor e Goa que possibilita o escoamento de produtos de Timor (canela, noz-moscada, cera, salitre, enxofre, chumbo, tambaca, petróleo e tabaco).
2 fls. Há 2.^a via.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 88

- 94 1784 04 19, Goa
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de armamento e munições

para a defesa do estabelecimento de Díli; fortaleza de Lifau e portas de Lautem, Manatuto, Batugadé e Larantuca.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 89

95 1784 04 20, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as três épocas de decadência das ilhas no séc. XVIII: em 1709 quando se limitou o comércio do sândalo aos moradores de Macau; em 1725 com o perdão das fintas no tributo da capitação e em 1738 quando deixaram de viajar de Goa para Timor navios de guerra.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 90

96 1784 04 21, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o pedido do capitão-tenente Manuel Ferreira Nobre, de oficiais, oficiais marinheiros, construtores e o mais necessário para se criar a Marinha, estabelecer o Arsenal e os estaleiros necessários à construção de pequenas embarcações mercantes e de guerra.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 91

97 1784 04 22, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o interesse da escala em Timor nas viagens de Macau: colocação de produtos (vinhos, aguardentes, forragens, etc.); incremento comercial dos produtos das ilhas (sândalo, cera, cobre, sal, salitre, enxofre, noz moscada, canela, etc.) e possibilidade do envio de socorros às ilhas.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 92

98 1784 04 23, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a falta de militares para defesa das ilhas e necessidade de atribuição de ajudas de custo aos militares voluntários.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 93

99 1784 04 24, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir efectivos militares, oficiais, sargentos e praças para a defesa dos vários fortes das ilhas de Timor e Solor.

2+1 fls. Há 2.^a via. Em anexo uma lista de militares dos Regimentos do Reino com interesse para se enviarem para Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 94

100 1784 04 25, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atribuição de algumas das ordens militares aos régulos principais como forma de conservar o estabelecimento e restaurar o domínio português: enumeração dos régulos que devem ser distinguidos.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 95

101 1784 04 26, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir a concessão de privilégios de tributação como forma de restabelecer o comércio de Timor.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 96

102 1784 04 27, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o interesse de se fazer uma história natural de Timor e Solor e necessidade de meios para o efeito. Pedido para que o naturalista Manuel Galvão da Silveira fique em Timor quando findar a sua comissão em Moçambique.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 97

103 1784 04 28, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre proposta de criação do cargo de ouvidor-

-geral em Timor e indicação do corregedor de Viseu, Dr. Damião José Saraiva, ou do superintendente das alfândegas do norte, Dr. Luiz António Vaz da Silva e Sousa, para ocuparem o referido cargo.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 98

104 1784 04 29, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio dos ornamentos e móveis que pertenceram ao Colégio dos Jesuítas de Diu para as igrejas das missões e do convento de S. Domingos de Timor.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 99

105 1784 04 30, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a decadência do comércio de Timor provocada pela exclusividade do comércio de sândalo concedida aos moradores de Macau e necessidade de liberdade comercial para todos os portos da Ásia para restabelecer o comércio de Timor.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 100

106 1784 05 02, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o estado decadente das ilhas: pedido de socorros para a sua defesa e conservação.

1+4 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

[1784, Goa]

CARTA de D. Francisco Xavier de Castro ao [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, acerca da decadência de Timor: influência crescente dos holandeses que fornecem armas aos timorenses; falta de praças militares portuguesas.

ANEXO 2:

1784, Abril, 26, Ribandar

CARTA de Pedro José do Vale ao [governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, a dar notícias sobre

Timor: despovoamento da praça de Díli; decadência do comércio que poderia ter interesse se fosse protegido; falta de efectivos militares e de armamento e munições; missionários pouco zelosos.

ANEXO 3:

[1784, Goa]

MEMÓRIA dirigida ao [governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, sobre o estado das ilhas de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 101

107 1784 05 03, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir atribuição de mercês ao capitão-tenente Manuel José de Melo e ao ajudante de ordens Francisco Manuel de Castro Barradas.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 102

108 1784 05 03, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir selos para a expedição de diplomas.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 103

109 1784 05 04, Goa

OFÍCIO [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a importância das ilhas de Timor e Solor e do abandono a que estão votadas.

1+4 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

1765

NOTÍCIA extraída de um livro manuscrito de frei António de Boa Ventura, em que se refere o estado de decadência e abandono das ilhas e suas causas e descrevem-se geograficamente as ilhas incluindo-se uma lista dos reinos que pagavam impostos e uma lista dos governadores e capitães-generais destas ilhas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 104

110 1784 05 06, Goa

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a solicitar o posto de tenente-coronel de Artilharia e o pagamento de ajudas de custo.

1+2 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

[1784], Goa

REQUERIMENTO do [governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, ao [governador e capitão-general do estado da Índia], D. Frederico Guilherme de Sousa, a pedir a patente de coronel de Artilharia.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 105

111 1784 12 03, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções recebidas para o governo das ilhas de Timor e Solor.

1+3 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

1784, Maio, 7, Goa

INSTRUÇÃO (cópia) ao governador e capitão-general do estado da Índia D. Frederico Guilherme de Sousa, ao governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, acerca do governo de Timor e Solor: estabelecimento das fintas régias; restabelecimento do comércio; incremento das culturas; arrecadação dos bens dos Defuntos e Ausentes; guarnições e armamentos; influência francesa e holandesa nas ilhas; missionários dominicanos; situação do principal estabelecimento de Timor; sentenças criminais e execuções.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 106

112 1784 12 06, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade da confirmação e execução das sentenças dos Conselhos de Guerra e dos seus réus não militares, punindo-se rapidamente os delitos conforme prática usual nas capitânicas de África e Brasil.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 107

113 1784 12 07, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir para criar em Timor duas companhias de cavalos e prover uma delas com quatro peças de libra leves e encarregar o 1.º tenente Manuel Ribeiro Valente de assistir à construção dos acessórios necessários.

1 fl. Há 2.ª via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 108

114 1784 12 08, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as vantagens que resultariam para o comércio do envio anual de um barco de Macau àquelas ilhas.

1+1 fls. Há 2.ª via.

ANEXO 1:

S.D.

LISTA dos géneros de lei que têm grande consumo nas ilhas de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 109

115 1784 12 08, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir para serem enviadas duas peças de bronze para refundição no Reino devido à grande necessidade de artilharia para defesa das ilhas.

1 fl. Há 2.ª via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 110

116 1784 12 10, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade da existência de um convento com o maior número de missionários que exerçam a sua acção sobre os régulos. Razões para a separação da igreja de Timor da de Malaca.

3 fls. Há 2.ª via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 111

117 1784 12 12, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir que as residências dos governadores de Timor se cometam aos seus sucessores e que sejam sentenciados em Conselho de Guerra, na forma da Carta Régia de 1782, Fevereiro, 15.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 112

118 1784 12 13, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a falta de moeda portuguesa, pois a utilizada é holandesa, e necessidade do estabelecimento de uma casa da moeda em Timor.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 113

119 1784 12 16, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de recorrer a empréstimos devido à falta de verbas para fardamentos e sustento dos oficiais que o acompanharam para as ilhas. Compra de duas chalupas em Batávia para serem armadas para defesa das ilhas.

2+4 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

1784, Novembro, 24 — Dezembro, 15

Três requerimentos para o Senado de Macau e duas listas de pessoal e materiais (cópias).

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 114

120 1784 12 17, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir que se não extinga o privilégio que tem Macau de fazer só o comércio de Timor, que sejam os interesses dos bagues do navio de Timor em benefício dos seus moradores.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 115

121 1784 12 19, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir a extinção do privilégio exclusivo concedido aos moradores de Macau de comerciarem para Timor, já que isso impede o desenvolvimento económico das ilhas.

1+1 fls. Há 2.^a via.

ANEXO 1:

1709, Dezembro, 20

ALVARÁ (cópia) do rei D. João V a confirmar aos moradores de Macau o privilégio de fazerem as viagens comerciais para Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 116

122 1784 12 20, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade da regularização e aumento dos direitos de saída do sândalo, atendendo à carência de verbas e à concorrência proveniente da costa do Malabar.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 117

123 1784 12 25, Macau

OFÍCIO do o [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a pedir dobragem de soldos durante o tempo de exercício do cargo.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 118

124 [1784 12 25] [POS], Macau

LISTA das cartas (13) enviadas pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro.

1 fl. Há uma cópia.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 119

125 1785 04 30, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar],

Martinho de Melo e Castro, sobre a sua chegada às ilhas de Timor e Solor. Boa recepção nos encontros que teve na povoação de Larantuca, na ilha de Solor, com o rei dela, na povoação de Bure, na ilha de Adonare, com Pedro Hornay com quem celebrou um tratado de comércio como meio de reconhecimento da soberania portuguesa; estado deplorável da praça de Díli: sem portugueses, sem dinheiro, com dívidas ao Cofre dos Defuntos e Ausentes e dos Órfãos, mal guarnecida de tropas e redutos defensivos e sem embarcações; Notícia de minas de cobre e outros minérios, de pau-japão, sândalo vermelho, etc.; Publicação de bando para os negociantes chinas e outros comerciarem livremente em Timor; Descoberta de uma nova especiaria em Solor chamada «massoi»; Pedido de nomeação do padre Manuel Francisco José Graça, religioso de Santo Agostinho, para governador do Bispado de Malaca e renovação do pedido de socorros e providências para a defesa e comércio das ilhas de Timor e Solor.

4 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 120

126 1786 07 22, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a fraca defesa das ilhas, a falta de dinheiro e de embarcações. Renova o pedido de socorros.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 121

127 1786 07 23, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar cópia da correspondência do governador do estado da Índia e do comodoro de Cupão para conhecimento do estado do comércio das ilhas.

1+6 fls.

ANEXO 1:

1786, Maio, 1, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao governador e capitão-geral do estado da Índia, D. Frederico Guilherme de Sousa, acerca da cobrança dos direitos de sândalo e cera.

ANEXO 2:

1786, Maio, 2, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao governador e capitão-general do estado da Índia, D. Frederico Guilherme de Sousa, acerca da necessidade de um funcionário capaz na administração da Fazenda Real e da criação de um regimento para regulamentação da mesma.

ANEXO 3:

1786, Maio, 20, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao governador e capitão-general do estado da Índia, D. Frederico Guilherme de Sousa, acerca das possibilidades de se restabelecer o comércio das ilhas.

ANEXO 4:

1785, Junho, 5, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao Comodoro de Cupão, Willem Adrian Van Este, acerca do contrabando de armas e consequentes prejuízos para Portugal. Pedido das providências necessárias para o fim de tal situação.

ANEXO 5:

1785, Junho, 18, Cupão

CARTA (cópia) do comodoro de Cupão, Willem Adrian Van Este, ao governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, acerca do contrabando de armas e pedido de explicações por não ter deixado entrar embarcações holandesas nos portos de Atapupo e Fiolara, alegando pertenceram aqueles portos à Companhia desde 1756. Pedido para que se aceitem nos portos portugueses embarcações com passaporte holandês.

ANEXO 6:

1785, Junho, 25, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao comodoro de Cupão, Willem Adrian Van Este, acerca da razão por que foram vedados às embarcações holandesas os portos de Atapupo e Fiolara.

ANEXO 7:

1786, Fevereiro, 25, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao comodoro de Cupão, Willem Adrian Van Este, protestando contra o ataque ao reino de Derimam por um arraial com bandeiras holandesas.

ANEXO 8:

1786, Julho, 8, Cupão

CARTA (cópia) do Conselho de Cupão ao governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, a pedir a entrega de mestre António de Grande, culpado de furto contra a Fazenda Real.

ANEXO 9:

1786, Julho, 26, Díli

CARTA (cópia) do governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho, ao comodoro de Cupão, Willem Adrian Van Este, acerca da razão por que não está autorizado a entregar o mestre António de Grande.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 122

128 1786 07 24, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar cópias dos assentos do adjunto da fazenda real e dos Regimentos e Pautas da Fazenda, para conhecimento da situação económica das ilhas.

1+21 fls. Anexa cópia do Assento do Adjunto da Fazenda Real; do regimento da Alfândega e do regimento da Intendência Geral da Marinha e Fazenda Real.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 123

129 1786 07 26, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a liquidação dos direitos devidos por Manuel Vicente Rosa de Barros à Fazenda Real referentes ao sândalo que em 1779 trouxe de Cupão e levou para Macau.

1+3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 124

130 1786 07 27, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar seis frascos de «óleo da terra» (petróleo).

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 125

131 1788 01 23, Macau

OFÍCIO do governador do Bispado de Malaca, Francisco Luis da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de virem de Goa clérigos instruídos, e a dificuldade no transporte desses clérigos devido ao monopólio das viagens de Macau. Refere os problemas surgidos com os missionários da Congregação de São Domingos.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 255

132 1788 01 26, Macau

OFÍCIO do governador do Bispado de Malaca, Francisco Luis da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de missionários para o Bispado. Pede que sejam atribuídos subsídios de transporte e alimentação aos missionários enviados para Timor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 256

133 1788 01 26, Macau

OFÍCIO do governador do Bispado de Malaca, Francisco Luis da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a sua nomeação para o governo do Bispado. Pede para ser abonado da quantia de 5.000 cruzados que terá de gastar em viagens e estadia até chegar a Timor e a atribuição de uma côngrua.

1. fl. Há 2.^a via

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 257

134 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do governador do Bispado de Malaca, Francisco Luis da Cunha, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o deplorável estado da Missão e cristandade. Critica o despótico procedimento do governador Feliciano António Nogueira Lisboa e pede a separação da jurisdição eclesiástica, usurpada pelo governador de Armas.

2+2 fls. Anexo cópia da correspondência trocada com o governador e capitão-geral de Timor e Solor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 258

135 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e

Castro], a denunciar o comportamento do governador, Feliciano António Nogueira Lisboa, que acusa de exercer o monopólio comercial.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 259

136 1788 06 12, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, a secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a denunciar o despótico comportamento do governador e capitão-geral, Feliciano António Nogueira Lisboa, que acusa de práticas de monopólio, prejudicando os interesses dos comerciantes e do comércio em geral.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 260

137 1788 06 12, Díli

CARTA do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, à rainha [D. Maria I] sobre o decadente estado da Missão: igrejas de palha sem portas nem janelas; falta de ornamentos e objectos de culto; falta de zelo dos padres; insuficientes emolumentos das igrejas. Pedê para que os bens do extinto Bispado do Japão e dos espólios dos jesuítas do Colégio de São Paulo e de Diu e Damão possam ser aplicados no Bispado de Malaca. Refere a inexistência de uma casa para o governador do Bispado e a falta de cõngrua.

3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 261

138 1788 06 15, Díli

CARTA do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, à rainha [D. Maria I] sobre o estado geral da Missão e a dissolução dos costumes dos padres da Congregação de São Domingos. Denuncia o procedimento despótico do governador que oprime o povo e exerce monopólio comercial com prejuízo dos comerciantes em geral. Acusa-o igualmente de se intrometer na jurisdição eclesiástica.

7 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 262

139 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a intromissão constante dos governadores de Armas na jurisdição eclesiástica.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 263

140 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre as suas desinteligências com o governador e capitão-geral, Feliciano António Nogueira Lisboa, que se intromete nas funções eclesiásticas. Refere a necessidade de ministro sindicante que vigie a actuação dos governadores e os obrigue a cumprir as ordens régias.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 264

141 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a necessidade de uma côngrua para a sua subsistência. Refere também a falta de ornamentos para a prática das cerimónias religiosas.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 265

142 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do governador do Bispado de Malaca, Francisco Luis da Cunha, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o mau procedimento e dissolução de costumes dos religiosos da Congregação de São Domingos que são enviados de Goa. Pede providências para esta situação e insiste na necessidade de os governadores não se intrometerem na jurisdição eclesiástica.

2 fls. Há 2.^a via

AHU, ACL, CU 086, Cx. 6, D. 266

143 1788 06 16, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca], Francisco Luis da Cunha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o procedimento despótico do governador e capitão-geral. Refere ter encontrado oposição quando pretende visitar as igrejas do seu Bispado e considera que algumas guerras com os reinos são, por vezes, devido ao procedimento dos próprios governadores, com excepção do governador José Teles de Meneses.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 267

144 1788 07 04, Díli

OFÍCIO do [governador do Bispado de Malaca] Francisco Luis da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro,

sobre a necessidade de padres. Refere a decadência da Missão e denuncia o comportamento dos religiosos da Ordem de São Domingos.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 268

145 1788 12 12, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar amostras de madeira da China e de Timor, óleos, conchas, corais e pedras.

1+6 fls. Anexa lista de algumas amostras de madeiras e outras coisas naturais das ilhas de Timor e Solor e dois mapas das diferentes madeiras da China e das madeiras das ilhas de Timor e Solor e um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 126

146 1788 12 15, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a razão da sua permanência em Timor, viagem para Macau e receio de escalar Batávia. Refere as providências tomadas para melhorar a situação das ilhas, mencionando os reinos obedientes a Portugal e os que se encontravam do lado dos holandeses. Renova o pedido de socorros e de proteção ao comércio das ilhas lembrando o perigo holandês. Envio de uma lista dos gêneros existentes naquelas ilhas.

2+2 fls. Anexa lista mencionada e um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 127

147 1788 12 16, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as queixas dos negociantes de Macau motivadas pelas providências que tomou em abono dos moradores, do comércio e da Fazenda Real nas ilhas de Timor e Solor.

4+1 fls. Tem anexo um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 128

148 1788 12 20, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o ressentimento de António José Granate e Bento Coelho devido às repreensões e castigos que receberam pelas suas

condutas e intrigas, e principalmente pelo restabelecimento do 1/8 do 1/5 que antigamente se pagava pelo sândalo à Fazenda Real e pelo aumento dos direitos de saída.

2+1 fls. Tem anexo um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 129

149 1788 12 21, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a enviar um requerimento a pedir o pagamento dos soldos de viagem que teve de repor por ordem da Junta da Real Fazenda do estado da Índia.

1+2 fls. Tem anexo o referido requerimento e um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 130

150 1789 01 08, Macau

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], João Baptista Vieira Godinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, a remeter um caixote com amostras de produtos naturais das ilhas de Timor e Solor e a pedir protecção para o comércio.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 131

151 1790 12 30, Batávia

CARTA do comerciante de Batávia, Wartaw Gaspar, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as vantagens do estabelecimento de uma casa comercial em Díli. Refere o estado de decadência das ilhas, a falta de um comércio activo com capacidade competitiva, a falta de um registo mercantil dos moradores e queixa-se da acção dos ouvidores da Fazenda.

3+2 fls.

ANEXO 1:

1790, Dezembro, 30, Batávia

CONDIÇÕES propostas pelos comerciantes Wartaw Gaspar, do porto de Batávia, e Manuel Jacob Jan, do porto de Madраста, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, para o estabelecimento de uma casa comercial em Díli.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 132

152 1790 01 01 [CA], Lisboa

MEMÓRIA do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre o plano de José Nunes da Silva; pedido do desembargador da Relação de Goa com exercício no lugar do ouvidor de Macau, António Rodrigues Veloso de Oliveira, para que lhe fossem pagas ajudas de custo e regulados os vencimentos daquela ouvidoria.

2 fls. Documento incompleto.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 133

153 1795 09 07 [ANT]

REQUERIMENTO do tenente-coronel de Infantaria da Legião Real de Bardez, João Marinho de Moura, para a rainha [D. Maria I] a pedir nomeação para governador das ilhas de Timor e Solor pelo tempo de três a quatro anos com graduação superior.

1 fl. No mesmo documento decreto da rainha D. Maria I de 7 de setembro de 1795 a nomear o suplicante para governador das ilhas de Timor e Solor por três anos com patente de coronel.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 134

154 1795 10 08, Lisboa

MEMORIAL do governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, coronel João Marinho de Moura, para o secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e interinamente da Marinha e Ultramar, Luis Pinto de Sousa Coutinho, a pedir o pagamento de ajudas de custo para preparos da viagem para Timor e declaração na sua patente das circunstâncias da obediência ao seu governo devida pelos reis e príncipes das ilhas de Timor e Solor.

1+12 fls. Tem anexo declaração do ordenado vencido pelos governadores de Timor, e traslado da patente do anterior governador, Feliciano António Nogueira Lisboa.

ANEXO 1:

[1797, Fevereiro, 4] [ANT], [Lisboa]

REQUERIMENTO do governador e capitão-geral nomeado para as ilhas de Timor e Solor, coronel João Marinho de Moura à rainha [D. Maria I] a pedir ordens para se lhe passarem as patentes por carta de Fazenda Real e de adiantamento de seis meses de soldos para pagamento da viagem.

Tem anexo dois decretos (cópia), bilhete e atestado.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 135

155 1795 11 11, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente de Portugal, D. João, sobre os requerimentos de Feliciano António Nogueira Lisboa que foi director em Surrate e governador das ilhas de Timor e Solor, em que pede perdão pelos erros cometidos e a graça de ser readmitido no serviço real.

15+133 fls. Tem anexo vários documentos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 136

156 1796 08 12 [ANT]

REQUERIMENTO de José Paulo Ribeiro para a rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da patente de Tenente de Infantaria em exercício de Ajudante de Ordens do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor.

1+10 fls. Anexa a referida patente. No mesmo documento despacho do Conselho Ultramarino de escusado.

ANEXO 1:

[1797, Janeiro, 13] [ANT]

REQUERIMENTO de José Paulo Ribeiro à rainha [D. Maria I] a pedir a devolução da patente entregue para confirmação.

No mesmo documento despacho do Conselho Ultramarino a mandar entregar o documento pedido.

ANEXO 2:

[1801, Outubro, 23] [ANT]

REQUERIMENTO de José Paulo Ribeiro à rainha [D. Maria I] a pedir confirmação da patente visto não ser responsável pela demora do navio no porto da Baía.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 137

157 1800 12 11, Lisboa

CARTA do juiz dos degredados, Pedro Duarte da Silva, para [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre a ordem que se deve expedir ao governador de Macau para receber o padre dominicano frei Domingos de Nossa Senhora que vai degredado para Timor a bordo do navio «Modesta».

1+2 fls. Tem anexo requerimento de frei Domingos de Nossa Senhora e um lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 138

- 158 1801 12 07 [ANT], Lisboa
REQUERIMENTO do alferes, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, João António de Sousa, ao príncipe regente [D. João] a pedir a nomeação para o governo das ilhas de Timor ou das praças de Diu ou Damão, com a patente de capitão de Infantaria.
2+5 fls. Tem anexo consulta do Conselho Ultramarino, requerimento, recibo de devolução de documentos e lembrete.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 139
- 159 1805 02 12 [ANT], Lisboa
REQUERIMENTO do fidalgo da Casa Real, António Botelho Homem Bernardes Pessoa, para [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, a pedir a nomeação para o governo das ilhas de Timor, tendo em consideração os serviços prestados em Macau.
1+15 fls. Como procurador o cônego José de Sousa Bernardino Botelho. Tem anexos dois requerimentos e documentos comprovativos.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 140
- 160 1805 05 06, Belém
OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], António de Araújo Azevedo para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, a enviar o requerimento e documentos anexos do capitão graduado do 1.º Regimento do Rio de Janeiro, Francisco de Melo da Gama Araújo, que pede o governo das ilhas de Timor.
1+10 fls. Tem anexo requerimento e documentos comprovativos.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 141
- 161 1805 11 09, Díli
AUTO DE DEVASSA (treslado) feito pelo escrivão da Ouvidoria e do Crime, Urbano Francisco Gonçalves, do assassinio do chinês Assam pelos soldados Lucas da Cunha e Pascoal de Moraes.
8 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 142
- 162 1809 05 07, Pangim
REGIMENTO (treslado em carta testemunhável) do príncipe regente D. João. para o exercício do cargo dos ouvidores letrados das fortalezas do estado da Índia e das terras de Timor e Solor, para uso do ouvidor de Solor e Timor, Joaquim António de Sousa.

6 fls. Original datado de 1583, Fevereiro, 16, Madrid. Treslado em livro para servir de regimento do ouvidor de Solor e Timor e registo das condenações da Justiça. O primeiro fólio é o termo de abertura.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 143

163 1811 02 02 [POS], Macau

REQUERIMENTO do sargento-mor de Infantaria e ajudante de ordens do governador de Timor e Solor, Anacleto José, ao [príncipe regente D. João] a pedir a confirmação da patente e licença para se recolher a Goa após os três anos de comissão em Timor.

2+17 fls. Tem anexo documentos comprovativos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 144

164 1811 04 28, Goa

INSTRUÇÕES (cópia) do [vice-rei do estado da Índia, conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena], para o governador e capitão geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão. Para a administração do Governo religioso, civil, fazenda real, militar e político das ilhas de Timor.

27+5 fls. Tem anexo cópia de provisões: cartas régias e outras correspondências relativa a Timor 1602-1810; (documento incompleto).

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 145

165 1811 12 17, Rio de Janeiro

DECRETO do rei [D. João VI] de nomeação do tenente-coronel José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa como governador das ilhas de Timor e Solor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 146

166 1811 [CA], Timor

REQUERIMENTO do religioso da Ordem dos Pregadores, padre frei José da Anunciação Gouveia, para o [príncipe regente D. João] a pedir o seu regresso ao Reino.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 147

167 1812 03 22, Díli

PROVISÃO (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, capitão de Mar e Guerra, Vitorino Freire da Cunha Gusmão, a determinar várias providências para desenvolvimento do comércio em Timor e Solor.

2 fls.

AHU, CL, CU, 083, Cx. 4, D. 148

- 168 1812 07 28, Díli
OFÍCIO do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [D. João de Almeida Melo e Castro], sobre o estado geral das ilhas e providências necessárias à sua conservação.
4 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 149
- 169 1812 01 01 [CA], Timor
APONTAMENTO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Vitorino Freire da Cunha Gusmão], sobre o regulamento da navegação dos navios neutros em tempo de guerra de 1778, Julho, 26.
1+2 fls. Tem anexo apontamentos sobre legislação francesa relativa às condições de confisco de navios e carga em tempo de guerra.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 150
- 170 1813 01 12, Macau
OFÍCIO do governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [D. João de Almeida Melo e Castro], a agradecer a nomeação para governador das ilhas de Timor e Solor e a pedir o pagamento em dobro dos soldos da sua patente.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 151
- 171 1813 10 02, Timor
TERMO (cópia) feito pelo oficial maior da secretaria do governo de Timor, Raimundo Nonato, das determinações referentes ao pagamento de fintas reais pelo coronel e rei de Joanilo, D. Vicente de Jesus, e todos os seus «datos e tomugões» e ancoragem das embarcações.
2 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 152
- 172 1813 12 23, Macau
OFÍCIO do governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [D. João de Almeida Melo e Castro], sobre o pagamento de soldo da nova patente.
1 fl. Há 2.^a via.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 153

173 1813 12 23, Macau

OFÍCIO do [governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [D. João de Almeida Melo e Castro], sobre a necessidade do envio de físico para inoculação da vacina das bexigas em Timor.

1+2 fls. Há 2.^a via. Tem anexo cópia de correspondência com Goa e lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 154

174 1813 12 23, Macau

OFÍCIO do [governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde das Galveias, [D. João de Almeida Melo e Castro], sobre a necessidade de peças de artilharia para a guarnição de Timor.

1+1 fls. Há 2.^a via. Tem anexo lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 155

175 1814 03 21, Lisboa

PASSAPORTE do secretário de estado da Marinha, Estrangeiros e Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, para a viagem da galera «Amazona» à ilha de Sumatra e regresso a Lisboa, sendo mestre Luís José da Silva e senhorio Joaquim Leocádio da Costa.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 156

176 1814 10 15, Macau

OFÍCIO do [governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, a pedir a expedição de ordens ao governo de Goa para pagamento dos soldos da sua patente.

1+1 fls. Há 2.^a via. Tem anexo cópia do ofício do anterior secretário de estado, conde das Galveias.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 157

177 1814 10 15, Macau

OFÍCIO do [governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, sobre a sua partida para Timor.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 158

178 1815 01 03, Timor

CARTA para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, a apresentar queixa contra o governador Vitorino Freire da Cunha Gusmão, pelo seu comportamento para com o tesoureiro da Fazenda Real, tenente-coronel Raimundo José Cardoso.

4 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 159

179 1815 01 27, Macau

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, sobre o pagamento dos seus soldos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 160

180 1815 01 28, Macau

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, sobre a ida de artífices chineses para Timor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 161

181 1815 09 15, Timor

REPRESENTAÇÃO dos reis dos reinos da ilha de Timor ao [príncipe regente, D. João] a pedir para que Vitorino Freire da Cunha Gusmão não retorne como governador das ilhas de Timor e Solor.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 162

182 1815 11 18, Díli

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, sobre o estado e carências das ilhas e providências necessárias.

3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 163

183 1815 11 18, Díli

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, a enviar carta do brigadeiro D. Gregório

Rodrigues Pereira em nome dos coronéis e reis da ilha de Timor, para serem presentes três cartas ao rei.

1+1 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 164

184 1815 [CA], Macau

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António de Araújo de Azevedo, a enviar felicitações pela nomeação para o ministério.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 165

185 1816 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre a exploração de minas de ouro em Timor.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 166

186 1816 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre a cultura da mandioca.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 167

187 1816 06 13, ilha de Timor e Solor

REPRESENTAÇÃO de vários coronéis e reis das ilhas de Timor ao rei, [D. João VI] a elogiar a acção do governador e capitão-geral, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, e a solicitarem a prorrogação do seu mandato no governo da ilha.

4 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 269

188 1816 09 30 — 1816 11 19, Timor

DIÁRIO do [oficial-maior da secretaria do governo das ilhas de Timor e Solor], António Francisco Alves, sobre a viagem de Díli para Batugadé. Conversações de apaziguamento entre os reinos. Juramento de obediência e

fidelidade. Conserto do presídio de Batugadé. Cobrança de fintas reais. Oposição dos chineses ao estabelecimento de alfândegas no porto de Atapupo.

17 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 168

189 1816 [POS]

OFÍCIO (cópia) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o vice-rei do estado da Índia, conde do Rio Pardo, D. Diogo de Sousa, sobre o estado de decadência de Timor e Solor, índole dos naturais e rivalidades entre reinos.

5 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 169

190 1817 05 28, Ocusse

REPRESENTAÇÃO de vários reis e correios das ilhas de Timor ao rei [D. João VI] a felicita-lo união da coroa de Portugal e do Brasil. Solicita a agregação da colónia a Macau, sob o governo do conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 270

191 1817 05 28, Ocusse

REPRESENTAÇÃO de vários reis e correios das ilhas de Timor ao rei, [D. João VI] a solicitar a conservação do governador e capitão-geral, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa no cargo para poder concluir o seu trabalho em benefício da colónia.

2 fls. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 271

192 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre a ineficácia do anterior governador, Vitorino Freire da Cunha Gusmão, no estabelecimento de alfândega no porto de Atapupo contra oposição dos chineses estabelecidos no Cupão. Pedido do rei de Veale para fazer a paz com os reis de Suay e Tafacay. Conserto do presídio de Batugadé.

3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 170

193 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo ³, sobre a aplicação dos seus soldos no conserto do presídio de Batugadé e no sustento das companhias que ali deixou para assegurarem o estabelecimento da alfândega em Atapupo e em dádivas aos reis da província.

1+1 fls. Anexo um atestado comprovativo da aplicação dos soldos do governador.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 171

194 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre a oposição dos reis de Cová, Veale e Cutubaba ao estabelecimento de alfândegas no porto de Atapupo. Ataque ao presídio de Batugadé. Socorro dos reis de Ocusse e Ambeno. Apaziguamento entre os reis. Envio do oficial-maior da secretaria do governo, António Francisco Alves, ao presídio de Batugadé para o consertar e guarnecer.

7 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 172

195 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre o restabelecimento do presídio de Batugadé e juramento de obediência dos reinos vizinhos.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 173

196 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre os serviços e merecimentos dos oficiais que se distinguiram na restauração do presídio

³ António de Araújo de Azevedo faleceu em 1817 sendo nomeado para a Secretaria de Estado D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, em 1817, Junho, 23.

de Batugadé e na conservação de Timor por ocasião das traições dos reinos vizinhos.

2+3 fls. Anexa a relação dos oficiais e mercês propostas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 174

197 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre a reivindicação de José Hornay da jurisdição sobre Solor; promoção de José Hornay e de seu primo D. Domingos da Cruz para os postos de tenente-general e brigadeiro e envio da carta patente de tenente-general de José Hornay para confirmação.

2+1 fls. Anexa carta patente.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 175

198 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, sobre o procedimento do governador de Cupão, Mines Azart, para com o comandante do presídio de Batugadé, obrigando-o a retirar-se num barco inglês por ocasião do ataque ao presídio.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 176

199 1817 06 10, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, a enviar cópia das portarias de nomeação de D. Gregório Rodrigues Pereira para o posto de Marechal-de-Campo e de D. Teles António do Amaral para o posto de brigadeiro.

1+2 fls. Anexa cópia das portarias.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 177

200 1817 06 12, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa, para o [secretário de estado da Mari-

nha e Ultramar], conde da Barca, António de Araújo Azevedo, a enviar felicitações pela aclamação de D. João VI.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 178

201 1817 12 23, [Macau]

TERMO feito pelo escrivão da Câmara e Fazenda de Macau, Carlos José Pereira sobre o envio de cinquenta barris de pólvora para Timor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 179

202 [1817]

REPRESENTAÇÃO dos coronéis provinciais de Belos ao rei [D. João VI] a solicitar mais estreita ligação com a cidade de Macau, e a elogiar a acção do conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira pelas providências que tem dado a Timor. Pedem a continuação no cargo do actual governador, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa.

3 fls. Há 2.^a via

AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 272

203 1817 [POS]

OFÍCIOS (cópias) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa], para [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito], sobre a promoção de José Hornay e Domingos da Cruz aos postos de tenente-coronel e de brigadeiro, e concessão da condecoração com a Ordem de Cristo. Queixas e descontentamento da população das ilhas de Timor e Solor contra o anterior governador, Vitorino Freire da Cunha Gusmão. Falecimento do governador do Bispado, frei José da Anunciação. Condições de obediência e fidelidade do reino de Mauber da província de Belos à coroa de Portugal.

2 fls. Documento incompleto.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 180

204 1818 07 01, Rio de Janeiro

DECRETO do rei D. João VI da nomeação do 1.º tenente da Marinha de Goa, Manuel Joaquim de Matos Góis, para governador das ilhas de Timor e Solor por três anos.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 181

205 1819 11 06, Macau

ORDEM (cópia) do ouvidor de Macau, conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira, para o deputado do governo de Timor, tenente-coronel Raimundo José Cardoso Coutinho, para fornecer informações sobre os ofícios 1 a 7 (1819, Janeiro a 1819, Novembro) relativos a:

- 1: Trabalhos de mineração seguindo os estatutos da Companhia de Cuibá, e cultura da cana-de-açúcar, algodão e café;
- 2: Relações políticas e comerciais com os régulos vizinhos;
- 3: Tráfico de aguardente de cana; envio de agentes para restabelecimento do comércio com o Sião; pesquisa de cauris;
- 4: Estado da administração do Cupão;
- 5: Estabelecimento de entreposto comercial em Díli;
- 6: Preços e condições de extracção e comercialização dos produtos naturais e a cultivar nas ilhas;
- 7: Envio de trabalhadores chineses para Timor.

18 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 182

206 1819 12 09, Goa

OFÍCIO do [capitão-tenente da Marinha de Goa e governador e capitão-geral nomeado para as ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], a pedir protecção aos requerimentos que envia em anexo nos quais solicita o pagamento de soldos e a graduação de capitão de fragata.

1+6 fls. Tem anexo dois requerimentos e documentos comprovativos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 183

207 1819 12 15, [Rio de Janeiro]

OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios do Reino, Justiça, e interinamente dos Estrangeiros], Tomás António de Vilanova Portugal, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], a enviar os extractos dos ofícios do secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, conde de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, e do ministro plenipotenciário em Bruxelas, Francisco José Maria de Brito, vindos no paquete «Diana» e relativos às possessões portuguesas na Ásia, para receber as reais ordens e as comunicar para conhecimento dos sobreditos ministros.

1+5 fls. Tem anexo extracto de três ofícios relativos à agressão holandesa em Timor e Solor e troca de possessões na Ásia.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 184

208 1820 01 04, Rio de Janeiro

OFÍCIO (cópia) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], para o [ouvidor geral de Macau, conselheiro] Miguel de Arriaga Brum da Silveira, sobre o estado de decadência de Timor e Solor. Recomendações régias ao vice-rei do estado da Índia sobre a segurança interna e relações comerciais de Timor. Carta régia ao Leal Senado de Macau para cooperar no melhoramento de Timor. Ofício ao governador de Macau, José Pinto Alcoforado, e ao Leal Senado de Macau para cumprimento das ordens expedidas de Goa. Conhecimento à Secretaria de Estado do cumprimento das ordens, evolução dos negócios de Timor e quaisquer disposições relativas aos estabelecimentos holandeses.

2+1 fls. Tem anexo cópia da carta régia de D. João VI aos juizes, vereadores e procurador do Leal Senado de Macau.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 185

209 1820 07 29, Macau

OFÍCIO do [capitão-tenente da Marinha de Goa e governador e capitão-geral nomeado para as ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], sobre a chegada a Macau no navio «1.º Rei» do Reino Unido. Chegada a Macau no navio das vias saído de Goa com 7 oficiais e 52 degredados para servirem no batalhão a formar em Timor. Pedido de protecção aos seus requerimentos em que solicita o pagamento do soldo da sua patente e a graduação em capitão de fragata.

1+1 fls. Tem anexo lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 186

210 1820 12 14, Pangim

BANDO (cópia) do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, conde do Rio Pardo, [D. Diogo de Sousa], a conceder vantagens aos voluntários para Timor por 8 anos.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 187

211 1821 05 16, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar ⁴,

⁴ É secretário de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, desde 1821, Fevereiro, 26.

conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], a renovar o pedido de protecção aos seus requerimentos em que pede pagamento do soldo da sua patente e graduação em capitão de fragata.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 188

212 1821 05 20, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde dos Arcos, [D. Marcos de Noronha e Brito], a enviar raridades, produções e manufacturas de Timor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 189

213 1822 04 08, Díli

MAPA do comandante do Batalhão Defensor de Timor, major José Pereira de Azevedo das praças que marcham para a expedição de Batugadé.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 190

214 1823 05 08, Díli

OFÍCIO (cópia) do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para a Junta Provisional do Governo da Índia sobre a aprovação da proposta pelo comandante do Batalhão Defensor de Timor, major José Pereira de Azevedo, de estabelecimento de uma irmandade com a invocação de Nossa Senhora da Conceição para concorrer aos funerais dos soldados e suas mulheres.

1 fl. No mesmo documento segue cópia da portaria do vice-rei e capitão-general do estado da Índia, D. Manuel da Câmara, a aprovar o estabelecimento da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 191

215 1823 05 16, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para secretário de estado da Marinha e Ultramar, Manuel Inácio da Costa Quintal, a enviar encomendas ao cuidado do Leal Senado de Macau, em cumprimento das ordens do ex-vice-rei do estado da Índia, conde do Rio Pardo, D. Diogo de Sousa.

1+6 fls. Tem anexo relação e descrição das encomendas e recibo.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 192

- 216 1823 05 16, Díli
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para secretário de estado da Marinha e Ultramar, Manuel Inácio da Costa Quintal, a enviar as cópias (letra A) da Ordem da Junta Provincial do Governo da Índia a mandar convocar as autoridades e população de Timor para o juramento à Constituição portuguesa, (letra B) do termo sobre o juramento prestado à constituição pelas autoridades e mais pessoas de Timor.
1+2 fls. Tem anexo cópias letras A e B.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 193
- 217 1824 04 06, Lisboa
DECRETO do rei D. João VI para o Conselho Ultramarino a ordenar a promoção do capitão de fragata graduado da Marinha de Goa e governador-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao posto de tenente-coronel de Infantaria.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 194
- 218 1825 06 10, Díli
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar ⁵, marquês de Viana, [D. João Manuel de Meneses], a enviar requerimento em que pede nomeação para o governo de Damão.
1+1 fls. Tem anexo requerimento. Há 2.^a via de 1825, Junho, 22.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 195
- 219 1825 06 10, Díli
OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, marquês de Viana, [D. João Manuel de Menses], a enviar o requerimento do tenente-coronel, ajudante de ordens, Raimundo José Cardoso Coutinho, em que pede provimento no governo de Timor e Solor.
1+1 fls. Tem anexo requerimento.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 196
- 220 1825 06 22, Díli
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei [D. João VI] sobre as comemorações efectuadas pelo regresso de D. João VI ao trono de Portugal.

⁵ Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, de 1825-01-14 a 1826-08-01.

1+1 fls. Há 2.^a via. Tem anexo lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 197

221 1825 06 22, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, marquês de Viana, [D. João Manuel de Menses], a enviar o requerimento do tenente-coronel, ajudante de ordens, Raimundo José Cardoso Coutinho, em que pede provimento no governo de Timor e Solor.

1+3 fls. Há 2.^a via. Tem anexo lembrete.

ANEXO 1:

1827, Abril, 9 [Lisboa]

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, António Manuel de Noronha], ao [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, com a resposta aos ofícios relativos às encomendas ordenadas pelo vice-rei do estado da Índia, conde do Rio Pardo; e aos requerimentos seus e do tenente-coronel Raimundo José Cardoso Coutinho.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 198

222 1825 08 04, [Lisboa]

OFÍCIO do secretário de estado dos Negócios do Reino, José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, sobre a indagação junto da Universidade de Coimbra de sujeito com conhecimentos de História Natural para exploração das minas e mais produtos da ilha de Timor.

1+2 fls. Tem anexo ofício de 1825, Agosto, 17, a enviar cópia do ofício do prelado da Universidade de Coimbra em que propõe o bacharel Guilherme José António Dias Pegado, natural de Macau.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 199

223 1826 05 28, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar ⁶, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a agradecer a pro-

⁶ Secretário de estado da Marinha e Ultramar de 1825, Janeiro, 14, a 1826, Agosto, 1 é Joaquim José Monteiro Torres.

moção a tenente-coronel de Infantaria e a conservação no cargo de governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 200

224 1826 05 28, Timor

OFÍCIO do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar requerimento em que pede provimento no posto de coronel de Infantaria.

1+4 fls. Tem anexo requerimento e documentos comprovativos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 201

225 1826 06 10, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar amostras das produções naturais da ilha de Timor e sobre o pagamento de fintas reais pelos reis de Timor.

2+2 fls. Tem anexo relação e descrição das amostras das produções naturais da ilha de Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 202

226 1826 06 10, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar cópia do plano apresentado ao vice-rei do estado da Índia, D. Manuel da Câmara, e ao governador e capitão-geral de Macau, Joaquim Mourão Garcês Palha, em que propõe providências para benefício de Timor.

1+2 fls. Tem anexo cópia do ofício.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 203

227 1826 06 10, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Subserra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar documentos relativos à obediência e pagamento de fintas pelos régulos de Timor.

1+8 fls. Tem anexo documentos comprovativos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 204

228 1826 06 10, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Suberra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar uma descrição da índole dos povos de Timor.

1+5 fls. Tem anexo «Descrição de Timor».

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 205

229 1826 06 11, Timor

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Suberra, [Manuel Inácio Pamplona Corte Real], a enviar requerimento do ouvidor e juiz da Alfândega de Timor e Solor, Baltasar Mascarenhas, em que pede a mercê do Hábito de Cristo.

1+2 fls. Tem anexo ofício e requerimento.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 206

230 1826 10 27, Lisboa

OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios do Reino], Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Inácio da Costa Quintela, a enviar a informação do intendente geral das Minas e Metais do Reino, Luís Guilherme Eschwege, sobre o exame aos produtos naturais da ilha de Timor.

1+3 fls. Tem anexo duas cartas do intendente geral das Minas e Metais do Reino, barão de Eschwege; Luís Guilherme Eschwege, e relação das amostras remetidas ao mesmo Intendente.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 207

231 1827 05 09 [ANT], Timor

REQUERIMENTO do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, tenente-coronel Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei ⁷ [D. João VI] a pedir a mercê da comenda honorífica de São Bento de Avis.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 208

⁷ Regência da infanta D. Isabel Maria de 1826, Março, 6 a 1828, Maio, 3.

232 1827 05 10, Lisboa

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António Manuel de Noronha, para o governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos Góis, a acusar a recepção dos officios n.º 1 a 7 de 10, 11 e 28 de Junho de 1826.

1+1 fls. Tem anexo relação dos officios do mesmo governador, entradas na Secretaria de Estado em 1827, Maio, 9.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 209

233 1827 05 11, Lisboa

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], António Manuel de Noronha, para o governador e capitão-geral de Macau, Joaquim Mourão Garcês Palha, a enviar officio para o governador das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos Góis.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 210

234 1827 05 12, Timor

CARTA do adjunto da administração da Fazenda Pública das ilhas de Timor e Solor ao rei [D. João VI] a enviar os extractos do balanço da receita e despesa do Cofre da Tesouraria e do Mantimento da Feitoria das ilhas de Timor e Solor de 1826.

1+5 fls. Tem anexo os referidos extractos.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 211

235 1827 06 18 [ANT], [Lisboa]

REQUERIMENTO de José Jorge de Meneses à infanta regente [D. Isabel Maria] a pedir a confirmação da patente de sargento-mor de Díli, em que foi nomeado e confirmado pelo vice-rei do estado da Índia.

1 fl. Como procurador José Caetano Temudo.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 212

236 1827 08 18, Lisboa

CONSULTA da Junta da Administração do Tabaco à infanta regente [D. Isabel Maria] sobre o resultado das experiências feitas com o tabaco das ilhas de Solor e Timor.

1+3 fls. Tem anexo informação, auto de exame e declaração do conservador geral e mestre da Fábrica do Tabaco e Rapé de Lisboa, sobre as experiências feitas com tabaco de Solor e Timor.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 213

237 1827 10 05, Lisboa

CARTA do [governador e capitão-geral nomeado para as ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira Lorena, à infanta regente [D. Isabel Maria] sobre as providências para a exploração das riquezas naturais das ilhas de Timor e Solor.

6 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 214

238 1827 11 21, Lisboa

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Carlos Honório de Gouveia Durão, para o [presidente do Conselho Ultramarino], conde do Rio Pardo, [D. Diogo de Sousa], a ordenar consulta sobre o requerimento de José Pereira de Azevedo em que pede a confirmação do posto de tenente-coronel de Infantaria em que foi provido pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos Góis.

1+10 fls.

ANEXO 1:

1827, Dezembro, 19, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino à infanta regente [D. Isabel Maria] sobre o pedido de confirmação da patente de tenente-coronel de Infantaria passada a José Pereira de Azevedo pelo governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim de Matos Góis.

Tem anexo minuta de consulta, carta patente e requerimento (cópia).

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 215

239 1828 01 01, Díli

BALANÇO feito pelo escrivão da Fazenda Real das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim Pereira, de receita e despesa do Cofre da Tesouraria e do Mantimento da Feitoria das ilhas de Timor e Solor de 1827.

3 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 216

240 1828 04 17 [INF], [Lisboa]

OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, José António de Oliveira Leite de Barros], para o [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, em resposta aos ofícios n.º 1 a 7 de 10, 11 e 28 de Junho de 1826.

2+1 fls. Tem anexo cópia do §2.º do Ofício.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 217

- 241 1829 01 02, Díli
BALANÇO feito pelo escrivão da Fazenda Real das ilhas de Timor e Solor, Manuel Joaquim Pereira, de receita e despesa do cofre da Tesouraria e do Mantimento da Feitoria das ilhas de Timor e Solor de 1828.
3 fls.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 218
- 242 1829 03 18, Queluz
DECRETO do rei D. Miguel de provimento do sargento-mor de Artilharia com exercício de comandante da praça de Aguada em Goa, Joaquim José de Almeida Salema, no governo das ilhas de Timor e Solor.
1+16 fls. Tem anexo bilhete do Conselho Ultramarino, requerimento e documentos comprovativos de Joaquim José de Almeida Salema.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 219
- 243 1829 05 04, Díli
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei [D. Miguel] a acusar a recepção de seis ofícios da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 220
- 244 1829 05 04, Díli
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei [D. Miguel] sobre as cerimónias efectuadas por ocasião da morte do rei D. João VI.
1 fl.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 221
- 245 1829 05 04, Díli
CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei [D. Miguel] a enviar o auto de juramento da Carta Constitucional.
1+1 fls. Tem anexo o auto.
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 222
- 246 1829 05 05, Díli
CARTA do adjunto da administração da Fazenda Real das ilhas Timor e Solor ao rei [D. Miguel] a acusar a recepção de cinco provisões de Março de 1827 relativas: 1 — Aprovação da despesa feita com o capitão-mor Joaquim Pereira de Azevedo para fazer a paz entre os reinos de Alas, Manufai

e Ramiam; 2 — Aprovação da nomeação de escriturário; 3 — Concessão de 400 pardaus de ordenado ao escrivão da Fazenda Pública; 4 — Envio do balanço da receita e despesa da Fazenda Pública; 5 — Execução de ordens.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 223

247 1829 05 05, Díli

CARTA do adjunto da administração da Fazenda Real das ilhas Timor e Solor ao rei [D. Miguel] a enviar para aprovação a provisão de nomeação do escrivão, Manuel Joaquim Pereira, por falecimento de José Inácio da Silva Freire.

1+1 fls. Tem anexo provisão de 1828, Maio, 10.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 224

248 1829 05 05, Díli

CARTA do adjunto da administração da Fazenda Real das ilhas Timor e Solor ao rei [D. Miguel] a enviar para confirmação a provisão de nomeação do tesoureiro do Cofre do Dinheiro a Giro, António Vítório Doutel, por desistência de Manuel Vicente Fernandes.

1+2 fls. Tem anexo a provisão.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 225

249 1829 05 05, Díli

CARTA do adjunto da administração da Fazenda Real das ilhas Timor e Solor ao rei [D. Miguel] a enviar para confirmação a provisão de nomeação do tesoureiro interino da Fazenda Real, José António da Silva, por desistência de Manuel Vicente Fernandes.

1+2 fls. Tem anexo a provisão.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 226

250 1829 05 05, Díli

CARTA do adjunto da Administração da Fazenda Real das ilhas Timor e Solor ao rei [D. Miguel] a acusar a recepção de duas provisões de Abril de 1828. Relativas à ordem de envio regular dos extractos de receita e despesa e à execução de ordens.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 227

251 1829 05 06, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos Góis, ao rei [D. Miguel] a enviar tambaque por via do ouvi-

dor-geral de Macau, faz considerações sobre o seu preço e extracção e sobre a cultura da cana para aguardente.

2 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 228

252 1830 04 06, Díli

DECRETO do rei D. Miguel de nomeação do tenente de Infantaria do estado da Índia, D. Miguel da Silveira e Lorena, em governador das ilhas de Timor e Solor, dando por acabado o governo das mesmas ilhas a Joaquim José de Almeida Salema, nomeado por decreto de 18 de Março de 1829.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 229

253 1830 04 21, Lisboa

REQUERIMENTO do governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, D. Miguel da Silveira e Lorena, ao rei [D. Miguel] a pedir o abono de comedorias e demais vencimentos como oficial do estado da Índia, além da ajuda de custo como governador.

1+2 fls. Tem anexo outro requerimento e lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 230

254 1830 05 15, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao rei [D. Miguel] a acusar a recepção de correspondência da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 231

255 1830 05 15, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao rei [D. Miguel] a enviar congratulações pela chegada do rei a Lisboa.

1 fl. Há 2.^a via.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 232

256 1830 05 15, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao rei [D. Miguel] a agradecer a mercê da comenda e da nomeação em governador de Macau.

1 fl. Há 2.^a via. Anexo um sobrescrito.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 233

257 1830 05 15, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao rei [D. Miguel] sobre a impossibilidade de estimular o cultivo do tabaco devido ao não envio dos chineses agrícolas pedidos ao governador e capitão-general do estado da Índia e ao governador e capitão-geral de Macau. Envio de amostras de tabaco, tambaque e óleo da terra por via do ouvidor-geral de Macau. Convenção a favor dos régulos possuidores das terras onde se encontravam minerais para se ajustar a sua exploração.

2+1 fls. Há 2.^a via. Tem anexo «Descrição do óleo da Terra da ilha de Timor». AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 234

258 1830 05 15, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis ao rei [D. Miguel] a justificar a demora na sua partida por não ter chegado o seu sucessor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 235

259 1830 05 25, Lisboa

OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios da Guerra], conde de São Lourenço, [António José Melo da Silva César e Meneses], para o [ministro assistente ao despacho], duque do Cadaval, [D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo], a pedir informação sobre a viagem do governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, D. Miguel da Silveira Lorena.

1+1 fl. Tem anexo ofício (minuta) da resposta a informar o embarque de D. Miguel da Silveira Lorena na nau de viagem «São João Magnânimo».

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 236

260 1830 06 28, Díli

CARTA do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, ao rei [D. Miguel] a enviar segundas vias da correspondência pelo brigue «Temerário».

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 237

261 1830 07 26 [ANT], Lisboa

REQUERIMENTO de D. Luis da Silveira e Lorena ao rei [D. Miguel] a solicitar ordem para adiantamento de três quartéis do estilo a seu irmão, o

governador nomeado para as ilhas de Timor e Solor, D. Miguel da Silveira e Lorena.

1+1 fl. Tem anexo lembrete.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 238

262 1830 12 10 [ANT], Timor

REQUERIMENTO do tenente-coronel e ajudante de ordens do governo das ilhas de Timor e Solor, António Vitório Doutel, ao rei [D. Miguel] a pedir a confirmação da sua patente.

2+4 fls. Tem anexo carta patente passada pelo governador interino do estado da Índia de 1827, Março, 5.

ANEXO 1:

1830, Dezembro, 11, Lisboa

CARTA do [secretário do Conselho Ultramarino], António Nicolau de Moura Stockler ao rei [D. Miguel] informando sobre o requerimento de António Vitório Doutel em que pede a confirmação de sua patente de tenente-coronel e ajudante de ordens do governo das ilhas de Timor.

ANEXO 2:

1832, Janeiro, 30, Goa

CARTA do [vice-rei do estado da Índia], D. Manuel de Portugal e Castro, ao rei [D. Miguel] informando sobre o posto que ocupava António Vitório Doutel antes de obter a patente de tenente-coronel e ajudante de ordens do governo das ilhas de Timor e Solor.

Tem anexo cópia do requerimento, portaria e certidão.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 239

263 1831 05 25, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], Manuel Joaquim de Matos e Góis, para o secretário de estado dos Negócios do Reino [e da Marinha e Ultramar, conde de Basto, José António de Oliveira Leite Barros], sobre uma remessa de tabaco e tabaque por via do ouvidor-geral de Macau, em 1830, e enviar um caixote de óleo da terra, pela mesma via.

1+1 fls. Tem anexo lembrete

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 240

264 1832 01 01, Díli

MAPA feito pelo comandante do Batalhão Defensor de Timor, capitão José António da Silva, da informação da conduta, préstimo e actividade dos oficiais, oficiais inferiores e cadetes do mesmo Batalhão em 1831.

8 fls.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 241

265 1832 05 13, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira e Lorena, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José António de Oliveira Leite Barros], sobre a impossibilidade de cumprimento de alvará com força de lei de 1829, Dezembro, 14, por inexistência de relações comerciais com a metrópole; medidas para salvar Timor da ruína e tirar vantagens das produções do solo; causas da decadência das ilhas e providências necessárias.

1+12 fls.

ANEXO 1:

1832, MAI, 4, Díli

OFÍCIO (cópia) do governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, D. Miguel da Silveira Lorena, para o vice-rei e capitão-general do estado da Índia, [D. Manuel de Portugal e Castro], relativo às cerimónias fúnebres pela morte da rainha e princesa D. Maria Francisca Benedita. Cumprimento das ordens relativas a: provimento de postos militares; balanço da receita e despesa da Fazenda Real; Cofre do Dinheiro a Giro; senso dos habitantes; recepção de dinheiros de Macau; recrutas para o Batalhão Defensor; cultura e comercialização do anil, café, algodão, sândalo, cera, metais. Causas da decadência das ilhas e meios de as remover. Estado religioso, militar, político e da Fazenda Real das ilhas. Pedido de envio de pólvora e armas.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 242

266 1832 05 13, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira e Lorena, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José António de Oliveira Leite Barros], sobre as cerimónias fúnebres celebradas pela morte da rainha.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 243

267 1832 05 14, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira e Lorena, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José António de Oliveira Leite Barros], sobre a sua chegada a Timor, tomada de posse do governo e falecimento do governador nomeado, Joaquim José de Almeida Salema, e do governador, Manuel Joaquim de Matos Góis.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 244

268 1832 05 14, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira e Lorena, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José António de Oliveira Leite Barros], a enviar o requerimento do major da praça de Díli, José Jorge de Meneses, em que pede confirmação da sua patente.

1+1 fl. Tem anexo requerimento.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 245

269 1832 05 14, Díli

OFÍCIO do [governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor], D. Miguel da Silveira e Lorena, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José António de Oliveira Leite Barros], a enviar o requerimento do tenente-coronel e ajudante de ordens do governo das ilhas de Timor e Solor, António Vitório Doutel, em que pede confirmação da sua patente.

1+1 fls. Tem anexo requerimento.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 246

270 1832 [POS]

RELAÇÃO dos reinos que pagam finta à Fazenda Real de Timor.

1 fl.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 247

271 1833 02 25, Manatuto

OFÍCIO do [rei de Manatuto], D. Mateus José Maria Soares Dias Vieira, para o governo interino das ilhas de Timor e Solor a solicitar recibo da finta relativa ao ano de 1832, paga pelo reino de Manatuto.

1 fl. Contém inserido minuta de ofício do governador de Timor ao governador geral da Índia.

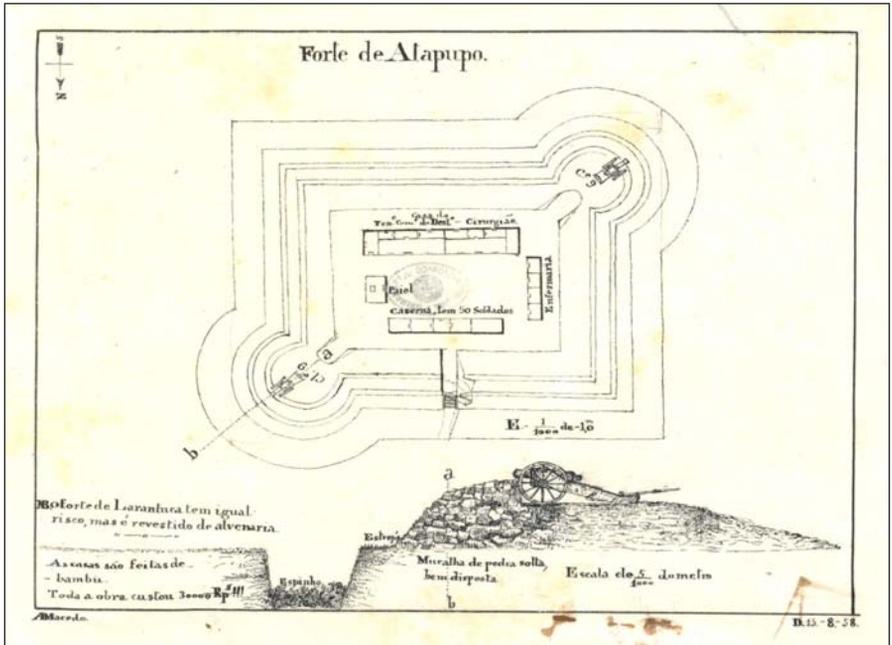
AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 248

272 1833 03 13, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Miguel] sobre o requerimento de Pedro Feliciano de Oliveira e Figueiredo em que pede provimento no governo das ilhas de Timor e Solor.

2+5 fls. Tem anexo parecer do Conselho Ultramarino, informação do secretário de mesmo Conselho e requerimento.

AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 249



Forte de Atapupo – 1858, Agt., 15 - AHU, ACL, CART, 083,,Doc.,R13

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE COTAS

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 1
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 2
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 3
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 4
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 5
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 7
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 6
AHU-TIMOR, cx. 1, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 8
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 33
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 02	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 34
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 35
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 36
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 37
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 38
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 39
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 40
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 41
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 42
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 34
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 43
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 44
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 45
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 34
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 46
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 15	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 47
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 34
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 48
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 49
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 50
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 51
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 52
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 44
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 53
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 44
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 54
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 44

Catálogo da Série Timor do Conselho Ultramarino

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 55
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 56
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 57
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 48
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 58
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 47
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 59
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 49
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 60
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 61
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 51
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 62
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 31	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 63
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 32	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 64
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 33	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 65
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 34	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 66
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 35	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 67
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 36	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 68
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 37	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 69
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 38	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 70
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 71
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 59
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 72
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 61
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 73
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 43	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 74
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 75
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 45	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 76
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 46	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 77
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 49	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 70
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 51	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 82
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 52	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 71
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 78
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 84
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 83
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 02	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 79
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 80
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 81
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 82

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 77
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 83
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 2, D. 76
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 84
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 76
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 85
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 79
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 86
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 87
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 88
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 89
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 90
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 91
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 150
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 15	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 92
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 93
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 85
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 94
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 86
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 95
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 87
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 96
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 88
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 97
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 89
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 98
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 90
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 99
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 91
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 100
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 92
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 101
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 93
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 102
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 94
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 103
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 95
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 104
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 96

Catálogo da Série Timor do Conselho Ultramarino

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 105
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 97
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 106
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 98
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 107
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 31	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 100
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 31	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 108
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 32	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 99
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 32	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 109
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 33	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 101
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 33	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 110
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 34	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 103
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 34	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 111
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 35	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 102
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 35	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 112
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 36	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 104
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 36	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 113
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 37	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 105
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 37	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 114
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 38	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 106
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 38	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 115
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 107
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 116
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 108
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 117
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 110
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 118
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 42	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 119
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 42	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 109
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 43	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 111
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 43	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 120
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 112
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 121
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 45	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 113
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 45	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 122
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 46	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 114
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 46	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 123
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 47	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 115
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 47	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 124

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 48	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 116
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 48	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 125
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 49	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 117
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 49	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 126
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 50	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 118
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 50	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 127
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 51	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 119
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 51	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 128
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 52	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 129
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 53	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 130
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 54	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 80
AHU-TIMOR, cx. 3, doc. 54	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 131
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 120
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 132
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 02	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 123
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 02	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 133
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 123
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 134
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 121
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 135
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 122
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 136
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 124
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 137
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 138
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 125
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 139
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 126
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 140
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 127
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 141
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 128
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 142
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 130
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 143
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 129
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 144
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 145
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 15	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 146

Catálogo da Série Timor do Conselho Ultramarino

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 3, D. 131
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 147
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 133
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 148
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 132
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 149
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 150
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 151
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 152
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 153
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 154
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 155
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 156
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 157
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 158
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 159
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 160
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 1, D. 8
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 161
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 31	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 162
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 32	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 163
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 33	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 164
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 34	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 165
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 35	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 166
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 36	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 167
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 37	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 168
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 38	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 169
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 140
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 170
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 171
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 142
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 172
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 42	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 173
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 43	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 174
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 175
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 45	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 176
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 46	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 177
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 47	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 178
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 48	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 179

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 49	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 180
AHU-TIMOR, cx. 4, doc. 50	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 181
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 182
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 184
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 04	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 185
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 186
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 06	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 187
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 148
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 07	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 188
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 149
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 08	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 189
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 190
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 152
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 191
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 192
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 156
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 193
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 157
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 194
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 159
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 195
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 15	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 196
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 160
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 197
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 198
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 199
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 200
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 174
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 20	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 201
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 202
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 4, D. 181
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 203
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 204
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 205
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 183
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 206
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 207
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 186
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 208

Catálogo da Série Timor do Conselho Ultramarino

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 28	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 209
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 183
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 29	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 210
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 30	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 211
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 31	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 212
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 32	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 213
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 33	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 214
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 34	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 215
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 35	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 216
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 36	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 217
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 37	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 218
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 38	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 219
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 39	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 220
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 40	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 221
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 41	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 222
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 42	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 223
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 43	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 224
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 213
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 44	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 225
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 45	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 226
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 46	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 227
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 47	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 211
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 47	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 228
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 48	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 229
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 49	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 230
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 50	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 231
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 51	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 232
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 52	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 233
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 53	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 234
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 54	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 235
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 55	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 236
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 56	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 237
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 57	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 238
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 58	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 239
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 59	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 240
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 60	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 241
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 61	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 242
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 62	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 243
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 63	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 244

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 64	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 245
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 65	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 246
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 66	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 247
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 67	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 248
AHU-TIMOR, cx. 5, doc. 68	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 249
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 01	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 216
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 02	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 225
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 03	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 226
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 05	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 219
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 09	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 218
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 227
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 10	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 226
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 11	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 224
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 220
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 222
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 221
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 12	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 228
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 13	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 229
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 14	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 230
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 16	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 236
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 17	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 236
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 18	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 238
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 231
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 235
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 234
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 233
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 19	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 232
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 21	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 240
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 22	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 241
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 23	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 239
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 24	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 242
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 242
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 243
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 244
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 246
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 25	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 245
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 26	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 248
AHU-TIMOR, cx. 6, doc. 27	AHU, ACL, CU 083, Cx. 5, D. 249
AHU-ÍNDIA, Mç. 1A	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 251

Catálogo da Série Timor do Conselho Ultramarino

COTA ANTIGA	COTA ACTUAL
AHU-ÍNDIA, Cx. 93	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 252
AHU-TIMOR, cx. 2, doc. 42	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 253
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 254
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 255
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 256
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 257
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 258
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 259
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 260
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 261
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 262
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 263
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 264
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 265
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 266
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 267
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 268
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 269
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 270
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 271
AHU-ÍNDIA, Mç. 1	AHU, ACL, CU 083, Cx. 6, D. 272

ÍNDICE GERAL

A

ADONARE, ilha, 125
AFONSO VI, rei de Portugal, 3, 4
ÁFRICA, 112
AGRICULTURA, 11, 91, 111
AGUADA, praça, Goa, 242
AGUARDENTE DE CANA, comércio, 97, 205
AJUDAS DE CUSTO, pagamento, 20, 110
ALAS, reino, 24
ALBUQUERQUE, Manuel de Saldanha de, conde da Ega, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 73
ALBUQUERQUE, Pedro António de Noronha de, conde de Vila Verde, vice-rei do estado da Índia, 10
ALCOFORADO, José Pinto, governador de Macau, 208
ALFÂNDEGA
– regimento, 128
– rendimento, 91
ALFÂNDEGA, porto de Atapupo, estabelecimento, 188, 192, 193, 194
ALGODÃO
– comércio, 265
– cultura, 208, 265
ALMEIDA, Miguel de, 8
ALVES, António Francisco, oficial maior da secretaria do Governo, 188, 194
ALVOR, conde, D. Francisco de Távora, presidente do Conselho Ultramarino, 11
AMARAL, Teles António do, brigadeiro, 199
AMAZONA, galera, 175
AMBENO, reino, 194
ANADIA, visconde, João Rodrigues de Sá e Melo, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 159, 160
ANDRADE, Cristóvão Luís de, conselheiro, 26, 27
ANIL
– comércio, 265
– cultura, 265
ANUNCIACÃO, José da, frei, governador do Bispado de Malaca, 203
ARAÚJO, Francisco de Melo da Gama, capitão, 160

ARCOS, conde, Marcos de Noronha e Brito, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 192, 193, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212
ARMAS
– contrabando, 127
– e munições, 15, 49, 63, 84, 94, 106, 115, 265
ARROZ, envio, 83, 176
ARTÍFICES, 45
– chineses, 180
ASSAN, cidadão chinês, 161
ASSASSINATO
– de missionários, 15
– de um chinês, 161
ASSUNÇÃO, José da, 26
ATAPUPO, porto, 188, 192, 193, 194
ATAQUE
– ao reino de Derimam, 127
– ao presídio de Batugadé, 194, 198
AUDITOR DA GENTE DE GUERRA, regimento, 15
AZART, Mines, governador de Cupão, 198
AZEVEDO, António Araújo de, conde da Barca, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 160, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200
AZEVEDO, Joaquim Pereira de, capitão-mor, 246
AZEVEDO, José Pereira de, major, comandante do Batalhão Defensor de Timor, 218, 219
– tenente-coronel de Infantaria, 238
AZOUGUE, minas, 11

B

BARCA, conde, António Araújo de Azevedo, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 185, 186, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200
BARRADAS, Francisco Manuel de Castro, ajudante de ordens, 107

BARROS, José António de Oliveira Leite de, conde de Basto, secretário de estado dos Negócios do Reino e da Marinha e Ultramar, 240, 263, 265, 266, 267, 268, 269

BARROS, Manuel Vicente Rosa de, 129

BASTO, conde, José António de Oliveira Leite de Barros, secretário de estado dos Negócios do Reino e da Marinha e Ultramar, 240, 263, 265, 266, 267, 268, 269

BATALHÃO DEFENSOR

- formação, 209
- recrutamento, 265
- informações de oficiais, 264

BATÁVIA, 2, 27

BATUGADÉ, presídio, 94, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198

BELÉM, Jerónimo de, frei, provincial da Província de Madre de Deus, 26

BELOS, província, 203

BENEDITA, Maria Francisca, princesa, 265

BENS dos Defuntos e Ausentes, 111

BEXIGAS, vacina, 173

BIBÓQUE, reino, 67

BISPADO

- de Cochinchina, 62
- de Malaca, 10, 25, 26, 42, 90
- de Nanquim, 62
- de Pequim, 62
- de Touquim, 62
- do Japão, 137

BOA VENTURA, António, frei, 109

BOTELHO, José de Sousa Bernardino, cônego, 159

BRANDÃO, Pedro, frei, prior e vigário geral de S. Domingos, 26

BRASIL, 112

BRITO, Francisco José Maria de, ministro plenipotenciário em Bruxelas, 207

BRITO, Marcos de Noronha e, conde dos Arcos, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 192, 193, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212

BRUM, António Taveira de Neiva, Arcebispo de Goa, 79

BURE, povoação, 125

C

CADAVAL, duque, D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, ministro assistente ao despacho, 259

CAFÉ

- comércio, 265
- cultura, 205, 265

CAILACO, 44, 47

CÂMARA, Manuel da, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 214, 226

CANA-DE-AÇÚCAR, cultura, 205

CANELA

- comércio, 93, 97
- descoberta, 51

CARDOSO, João, tabelião do Judicial e Notas, 71

CARDOSO, Raimundo José, tenente-coronel, tesoureiro da Fazenda Real, 178

CARPINTEIROS para construção de naus, 9

CARTA CONSTITUCIONAL, juramento, 216, 245

CASA COMERCIAL, estabelecimento em Díli, 151

CASA DA MOEDA, estabelecimento, 118

CASTRO, António de Melo e, vice-rei do estado da Índia, 4

CASTRO, António de, frei, Bispo de Malaca, 58

CASTRO, Caetano de Melo e, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 14, 15, 17, 18

CASTRO, Francisco de Melo e, governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, 23, 24, 27, 28, 38, 42

CASTRO, Francisco José de Sampaio e, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 27, 29

CASTRO, Francisco Xavier de, 106

CASTRO, Jacinto de Araújo de, escrivão, 20

CASTRO, João de Almeida Melo e, conde das Galveias, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 168, 170, 172, 173, 174, 176

CASTRO, Manuel de Portugal e, 262

CASTRO, Manuel Leonis de, governador e capitão-general das ilhas de Timor e Solor, 57, 73

CASTRO, Martinho de Melo e, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 90, 91, 92,

- 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152
- CASTRO, Pedro do Rego Barreto da Gama e, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 49, 50, 54
- CATEDRAL
- em Malaca, criação, 62
 - provisão de cargos, 90
- CAURIS, 205
- CERA
- comércio, 11, 63, 93, 97, 265
 - direitos, 127
- CERIMÓNIAS FÚNEBRES, realização, 244, 265, 266
- CHINA, 15, 29
- CHUMBO, comércio, 93
- COBRE
- comércio, 97
 - minas, 1, 2, 11
- COCHINCHINA, Bispo, 62
- COELHO, Antônio de Albuquerque, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 28, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 43
- COELHO, Bento, 148
- COELHO, Luís, senhorio e capitão do navio «Corsário», 49
- COELHO, Manuel Machado, cirurgião, 46, 50
- COFRE
- da Tesouraria e do Mantimento da Feitoria, receita e despesa, 234, 239, 241
 - do Dinheiro a Giro, 265
 - dos Defuntos, Ausentes e Órfãos, dívidas, 125
- COLÉGIO dos Jesuítas de Diu, 104
- COMERCIANTES de Macau, 147
- COMÉRCIO, 8, 91, 97, 101, 114, 150
- com a China, 15
 - com as províncias unidas, 117
 - com o Sião, 205
 - com portos da Ásia, 105
 - de aguardente, 97
 - de aguardente de cana, 205
 - de algodão, 205
 - de anil, 265
 - de café, 205
 - de canela, 93, 97
 - de cera, 11, 63, 93, 97, 265
 - de chumbo, 93
 - de cobre, 97
 - de enxofre, 93, 97
 - de ferragens, 97
 - de Macau, 120, 121
 - de metais, 265
 - de noz-moscada, 99, 97
 - de ouro, 63
 - de petróleo, 93
 - de sal, 97
 - de salitre, 93, 97
 - de sândalo, 9, 11, 63, 95, 97, 105, 122, 265
 - de Sapão, 9
 - de tabaco, 93
 - de tambaca, 93
 - de vinhos, 97
 - decadência, 106
 - desenvolvimento, 9, 63, 101, 105, 111, 114, 127
 - externo, 89
 - liberdade, 125
 - livre com Ásia, 63
 - protecção, 146, 150
 - tratado, 125
- COMPANHIA BÉLGICA, 15
- COMPANHIA DE CAVALOS, criação, 113
- COMPANHIA DE CUIBÁ, estatutos, 205
- COMPANHIA DE JESUS, 15, 29
- COMPANHIA HOLANDESA, influência, 82
- COMUNICAÇÕES entre Timor e Goa, 93
- CONCHAS, amostras, 145
- CONDECORAÇÕES com a Ordem de Cristo, 203
- CONFLITO, com holandeses, 78, 68, 76, 92, 207
- CONFLITOS de jurisdição, 23, 26, 27
- CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO, padres, 64
- CONGREGAÇÃO DE SÃO DOMINGOS, 4, 15, 20, 25, 26, 29, 111
- CÔNGRUAS, pagamento, 20, 32, 41, 90
- CONSELHO DE GUERRA, sentenças, 112, 117
- CONSELHO ULTRAMARINO, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 15, 18, 19, 27, 29, 34, 37, 38, 43, 90, 155, 272
- CONSTRUÇÃO de embarcações, 96

- CONTRABANDO de armas, 127
CONVENTO
– criação, 116
– de Santo Agostinho de Macau, 86
– de São Domingos, 104
CORAIS, 145
CORREIA, Tomé de Sousa, conselheiro, ve-
dor geral da Fazenda do estado da Índia, 8
CORSÁRIO, navio, 49
CORTE-REAL, Diogo de Mendonça, secretário
de estado da Marinha e Ultramar, 72
CORTE-REAL, Manuel Inácio Pamplona, conde
de Suberra, secretário de estado da Ma-
rinha e Ultramar, 223, 224, 225, 226, 227,
228, 229
COSTA, Domingos da, 15, 18, 27, 36, 82
COSTA, Francisco da, capitão-geral de Sal-
cete, 8
COSTA, Gaspar da, capitão-mor da província
de Servião e tenente-general do governo
das ilhas de Timor e Solor, 59, 61, 63,
64, 66
COSTA, Jerónimo Godinho da, oficial maior
da secretaria de estado da Marinha e
Ultramar, 59
COSTA, Joaquim Leocádio da, senhorio da
galera «Amazona», 175
COSTA, Luís Sotero, ouvidor, 70, 71
COSTA, Mateus da, rei de Viqueque, 15, 18
COSTA, Raimundo da, feitor da Fazenda
Real, 69, 70, 82
COSTA, D. Rodrigo da, vice-rei e governador-
geral do estado da Índia, 18
COTUBABA, reino, 194
COUTINHO, Cristóvão de Sousa, 8
COUTINHO, Miguel Pereira Forjaz, secretário
de estado dos Negócios Estrangeiros e
da Guerra, 175
COUTINHO, Raimundo José Cardoso, tenen-
te-coronel deputado do governo de Ti-
mor, 205, 219, 221
COUTINHO, Vasco Luís, mestre de campo, 8
COVÁ, reino, 194
CRISTANDADES, fundação, 2
CRUZ, Domingos da, brigadeiro, 197, 203
CULTURA
– algodão, 205
– café, 205
– cana-de-açúcar, 205
– mandioca, 186
– tabaco, 257
CUNHA, António da, escrivão da Fazenda
Real e Feitoria, 69
CUNHA, Lucas da, soldado, 161
CUPÃO, 11, 15
- D**
- DAMÃO, 218
DEFESA das ilhas, 115
DEGREDADOS, 157
DEVASSA ao governador, 28
DESPOVOAMENTO de Díli, 106
DÍLI, 83, 84, 85, 91, 94, 151, 188
DIREITOS de alfândega, 63, 91, 122
DÍVIDAS, cobranças, 86, 88
DIU, 104
DOMINICANOS
v. CONGREGAÇÃO DE SÃO DOMINGOS
DOMÍNIO holandês, 11, 15, 63, 68, 76, 83,
106, 111
DOUTEL, António Vitório,
– tesoureiro do Cofre do Dinheiro a Giro,
248
– tenente-coronel, ajudante de ordens do
governo, 262, 269
DOUTEL, Francisco Xavier, governador e
capitão-geral das ilhas de Timor e Solor,
60, 63
DURÃO, Carlos Honório de Gouveia, secretá-
rio de estado da Marinha e Ultramar, 238
- E**
- EGA, conde, Manuel de Saldanha, vice-rei e
capitão-general do estado da Índia, 73
ENCARNAÇÃO, Tomás da, frei, comissário
das Cristandades, 56
ENTREPOSTO COMERCIAL, estabelecimento
em Díli, 205
ENXOFRE
– minas, 11
– comércio, 93, 97
EPIDEMIA, bexigas, 173
ERMIDA de Nossa Senhora da Penha, 70

ESCHWEGE, Luis Guilherme, barão, intendente-geral das Minas e Metais do Reino, 230
ESPECIARIAS, 89
ESPÓLIOS, 10
ESTABELECIMENTOS holandeses, 208
EVANGELIZAÇÃO das ilhas de Timor e Solor, 6, 15, 31
EXPEDIÇÃO MILITAR a Batugadé, 213
EXPEDIÇÃO MISSIONÁRIA, 81
EXPULSÃO do Bispo de Malaca, 38, 43

F

FAZENDA RÉGIA
– receita e despesa, 246, 250, 265
– regimento, 127, 128
– restabelecimento, 147
FEITORIA HOLANDESA, estabelecimento, 92
FERNANDES, Manuel Vicente, 249
FERRO, minas, 11
FIGUEIREDO, Francisco Vieira de, 4
FIGUEIREDO, Pedro Feliciano de Oliveira e, 272
FINTAS, pagamentos, 55, 63, 67, 95, 111, 171, 188, 270, 271
FIOLARA, 127
FONSECA, Bernardo Nogueira Carvalho da, senhorio do barco «Santa Rita», 69
FONSECA, João Filipe da, oficial maior da secretaria de estado da Marinha e Ultramar, 157
FORÇAS MILITARES, envio, 63
FORRAGEM, comércio, 97
FORTALEZA
– da Aguada, 78
– de Lifau, 63, 94
– reedificação, 63
FORTALEZAS, 89
– despesa, 98
– do Cailaco, 44
FORTE
– construção em Solor, 1
– de Fiolara, 127
FRANCESES, influência, 111
FRANCISCO, António, 10
FREGUESIAS, criação, 90
FREIRE, José Inácio da Silva, 247

FUNCIÓNÁRIOS civis e militares, 5, 84
FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 76
FURTO à Fazenda Régia, 127

G

GAIO, António de Sousa, 12
GALVEIAS, conde, João de Almeida Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 168, 170, 172, 173, 174, 176
GAMA, João de Saldanha da, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 43, 44, 47, 48
GASPAR, Waartaw, comerciante de Batávia, 151
GÉNEROS de consumo, relação, 114
GEOGRAFIA das ilhas, 109
GEOGRAFIA e CLIMA, descrição, 89
GOA, 6, 15, 27, 29, 39, 42, 57, 58, 69, 93
GODINHO, João Baptista Vieira, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 145, 146, 147, 148, 149, 150
GÓIS, Manuel Joaquim de Matos e, capitão-tenente da Marinha, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 204, 206, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 228, 227, 226, 229, 231, 232, 233, 238, 240, 243, 245, 244, 251, 254, 258, 257, 256, 255, 260, 263, 267
GONÇALVES, Urbano Francisco, escrivão da ouvidoria e do Crime, 161
GOUVEIA, José da Anunciação, frade da Ordem dos Pregadores, 166
GOVERNADORES e CAPITÃES-GENERAIS, relação, 109
GOVERNO
– das ilhas, 81
– estabelecimento em Díli, 83, 84, 91, 94
– informações, 54, 57
– instruções, 111

- nomeações, 153, 158, 159, 160, 165, 170, 204
- providências, 168, 182
- GRAÇA, Manuel Francisco José da, padre, religioso de Santo Agostinho, 125
- GRANATE, António José, 148
- GRANDE, António de, 127
- GUERRA
 - contra rebeldes, 13, 15, 18, 36
 - do Cailaco, 44, 47
- GUERREIRO, António Coelho, governador e capitão-geral de Timor e Solor, 13, 15, 17, 18, 22
- GUIÃO, Manuel Gonçalves, inquisidor apostólico, 8
- GUSMÃO, Vitorino Freire da Cunha, capitão de Mar e Guerra, governador-geral das ilhas de Timor e Solor, 164, 167, 168, 169, 178, 181, 192, 203

H

- HÁBITO DE AVIS, concessão, 3
- HÁBITO DE CRISTO, concessão, 7, 12, 15, 61, 63, 64, 76, 229
- HÁBITO DE SÃO TIAGO, concessão, 16
- HISTÓRIA NATURAL das ilhas, 102
- HOLANDESES
 - domínio, 11, 15, 27, 63, 68, 76, 83, 106, 111
 - influência, 106, 111
- HOLSTEIN, Pedro de Sousa, secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, 207
- HORNAY, António, capitão de Timor e Solor, 7, 8, 9, 10
- HORNAY, Francisco, capitão-mor, 10, 36, 78, 82, 84
- HORNAY, João, tenente-general, 66, 67
- HORNAY, José, tenente-general, 197, 203
- HORNAY, Pedro, 125

I

- IGREJA, separação de Malaca, 116
- ÍNDIA, 4, 6, 7, 9, 15
- INSANA, reino, 67
- INSTRUÇÕES para o governo, 111

- IRMANDADE de Nossa Senhora da Conceição, estabelecimento, 214
- ISABEL MARIA, infanta regente de Portugal, 231, 235, 236, 237, 238

J

- JAN, Manuel Jacob, comerciante de Madrastra, 151
- JAPÃO, 29
- JESUS, Vicente de, coronel, rei de Joanilo, 171
- JOÃO IV, rei de Portugal, 1, 2
- JOÃO V, rei de Portugal, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 54, 56, 57, 59, 60, 62, 121, 162, 163
- JOÃO VI, rei de Portugal, 165, 181, 200, 204, 208, 217, 220, 231, 234, 244
- JOÃO, príncipe regente de Portugal, 155, 158, 163, 166
- JOSÉ, Anacleto, sargento-mor de Infantaria e ajudante de ordens do governador, 163
- JOSÉ, rei de Portugal, 66, 67, 68, 73, 75, 78, 79, 81, 82, 83, 84
- JUIZ dos órfãos, regimento, 15
- JUNTA DA ADMINISTRAÇÃO DO TABACO, 236
- JUNTA PROVISIONAL DO GOVERNO do estado da Índia, 214, 216
- JURISDIÇÃO da Índia, 9
 - conflitos, 23, 26, 27

L

- LACERDA, José Joaquim de Almeida e Araújo Correia, secretário de estado dos Negócios do Reino, 222
- LARANTUCA, 15, 94
- LAUTEM, 94
- LEMOS, João da Costa, ouvidor e auditor da gente de guerra, 15
- LENCASTRE, Fernando Martins Mascarenhas de, governador interino do estado da Índia, 7, 8
- LIFAU, praça, 63, 84, 91

- LISBOA, Feliciano António Nogueira, governador-geral das ilhas de Timor e Solor, 154, 155
- LOBO, João Carcome, conselheiro, capitão-mor das naus do Reino, 8
- LOPES, Baltasar, rei de Suay e capitão dos Três Loros, 71
- LOPES, Lourenço, tenente, 13, 15, 18
- LORENA, Bernardo José de, conde de Salcedas, vice-rei do estado da Índia, 164
- LORENA, Luis da Silveira e, 261
- LORENA, Miguel da Silveira e, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 237, 252, 253, 259, 261, 265, 266, 267, 268, 269
- LUÍS, Simão, capitão-mor, 3
- M**
- MACAU, 18, 114
- MACEDO, António Moniz de, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 44, 46, 48, 53, 55
- MADEIRAS, 145
- MADRE DE DEUS, António da, frei, 10
- MALABAR, costa, 122
- MALACA, 10, 25, 26, 42, 90, 116
- MANATUTO, reino, 19, 88, 94
- MANDIOCA, cultura, 186
- MANUFACTURAS, remessas, 212
- MANUFAI, reino, 246
- MARIA I, rainha de Portugal, 87, 88, 90, 153, 156
- MARINHO, Manuel de Santo Agostinho e, padre, 86, 87
- MASCARENHAS, Baltasar, juiz da Alfândega, 229
- MASCARENHAS, Pedro de, conde de Sandomil, vice-rei do estado da Índia, 53, 54
- MASSOI, especiaria, 125
- MAUBER, reino, 203
- MELO, Cristóvão de, vedor da Fazenda do estado da Índia, 26
- MELO, João José de, vedor-geral da Fazenda de Goa, 73
- MELO, João Rodrigues de Sá e, 160
- MELO, Manuel José, capitão-tenente, 107
- MELO, Nuno Caetano Álvares Pereira de, duque de Cadaval, ministro assistente ao despacho, 259
- MEMÓRIA sobre as ilhas, 106
- MEMORIAL sobre as ilhas, 64
- MENESES, António José Melo da Silva César e, conde de São Lourenço, secretário de estado dos Negócios da Guerra, 259
- MENESES, António José Teles de, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 81, 82, 83, 84, 85, 88
- MENESES, Caetano de Lemos Telo de, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 87
- MENESES, João Manuel de, marquês de Viana, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 218, 219, 221
- MENESES, José Jorge de, sargento-mor, 235
- MENESES, Luís Carlos Inácio Xavier de, conde da Ericeira, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 25, 26, 27
- MENESES, Vasco Fernandes César de, vice-rei e capitão-general do estado da Índia, 20, 21, 22
- MESA DA CONSCIÊNCIA E ORDENS, 64
- MIGUEL, rei de Portugal, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 272
- MINAS
- de cobre, 1, 2, 125
 - de ouro, 57, 185
 - de enxofre, 11
 - exploração, 4, 185, 205, 222, 257
- MINÉRIOS, 89
- MISSIONÁRIOS, 9, 29, 30, 31, 106
- dominicanos, 4, 15, 20, 27, 28, 29, 111
- MISSÕES RELIGIOSAS, decadência, 92
- MOEDA
- holandesa, 118
 - portuguesa, 118
- MORAIS, Pascoal de, soldado, 161
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão, secretário de estado dos Negócios do Reino, 230
- MORATO, João, provincial da Companhia de Jesus, 26
- MOREIRA, Tomé Gomes, conselheiro, 27
- MOTAEL, presidio, 18

MOURA, Francisco, mestre da nau «Nossa Senhora das Brotas», 16
MOURA, João Marinho de, tenente-coronel de Infantaria da Legião Real de Bardês, 153, 154

N

NANQUIM, Bispado, 62
NATIVIDADE, Manuel da, padre, 30
NAVEGAÇÃO
– comercial, 57
– de Goa para Timor, 63, 95
– de guerra, 57
– regulamento, 169
NAVIOS E EMBARCAÇÕES
– Amazona, galera, 175
– aquisição, 119, 126
– construção, 9, 96
– Diana, pacote, 207
– holandesas, 127
– Modesta, navio, 157
– Nossa Senhora das Brotas, nau, 16
– Santa Catarina, navio, 78
– Santa Rita, barco, 69
– São João Magnânimo, nau, 259
– Temerário, brigue, 260
NAUFRÁGIO de escuna, 88
NEGOCIANTES chineses, 125
NISA, Jerónimo Godinho de, 59
NOBRE, Manuel Ferreira, capitão-tenente, 96
NONATO, Raimundo, oficial maior da secretaria do Governo, 171
NORONHA, António Manuel de, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 221, 232, 233
NOSSA SENHORA, António de, frei, vigário geral, 87
NOSSA SENHORA, Domingos de, frei, 157
NOSSA SENHORA, Manuel de, prior do Convento de Santo Agostinho de Macau, 86
NOSSA SENHORA DA PENHA, ermida, 70
NOSSA SENHORA DAS BROTAS, nau, 16
NOZ-MOSCADA, comércio, 93, 97

O

ÓBITOS
– Bispo de Malaca, 61
– governador de Timor, 85
– padre visitador, 85
OCUSSE, reino, 194
ÓLEO DA TERRA
v. PETRÓLEO
OLIVARES, João de, padre, provincial da Companhia de Jesus, 29
OLIVEIRA, António Rodrigues Veloso de, desembargador da Relação de Goa e ouvidor de Macau, 152
ORDEM DE CRISTO, concessão, 203
ORNAMENTOS e MOBILIÁRIO para igrejas, 104
OURO
– minas, 11, 57, 185
– comércio, 63
OUVIDOR, regimento, 15, 162
OUVIDOR-GERAL, criação de cargo, 103

P

PALHA, Joaquim Mourão Garcês, governador e capitão-geral de Macau, 233
PALMELA, conde, 207
PARDAUS, 87
PAU-JAPÃO, 125
PEDRO, príncipe regente de Portugal, 4
PEDRO II, rei de Portugal, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
PEGADO, José António Dias, 222
PEQUIM, Bispado, 62
PEREIRA, Ana Maria de Melo, 73
PEREIRA, António Guedes, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 58
PEREIRA, Carlos José, escrivão da Câmara e Fazenda de Macau, 201
PEREIRA, Francisco, escrivão, 88
PEREIRA, Gregório Rodrigues, brigadeiro, 183, 199
PEREIRA, José Rodrigues, governador interino das ilhas de Timor e Solor, 78
PEREIRA, Manuel Joaquim, escrivão da Fazenda, 239, 241, 247

- PEREIRA, Mendo de Foios, secretário de Estado, 11
- PESSANHA, Sebastião de Andrade, Arcebispo Primaz do Oriente, 26
- PESSOA, António Botelho Homem Bernardes, fidalgo da Casa Real, 159
- PETRÓLEO, 130, 257
- comércio, 93
- PILAR, João do, frei, 85
- PIMENTEL, António Mesquita, 15
- PÓLVORA
- desvio, 69
 - envio para Timor, 265
- POPULAÇÃO, estado geral, 53
- PORTUGAL, Tomás António de Vilanova, secretário de estado dos Negócios do Reino, da Justiça e interino dos Negócios Estrangeiros, 207
- PRESENTES para os reis de Timor e Solor, 15
- PRESDÍDIO de Batugadé
- ataque, 194, 198, 213
 - reconstrução, 188, 192, 193, 195
- PRISÃO
- do governador, 27
 - de rebeldes, 18
 - de oficiais, 15
- PRODUÇÕES AGRÍCOLAS, descrição, 89
- PRODUTOS NATURAIS, 8, 150, 230
- amostras, 150, 225, 230
 - comércio e cultura, 205, 219
 - relação, 8, 146
 - remessa, 212
- PURIFICAÇÃO, Francisco da, frei, provincial de Santo Agostinho, governador do Bispado de Malaca, 26, 85, 86, 87
- Q**
- QUESTÕES alfandegárias, 91
- QUINTAL, Manuel Inácio da Costa, 215, 216
- QUINTELA, Inácio da Costa, 230
- R**
- RAMIAM, reino, 246
- RAMALHO, António, frei, padre visitador, 85
- REBELIÃO
- em Timor, 15, 18, 27, 82
 - na província de Servião, 66, 68
- REBELO, Dionísio Gonçalves Galvão, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 78
- RECENSEAMENTO, 265
- REGIMENTO
- da Alfândega de Timor, 128
 - da Intendência Geral da Marinha, 128
 - da Vedoria da Matrícula, 15
 - do auditor da gente de guerra, 15
 - do ouvidor, 15, 162
 - do Procurador da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, 15
- REINOS, relação, 109
- REIS dos reinos de Timor, relação, 8, 100
- RELIGIÃO, 89
- RESIDÊNCIA aos governadores, 117
- RIBEIRO, João, Bispo, 90
- RIBEIRO, José Paulo, tenente de Infantaria, 156
- RIO PARDO, conde, D. Diogo de Sousa, vice-rei do estado da Índia, 189, 210, 215, 221, 238
- RIOS DE SENA, Missões de, 30
- ROSA, Simão Vicente, senhorio do barco «Santa Rita», 69
- ROSÁRIO, João do, frei, procurador geral, 81
- ROUBO de pólvora, 69
- S**
- SÁ e MELO, João Rodrigues de, visconde da Anadia, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 159, 160
- SAGRADA FAMÍLIA, Alexandre da, frei, Bispo de Malaca, 90
- SAL, comércio, 97
- SALEMA, André, vedor da Fazenda da Índia, 1
- SALEMA, Joaquim José de Almeida, sargento-mor de Artilharia, 242
- SALITRE, comércio, 97, 265
- SÂNDALO, 148
- comércio de, 9, 11, 18, 63, 95, 97, 105, 127
 - direitos, 127, 129
- SÂNDALO VERMELHO, 125
- SANDOMIL, conde, D. Pedro de Mascarenhas, vice-rei do estado da Índia, 53, 54

- SANTA CATARINA, navio, 78
SANTA RITA, barco, 69
SANTÉM, 94
SANTO ANTÓNIO, Manuel de, frei, Bispo de Malaca, 13, 15, 18, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 52, 63
SÃO BOAVENTURA, António de, frei, 78, 79, 82, 87, 88
SÃO JACINTO, António, frei, 2
SÃO JOÃO MAGNÂNIMO, nau, 259
SÃO JOSÉ, Gerardo de, frei, Bispo de Malaca, 64, 66, 67, 79
SÃO LOURENÇO, conde, António José Melo da Silva César e Meneses, secretário de estado dos Negócios da Guerra, 259
SÃO TOMÁS, Cristóvão de, frei, 52
SÃO TOMÁS, Manuel de, frei, presidente, vigário-geral da Ordem dos pregadores, 88
SÃO TOMÁS, Miguel, frei, 6
SAPÃO, comércio, 9
SARAIVA, Damião José, corregedor de Viseu, 103
SARMENTO, Jácome de Moraes, governador e capitão-geral de Timor e Solor, 18
SARMENTO, Manuel Doucel de Figueiredo, governador e capitão-geral de Timor e Solor, 66, 68, 71, 72
SARZEDAS, conde, Bernardo José de Lorena, vice-rei do estado da Índia, 164
SEBASTIÃO, rei de Portugal, 90
SEMINÁRIO de Timor
– criação, 56, 58, 61, 63
– destruição, 67
– doações, 64
– reedificação, 67
SENTENÇAS do Conselho da Guerra, 111
SENTENÇAS e EXECUÇÕES criminais, 111
SERVIÃO, província, 66, 68
SILVA, António Caetano da, feitor da Fazenda Real, 88
SILVA, José António da, tesoureiro interino da Fazenda Real, 249
SILVA, José António da, capitão comandante do Batalhão Defensor de Timor, 264
SILVA, José Nunes da, 152
SILVA, Luís José da, 175
SILVA, Pedro da, frei, Bispo de Cochim e governador do Arcebispado de Goa, 8
SILVA, Pedro Duarte da, juiz dos degredados, 157
SILVA, Úrsula da, 87
SILVEIRA, Gregório Pereira Fidalgo da, conselheiro, 15
SILVEIRA, Manuel Galvão da, naturalista, 97
SILVEIRA, Miguel de Arriaga Brum da, conselheiro, ouvidor de Macau, 205, 208
SOARES, Domingos, régulo de Manatuto, 19
SOARES, José Pedro, capitão de Infantaria, 75, 76
SOBERANIA PORTUGUESA, reconhecimento, 125
SOCORROS
– envio, 14, 15, 18, 68, 76, 78, 97, 106
– para o rei de Cumba, 53
SOTTO MAIOR, Manuel, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 21
SOUSA, Diogo de, conde do Rio Pardo, vice-rei do estado da Índia, 189, 210, 215, 221, 238
SOUSA, Frederico Guilherme de, governador e capitão-general do estado da Índia, 91, 109, 110, 111, 127
SOUSA, João António de, alferes, 158
SOUSA, Joaquim António de, ouvidor, 162
SOUSA, José Pinto Alcoforado de Azevedo e, tenente-coronel, governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, 165, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203
SOUSA, Luiz António Vaz da Silva e, superintendente das Alfândegas do Norte, 103
SOUSA, Miguel de Bulhões e, frei, Bispo de Malaca, 62
SOUSA, Miguel Tavares de, rei de Alas, 24
SOUSA COUTINHO, Luis Pinto de, secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e secretário de estado interino da Marinha e Ultramar, 154
STOCKLER, António Nicolau de Moura, secretário do Conselho Ultramarino, 262
SUAY, reino, 71, 192
SUBLEVAÇÃO
v. REBELIÃO
SUBSERRA, conde, Manuel Inácio Pamplona, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
SUMATRA, ilha, 175

T

- TABACO
– comércio, 93
– cultura, 257
- TAFAY, Reino, 192
- TAMBACA, minas, 11, 257
- TAMBAQUE
– comércio, 93
– minas, 11
– remessa de amostras, 251, 257, 263
- TÁVORA, Francisco Assis de, marquês de Távora, vice-rei do estado da Índia, 68
- TÁVORA, Francisco de, conde de Alvor, presidente do Conselho Ultramarino, 11
- TÁVORA, marquês, Francisco Assis de Távora, vice-rei do estado da Índia, 68
- TONQUIM, Bispo, 62
- TORRES, Joaquim José Monteiro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 218, 222
- TRABALHADORES chineses, 205
- TRATADO DE PAZ com as Províncias Unidas, 15
- TRÊS LOROS, reino, 71
- TRIBUTOS
– concessão de privilégios, 101
– proibição, 9

U

- USOS E COSTUMES, 11, 89

V

- VACINA, bexigas, 173
- VALE, Pedro José do, 106
- VALENTE, Manuel Ribeiro, 1.º tenente, 113
- VAN ESTE, Willem Adrian, comodoro de Cupão, 127
- VASSALAGEM dos reis e régulos, 84
- VAZ, Francisco, padre, prepósito da Congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres, 26
- VENCIMENTOS de funcionários civis e militares, 17, 22, 63, 73, 90, 123
- VIAGEM
– de Goa a Timor, relato, 57, 58, 82
– de Macau, 97
- VIEIRA, Mateus José Maria Soares Dias, rei de Manatuto, 271
- VIANA, marquês, João Manuel de Meneses, secretário de estado da Marinha e Ultramar, 218, 219, 221
- VILA VERDE, conde, Pedro António de Noronha, vice-rei do estado da Índia, 10
- VINHO, comércio, 97
- VIQUEQUE, reino, 15
- VEDORIA DA MATRÍCULA, regimento, 15

SUBSÍDIO PARA A BIBLIOGRAFIA DE TIMOR LORO-SA'E

Uma Listagem Cronológica de Livros, Revistas, Ensaio, Documentos e Artigos desde 1515 a 2000 *

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB

Bispo Titular de Lourium

Administrador Apostólico da Diocese de Díli (Timor Oriental)

INTRODUÇÃO

Timor vai ser uma nação independente. Como tal, Timor precisa de ter a sua história, não contada oralmente, mas, se for possível, escrita, e bem documentada. Há muita coisa escrita sobre Timor, mas muitos timorenses não conhecem os documentos, revistas ou livros publicados sobre Timor. Praticamente esses documentos são matéria de arquivo. Não circulam entre as populações; mesmo os professores e os estudantes universitários conhecem pouco daquilo que se escreveu sobre Timor, desde o século XVI até ao final do século XX.

Por outra parte, o autor destas linhas está nas mesmas condições dos seus compatriotas. Por isso, teve a curiosidade de informar-se, recolher, adquirir e ler todos os documentos sobre Timor em todos os campos; no campo da etnologia, literatura, história, política, etc., para conhecer este povo, a sua mentalidade, a sua fantasia, os costumes e tradições, para poder melhor evangelizar e promover.

Em abono da verdade devo confessar que só em 1966 ouvi uma leitura sobre Timor. Éramos alunos do Seminário de Dare. Havia o costume de se ler parte de um livro durante as refeições. Nesse ano, leu-se o Livro de Carlos Cal Brandão, o Funu (Guerra) sobre a ocupação japonesa em Timor. Em 1970, já em Portugal, adquirei pela primeira vez um livro sobre Timor, escrito pelo saudoso Padre Ezequiel Enes Pascoal, com o título «Timor Visto na sua fantasia». Já em Lcidere, limpando o pó dos armários fui encontrando alguns livros velhos sobre Timor, da biblioteca do Padre Francisco Campos e do Bispo D. José Joaquim Ribeiro. Em 1997, tomei mesmo a decisão de alistar toda a documentação publicada quer em Portugal quer em Timor, relativa a Timor, com o intuito de mais tarde

* Agradeço aos jovens Adérito Ruben da Costa Freitas e Olandino Fernandes Xavier, que com grande dedicação ajudaram na elaboração desta Bibliografia cronológica. Que Deus Nosso Senhor lhes pague todo o sacrifício.

organizar um ficheiro pessoal, ficheiro esse que será de tipo cronológico, isto é, de ordenar os livros segundo os anos da publicação. Porém, com o andar do tempo, apenas os livros, já não eram suficientes. Havia outros ensaios, documentos, teses, artigos, comunicações, que tinham de ser registados, pelo seu valor histórico e científico. Comecei a catalogar os documentos a partir de 1996. E só agora é possível fazer sair a edição.

PARTE I

Passemos agora à bibliografia propriamente dita.

Em várias épocas foram já publicadas diversas bibliografias sobre Timor. Até agora, e segundo a nossa opinião, a mais completa é sem dúvida a do Sr. Kevin Sherlock, «A Bibliography of Timor», publicada na Austrália em 1980. Outras bibliografias são:

- «Bibliografia sobre Timor», in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 31, pp. 684-695;
Bibliografia Científica, Centro de Documentação Científica Ultramarina;
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos, «Bibliografia sobre Timor», in *Império Ultramarino Português*, Vol. IV, 1953;
- GONÇALVES, Francisco e CASEIRO, Jaime, *Bibliografia do Ultramar Português*, Lisboa, 1959;
- GONÇALVES, José Júlio, *Bibliografia dos descobrimentos e navegações existentes na Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1956;
- GONÇALVES, Júlio, *Bibliografia do Ultramar Português, existente na Sociedade de Geografia de Lisboa*, Fascículo III, Lisboa, 1961;
- FARMHOUSE, João, «Subsídio Bibliográfico», in *Exposição de Timor, Catálogo Sociedade Geografia de Lisboa*, 1931, pp. 33-57;
- FELGAS, Hélio A. Esteves, «Bibliografia», in *Timor Português*, Lisboa, 1956, pp. 527-563;
- FERREIRA, Manuel, «Subsídio para a Bibliografia de Timor», in *Seara, Boletim Oficial da Diocese de Díli*, ano 1959-1985;
- LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), «Bibliografia breve», in *Onde nasce o sândalo: Os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1995, pp. 211-223;
- ROFF, Sue Rabbit, CAREY, Peter e LAMBOUREM, Wendy, *East Timor: A Bibliography, 1970-1993*, Camberra, Peace Research Center. Australian National University;
- SINGH, Beelver, *Bibliography in East Timor, Indonesia and the World Myths and Realities*, Kualalumpur, 1996;
- Timor Loro Sa'e. A Terra e os Homens. Documentos Científicos do Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa, Nov. / Dez. de 1999, 44 pp.;
- TULLY, W., *A Further Contribution to a Bibliography on East Timor: A Multi Media Survey, 875 0 1978*, Camberra, South East Asian Reserch Material Group Newsletter, Outubro de 1978, n.º 11.

A Bibliografia agora a sair obedece a um critério de tempo. Portanto vai de 1515, data da chegada dos portugueses a Timor, até ao ano 2000. Devo dizer de seguida que não é uma bibliografia completa. Pelo contrário ela está muito incompleta. Por várias razões: a primeira, o local de consulta é Díli, cidade que não tem arquivos históricos; a segunda a impossibilidade de consultar directamente os documentos em principais Arquivos ou Bibliotecas existentes em Portugal, Goa, Macau, Austrália, ou outros países. Em vista disso, poderão faltar, sem dúvida, muitos livros importantes, bem como documentos, ensaios e publicações de interesses. Lancei mão ao material que tive na Casa Episcopal de Lecidere, antes do incêndio a 6 de Setembro de 1999, ou consultando livros que fui adquirindo, ou que foram oferecidos pelas pessoas amigas. Além disso, o meu trabalho de Bispo não me dá possibilidade para me dedicar totalmente em viagens para consultar bibliotecas. Reconheço que este é um trabalho de um amador. Tendo a intenção de publicar esta obra no ano 2001, não posso dispor de tempo para uma melhor revisão e para aumentar e preencher as lacunas que são muitas.

Na elaboração desta bibliografia tive como princípio alistar os livros ou outros documentos publicados nas línguas que conheço: Português, Inglês, Italiano, Francês, Bahasa Indonésia, Tetum. Em geral não alisto livros em alemão quando não disponho de exemplares na minha biblioteca. Desde já anoto a falta de documentos das Nações Unidas relativos a Timor; os acordos entre Portugal e Holanda em relação às balizas de Timor; faltam os diplomas decretos do Governo Central (Lisboa) e provincial (Díli); ou do Governo Indonésio (Jacarta) e Provincial (Díli).

Não divido as matéria em áreas, como Etnologia, História, Literatura, Religião, Agricultura, etc. O mais importante é indicar a data ou ano da publicação. A partir do século XVIII, não houve um ano em que não se escrevesse sobre Timor. Excepção feita aos últimos quartéis do século XVI, e ao século XVII em que aparecem documentos avulsos e sem periodicidade certa.

PARTE II

Visão sintética de toda a publicação sobre Timor desde o século XVI ao século XX.

Chegámos ao novo milénio, ano 2000! Perguntamos quanta coisa se escreveu sobre Timor Oriental ou Timor Loro Sa'e no passado? Quem foram aqueles que escreveram sobre Timor? Os livros sobre Timor, quantos foram publicados? A resposta, sem dúvida, será: foram muitos os homens e mulheres, os que escrevem sobre Timor; os livros escritos também foram muitos, de vários autores e em muitas línguas.

Desde a descoberta a Timor até hoje muita tinta correu. Vejamos por épocas as publicações saídas.

De 1515 a 1599

Deram-se as primeiras notícias sobre a descoberta das ilhas de Solor e Timor pelos portugueses. Os primeiros relatos são de Tomé Pires, na obra *Suma Oriental* (1.^a edição, Malaca-Goa, 1514-1515); Duarte Barbosa (*circa* 1516); Rui Patalim (1515); António Pigafetta, na obra *Primeira Viagem à Volta do Mundo* (1.^a edição, Paris, c. 1526). Temos também notícias dadas pelos missionários, como por exemplo a carta do P.^c Baltazar Dias ao provincial Jesuíta da Índia (Malaca, 3 de Dezembro de 1559). É de referir a descrição do sândalo na obra de Garcia de Orta, *Colóquio dos simples e drogas da Índia* (1.^a edição, Goa, 1563).

De 1600 a 1700

Neste século temos as relações de alguns frades dominicanos, como por exemplo a *Relaçam do principio da Chistandade das Ilbas de Solor*, de Frei António da Encarnação (1634). Frei João dos Santos escreve a obra *Ethiopia Oriental, e Varia História de Cousas Notáveis do Oriente* (1.^a edição, Lisboa, 1609); neste século aparece-nos um historiador, Manuel Godinho de Erédia, que dá preciosas informações sobre algumas localidades de Timor na obra *Informações da Aurea Quersoneso* (Goa, cerca 1642). É de notar um mercador, Francisco Vieira de Figueiredo, que dá uma descrição interessante de Timor no seu documento *Relação das coisas do sul* (Macassar, 28 de Junho de 1664); já na segunda metade do século XVII, um religioso de São Domingos redigiu uma circunstanciada relação de trabalho missionário dos dominicanos em Solor e Timor (cf. Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulíndia*, vol. IV, Lisboa, pp. 488-492).

De 1700 a 1800

Este é em século importante sobre o aspecto de crónica histórica. Pela primeira vez é estabelecida uma autoridade civil na pessoa do primeiro governador, António Coelho Guerreiro. São numerosas as cartas, tanto dos governadores como das autoridades religiosas ou dos vice-reis de Goa.

No campo religioso: o Bispo de Malaca, D. Frei Manuel de Santo António, escreve ao rei D. Pedro II dando notícias da cristandade de Timor (1702); várias cartas de António Coelho Guerreiro enviadas a D. Pedro II, ao vice-rei da Índia, etc. Um documento importante neste século é a carta do governador António José Teles Meneses a El-Rei D. José I, a comunicar e a justificar a transferência da capital de Timor de Lifau para Díli (1770). Sobre o aspecto botânico, Frei Alberto de São Tomás escreve o livro *Virtude de algumas plantas de Timor*, em 1750; Luís de Cácegas escreve a *História de São Domingos, particular do Reyno e Conquista de Portugal*, Lisboa, 1767. A nível geográfico, Joaquim Ribeiro dá uma breve narração da ilha de Timor (1795). É de realçar também as crónicas sobre a guerra de Cailaco, de Joaquim de Matos (1726).

De 1800 a 1900

A documentação histórica sobre Timor neste século ganha espaço. Nos dois primeiros quartéis do século XIX a informação sobre Timor provém sobretudo dos governadores e dos militares. Sublinhamos o aparecimento do *Boletim Oficial do Governo de Macau e Timor e Solor* (1838) e a existência dos *Annaes Maritimos e Coloniaes*. A segunda metade do século vê o aparecimento de escritos mais sistemáticos. Realçamos as obras de Afonso de Castro e os relatórios dos outros governadores. Em 1876 reorganizam-se as Missões. São também mais frequentes os relatórios dos Missionários. Já no último quartel do século, aparecem obras de cariz etnográfico e antropológico. Tem papel importante de informação a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Alguns nomes salientes no século XVIII são: o P.^c Sebastião Aparício da Silva, com o *Dicionário Português-Tetum*; José dos Santos Vaquinhas, Bento da França, José Celestino da Silva e o Bispo Joaquim Medeiros. Entre os estrangeiros destacamos a obra do inglês Henry Forbes, *A Naturalist Wanderings in the Eastern Archipelago, a narrative travel and Exploration from 1878 to 1883*, Londres, 1885.

De 1900 a 2000

Este século vou dividi-lo em decénios. É um século com muita produção literária sobre Timor. Cada decénio terá a sua característica própria.

Decénio 1900-1910

Timor sob o regime monárquico. Aparecem obras importantes, como a de Rafael das Dores — *Apontamentos para um dicionário corografico de Timor*, Lisboa, 1902, 66 pp. Este mesmo oficial publica um dicionário Tetum-Português. O P.^c Manuel Alves da Silva publica outro dicionário Português-Galole (dialecto falado em Manatuto, Laleia e Lacro). Pela primeira vez em Timor, na Imprensa Nacional de Díli, publica-se um livro, o de Alberto Osório de Castro, intitulado *Flores de Coral, Últimos Poemas*, Díli, 1908.

Decénio 1910-1920

São publicados em Timor os *Boletim Oficial de Timor*, *Boletim Sanitário de Timor* e *Boletim de Comércio, Agricultura e Fomento de Timor*. Aparecem ensaios sobre etnografia da autoria de António Mendes Correia e Leite de Magalhães. Os missionários enviam relatórios à Diocese de Macau, os quais são publicados no *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau*. Realçamos o relatório do P.^c José da Costa Nunes sobre o estado das Missões de Timor; após a visita pastoral, de 1911, o P.^c Manuel Mendes Laranjeira publica a *Cartilha Tetum* que é adaptado como livro oficial nas escolas (1916).

Decénio 1920-1930

O *Boletim Geral das Colónias* dá informações sobre Timor na área administrativa. No interior do território, os administradores fazem os seus relatórios sobre os usos e costumes dos indígenas. E os missionários continuam a mandar os seus relatórios para o *Boletim Eclesiástico de Macau*. O governador Teófilo Duarte escreve o livro *Colónia Portuguesa de Timor*, publicado em Hong Kong em 1928. Destaca-se o autor Júlio Garcês de Lencastre com vários artigos no *Boletim da Agência Geral das Colónias*.

Decénio 1930-1940

É o decénio do aparecimento dos primeiros livros sobre a história e administração de Timor. Destacam-se Teófilo Duarte, com as suas publicações, Alberto Faria de Moraes (*Subsídio para a História de Timor*, de 1934) e António Leite de Magalhães. A nível da história religiosa, o P.^o Abílio Fernandes publica o livro *Missões de Timor. Esboço Histórico* (1931). Armindo Pinto Correia escreve o livro *O Gentio de Timor*, de características etnográficas e administrativas. Por outro lado, os missionários enchem as páginas do *Boletim Eclesiástico de Macau* com as crónicas, cartas e relatórios. O P.^o Manuel Patrício Mendes publica o *Dicionário Tetum-Português* (1935). O inglês Charles Ralph Boxer inicia as investigações históricas sobre a acção dos portugueses em Macau, Solor e Timor.

Decénio 1940-1950

Apesar de a Europa ser dominada pelo conflito, a Segunda Guerra Mundial, e Timor ser ocupado pelos holandeses e australianos numa primeira fase e depois pelos japoneses de 1942 a 1945, a historiografia de Timor ganha o seu apogeu. Este é um decénio fecundo; é um período de ouro!

Vários são os autores portugueses:

- Álvaro Fontoura escreve sobre o trabalho dos indígenas (1940);
- Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas da Oceania* (1943);
- Alberto Osório de Castro (*A Ilha Verde e Vermelha de Timor*);
- Alberto Faria de Moraes (*Solor e Timor*, 1944);
- José Simões Martinho (*Timor, quatro séculos de colonização*, 1943);
- Gonçalo Pimenta de Castro (*Timor. Subsídio para a sua história*, 1944);
- Armando Pinto Pereira Correia (*Timor de Lés-a-lés*, 1944);
- Frazão de Vasconcelos (*Timor. Subsídio para a sua História* 1943);
- Luna de Oliveira (*Timor na História de Portugal*, 1949-1952);
- Carlos Brandão (*Funo. Guerra em Timor*, 1946);
- António Liberato de Oliveira (*O Caso de Timor. Invasões Estrangeiras*);
- António A. Mendes Corrêa (*Timor Português. Contribuição para o seu estudo antropológico*, 1944);
- P.^o Artur Basílio de Sá [*A Planta do Cailaco* (1727), 1949].

Neste decénio desenvolvem-se os estudos antropológicos e etnográficos. Aparecem ensaios e estudos sobre as línguas de Timor. Podem referir-se neste campo, A. Capell, António Mendes Corrêa, Ernesto Domingues e Leite Magalhães.

Em Díli surge o Boletim da Diocese de Díli, chamado *Seara* (1949).

Decénio 1950-1960

É um decénio também importante. Timor é estável politicamente. Fazem-se planos de desenvolvimento e de reconstrução.

Nomes sonantes dominam este período: Luna de Oliveira (*Timor na História de Portugal*), Hélio A. Esteves Felgas (*Timor Português*, 1956), o P^c Dr. António da Silva Rego, Charles Boxer (*Portuguese Timor. A Rough Island Story 1515-1960*), P^c Artur Basílio de Sá (*Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulíndia*). A nível etnográfico e antropológico, publicam-se muitos estudos. Citemos Ruy Cinatti Gomes (*Esboço Histórico do Sândalo no Timor Português, Reconhecimento preliminar das formações florestais no Timor Português*, 1950) e o Dr. António Almeida (*Contribuição para o estudo da Antropologia serológica dos nativos de Timor Português, de Macau e de São Tomé e Príncipe*). Instituições como a Missão Geográfica de Timor e a Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar (MEAU) são também dignas de nota.

Decénio 1960-1970

É o segundo período de estabilidade para Timor. Traçam-se planos de fomento. Intensifica-se a escolaridade nas aldeias.

Importantes livros são publicados neste período: Charles Ralph Boxer (*Portuguese Timor: A Rough Island Story, 1515-1960*); o P^c José Bernardino Rodrigues, Salesiano, publica o livro *O Rei de Nári* (1962); o P^c Ezequiel Enes Pascoal publica *A Alma de Timor, vista na sua fantasia* (1967).

Correia de Campos edita *Mitos Contos do Timor Português*. Vários autores fazem estudos sobre Timor: Audley Charles (*The Geology of Portuguese Timor*, 1967), Gerard Francillon (*Some Matriarchal Aspects of the Social System of the Southern Tetum of Middle Timor*, 1967) e Francisco Xavier Santana Meneses (*Contacto de Culturas do Timor Português. Contribuição para o seu estudo*, 1968). A nível histórico e administrativo a Agência Geral do Ultramar publica monografias sobre Timor. A Junta de Investigação do Ultramar continua as publicações sobre aspectos de vária ordem. Citamos ainda o nome do Ruy Cinatti, que é incansável em descobrir as riquezas de Timor, através dos seus ensaios.

Decénio 1970-1980

Dentro de Timor surgem sentimentos nacionalistas. Em Portugal desencadeia-se a Revolução do 25 de Abril de 1974. As Províncias Ultramarinas autode-

terminam-se. Timor entra em convulsão. Em 1975, Portugal retira-se, a Indonésia invade Timor e anexa-o como a sua 27.^a província.

Em consequência de todo este clima social e político, os escritos sobre Timor são muitos e variados.

Nos cinco primeiros anos, ainda surgem estudos de valor a nível histórico. Citam-se os nomes do Prof. Luís Filipe Thomaz, o Prof. Charles Boxer, o Prof. Artur Teodoro de Matos (*Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua história*, 1974). Depois da guerra civil e da invasão e ocupação indonésia, em Portugal surgem livros sobre Timor. Porém, é na Austrália que vários escritos começam a ganhar audiência: Jill Jolliffe (*East Timor: Nationalism and Colonialism*, 1978) e Bill Nicol (*Timor: The Stillborn Nation*, 1978). Em Portugal, como reacção à mudança política e social em Timor, aparecem vários comentários: «O pavoroso caso de Timor» (ed. *O Jornal do Retornado*); Abílio Araújo escreve «Os Loricos Voltaram a Cantar» (1977). O Prof. Adriano Moreira: *O Drama de Timor. Relatório da Descolonização* (1976). O alferes miliciano Palma Carlos conta a sua experiência dolorosa no livro *Eu fui ao fim de Portugal* (1977). Por sua parte, a Indonésia procura defender a sua posição e acção: Integrasi Soerakanto, *Kebulatan Tèkad Rakyat Timor Timur*, Jacarta, 1976.

Decénio 1980-1990

É um decénio de conflitos, de confrontos diplomáticos entre Portugal e a Indonésia e entre Timor e Indonésia. Na Austrália, o antigo cônsul em Díli, James Dunn, grande amigo de Timor, publica *Timor: A People Betrayed* (1983); na Inglaterra sai o livro do oposicionista ao regime de Soeharto: Carmel Budiardjo e Lim Soei Liong, *The War against East Timor*. Várias organizações, como a Amnistia Internacional, a Asia Watch e A Paz é Possível (Lisboa), produzem artigos sobre a situação em Timor.

Por outro lado, a nível cultural, Timor continua a suscitar interesse. Nos Estados Unidos, T. Lazarowit faz a tese de doutoramento sobre o dialecto Makassai (1980); na Austrália, Sherlock Kevin publica a bibliografia mais sistemática sobre Timor (1980). O P.^o Jorge Barros Duarte publica *Mitos e Ritos Ataúros* (1983), Clif Morris faz editar o *Tetum-English Dictionary*; o timorense Domingos M. das Dores Soares publica em Jacarta o dicionário *Kamus Babasa Tetun* (1985). A americana Elizabeth Traube publica nos Estados Unidos *Cosmology and Social Life Ritual Exchange among the Mambai of East Timor* (1986). Em Portugal sai o livro de Ruy Cinatti *Motivos Artísticos Timorenses e a sua integração* (1987). Voltando à tese do conflito, José Ramos Horta publica *Funu-The Unfinish Saga of East Timor* (1987) e o Prof. Barbedo de Magalhães edita *Timor Leste. Mensagem aos Vivos* (1983). Da parte da Indonésia, a literatura é de cariz propagandista, naturalmente, para defender a sua posição. O Governo Provincial publica *East Timor: A Decade of Development* (Díli, 1986). Da parte de Portugal, Anacoreta Correia apresenta o relatório *A Viagem a Timor Leste* (Julho 1986).

A Igreja Católica ajuda a tornar público o sofrimento do povo timorense. O Papa João Paulo II faz a homilia em Tasi Tolu (12-10-1989). E o Administrador Apostólico de Díli escreve ao secretário-geral das Nações Unidas, Sr. Perez de Cuellar, pedindo a realização de um referendo para Timor Leste (carta de 6 de Fevereiro de 1989).

Decénio 1990-2000

Este último decénio do século xx é de reviravolta para Timor. A nível ideológico intensifica-se o debate acerca do estatuto final do Território ocupado pela Indonésia. Nesta década surgiram vários acontecimentos: o Massacre de 12 de Novembro de 1991; a Concessão do Prémio Nobel da Paz; a queda do regime de Soeharto; a oferta do Presidente B. J. Habibí das 2 opções; a realização do Referendo; a destruição das aldeias, vilas e cidades de Timor; o êxodo maciço das populações para Timor Ocidental, a intervenção das Forças Internacionais da Paz e o estabelecimento da Administração Transitória das Nações Unidas.

Naturalmente a literatura produzida, a nível social e político, reflectiu o conflito entre Portugal e a Indonésia. Surgem obras a favor de Timor, como as de John Tailor, *Indonesia Forgotten War. The Hidden history of East Timor* (1991), de Michele Turner, *Telling East Timor: Personal Testemonies 1942-1992* (1992), de Xanana Gusmão, *Um Povo, Uma Pátria* (1994) e de Arnold Kohen, *From the Place of the Dead* (1999). Os simpatizantes da Indonésia e da tese integracionista entram em cena com o livro do português Paradelá de Abreu, *Timor: A Verdade Histórica* (1997) e de Nuno Rocha, *Timor: O Fim do Império* (1999). A nível da língua e costumes são publicados alguns livros: na Austrália, o Prof. Geoffrey Hull, em colaboração com outros, publica *Mai Ko'alia Tetun* (1993); Artur Marcos, *Timor Timorense com suas línguas* (1995). O timorense Armindo da Costa Tilman publica *Mata-Dalan Nosi Tetun* (1996). A nível eclesial saem neste decénio os livros de Carlos F. Ximenes Belo, *Demi Keadilan dan Perdamaian* (ed. Domingos Sousa e Peter Tukan, 1997) e Martinho Gusmão Martinho *et al.*, *Menantikan Loro-Sa'e* (Malang 1997).

No aspecto social e económico destaquem-se as obras de António de Almeida, *O Oriente de Expressão Portuguesa* (Fundação Oriente, 1994) e João Mariano Saldanha, *The political Economy of East Timor Development* (1994).

São ainda publicadas obras de historiografia: René Pelissier, *Timor em Guerra. Le Crocodile et les Portugais, 1874-1913* (Paris, 1996). Sobre a ocupação japonesa: Carlos Vieira da Rocha, *Timor. A Ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial* (1996). Várias organizações, como a Amnistia International, Tapol, Asia Watch e CIIR — Londres, regularmente editam relatórios sobre a situação de Timor. Como que uma síntese de tudo o que se publicou desde o século xvi até ao final do século xx, o Prof. Geoffrey Gunn brinda o público com a sua notável obra *Timor Loro Sa'e 500 Years* (Hong Kong, 1999).

Antes de terminar a síntese do decénio 1990-2000, queria fazer um realce sobre o final deste século xx, precisamente o último ano, o de 1999. Nos finais de Janeiro desse ano, o Presidente da Indonésia, Baharudin Yusuf Habibi, deu aos timorenses a possibilidade de escolherem uma das duas opções apresentadas pelo Governo de Jakarta: ou permanecerem ligados à Indonésia escolhendo a proposta de Autonomia ou rejeitando essa autonomia. Em vista disto, as Nações Unidas patrocinaram um acordo entre Portugal e a Indonésia para a organização da chamada «Consulta Popular», que se realizou no dia 30 de Agosto de 1999. Através dessa consulta, os timorenses rejeitaram a proposta da autonomia dentro da Indonésia, e deram às Nações Unidas a possibilidade de estabelecerem uma administração transitória em Díli, para preparar o território para a independência.

Sobre este período surgem livros e artigos importantes que perpetuam os momentos de júbilo e de dor e tristeza dos timorenses. Teremos de sublinhar o Acordo de 5 de Maio de 1999, assinado em Nova Iorque, entre Portugal e a Indonésia; a Resolução da ONU, sobre a constituição da UNAMET; a resolução do Conselho da Segurança sobre a constituição da INTERFET e da UNTAET.

Sobre a bibliografia, aparecem livros como os de Tim Fisher, *Seven Days in East Timor. Ballot and bullets*, NSW, Austrália, 2000; Damien Kingsbury (ed.) *Guns and Ballot Boxes. East Timor's vote for independence*, Monash Asia Institute, 2000; James Fox e Dionísio Soares (ed.), *East Timor. A Bibliografia que espelha esta situação*; Hernâni Carvalho, *Os Dias da Unamet*, Lisboa, 2000; Jill Jolliffe, *Depois das Lágrimas a reconstrução de Timor Leste*, Lisboa, 2000; Vários, *Timor. O Insuportável Ruído das Lágrimas*, Lisboa, 2000. Para perpetuar a destruição através das fotografias, o fotógrafo português Eduardo Gageiro publicou *Timor no Amanecer da Esperança*, Lisboa, 2000. No entanto, não só no aspecto político é que Timor Leste causa impressão. No campo linguístico e cultural, o Dr. Luís Costa publica o *Dicionário Tetum-Português*, Lisboa, 2000; Martim Portugal Ferreira, *Ko'alia Tetum. Conhecer Timor*, Coimbra, 2000. Uma nota sobre os refugiados, de que se fala muito, pode ler-se no *Selamat Tinggal Timor Timur*, Yogyakarta, 2000.

PARTE III

Entrando no século XXI e no Terceiro Milénio, Timor Oriental vai continuar a interessar os estudiosos como sendo a ilha do sândalo, dos crocodilos e dos guerreiros ou «Funu nain mau bere ho bui bere sira». Eis o breve «Voar» sobre o panorama bibliográfico nestes quatro séculos. Como toda a paisagem, há picos altíssimos e vales profundos. Assim, há livros volumosos ou simples artigos, tudo faz parte do património cultural de Timor. Cabe aos timorenses a tarefa de conhecer, conservar e comunicar às gerações vindouras.

1225

1. CHAU-JU-KUA, in Ormelin, F. J., *The Timor Problem: A Geographical Interpretation of an Underdeveloped Island*, Martinus Nijhoff, 1956, pp. 96¹ (cf. Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sae 500 Years*, Hong Kong, 1999, pp. 52).

1350

1. *Tao-i-Chin-Lueh*², in Roderich Ptak, «The Transportation of sandalwood from Timor to Macau and China during the Ming Dynasty», in *Review of Culture*, Macau, 1987, p. 32 (cf. Geoffrey Gunn, *Timor Loro-Sa'e...*, p. 52).

1430

1. *Sbun Feng Hsiang Sung*³ in J. V. Mills, «Chinese Navigators in Insulinde about A.D. 1500», in *Archipel*, n.º 18, 1979, p. 69 (cf. Geoffrey Gunn, *Timor Loro-Sa'e...*, p. 53).

1436

1. BOXER, Charles Ralph, «Portuguese Timor, a Rough Island Story: 1515-1970», in *History Today* 10, n.º 5, 1970, pp. 349-355⁴ (cf. James Dunn, *Timor: A People Betrayed*, pp. 13).

1514

1. PATALIM, Rui de Brito, «Carta a El-Rei D. Manuel I (Malaca, 6 de Janeiro de 1514)», in Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulíndia*, Lisboa, vol. 1, pp. 45-65 (cf. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português, 1515-1779. Contribuição para a sua História*, Lisboa, 1974, p. 37).
2. —, «Carta a Afonso de Albuquerque (Malaca, 6 de Janeiro de 1514)», in Artur Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. 1, pp. 45-65 [cf. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 37 e P^c Manuel Teixeira, *Macau e sua diocese*, vol. x (Missões de Timor), Macau, 1974, p. 5].

1515

1. ALBUQUERQUE, Jorge de, «Carta a El-Rei (Malaca, 8 de Janeiro, 1515)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 37.
2. PIRES, Tomé, *Suma Oriental* (1.^a edição Malaca / Goa), in Rui Manuel Loureiro (coord.), *Onde Nasce o Sândalo: Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1995, pp. 75-77⁵.

¹ O autor é um inspector chinês do comércio exterior; segundo ele, Timor era um lugar rico em sândalo.

² Primeira descrição de Timor nas fontes chinesas.

³ Manuscrito anónimo, onde Timor figura como o destino mais ao sul de cerca de 100 viagens. Timor em chinês diz-se Ch' ih-Wen e Kupang diz-se Chu-pang.

⁴ Este livro refere uma crónica chinesa acerca de Timor, na qual se relata que «as montanhas eram cobertas de árvores de sândalo, e o país não produzia mais nada».

⁵ Esta edição inclui os parágrafos sobre Timor da obra de Tomé Pires; neles descreve-se a ilha como grande produtora de sândalo.

1516

1. BARBOSA, DUARTE, *Livro do que viu e ouviu no Oriente*, Malabar, 1516 [ed. Luís de Albuquerque, p. 151 (cf. *Onde Nasce o Sândalo...*, pp. 79-80)].
2. FARIA, Pedro, «Carta a El-Rei D. Manuel I (Malaca, 5 de Janeiro de 1517)», in Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sae...*, p. 55 e nota 19.

1518

1. COSTA, Afonso Lopes da., «Carta a El-Rei D. Manuel I (Malaca, 20 de Agosto de 1518)», in Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sae...*, p. 55.

1522

1. PIGAFETTA, António, *Viagem de circumnavegação* (Manuscritos Ambrosianos da Biblioteca de Paris, n.º 5650), edição portuguesa do visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, livro II, Lisboa, 1939, pp. 191-102 (cf. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 26).

1526

1. PIGAFETTA, António, *Primer viaje alrededor del mundo* (1.ª edição, Paris, 1526), ed. Leoncio Cabrero Fernández, pp. 150-151 (cf. *Onde Nasce o Sândalo...*, pp. 81-82).

1558

1. PAULO IV, «Bula *Pro Excellentí preeminentia sedis apostolica*», de 4 de Fevereiro de 1558, in Mendes Leal, *Corpo Diplomático Português*, tomo VIII, Lisboa, 1884, pp. 34-38⁶.

1559

1. DIAS, Baltazar (P.º), «Carta ao provincial Jesuíta da Índia (Malaca, 3 de Dezembro de 1559)», in *Documenta Malucensia*, ed. Hubert Jacobs, vol. I, pp. 301-304 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 85-87).

1561

1. FRÓIS, (P.º) Luís, «Carta aos jesuítas de Portugal (Goa, 24 de Novembro de 1561)», in *Documenta Malucensia*, vol. I, (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 89-90).

1563

1. ORTA, Garcia de, *Colóquio dos simples e drogas da Índia* (1.ª edição, Goa, 1563), ed. Conde de Ficalho, vol. I, pp. 281-288 (cf. *Onde Nasce o Sândalo...*, pp. 91-98).

1566

2. PERES, Lourenço (P.º), «Carta a um confrade (Malaca, Novembro de 1566), in *Documento Malucensia*, vol. I, pp. 175-176 (cf. *Onde Nasce o Sândalo...*, pp. 99-100).

1569

1. CRUZ, Frei Gaspar da, *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades, assi do reino d'Ormuz*, Évora, 1569, ed. Raffaella D'Intino, *Enformação das Cousas da China*, Lisboa, 1989, pp. 147-254.

⁶ Bula pela qual se cria a diocese de Malaca.

1570

1. CRUZ, Frei Gaspar da, *Tratado das cousas da China*, Évora, 1570⁷.

1572

1. CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa, 1572, canto x, est. cxxxiv (134).

1575

1. GREGÓRIO XIII, «Bula *Super Specula*», de 10 de Fevereiro de 1575, in P^e Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. II, p. 56⁸.

1576

1. BARRETO, António Moniz, «Alvará (Goa, 14 de Setembro de 1576)», in Artur Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. v, p. 3 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 101-102).

1578

1. COSTA, Cristóvão da, *Tratado das drogas e medicinas das Índias Orientais*, (1.^a edição, Burgos, 1578), ed. Jaime Walter, pp. 105-110 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 103-108).

1593

1. D. FILIPE I, «Mercê a António de Andria (Lisboa, 18 de Março de 1593)», in Artur Basílio de Sá, *Documentação...*, vol. v, pp. 23-24 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 109-110).

1609

1. SANTOS, Frei João dos, *Etiópia Oriental* (1.^a edição, Lisboa, 1906), ed. de Luís de Albuquerque, vol. II, pp. 58-62 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 111-118).

1622

1. CÁCEGAS, Frei Luís de e SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, 1622.
2. ERÉDIA, Manuel Godinho de, *Informação da Aurea Quersoneso*, Goa, 1622, ed. António Lourenço Caminha, *Ordenações da Índia do Senhor D. Manuel*, pp. 142-150 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 120-123).

1625

1. *Informação sobre as Cristandades das Ilbas de Solor e Timor*, BNL — Fundo Geral, cód. 465.

1635

1. BOCARRO, António, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidade e povoações do Estado da Índia Oriental*, Goa, 1635, ed. Isabel Cid, vol. II, pp. 270-273 (cf. *Onde Nasce o Sândalo*, pp. 125-128).

⁷ No prólogo desta obra fala-se de um frade da Ordem de São Domingos em Timor.

⁸ Bula pela qual se cria a diocese de Macau.

1645

1. BARRETO, Pascoal, *Pequeno Tratado da Ilha de Timor*, ed. Frazão de Vasconcelos, «Dois inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Dezembro de 1926.

1648

1. «Determinação da Sagrada Congregação da Propagação da Fé, sobre a Cristandade das ilhas de Solor e Timor (Roma, 18 de Julho de 1648)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 211-213.
2. «Determinação da Sagrada Congregação da Propagação da Fé, sobre a Cristandade das ilhas de Solor e Timor (Roma, 18 de Julho de 1648)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 213-215.

1661

1. MAYA, (P^c) Matias, «Carta ao Geral dos jesuítas (Macau, Fevereiro de 1661)», ed. Hubert Jacobs, *The Jesuit Makassar Documents (1615-1682)*, *Monumenta Historica Societa Iesu*, vol. 134, Roma, 1988, p. 52⁹.

1697

1. «Memorial das Ilhas de Solor e Timor», ed. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 216-218.

1702

1. ANTÓNIO, D. Frei Manuel de Santo António, «Carta ao rei D. Pedro II, dando várias notícias da Cristandade de Timor (Lifau, 28 de Maio de 1702)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 227-229.
2. GUERREIRO, António Coelho, «Carta ao vice-rei da Índia, Caetano de Melo de Castro, relatando a sua chegada a estas ilhas (Timor, 28 de Maio de 1702)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 230-280.
3. — «Carta ao Comendador de Cupão (Lifau, 3 de Dezembro de 1702)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 296-298.
4. — «Regimento para a Matrícula», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 218-223.
5. — «Regimento para o Secretario das Ilhas de Timor e Solor (Lifau, 30 de Fevereiro de 1702)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 223-227.
6. — «Regimento do Ouvidor, Auditor da Gente de Guerra, Juiz dos Órfãos, Provedor da fazenda... (Lifau, 20 de Julho de 1702)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 281-296.

⁹ O autor, provincial dos Jesuítas, fala da presença destes missionários em Luca.

1703

1. CASTRO, D. Caetano de Melo, «Carta ao rei D. Pedro II (Goa, 10 de Janeiro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 298-300.
2. Conselheiro Ultramarino, «Parecer sobre diversos assuntos relativos a Timor (Lisboa, 22 de Fevereiro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 300-308.
3. COSTA, Domingos da, «Carta a El-Rei (Timor, 5 de Maio de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 308-309.
4. GUERREIRO, António Coelho, «Carta a D. Pedro II (Lifau, 29 de Setembro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 336-339.
5. — «Quesitos da Devassa Levantada contra o procedimento dos Holandeses em Timor (Lifau, 4 de Setembro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 310-318.
6. — «Carta ao General de Batávia, Guilherme van Houthon (Lifau, 28 de Setembro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 318-320.
7. — «Carta a D. Pedro II, dando conta dos sucessos na guerra contra os rebeldes (Lifau, 29 de Setembro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 320-335.
8. — «Relação dos presentes oferecidos por António Coelho Guerreiro, governador das ilhas de Timor e Solor, aos Régulos, à sua chegada a estas Ilhas (Lifau, 29 de Setembro de 1703)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 336-339.

1708

1. «Carta dos Moradores de Lifau ao vice-rei da Índia, D. Rodrigo da Costa (6 de Setembro de 1708)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 348-349.
1. COSTA, Domingos da, «Carta ao vice-rei da Índia (Lifau, 8 de Setembro de 1708)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 349-350.

1709

1. «Alvará de confirmação sobre as viagens de Solor e Timor no ano de 1709», in *Arquivo das Colónias*, vol. II, Lisboa, 1918.
2. SARMENTO, Jácome de Moraes, «Carta ao vice-rei da Índia (Lifau, 29 de Maio de 1709)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 351-354.

1715

1. D. JOÃO V, «Carta ao vice-rei da Índia, Vasco Fernandes César de Meneses (Lisboa, 24 de Outubro de 1715)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 355-356.

1722

1. D. JOÃO V, «Carta ao vice-rei da Índia, Francisco José de Sampaio e Castro, recomendando-lhe que tome providências para que se fixem em Timor alguns missionários da Companhia de Jesus (Lisboa, 25 de Março de 1722)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 356-358.

1724

1. «Parecer do Conselho Ultramarino sobre assuntos relativos às cristandades de Solor e Timor (Lisboa, 23 de Fevereiro de 1724)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 366-368.

1726

1. MAGALHÃES, Gonçalo, «Diário da campanha, relatando a escalada do Cailaco (Dezembro 1726)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 374-380.
2. — «Carta ao governador, relatando acontecimentos da guerra do Cailaco, (Dezembro de 1726)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 381-382.
3. — «Relação dos acompanhantes, na Guerra do Cailaco (25 de Dezembro de 1726)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 383-386.
4. MATOS, Joaquim de, «Relação das Companhias na guerra de Cailaco», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 372-373.
5. — «Carta ao Governador de Timor, dando conta dos sucessos da guerra do Cailaco (Batugadé, 8 de Dezembro de 1726)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 368-372.

1727

1. MACEDO, António Moniz de, «Carta a D. João V, sobre a vitória da guerra de Cailaco (Lifau, 27 de Abril de 1727)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 386-392.

1728

1. «Certidão dos bons serviços prestados em Timor pelo médico-cirurgião Manuel Machado Coelho (Lifau, 25 de Maio de 1728)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 393-394.

1734

1. MACEDO, António Moniz de, «Carta ao vice-rei Pedro de Mascarenhas (Lifau, 30 de Junho 1734)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 394-398.

1737

1. D. JOÃO V, «Carta ao vice-rei da Índia, sobre o pagamento aos Governadores de Timor (Lisboa, 11 de Abril de 1737)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 398-399.

1741

1. CASTRO, António Leonis de, «Carta a D. João V (Lifau, 27 de Agosto de 1741)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 401-404.
2. CASTRO, Frei António de, «Carta ao vice-rei da Índia (Timor, 27 de Agosto de 1741)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 405.
3. ENCARNAÇÃO, Frei Tomás da, «Carta a D. João V, sobre a chegada do novo Bispo (Lifau, 26 de Agosto de 1741)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 399.

1743

1. Conselho Ultramarino, «Parecer sobre diferentes assuntos relativos a Timor (Lisboa, 22 de Agosto de 1743)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 407.

1748

1. Conselho Ultramarino, «Parecer sobre o Seminário de Timor (Lisboa, 28 de Março de 1748)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, p. 410.

1750

1. SÃO TOMÁS, Frei Alberto de, *Virtudes de algumas plantas da ilha de Timor*, ed. Alberto Iria, Frei Francisco Leite de Faria e José d'Orey, Lisboa, 1969.

1751

1. HORELZE, Jean Luis, «Carta a Frei Jacinto da Conceição, membro da Junta Governativa de Timor (Cupão, Castelo da Concórdia, 16 de Abril de 1751)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 412-413.
2. SARMENTO, Manuel Doutel de Figueiredo, «Carta ao vice-rei da Índia (Lifau, 13 de Junho de 1751)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 416-418.
3. «Termo de entrega do governo das ilhas de Solor e Timor (Lifau, 2 de Maio de 1751)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 414-415.

1760

1. «Termo de posse do governador interino de Timor, Frei António de São Boaventura, após a morte do governador Dionísio Gonçalves Galvão e Rebelo (Lifau, 14 de Abril de 1766)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 424-426.
2. «Treslado da Provisão que nomeia o Padre Frei António de São Boaventura, Governador do Bispado de Malaca (Lifau, 24 de Setembro de 1760)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 421-424.

1766

1. «Manifesto dos oficiais de Timor ao vice-rei da Índia, pedindo-lhe socorros para castigarem a insolência dos régulos daquela ilha (Lifau, 17 de Junho de 1766)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 428-431.

1767

1. CÁCEGAS, Frei Luís de, SANTA CATARINA, Frei Lucas de, *História de S. Domingos, particular do Reíyno, e Conquista de Portugal*, Lisboa, 1767.

1768

1. MENESES, António José Teles, «Carta sobre o estado de rebelião em que as ilhas de Solor e Timor se encontravam (Lifau, 16 de Maio de 1768)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 433-438.

1770

1. MENESES, António José Teles, «Carta a D. João V, expondo a situação na ilha de Timor, após a transferência da capital para Díli (Díli, 28 de Março de 1770)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 439-441.
2. — «Carta ao rei D. João V, expondo razões da transferência da capital de Lifau para Díli (31 de Março de 1770)», in Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, Lisboa, 1867.

1777

1. AHU, *Macau*, cx. 11, doc. 3 (cf. Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sae...*, p. 119).

1789

1. SOUSA, Frei Nicolau de, «Breve relação do que obraram os religiosos de São Domingos nas ilhas de Timor e Solor (Goa, 4 de Janeiro de 1784)», in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp. 441-444.

1795

1. RIBEIRO, Joaquim, «Breve Narração da Ilha de Timor», Biblioteca Pública de Évora, cód. cxvi, n.º 41, p. 4.

1811

1. SARZEDAS, conde de, «Instruções para o capitão de mar e guerra Victorino Freire Gusmão, governador e capitão-geral das ilhas de Solor e Timor (Goa, 28 de Abril 1811)», in A. Faria de Morais, *Solor e Timor*, Lisboa, 1944, pp. 138-169, e Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, 1948.

1817

1. DELANO, Aмоса, *Narrative of voyages and Trorees*, Boston, 1817, 599 pp.

1827

1. FREYCINET, Lois C. D., *Voyage autour du monde, executé sur les corvettes S. M. l'Uranie et la physicionne pendant les anées 1817, 1818, 1819 et 1829, Historique du Voyage*, Tomo I, Paris, 1827.

1832

1. PINTO, Gonçalo de Magalhães Teixeira, *Memórias sobre as Possessões Portuguesas da Ásia*, Nova Goa, 1832.

1835

1. LOUREIRO, Manuel José Gomes, *Memória dos Estabelecimentos Portugueses a Leste do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, 1835.

1838

1. *Boletim do Governo de Macau, Timor e Solor*, Macau, Imprensa de Macau, 5 de Setembro de 1838.

1840

1. «Memória sobre as ilhas de Solor e Timor», in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, 1840.

1841

1. *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa 1(1): 39-44, 1(2) 71-77, 1840-1841.

1842

1. CARVALHO, João da C. Neves e, «Notícia acerca das possessões portuguesas, nas ilhas de Timor e Solor e da sua importância actual», in *Panorama*, 2.ª série, n.º 1, Lisboa, 1842, pp. 402-404.

1843

1. CABREIRA, Frederico Leão, «Memória resultante do Inquérito Industrial em Timor (Ano de 1842)», in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, Parte oficial, 3.ª série, 1843, p. 73.
2. «Planta hidrográfica, ancoradouro e perspectiva do porto de Díli em 1834», in *Anais Marítimos e Coloniais*, Lisboa, 3.ª série, n.º 4, 1843, pp. 140-141.

1844

1. «Memórias sobre as Ilhas de Solor e Timor», in *A Aurora Macaense*, vol. 1, 6 de Janeiro de 1844, n.º 51, pp. 117-118, e n.º 52, pp. 119-120.

1846

1. *Boletim Oficial do Governo de Macau e Timor*, 11 de Janeiro de 1846¹⁰.

1850

1. RIBEIRO, José Maria de Sousa, *Dicionário Geográfico das Províncias e Possessões Portuguesas no Ultramar*, Lisboa, 1850.

1856

1. BARRETO, Gregório Maria, «Missões de Timor. Relatório de 17 de Abril 1856», in *Anais do Conselbo Ultramarino*, Lisboa, Parte não oficial, 1.ª série, 1867, p. 478.

1857

1. NAZARETH, Casemiro Cristóvão de, *Mitras Lusitanas*, tomo 1, Nova Goa, 1857 (2.ª edição, Lisboa, 1913).

1861

1. «Annaes de Timor começados no anno de 1861 sendo Governador Afonso de Castro precedidos de um resumo historico desde os primeiros tempos do dominio

¹⁰ Publicação semanal editada entre 11 de Janeiro de 1846 e 31 de Dezembro de 1896.

ate os nossos dias», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52.^a série, n.º 5 e 6, Maio-Junho de 1934.

2. *Tratado da demarcação e troca de algumas possessões portuguezas e nederlandesas no Archipélago de Solor e Timor entre Sua Magestade el-rei de Portugal e Sua Magestade el-rei dos Países Baixos, assinado em Lisboa pelos respectivos plenipotensiaris aos 20 de Abril de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, 5 pp.

1862

1. CASTRO, Afonso de, *Résumé historique de l'établissement Portugais a Timor, des costumes et de ses habitants*, Batávia, Tijdschrift voor Indische Tall Landen Volkenkunde, n.º 11, 1862, pp. 465-506.

1863

1. CABREIRA, Duarte Leão, «Timor — Guerra com o Gentio em 1863», in *Anais do Conselbo Ultramarino*, Lisboa, Parte não oficial, 1863, p. 49.
2. CASTRO, Afonso de, «Notícias dos Usos e Costumes dos Povos de Timor», in *Anais do Conselbo Ultramarino*, 4.^a série, Lisboa, 1863, pp. 28-42.

1864

1. CASTRO, Afonso de, *Une rébellion à Timor en 1861*, Batávia, Tijdschrift voor Indische Tall Landen Volkenkunde, n.º 13, pp. 389-409.
2. — Resumé historique de l'établissement Portugais à Timor TITLY, des use et costumes de ses habitantes 11: 465-506, 1864.
3. CABREIRA, Duarte Leão, «Timor... Guerra contra o gentio em 1863», *Anais do Conselbo Ultramarino*, Lisboa, 1864, p. 49.

1865

1. «Pastoral do Bispo de Malaca, Dom Frei Geraldo de São José, de 24 de Junho 1752», in *Boletim do Governo do Estado da Índia*, n.º 25, 3 de Março de 1665.

1866

1. «Timor — A Colónia Holandesa de Cupão e o residente João Baptista Spanoghe», in *Anais do Conselbo Ultramarino*, Lisboa, 1866, p. 181.
2. «A Cidade de Macau e o Território Português da ilha de Timor, decreto de 26 de Novembro de 1866», in *Anais do Conselbo Ultramarino*, Lisboa, 1866.
3. CÁCEGAS, Frei Luís de, *História de S. Domingos, continuada sucessivamente por Frei Luís de Sousa e Frei Lucas de Santa Catarina*, 3.^a ed., 6 Vols., Lisboa, 1866.
4. ALDES, Francisco Travassos, *Da Oceania a Lisboa: viagem oferecida e dedicada aos Portugueses do Brazil*, Rio de Janeiro, Tipp. Perseverança, 1866, cap. II.

1867

1. CASTRO, Afonso de, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, 460 pp.

2. *Regimento para a Administração do Justiça nas Províncias de Moçambique, Estado da Índia e Macau e Timor*, Lisboa, 1867, 119 pp.

1868

1. *Ofício a comunicar ao Superior das Missões da ilha de Timor o falecimento do vigário-geral e governador do Bispado de Malaca, das ilhas de Solor e Timor e a nomeação do Pe. Vicente de Santa Catarina*, Singapura, 28 de Outubro de 1868.

1869

1. COSTA, Firmino José da, *Relatório do Governador da Província de Macau e Timor*, Lisboa, 1869.
2. *Pauta da Alfândega de Timor – 1869*, Lisboa, 1869, 5 pp.
3. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, Lisboa, 1869.
4. WALLACE, Alfred Russell, *The Malay Archipelago, The Land of orang-utang and the Birds of Paradise: A Narrative of Travel with Studies of Man and Nature*, Londres, 1869, vol. 1, cap. XIII.

1870

1. *Carta do vigário-geral e governador do Bispo de Malaca ao Superior de Solor e Timor*, Díli-Malaca, 5 de Fevereiro de 1870.

1871

1. *Boletim da Província de Macau e Timor*, vol. XVII, n.º 27, pp. 107-108.
2. *Boletim Oficial do Governo de Macau*, 1871.

1872

1. CASTRO, Afonso de, «Timor et les Timoriens», in *Revue Maritime et Coloniale*, n.º 33, Paris, 1872, pp. 169-189.
2. *Gazeta de Macau e Timor*, Macau, Tipografia Mercantil Macau, 1872¹¹.
3. Visconde de São Januário, *Relatório do Governador da Província de Macau e Timor*, Lisboa, 1872-1873.
4. WALLACE, Alfred Russell, *The Malay Archipelago*, Londres / Nova Iorque, Macmillan and C.^a, 1872.

1874

1. *Alteração aos Regulamentos do Serviço dos Corpos e da Fazenda Militar, e Diversas Disposições para a Regularidade do Serviço das Repartições e Forças Armadas da Província de Macau e Timor*, Macau, 1847, 45 pp.

¹¹ Publicou-se até 1874.

2. CARMO, Caetano Conceição, «Costumes dos Indígenas da Ilha de Timor», in *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiras*, Lisboa, 1874.
3. PIO IX, *Bula Universis orbis ecclesiis*, de 15 de Junho de 1874¹².

1875

1. GOUVEIA, Manuel Lourenço, «Provisão de nomeação do P.^c António Joaquim Medeiros, visitador das Missões de Timor», in Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, vol. x (Missões de Timor), pp. 52-53.

1876

1. MEDEIROS, António Joaquim de, «Relatório sobre a visita às Missões de Timor, de 19 de Maio de 1876», in Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, vol. x (Missões de Timor), pp. 55-59.

1877

1. *Actas das reuniões da Comissão encarregada de rever o registo paroquial e de fazer a matricula geral dos habitantes de Dili, Sica, Bidau e Motael*.
2. ENES, D. Bernardo de Sousa, *Provisão da nomeação do Pe. António Medeiros, superior e vigário-geral das Missões de Timor e de sete missionários para Timor*, Macau, 1 de Março de 1877.
3. LESSON, «Quelques mots sur les races nègres de Timor», in *Revue Anthropologique*, Tomo vi, Paris, 1877.
4. McMINN, G. R., «Reminiscences of a Voyager. From Port Darwin to Kisser and Timor in 1877», in *Northen Territory Times and Gazette*, Palmerstone, Vol. iv, n.º 106, 13 de Outubro de 1877.

1880

1. GRAÇA, José da, Relatório 1880.
1. VALDES, Francisco Travassos, «Memória avulsa da Imprensa do Governo. Obras, subsidiadas pelo Estado, Bibliotecas e Arquivos», in *Boletim das Provincias do Ultramar*, 1880.

1881

1. FERREIRA, João Gomes, *Representação a El-Rei contra o Governador de Timor, Augusto César Cardoso, pelo Vigário Geral Interino e Superior das Missões de Timor*, Porto, 1881, p. 71.
2. HENRIQUES, J. A., «Macau e Timor: Remessa de produtos para os museus», in *O Instituto*, Coimbra, n.º 29, 1881, p. 487.
3. MAGALHÃES, Francisco da Silva, *Instruções para a cultura do Tabaco em Timor*, Macau, 1881.

¹² Por esta Bula D. Manuel Bernardo era nomeado Bispo de Macau e a metade oriental da ilha de Timor era integrada naquela Diocese.

4. — *Monografia sobre a acção do sulfato de quinina nas febres dessa ilha (Timor)*, 1881.

1882

1. HENRIQUES, J. A., «O Museu Botânico da Universidade e as colecções de produtos de Macau e Timor», in *O Instituto*, Coimbra, n.º 30, 1882, p. 60.
2. VAQUINHAS, José dos Santos, «Produtos de Timor», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3.ª série, 1882.
3. — «Vulcões em Timor», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3.ª série, 1882, pp. 242-243.
4. — «Estatística da população em 1882», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 3.ª série, 1882, pp. 747-749.

1883

1. *As Colónias Portuguezas*, n.º 10, p. 113, Outubro de 1883.
2. FORBES, H. O., «On some of the Tribes of the Island of Timor», in *Journal of the Royal Anthropology Institute*, n.º 13, Londres, 1883.
3. VAQUINHAS, José dos Santos, «Timor: Usos e superstições de guerra», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª série, n.º 10, 1883, pp. 476-492.
4. — «Timor», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª série, n.º 6, 1883, pp. 277-287.
5. — «Timor: Território pertence a Portugal», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª série, n.º 7, 1883, pp. 306-328.
6. — «Timor: Navegação, Embarcações e seu Movimento. Abertura de Canaes», in *As Colónias Portuguezas*, Lisboa, n.º 1 (8), 1883, p. 89.
7. — «Macau e Timor», in *O Macaense*, vol. 2, n.º 83, 22 de Novembro de 1883, p. 167.

1884

1. *As Colónias Portuguezas*, Julho 1884.
2. VAQUINHAS, José dos Santos, «Estudos sobre Macau», in *O Macaense*, vol. 2, n.º 91, 10 de Junho de 1884, p. 195.

1885

1. FORBES, H. O., *A naturalist's Wanderings in the Eastern Archipelago, a narrative of travel and exploration from 1878 to 1883*, Londres, 1885.
2. SILVA, José Gomes da, «Breve Notícia sobre as Caldas Be-Manas em Viqueque», in *Boletim da Província de Macau e Timor*, Macau, 1885, 31 (18), 191-192 pp.
3. VAQUINHAS, José dos Santos, «Timor: Notícia histórica», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 5.ª série, n.º 1, 1885, pp. 61-64.
4. — «A pretendida usurpação do governo pelo revolucionário Varela, nos anos 1869», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 5, 1885, pp. 61-64.

1887

1. *A Voz dos Crentes*, Macau, 1 de Outubro de 1887.
2. FORBES, Anna, *Unbeaten tracks in islands of the Far East: Experiences of a naturalist's wife in the 1880s*, ed. William Blackwood, 1887.
3. MEDEIROS, António Joaquim, *Relatório sobre as visitas a Timor*, 27 de Junho de 1887.
4. SILVA, Dr. José Gomes da, «Listas das plantas Timorenses», in *Boletim Oficial de Macau e Timor*, n.º 22 a 27, Macau, 1887.
5. — *Relatório do Serviço de Saúde da Província de Macau e Timor, em relação ao ano de 1886*, Macau, Typografia Mercantil, 1887.
6. VAQUINHAS, José dos Santos, «Colónia de Timor. Produção Agrícola: Algodão, Café, Tabaco, Cêra, Minerais», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.ª série, 1887, pp. 453-461.

1888

1. *A Voz dos Crentes*, Macau, 1888.
2. BALTAZAR, *Nota acerca da acção de crustáceos provenientes de Timor que existem no Museu de Lisboa*, Lisboa, 1888, p. 11.
3. FONSECA, António M. Ribeiro da, *Índice Alfabético e Cronológico dos Boletins da província de Macau e Timor desde 1847 a 1887*, Macau, Tipografia Correio Macaense, 1888.
4. ZONDERVAN, Henri, *Timor en de Timoreenzen*, Leida, 1888.

1889

1. *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, ano VII, 1889.
2. COSTA, Firmino José da, *Relatório de Governo da Província de Macau e Timor com referência a 1880-1887*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1889, 65 pp.
3. SILVA, Elias Simões da, «Diocese de Macau. Missão de Timor. Relatório (1887)», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, n.º 2, Lisboa, 1889, pp. 114-118.
4. SILVA, P.º Manuel Maria Alves da, «Diocese de Macau. Missão de Timor. Relatório (1887)», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, n.º 2, 189, pp. 109-114.
5. SILVA, S.J., P.º Sebastião Maria Aparício da, *Dicionário de Português-Tetum*, Macau, 1889, 431 pp.

1890

1. «Pauta da Alfândega de Timor (1887)», in *Pautas vigentes nas Alfândegas das Províncias Ultramarinas Portuguesas*, Lisboa, 1890, p. 71.
2. SILVA, Francisco Teixeira da, *Relatório do governador da Província de Macau e Timor de 30 de Setembro de 1889, com referência a 1888-1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

1891

1. *A Voz do Crente*, Macau, 1891.
2. *Boletim Oficial da Província (Timor)*, 29 de Dezembro de 1891.
3. FRANÇA, Bento da, *Timor*, Lisboa, colecção Biblioteca do Povo e das Escolas, 1891, 62 pp.
4. MARTINS, João dos Reis, «Relatório respectivo à missão de Oe-Cusse e Ambeno (1887)», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, n.º 3, 1891, pp. 40-50.
5. MEDEIROS, António Joaquim de, *O Café em Timor*, Macau, 1891.
6. SILVA, Elias Simões da, «Missões de Timor. Notícia sobre a visita às Cristandades de Batugadé, Liquicá, Maubára e Cotubaba», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, n.º 3, 1891, pp. 38-40.
7. — «Missão de Timor. Missões da Contra-Costa», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, n.º 3, 1891, pp. 51-54.
8. SILVA, P.^c Manuel M. Alves da, «Missão de Manatuto», in *Anais das Missões Portuguesas Ultramarinas*, Lisboa, n.º 3, 1891, pp. 132-138.

1892

1. *A Voz do Crente*, 13 de Fevereiro de 1892.
2. SILVA, José Gomes da, «Em Timor: I, As pesquisas na região aurífera; II, o combate de Aiassa; III, o serviço de saúde», Macau, Tipografia Mercantil, 1892.

1893

1. KATE, H. Ten, «Contribution à l'Anthropologie de quelques peuples d'Océanie», in *L'Anthropologie*, Tomo iv, Paris, 1893.

1894

1. CUNHA, João G. Barros e, «Notícias sobre um série de Crânios da ilha de Timor», in *O Instituto*, Coimbra, n.º 41, 1893-1894, pp. 852-934 e 1044.
2. FLORES, Acácio B. S., *Guerra de Matebian e Quelecai em 1892*, Macau, 1894.
3. KATE, H. Ten, *Report d'un voyage au groupe d'iles de Timor et en Polynésie*, Leida, 1894.

1895

1. CÂMARA, Eduardo Inácio da, «Relatório do comandante das operações contra os reinos de Óbulo, Marobo, Baboi, Balibó e outros», in *ACMN*, Lisboa, 1895, 25 (11), pp. 695-707; 25 (12), pp. 795-803.
2. F. R., «Timor», in *Revista Militar*, Lisboa, 1895, pp. 577-582 e 645-650.

1896

1. *Instruções para os Comandantes Militares do Distrito de Timor*, Macau, Secretaria do Governo, 1896.

2. MEDEIROS, Bispo António Joaquim, *Breve Instrução sobre o Cultivo de Cacau, Cbá e Quinina para as Missões de Timor*, Macau, 1896.
3. — *Carta Circular aos Reverendos Missionários de Timor*, Macau, 1896, 18 pp.
4. — *Trabalhos Agrícolas nas Missões de Timor*, Macau, 1896.
5. *Regulamento do Corpo de Polícia da Cidade de Dilly, aprovado pela portaria n.º 16, de 12 de Fevereiro 1896*, Macau, Tipografia Mercantil, 1896, 11 pp.

1897

1. FRANÇA, Bento da, *Macau e o seus habitantes. Relações com Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
1. SILVA, José Celestino da, *Relatório das Operações de guerra no Distrito Autónomo de Timor no ano de 1896*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, 185 pp.
1. SILVA, José Gomes da, «Catálogo das Plantas de Macau e Timor», in *Relatório do serviço de saúde da Província de Macau e Timor*, Macau, 1886-1887, 154 pp.

1898

1. CUNHA, J. G. de Barros e, *Notícia sobre uma série de crânios da ilha de Timor*, Coimbra, 1898.
2. SILVA, José Celestino da, «Instruções para os comandantes militares do distrito de Timor», in *Revista Militar*, n.º 4, Lisboa, 1898, pp. 97-106.

1899

1. «Relação do estado de Timor e das coisas que nele se passarão desde o ano de 1762 até o de 1769», in *Ta-Ssi-Yang Kuo*, 2.ª série, vols. III / IV, 1899-1900, pp. 7-12.
2. SILVA, Sebastião Maria Aparício da, «Carta ao Prelado (Bispo de Macau)», in Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, vol. x, 1974, pp. 226-231.

1900

1. *Boletim Oficial do Distrito Autónomo de Timor*, Dili, Imprensa Nacional, Ano I, n.º 1, 6 de Janeiro de 1900.
2. CARVALHO, (Bispo) José Manuel, *Decreto pelo qual ordenou a divisão de Timor, em duas missões centrais*, 15 de Nov. de 1900.
3. SILVA, P.º Manuel M. Alves da, *Noções de gramática Galoli, dialecto de Timor*, Macau, 1900, 32 pp.

1901

1. CARVALHO, (Bispo) José Manuel, «Carta Circular aos Superiores e missionários de Timor, de 15 de Fevereiro de 1901», in Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. II, p. 516.
2. DORES, Rafael das, «A Força Armada em Timor», in *Congresso Colonial Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 1-5.
3. PENHA GARCIA, Conde de, «Algumas Palavras sobre a Colonização de Timor», in *Congresso Colonial Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

1902

1. DORES, Rafael das, *Apontamentos para um Dicionário Corográfico de Timor*, Lisboa, 1902 / 1903, 66 pp.
2. — «Dicionário Tétum-Português», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 45.ª série, Lisboa 1902 / 1907, 247 pp.
3. SOUSA, José Joaquim de, «Valores do Comércio Ultramarino: Timor 1890-1899», in *Revista Colonial e Marítima*, Lisboa, 1901-1902.

1903

1. OLIVEIRA, J. B. d', «Um desembarque em Timor (1865)», in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Vol. 33, n.º 7-8, Julho-Agosto de 1903, pp. 385-395.
2. VASCONCELOS, Ernesto Júlio de C., *As Colónias Portuguesas*, 2.ª edição, Typographia da Companhia A Editora, 1903.

1905

1. CASTRO, João Paulino de Azevedo e, «Provisão, Correção a Divisão das Missões de Timor, de 30 de Outubro de 1905», in Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. II, p. 524.
2. SILVA, P.º Manuel Alves da, *Dicionário Português-Galoli*, Macau, 1905, 387 pp.

1906

1. SILVA, José Celestino da, *Projecto de Organização Administrativa do Distrito Autónomo de Timor*, Lisboa, 1906.

1907

1. ANDRADE, Alfredo da Costa e, *O Distrito Autónomo de Timor e o Instituto Botânico de Buitenzorg (Java)*, Lisboa, 1907.
2. DORES, Rafael das, *Dicionário Teto — Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, 247 pp.
3. FERREIRA, Manuel F., *Catecismo Badac no Oração balor-loron. Pequeno Catecismo de oração para todos os dias*, Macau, Typographia do Orphanato da Imaculada Conceição, 1907.

1908

1. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, 1908.
2. CASTRO, Alberto Osório de, *Flores de Coral, últimos poemas*, Díli, 1908, 272 pp. (reeditado em 1970).
3. FERREIRA, Manuel, *Resumo da História Sagrada em Português e em Tetum para uso das crianças de Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

1909

1. MAGALHÃES, António Leite de, *Memória Descritiva dos Recursos Agrícolas da Possessão Portuguesas de Timor*, Díli, 1909, 36 pp.

2. PALHA, J. António Filipe de Moraes, *Contribuição para o Estudo da Nosographia de Timor*, Macau, 1909, 71 pp.
3. ZOLA, Antónia Pádua Correia, *14 anos de Timor*, Díli, 1909, 73 pp.

1910

1. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 7.º ano, 1909.
2. «Correio das Missões: carta da Timor», in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 7 (84), Junho 1910, pp. 281-282 ¹³.
3. FERREIRA, João Gomes, «Representação a El-Rei contra o Governador de Timor», in *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, 1910, p. 2000.
4. SILVA, Júlio C. Montalvão da, *A mão de obra em Timor*, Díli, 1910, 73 pp.
5. — *Memória sobre o seu Território*, China, Lisboa Editora, 1910, 51 pp.

1911

1. MORA, Dr. António Damas, *Águas Sulfurosas de Timor (Breve Notícia)*, Lisboa, 1911.
2. NUNES, José da Costa, *Relatório sobre a visita a Timor*, 23 de Outubro de 1911.
3. ZOLA, António Pádua Correia, *Timor: o Governo do General de Brigada do Quadro de Reserva José Celestino da Silva, durante 14 anos. Latrocínios, Assassinatos e Perseguições*, Lisboa, 1911, 2.ª série, 80 pp.

1912

1. *Boletim das Alfândegas da Província de Timor*, Díli, 2 de Janeiro de 1912.
2. *Boletim do Comércio, Agricultura e Fomento de Timor*, Díli, vol. 1, 1912.
3. SILVA, Júlio C. Montalvão da, *Misérias Humanas. Uma Campanha Odienta: O que é o Capitão Médico e Deputado da Nação Paiva Gomes? O que valem as suas acusações?*, Lisboa, 1912, 23 pp.

1913

1. *Boletim Oficial da Província de Timor*, Díli, n.º 50, 1913, 366 pp.
2. «Correio das Missões de Díli, Soibada e Baucau», in *BGEDM*, 10 (121-123), Julho/Setembro de 1913, pp. 56-59.
3. INSO, Jaime do, «Em Socorro de Timor», in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º 43/44, Lisboa, 1913.
4. MONTALVÃO, Manuel, «Timor», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 1, n.º 2, 1913, pp. 24-26.
5. NAZARETH, Casimiro Cristóvão de, *Mitras Lusitanas do Oriente*, Nova Goa, 1887 [2.ª edição, Bombaim, 1924 e 3.ª edição, Lisboa, 1913, 502 pp.].

¹³ O *Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau* será de agora em diante designado por *BGEDM*.

6. PANÃO, Augusto Fernandes, «Timor Realidades», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 1, n.º 6, 1913, pp. 19-21.
7. — «Timor Colonização», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 1, n.º 10, 1913, pp. 14-15.
8. SOUSA, Ponciano José Martinho de, *Vademecum da Lei do Selo*, Timor, Imprensa Nacional, 1913, 79 pp.

1914

1. *Boletim do Comércio, Agricultura e Fomento de Timor*, Díli, n.º 2, Maio 1914.
2. MONTALVÃO, Manuel, «Timor», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 1, n.º 4, 1914, pp. 16-17.
3. PANÃO, Augusto Fernandes, «Timor: o Café — Cultura», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 11, n.º 14, Fevereiro de 1914, pp. 53-56.
4. — «Timor: Pequenas Cousas Apreciáveis», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 11, n.º 16, Abril de 1914, pp. 120-121.
5. — «Timor: a mão-de-obra», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 11, n.º 16, Abril de 1914, pp. 120-121.
6. — «Timor: Agricultura Indígena», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano 11, n.º 17, Maio de 1914, pp. 161 e 164-165.
7. ROCHA, Jaime Augusto Vieira da, *Organisation du travail et Fournissement de la main d'oeuvre dans la Colonie Portugaise de Timor*, Lisboa, 1914.
8. *Sentence arbitrale rendue en execution du compromis signé a La Haye le 3 Avril de 1913 entre les Pays-Bas et le Portugal au sujet de la delimitation d'une partie de leurs possessions dans l'ile de Timor*, Neuchatel Impr. Attinger Frères, 1914, 43 pp.
9. SOUSA, Ponciano José Martinho de, *Índice alfabético, cronológico e remissivo da Legislação de Timor, emanada quer do Governo da Metrópole e publicada oficialmente nesta provincia desde a constituição do Distrito Autónomo até 30 de Junho de 1914*, Díli, Imprensa Nacional, 1914, 167 pp.

1915

1. *Boletim Oficial de Timor*, Díli, 1915.
2. CASTEL BRANCO, José Emílio Santana da Cunha, *Provincia de Timor. Informações Relativas aos Jazigos de petróleo e à Agricultura*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1915, 216 pp.
3. «Correio das Missões de Díli, Soibada e Baucau», in *BGEDM*, 12 (140-141), Fevereiro/Março de 1915, pp. 211-213.
4. ITOBO, «Impressões de Timor», in *Oriente*, Macau, 1 (5), Maio de 1915, pp. 224-228; 1 (8), Agosto de 1915, pp. 373-376.
5. KATE, H. Ten., «Mélanges anthropologiques, III (Indigènes de l'Archipel Timorien), in *L'Anthropologie*, Tomo XXVI, Paris, 1915.
6. LOPES, João, «Carta da Timor: Contra Costa», in *BGEDM*, 13 (417), Novembro de 1915, pp. 222-224.

7. MAIA, José Moreira da Costa, *Mapas quilométricos de todas as linhas telefónicas de Timor*, Díli, 1915, 32 pp.
8. *Organização e regulamento da caixa económica postal da província de Timor, instituída e aprovada por Portaria de 31 de Agosto de 1915*, Díli, 1915, 86 pp.
9. *Oriente*, Macau, Janeiro / Dezembro 1915 ¹⁴.
10. PANÃO, Augusto Fernandes, «Timor: A Fauna da Ilha», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano III, n.º 29, Maio de 1915, pp. 169-170.
11. — «Timor: Agricultura indígena», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano III, n.º 30, Junho de 1915, pp. 198-200.
12. — «Timor: Pontes e Estradas», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano III, n.º 31, Julho de 1915, pp. 238-239.

1916

1. CORRÊA, António A. Mendes, *Antropologia Timorense*, separata da *Revista de Liceus*, n.º 4, Porto, 1916.
2. CORRÊA, A. Mendes, «Timorenses de Oe-kusi e Ambeno», in *Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto*, vol. XI, n.º 1, 1916.
3. FRANCO, Luís de Oliveira, «A Campanha de Timor de 1912», in *Revista Militar*, n.º 68 (2), Lisboa, 1916, pp. 97-129.
4. JERÓNIMO, Manuel Pereira, «Carta da Baucau, de 24 de Abril de 1916», in *BGEDM*, 13 (155), 1916, pp. 559-560.
5. LARANJEIRA, P^o Manuel Mendes, *Cartilha Tetum*, Díli, Imprensa Nacional, 1916.
6. LOPES, João, «Carta da Soibada», in *BGEDM*, 13 (155), Maio de 1916, pp. 558-559.
7. MAGALHÃES, Tenente Leite de, «Relatório sobre os usos e costumes de Atauro», in *Boletim Oficial do Governo da Colónia de Timor*, 1916, p. 130.
8. MAHN, Lourenço, «Carta da Timor de 31 de Julho de 1916», in *BGEDM*, 14 (158-159), Agosto / Setembro de 1916, pp. 65-66.
9. PANÃO, Augusto Fernandes, «Timor: Missões Católicas», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano IV, n.º 37, 25 de Janeiro de 1916, pp. 16-17 e 20.
10. — «Timor: Policultura», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano IV, n.º 38, Fevereiro de 1916, pp. 46-49.
11. — «Timor: Ossu (Daci-Bilita)», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano VIII, n.º 87, 1916, pp. 156-158.
12. — «Timor Usos e Costumes. Indolência», in *Revista Colonial*, Lisboa, ano IX, n.º 6, 1916, p. 183.
13. «Timor. Resumo Histórico e Geográfico», in *Anuário Colonial*, Lisboa, 1916, pp. 515-536.

¹⁴ Apontamentos sobre Timor feitos por um missionário.

Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro-Sa'e

1917

1. *Boletim do Comércio, Agricultura e Fomento da Província de Timor*, Díli, 6 (1), 1917.
2. *Boletim Sanitário da Província de Timor*, Díli, Imprensa Nacional, 4.ª série, n.º 2, Abril, Maio e Junho de 1917, 42 pp.
3. CASTRO, D. João Paulino d'Azevedo, *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, Macau, ed. *BGEDM*, 1917.
4. MORA, Dr. Damas, *O Serviço de Saúde em Timor nos anos de 1914, 1915 e 1916 (Relatório)*, Lisboa, 1917, 103 pp.

1918

1. *Inquérito e outros documentos sobre propriedades indígenas*, apenso do *Boletim do Comércio, Agricultura e Fomento da Província de Timor*, ano VII, n.º 3, Díli, Imprensa Nacional, Agosto de 1918, pp. 143-205.
2. MAGALHÃES, Leite de, «A Ilha de Ataúro. Notícia sobre a ilha e seus habitantes», in *Boletim de Sociedade de Geografia de Lisboa*, 36.ª série, n.º 1-3, pp. 1918.
3. MARTINS, Jaime Ribeiro, «D. João Paulino d'Azevedo e Castro e as Missões de Timor», in *BGEDM*, 15 (177), Março de 1918, pp. 426-430.

1919

1. SAPAGE, António Abílio, «Carta de Lahane, de 6 de Janeiro de 1919», in *BGEDM*, 16 (189), Março de 1919, p. 464.
2. — «Carta de Lahane», in *BGEDM*, 16 (192), Junho de 1919, pp. 607-608.

1920

1. *Boletim Oficial da Província de Timor*, ano XXI, n.º 27, Díli, Imprensa Nacional, 3 de Julho de 1920.
2. LOPES, João, «Carta da Timor, de 3 de Janeiro de 1920», in *BGEDM*, 17 (200), Fevereiro de 1920, p. 310.
3. MAGALHÃES, Leite de, «Subsídios para o estudo Etnológico de Timor», in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. I, fase II, Porto, 1920.
4. PANÃO, Augusto Fernandes, «Timor. Ossu (Daci-Bilita)», in *Revista Colonial*, n.º 8 (87), Lisboa, 15 de Fevereiro de 1920, pp. 156-158.

1921

1. VASCONCELOS, Ernesto J. de C. e, *As Colónias Portuguesas*, 3.ª edição, Lisboa, 1921.

1923

1. COSTA, Fontoura da, *Dezasseis meses em Timor (1913-1914)*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1923, 99 pp.
2. FERNANDES, José A., «Timor: Impressões e Aspectos», in *A Tribuna*, Porto, 1923, p. 39.

3. GONÇALVES, Alberto da Ressurreição, «Missões de Timor: Maubara», in *BGEDM*, 21 (244), Outubro de 1923, pp. 274-276.
4. «Irmãs Canossianas (em Timor)», in *BGEDM*, 21 (243), Setembro de 1923, pp. 220-222.
5. METELLO, António, *Timor: Fantasma do Oriente*, Lisboa, Lusitana Editora, 1923, 97 pp.
6. NEVES, José das, «Carta de Timor, de 20 de Janeiro de 1923», in *BGEDM*, 21 (241), Julho de 1923, pp. 40-52.
7. NUNES, José da Costa, «Ofício circular aos Mto. Reverendos Superiores das Missões de Timor, de 10 de Abril de 1923», in *BGEDM*, 20 (239), Maio de 1923, pp. 704-709.
8. SILVA, José Gomes da, «Catálogo de Plantas de Macau e Timor», in *Boletim Sanitário de Timor*, Díli, 1923.

1924

1. ANDRADE, João José de, «Impressões. Carta de Timor, de Novembro de 1923», in *BGEDM*, 21 (249), Março de 1924, pp. 615-617.
2. LARANJEIRA, P^c Manuel Mendes, «Relatório. Missões de Alas», in *BGEDM*, 21 (251), Maio de 1924, pp. 736-741.
3. MENDES, Manuel Patrício, «Timor (Relatório)», in *BGEDM*, 21 (247), Janeiro de 1924, pp. 475-482.
4. NEVES, José das, «Relatório do Reverendo Superior da Missão de Lahane», in *BGEDM*, 22 (253), Julho / Agosto de 1924, pp. 77-82.
5. QUINTÃO, Francisco António Durão, «Carta de Timor», in *BGEDM*, 21 (250), Abril de 1924, pp. 668-669.
6. SILVA, Francisco Fernandes da, «As Missões de Timor (Relatório)», in *BGEDM*, 21 (248), Fevereiro de 1924, pp. 552-558.
7. SILVA, Francisco Fernandes da, «Relatório da viagem feita às Missões de Manatuto, Lacló e Laleia no mês de Janeiro 1924», in *BGEDM*, 22 (253), Julho / Agosto de 1924, pp. 83-90.

1925

1. ANDRADE, João José de, «Relatório 1924-1925», in *BGEDM*, 23 (268), Novembro de 1925, pp. 212-116.
2. LIMA, J. A. Pires de, MASCARENHAS, Constâncio de, «Contribuição para o Estudo Antropológico de Timor», in *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, vol. ix (2-3), Lisboa, 1925, p. 451.

1926

1. *Boletim Sanitário do Distrito Autónomo de Timor*, 1926.
2. «Correio das Missões de Lahane e Soibada, de 29 de Dezembro de 1925», in *BGEDM*, 23 (270), Janeiro de 1926, pp. 295-300.
3. FERNANDES, Abílio José, «Missão de Soibada (Relatório)», in *BGEDM*, 23 (273-274), Abril / Maio de 1926, pp. 396-405.

4. MENDES, Manuel Patrício, «Timor: Relatório referente ao ano de 1925», in *BGEDM*, 23 (275-276), Junho / Julho de 1926, pp. 411-427.
5. PAZ, (Tenente) Alfredo Ramos, *Relatório sobre usos e costumes indígenas do comando mil de Cova Lima*, 1926.
6. PIRES, (Tenente) Manuel Jesus, *Relatório sobre usos e costumes indígenas da circunscrição civil de Viqueque*, 1926 (manuscrito).
7. REGO, (Tenente) Sousa, *Relatório sobre usos e costumes, comando militar de Motael*, 1926 (Manuscrito).
8. RIBEIRO, Artur, «Política, Administração e Trabalho na Província de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, ano II, n.º 8, Fevereiro de 1926, pp. 102-131¹⁵.
9. VALDEZ, José d'Ascensão, «O Cavalo de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 17, Lisboa, 1926.
10. VEIGA, Duarte, «As Estradas em Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 17, Lisboa, 1926.

1927

1. ANDRADE, João José de, «Relatório sobre a escola de Ermera», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 444-445.
2. — «Relatório sobre a Colégio Nun'Alvares de Soibada», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 446-450.
3. DOXIE, J. K., «Religião e Moral sobre Timor», in *TZM*, 71, 1927, pp. 236-249.
4. *Estatística do Comércio e Navegação*, Díli, 1927.
5. «Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e Timor. Decreto n.º 12.485, de 13 de Outubro de 1926», in *BGEDM*, 24 (282), Janeiro de 1927, p. 21.
6. FERNANDES, Abílio José, «Carta de Timor, de 21 de Abril de 1927, in *BGEDM*, 24 (288), Setembro de 1927, pp. 381-389.
7. — «Carta da Timor», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 427-431.
8. — «Relatório sobre o Colégio da Imaculada Conceição de Soibada», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 451-454.
9. FERNANDES, António Grebaldo da Conceição, «Relatório da Escola da Missão de Alas», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 460-461.
10. GONÇALVES, Alberto da Ressurreição, «Relatório sobre a Escola de Maubara», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 455-457.
11. MENDES, Manuel Patrício, «Timor (Relatório)», in *BGEDM*, 24 (288), Julho / Setembro 1927, pp. 390-400.

¹⁵ Ver também o número desta obra de Junho de 1926.

12. — «Relatório sobre alguns estabelecimentos de ensino que têm sido regidos por missionários da Missão de Lahane», in *BGEDM*, 24 (289), Outubro / Dezembro de 1927, pp. 432-443.
13. VASCONCELOS, Frazão de, «Dois inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano v, Lisboa, 1927, p. 76.

1928

1. CASTRO, Alberto Osório de, «Flores de Coral, A ilha verde e vermelha de Timor», in *Seara Nova*, n.º 123, 28 de Abril de 1928.
2. FERREIRA, P^c Manuel Fernandes, *Catecismo Badak na Oração ba Loro-loron*, 2.^a edição, Macau, 1928¹⁶.
3. PEREIRA, Carlos Alberto da Rocha, «Obituary», in *BGEDM*, 24 (292), Abril de 1928, p. 629.
4. TEÓFILO, Duarte, *Colónia Portuguesa de Timor*, Hong Kong, Kelly and Walsly, 1928, 28 pp.
5. VALDEZ, José d'Ascensão, *Sobre Timor. Elementos para a biografia do ainda governador da Colónia, tenente Teófilo Duarte*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1928, 48 pp.

1929

1. BIJLMER, H. J. T., *Outlines of the Anthropology of Timor*, Java, 1929.
2. CASTRO, Alberto Osório de, «A ilha verde e vermelha de Timor», in *Seara Nova*, 1929.
3. GENTIL, Sousa, «O Problema de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, p. 172.
4. LEITÃO, Humberto, «Algumas Indicações sobre a nossa Colónia de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, pp. 3-31.
5. LENCASTRE, Júlio Garcéz de, «Lista dos Governadores de Timor e data da posse (1701-1926)», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, p. 112.
6. — «Algumas Regras Gramaticais da Língua Tétum e Vocabulário», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, pp. 82-92.
7. — «Aspectos da Administração de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, p. 32.
8. — «Alguns dados estatísticos sobre a colónia de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, pp. 112-131.
9. — «Monografia de Timor», in *Revista Luso-Colónias*, n.º 10, Lisboa, 1929.
10. MENEZES, Governador António Teles de, «Mudança da Capital de Lifau para a Díli, de 31/3/1770», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, p. 132.

¹⁶ A 3.^a edição desta obra é de 1937.

11. MENDES, P^c Manuel Patrício, *Sarani sira nia surat, Catecismo ho Oração Ruma*, Díli, 1929 ¹⁷.
13. VALDEZ, José, «A Instrução do Nativo em Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929.
12. VASCONCELOS, Frazão de, «Dois Inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 54, Lisboa, 1929, pp. 72-81.

1930

1. ANDRADE, João José de, «Visitando as Cristandades de Barique e Luca», in *BGEDM*, 28 (316-317), Julho / Agosto de 1930, pp. 24-31.
2. «Correio das Missões de Soibada, Manatuto, Lahane», in *BGEDM*, 27 (312), Março de 1930, pp. 1030-1035.
3. GONÇALVES, Alberto da Ressurreição, «Carta da Timor, de 1 de Julho de 1930», in *BGEDM*, 28 (321), Dezembro de 1930, pp. 221-231.
4. GONÇALVES, Francisco Pedro, «Obituary», in *BGEDM*, 28 (316-317), Julho / Agosto de 1930, pp. 32-33.
5. «Mapas do movimento religioso de Timor referente a 1929, in *BGEDM*, 27 (314), Maio de 1930, p. 116.
6. MENDES, P^c Manuel Patrício, «Timor: a acção das Religiosas Canossianas, colaborando com os missionários na evangelização daquela nossa longínqua colónia», in *BGEDM*, 27 (314), Maio de 1930, pp. 2011-2018.
7. QUINTÃO, Francisco António Durão, «Letra da Timor», in *BGEDM*, 27 (315), Junho de 1930, pp. 2055-2057.
8. TEÓFILO, Duarte, *Timor. Antecâmara do Inferno*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1930, 409 pp.
9. — *Colónia Portuguesa de Timor: Aspectos de Administração*, Lisboa, Tipografia Carmona, 1930, 36 pp.
10. «Timor», in *Exposição Colonial Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930, 20 pp.
11. VASCONCELOS, Ernesto de, «Timor. Alguns Subsídios para o Estudo do seu Clima», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1930.

1931

1. ANDRADE, João José de, «Reported death of P^c Andrade», in *BGEDM*, 28 (324), Março de 1931, p. 414.
2. — «Obituary of P^c Andrade», in *BGEDM*, 28 (325), Abril de 1931, pp. 441-442.
3. — «Photograph of P^c Andrade», in *BGEDM*, 29 (328), Julho 1931, p. 58.
4. DUARTE, Cândido, «Contribution a L'étude des Cacaos de Timor», in *Annaes do Instituto Superior de Agronomia*, vol. v, Fasc. 2, Lisboa, 1931.

¹⁷ A 2.^a edição desta obra foi feita em Macau, em 1936.

5. DUARTE, Teófilo, *O Rei de Timor*, Lisboa, Livraria Editora, 1931, 209 pp.
6. FERNANDES, Abílio José, *Esboço histórico e do estado actual das Missões de Timor e refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmados por um ex-Governador de Timor*, Macau, Tipp. Mercantil de N. T. Fernandes e Filho, 1931, 126 pp.
7. LENCASTRE, Júlio Garcêz de, «Climatologia e Nosologia de Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 71, Maio de 1931, pp. 61-77.
8. — *Monografia de Timor*, Lisboa, 1931.
9. — *O Povo Timorense, seu aproveitamento na valorização da colónia*, Lisboa, Tip. Carmona, 1931, 26 pp.
10. — «Possibilidades da colónia de Timor», in *Catálogo da Exposição da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1931, pp. 1-8.
11. MORNA, Álvaro de Freitas, *Transporte de Guerra «Pero de Alenquer». Relatório da Viagem ao Extremo Oriente 1927-1928*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1931, 186 pp.
12. NUNES, Francisco de Paula da Luz, «Missão Central de Soibada Timor Díli», in *BGEDM*, 28 (324), Março de 1931, pp. 392-397.

1932

1. BARROS, Norberto de Oliveira, «Carta de Manatuto, de 19 de Março de 1931», in *BGEDM*, 29 (339), Junho de 1932, pp. 810-811.
2. — «Carta de Timor – extractos, de 18 de Dezembro de 1931», in *BGEDM*, 29 (336), Março de 1932, pp. 533-535.
3. — «Timor: O Mês de Maria em Manatuto», in *BGEDM*, 30 (342), Setembro de 1932, pp. 232-233.
4. «Bodas de Prata da primeira Missa do Mto. Reverendo P^e Francisco Durão Quintão», in *BGEDM*, 29 (336), Março de 1932, pp. 528-533¹⁸.
5. BONGIOVANNI, Luís, «Carta de Timor», in *BGEDM*, 30 (341), Agosto de 1932, pp. 140-142.
6. CAMPOS, José Augusto Correia, *A Resolução do Problema Monetário de Timor*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1932, 80 pp.
7. COSTA, Abel Fontoura da, *Atribulações de um Marinheiro*, Lisboa, 1932.
8. «Correio das Missões da Catequista indígena, de 29 de Dezembro de 1931», in *BGEDM*, 29 (336), Março de 1932, pp. 536-538.
9. FERNANDES, Abílio José, «Relatório», in *BGEDM*, 29 (336), Março de 1932, pp. 538-549.
10. — «O Evangelho na Região do Suro e Bobonaro (Timor)», in *BGEDM*, 30 (342), Setembro de 1932, pp. 180-188.

¹⁸ Artigo provavelmente escrito por Francisco de Paula da Luz Nunes.

11. NUNES, Francisco de Paula da Luz, «Carta da Soibada, de 2 de Abril de 1932», in *BGEDM*, 29 (339), Junho de 1932, pp. 811-813.
12. LARANJEIRA, P^c Manuel Mendes, *Cartilha Tetum*, 2.^a edição, Macau, 1932.
13. PASCOAL, P^c Ezequiel Enes, «Carta da Makasar e Rute de Timor, de 16 de Setembro de 1932», in *BGEDM*, 30 (344), Novembro de 1932, pp. 388-389.
14. «Petroleum Oil: The History of Oil Exploitation in the Island of Timor», in *Merchant and Company*, Sydney, 30 de Junho de 1932, 45 pp.
15. SEQUEIRA, Isabel, «Obituary of», in *BGEDM*, 29 (336), Março de 1932, pp. 558-561.

1933

1. BARROS, Norberto de Oliveira, «Carta da Suro, de 3 de Maio de 1933», in *BGEDM*, 31 (353), Agosto de 1933, pp. 134-135.
2. — «Carta de Oecusi», in *BGEDM*, 31 (355), Outubro de 1933, pp. 284-285.
3. CAMPOS, Porfírio Rodrigues de, «Extractos da Carta da Díli, de 18 de Novembro de 1932», in *BGEDM*, 30 (346), Janeiro de 1933, p. 565.
4. CARDOSO, Júlio Grade Álvaro, «Notas florestais da Colónia de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, Vol. 9, n.º 98-99, 1933, pp. 41-45.
5. CASATI, Rita, «Extractos da Carta da Macau, Mar das Molucas, Dare», in *BGEDM*, 30 (351), Junho de 1933, pp. 931-933.
6. — «No Campo Missionário. A minha primeira viagem a Cavalo», in *BGEDM*, 31 (356), Novembro de 1933, pp. 356-358.
7. «Correio das Missões. Timor: Visita Pastoral», in *BGEDM*, 31 (357), Dezembro de 1933, pp. 446-448.
8. FERNANDES, Abílio José, «Carta de Lahane, de 25 de Janeiro de 1933», in *BGEDM*, 30 (348), Março de 1933, pp. 712-714.
9. — «Carta de Lahane, de 22 de Março de 1933, in *BGEDM*, 30 (350), Maio de 1933, pp. 861-863.
10. FERRARIO, Carolina, «Extractos da Carta da Macau, Mar das Molucas, Dare», in *BGEDM*, 30 (351), Junho de 1933, pp. 931-933.
11. FERREIRA, (Sargento) Artur Santos, *Relatório sobre usos e costumes indígenas do Comando militar de Manu Fabi*, 1933 (dactilografado).
12. GOULART, Jaime Garcia, «Correio das Missões. Timor: Visita Pastoral», in *BGEDM*, 31 (355), Outubro de 1933, pp. 282-284.
13. — «Correio das Missões. Timor: Visita Pastoral, Soibada, 15 de Novembro de 1933, in *BGEDM*, 31 (356), Novembro de 1933, pp. 366-368.
14. MARTINHO, José Simões, *Relatório sobre usos e costumes indígenas do comando militar de Oe-Kussi*, 1933 (dactilografado).
15. MARTINS, Rocha, *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1933.
16. PASCOAL, P^c Ezequiel Enes, «Carta de Manatuto, de 3 de Janeiro de 1933» in *BGEDM*, 30 (348), Março de 1933, pp. 715-716.

17. — «Carta de Laclo, de 17 de Setembro de 1933», in *BGEDM*, 31 (356), Novembro de 1933, pp. 368-370.
18. — «Carta de Laleia, 26 de Setembro de 1933», in *BGEDM*, 31 (357), Dezembro de 1933, pp. 442-444.
19. — «Cartas de Manatuto, de 29 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1933», in *BGEDM*, 31 (349), Abril de 1933, pp. 791-794.
20. SEQUEIRA, (Capitão) José Fontoura Sequeira, *Relatório sobre usos e costumes indígenas do comando militar de Motael*, 1933 (dactilografado).
21. SILVA, Januário Coelho da, «Carta da Manatuto, de 20 de Fevereiro de 1933», in *BGEDM*, 30 (349), Abril de 1933, pp. 795-796.

1934

1. BÁRTOLO, José António d'Azevedo, «Obituary of P.^e Morais Sarmiento», in *BGEDM*, 32 (369), Dezembro de 1934, pp. 488-490.
2. BONGIOVANNI, Luís, «Carta de Timor», in *BGEDM*, 31 (363), Junho de 1934, pp. 1052-1056.
3. — «Carta de Oecusi – extracto», in *BGEDM*, 32 (364), Julho de 1934, p. 79.
4. CASTRO, Afonso de, «Annaes de Timor: Começados no ano 1871 sendo governador Afonso de Castro, Precedidos de um resumo histórico desde os primeiros tempos do domínio até os nossos dias», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52.^a série, n.º 5-6, Maio / Junho de 1934, pp. 182-213.
5. CORREIA, Armando E. Pinto, *Gentio de Timor*, Lisboa, 1934, 365 pp.
6. — «Notas de Etnografia Timorense (Região de Baucau)», in *Boletim Geral das Colónias*, vol. 10, n.º 106, Abril de 1934, pp. 35-52.
7. «Correio das Missões de um Missionário de Soibada», in *BGEDM*, 32 (368), Novembro de 1934, pp. 412-414.
9. CARDOSO, (Sargento) José Maria, *Relatório sobre usos e costume indígenas do Comando militar de Suro*, 1933 (manuscrito).
9. «Correio das Missões de um Missionário», in *BGEDM*, 32 (369), Dezembro de 1934, pp. 498-500.
10. DUARTE, Teófilo, «Outros horizontes», in *O Mundo Português*, n.º 7-8, Lisboa, 1934, p. 253.
11. FERNANDES, Abílio José, «Uma Consoada em Timor», in *BGEDM*, 31 (358), Janeiro de 1934, pp. 561-570.
12. FERREIRA, António Francisco, «Obituary», in *BGEDM*, 31 (360), Março de 1934, p. 801.
13. GOULART, D. Jaime Garcia, «Carta de Soibada, de 24 de Fevereiro de 1934», in *BGEDM*, 31 (362), Maio de 1934, pp. 958-959.
14. — «Correio das Missões. Timor: Visita Pastoral», in *BGEDM*, 31 (355), Fevereiro de 1934, pp. 105-709 e 31 (360), Março de 1933, pp. 784-786.
15. LENCASTRE, Júlio Garcêz de, «Marcos de expansão do Império: Solor, Alor e Timor», in *Separ*, n.º 104, Lisboa, 1934, p. 12.

16. — «Lafaic, o Crocodilo Timorense: Da terra dos Homens e das Bichos», in *O Mundo Português*, ano 1, n.º 4, Lisboa, 1934, pp. 129-134.
17. MARTINHO, José Simões, *Timor: quatro séculos de colonização portuguesa*, Porto, 1934, 308 pp.
18. MORAIS, Alberto Faria de, *Subsídios para a historia de Timor*, Bastorá, Tip. Rangel, 1934, 170+84 pp.
19. — «Solor», in *O Mundo Português*, 1 (9-10), Lisboa, Setembro / Outubro de 1934, pp. 335-338.
20. NUNES, D. José da Costa, «Relatório sobre as Missões de Timor, referente ao ano de 1933», in *BGEDM*, 31 (363), Junho de 1934, pp. 974-981 e 32 (364), Julho de 1934, pp. 17-20.
21. — «Entre Malaios», in *BGEDM*, 31 (362), pp. 909-914; 31 (363), pp. 990-993; 32 (64), pp. 32-37; 32 (365), pp. 109-113; 32 (366), pp. 214-219; 32 (367), pp. 268-273, 32 (368), pp. 384-389; 32 (369), pp. 478-482, Maio / Dezembro de 1934.
22. — «Oito dias em Soibada», in *BGEDM*, 31 (356), Novembro de 1934, pp. 352-356, 31(361), Abril de 1934, pp. 827-831.
23. PASCOAL, P^e Ezequiel Enes, «Carta da Manatuto, de 29 de Janeiro de 1934», in *BGEDM*, 31 (361), Abril de 1934, pp. 867-869.
24. ROSA, José Augusto Faure de, «Campanha de Timor», in *Defesa Nacional*, Lisboa, 1934, pp. 5 e 9-11.
25. SANTOS, Paulo Emílio Cavique, *Flora de Macau e Timor*, Lisboa, 1934.

1935

1. AFONSO, P^e Francisco dos Santos, «Carta da Timor, de 17 de Setembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (381), Dezembro de 1935, p. 386.
2. BARROS, Maria, «Flores de Apostolado Colhidas pelas Irmãs Canossianas em Timor», in *BGEDM*, 32 (371), Fevereiro de 1935, pp. 636-638 e 33 (380), Novembro de 1935, pp. 298-302.
3. BARROS, P^e Norberto de Oliveira, «Carta de Suro, de 12 de Março de 1935», in *BGEDM*, 32 (375), Junho de 1935, pp. 1018-1019.
4. CAMPOS, Agostinho, «A bela Timor e os mansos Timores», in *BGEDM*, 33 (378-379), Setembro / Outubro de 1935, pp. 198-201
5. — «Beautiful Timor and the gentle Timorense», in *Diário de Notícias*, Lisboa, 5 de Abril de 1935.
6. CAMPOS, P^e Jacinto António de, «Carta de Lahane, de 18 de Setembro de 1935», in *BGEDM*, Maio / Dezembro de 1935.
7. «Correio das Missões. O Missionário, Manatuto», in *BGEDM*, 32 (371), Fevereiro 1935, p. 671.
8. CORTESÃO, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, Lisboa, 1935.
9. CRUZ, Humberto da, *A Viagem a Díli*, Sintra, 1935, 270 pp.

10. FERNANDES, Abílio José, «Uma bela Lição», in *BGEDM*, 32 (373), Abril de 1935, pp. 791-796.
11. GOULART, D. Jaime Garcia, «Carta da Soibada, de 24 de Fevereiro de 1935», in *BGEDM*, 32 (375), Junho de 1935, pp. 1015-1018.
12. LUIS, P^o Manuel Silveira, «Carta de Timor, de 25 de Agosto de 1935», in *BGEDM*, 33 (378-379), Setembro / Outubro de 1935, pp. 217-218.
13. — «Carta de Timor, de 17 de Setembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (381), Dezembro de 1935, p. 385.
14. MADEIRA, Francisco, «Carta de Lahane, de 21 de Janeiro de 1935», in *BGEDM*, 32 (372), Março de 1935, p. 751.
15. MAHN, Lourenço, «Mapa do Movimento religioso anual. Missões Católicas Portuguesas de Timor de 1 de Junho de 1934 a 31 de Maio de 1935», in *BGEDM*, 33 (378-379), Setembro / Outubro de 1935, p. 178.
16. MENDES, P^o Manuel Patrício (dir.), *Dicionário Tetum Português*, Macau, 1935, 307 pp.
17. MOURA, Artur dos Santos Alves de, «Missões Católicas Portuguesas de Timor. Relatório sobre a Missão de Soibada», in *BGEDM*, 32 (373), Abril de 1935, pp. 787-790.
18. NORONHA, Luís dos Reis, «Obituary of P^o Abílio José Fernandes», in *BGEDM*, 32 (374), Maio de 1935, pp. 891-894.
19. — «In Memoriam: A Memória do Sr. Coronel Luís», in *BGEDM*, 32 (374), Maio de 1935, pp. 891-894.
20. NUNES, P^o José da Costa, «Missões de Timor. Relatório», in *Boletim Geral das Colónias*, 11 (115), Janeiro de 1935, pp. 152-159.
21. «O Missionário. Díli», in *BGEDM*, 32 (371), Fevereiro de 1935, p. 672.
22. PASCOAL, P^o Ezequiel Enes, «Carta de Manatuto, de 29 de Janeiro de 1934», in *BGEDM*, 32 (370), Janeiro de 1935, pp. 581-582.
23. — «Após o mestre. A renúncia e o caminho. D. Bernardo de Vasconcelos», in *BGEDM*, 32 (372), Março de 1935, p. 735.
24. — «As Pétalas da vida. Ao Ex.mo. Sr. Capitão Lapido Loureiro, no dia dos seus anos», in *BGEDM*, 32 (373), Abril de 1935, p. 797.
25. — «Carta de Manatuto, de 12 de Maio de 1935», in *BGEDM*, 33 (376), Julho de 1935, pp. 68-69.
26. — «Uma noite de viagem a cavalo», in *BGEDM*, 32 (374), Maio de 1935, pp. 896-902.
27. — «Carta de Timor», in *BGEDM*, 33 (377), Agosto de 1935, pp. 133-136.
28. — «O António Morais», in *BGEDM*, 33 (377), Agosto de 1935, pp. 123-124.
29. SARASIN, Fritz, «Beitrag zur Prahistorie der Insel Timor und Rote», in *Verhandlungen der Naturforschenden Gesellschaft*, Basel, 1935, vol. XLVII, pp.1-59.
30. SILVA, Januário Coelho da, «Carta de Soibada, de 1 de Janeiro de 1935», in *BGEDM*, 32 (372), Março de 1935, p. 750.

1936

1. AFONSO, P^c Francisco dos Santos, «Carta da Hatolia, de 29 de Dezembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (384), Março de 1936, pp. 622-624.
2. — «Carta da Hatolia, de 1 de Abril de 1936», in *BGEDM*, 33 (387), Junho de 1936, pp. 883-884.
3. ALPHEN, R. van., «Pinksteren op het zendingsveld», in *TZM*, 80 (3), 1936, pp. 196-211.
4. BRAGA, Paulo, *Dili — Bazartete. Síntese da Vida Timorense*, Lisboa, Cadernos Coloniais n.º 14, 1936, 40 pp.
5. — *Nos Antípodas*, Lisboa, Ed. Cosmos (Cadernos Coloniais, n.º 21), 1936, 40 pp.
6. — *A ilba dos Homens Nus*, Lisboa, Ed. Cosmos (Cadernos Coloniais n.º 30), 1936.
7. CAMPOS, (Dr.) Agostinho de, «Carta de Soibada, de 13 de Dezembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (383), Fevereiro de 1936, pp. 539-540.
8. — «Carta de Timor, de 4 de Junho de 1936», in *BGEDM*, 34 (390), 1936, pp. 202-205.
9. — «Carta de Soibada, de 19 de Setembro de 1936», in *BGEDM*, 34 (393), Dezembro de 1936, pp. 428-430.
10. CARVALHO, José Agapito da Silva, *Condições a observar na construção de estradas em Timor*, Lisboa, 1936, 7 pp.
11. CASTRO, Afonso de, «Annaes de Timor: Começados no ano 1871 sendo governador Afonso de Castro, Precedidos de um resumo histórico desde os primeiros tempos do domínio até os nossos dias», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52.^a série, n.º 5-6, Maio / Junho de 1934, pp. 182-213.
12. *Constitutio Apostolica Piu XI. Incipit Ad Christi Evangelium Romae, 25 Maii 1936, XV Insularum Sundae Minorum Vicariatus dismembratur et novus Vicariatus Apostolicus «de Timor Neerlandica» erigitur. Acta Apostolicae Sedis*, Rome, Vatican State, 28, pp. 459-460.
13. DUARTE, Teófilo, «O Problema Económico de Timor», in *BG*, 12 (138), Dezembro 1936, pp. 33-58.
14. — «A Nossa Colónia de Timor», in *A Voz de Macau*, 7 de Fevereiro de 1936.
15. ESQUÍVEL, José, «Medidas tendentes a melhorar os processos empregados pelos Indígenas na Agricultura e Promover o seu Desenvolvimento», in *Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português*, Lisboa, 1936.
16. — *Medidas tendentes ao Desenvolvimento do Comercio de Timor em a Metrópole, restantes Colónias e Estrangeiro*, Lisboa, 1936, 15 pp.
17. — *Bases relativas à moeda divisionária de Timor*, Lisboa, 1936, 7 pp.
18. — *Ligação da Colónia com as carreiras aéreas já existentes*, Lisboa, 1936, 4 pp.
19. GONÇALVES, Luís da Cunha, «Direito consuetudinário dos indígenas de Timor», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, I, 1936.
20. GOULART, D. Jaime Garcia, «Escola de professores-catequistas, Soibada. Relatório referente ao ano lectivo de 1934-1935», in *BGEDM*, 33 (382), Janeiro de 1936, pp. 404-409.

21. «Homenagem ao Sr. Coronel Luís, na Câmara Municipal de Manatuto», in *BGEDM*, 33 (383), Fevereiro de 1936, pp. 510-512.
22. LOPES, Maria, «Obituary», in *BGEDM*, 33 (383), Fevereiro de 1936, pp. 532-533.
23. MADEIRA, Francisco, «Carta de Hatolia, de 8 de Dezembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (383), Fevereiro de 1936, pp. 537-538.
24. — «Carta de Hatolia, de 5 de Fevereiro de 1936», in *BGEDM*, 33 (386), Maio de 1936, pp. 799-800.
25. — «Carta de Hatolia, de 19 de Agosto de 1936», in *BGEDM*, 34 (391), Outubro de 1936, pp. 283-285.
26. MARTINHO, José Simões, *Intensificação em Timor do ensino agrícola rudimentar, já criado nas escolas dirigidas pelas missões...*, Lisboa, 1936, 8 pp.
27. — *Medidas tendentes à protecção e selecção das espécies pecuárias existentes na colónia, e desenvolvimento daquelas que melhor satisfaçam a indústria pecuária*, Lisboa, 1936, 10 pp.
28. — «Problemas Administrativos e de Colonização da Província de Timor», in *Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português*, Vol. II, Lisboa, 1936.
29. MENDES, P.^c Manuel Patrício e LARANJEIRA, P.^c Manuel Mendes, *Dicionário Tétun-Português*, Macau, 1936, 307 pp.
30. PARADA, Norberto Augusto, «Carta de Timor», in *BGEDM*, 33 (384), Março de 1936, pp. 620-621.
31. — «Carta de Baucau, de 28 de Maio de 1936», in *BGEDM*, 34 (390), Setembro de 1936, pp. 200-201.
32. PASCOAL, P.^c Ezequiel Enes, «Venerável Madalena de Canossa. Festas celebradas em sua honra», in *BGEDM*, 33 (384), Março de 1936, pp. 573-576.
33. — «Carta de Manatuto», in *BGEDM*, 33 (384), Março 1936, pp. 618-619.
34. — «Carta de Timor», in *BGEDM*, 34 (391), Outubro de 1936, pp. 280-282.
35. — «A Medicina Sagrada do Feiticeiro Timorense», in *BGEDM*, (382-388), Janeiro/Junho de 1936.
36. QUINTÃO, Francisco António Durão, «Carta de Soibada, de 4 de Janeiro de 1936», in *BGEDM*, 33 (384), Março de 1936, pp. 624-626.
37. «Relatório. Carta de Timor», in *BGEDM*, 34 (388), Julho de 1936, pp. 56-59.
38. «Relatório. A causa da Fé e do Império em Timor: meia hora de conversa com o Vigário Geral da mais distante colónia Portuguesa», in *BGEDM*, 34 (391), Outubro de 1936, pp. 256-262.
39. *Relazione con sommario sulla erezione del nuovo vicariato Apostolico di Timor Olandese da staccarsi dal Vicariato Apostolico della piccola Sonda*, ano de 1936, n.º 19, Sacra Congregazione «De Propaganda Fide», ponente l'Eminentissimo e Reverendissimo Signor Cardinale Nicola Canali. Rome, Archiv. Propp., vol. 307, fols. 230-236.

40. SCHRÖDER, Heinrich, *Der Religionsunterricht in den drei Klassen der Volksschule auf Timor. Blätter für Missionskatechese*, Viena, 1936, pp. 105-115.
41. SILVA, Januário Coelho da, «Carta de Baucau, de 23 de Dezembro de 1935», in *BGEDM*, 33 (384), Março de 1936, pp. 621-622.
42. SOARES, Augusto A. da Costa, «Carta de Cailaco de P.^e Jacinto Campos, de 22 de Abril de 1936», in *BGEDM*, 34 (390), Setembro de 1936, pp. 205-207.

1937

1. AFONSO, Francisco dos Santos, «Carta de Hatolia, de 1 de Março de 1937», in *BGEDM*, 34 (398), Maio de 1937, pp. 849-850.
2. *Allied Mining Corporation for Asia Investment Lda. Exploration of Portuguese Timor*, Índias Orientais Holandesas, 1937.
3. ALMEIDA, Bello de, *Meio século de Lutas no Ultramar; Subsídio para a História das Companhas do Exército Português de terra e mar no seu Império Colonial*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1937, 270 pp.
4. ALMEIDA, Diogo José Caetano Ave Maria d', «Relatório [Missão de Manatuto]», in *BGEDM*, 34 (397), Abril de 1937, pp. 749-760.
5. — «Relatório da Missão de Manatuto e suas Agregadas [Laclo, Laleia, Vemasse]», in *BGEDM*, 34 (398), Maio de 1937, pp. 830-839 e 34 (399), Junho de 1937, pp. 890-895.
6. BOXER, Charles Ralph, «O Coronel Pedro de Melo e a Sublevação Geral de Timor em 1729-1731», in *BGEDM*, 35 (405), Dezembro de 1937, pp. 348-375 [separata editada em Macau, Orfanato Salesiano, 1937, 33 pp.].
7. CAMPOS, Jacinto António de, «Carta de Lahane, de 5 de Dezembro de 1936», in *BGEDM*, 34 (395), Fevereiro de 1937, pp. 596-597.
8. CARVALHO, José Agapito da Silva, *O Café em Timor. Tese apresentada à Conferência Nacional de Café, realizada em Lisboa em Abril 1935*, Lisboa, Tipografia Viana, 1937, 25 pp.
9. *Exposição histórica da ocupação no século XIX. Principais factos da ocupação ultramarina (séculos XIX e XX, até à Grande Guerra)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937.
10. FERNANDES, Abílio José, «Um apelo», in *BGEDM*, 35 (400), Julho de 1937, pp. 25-28.
11. — *Método prático para aprender o tetum*, Macau, 1937.
12. — «Por terras de Timor. Dois homens de «boa vontade»», in *BGEDM*, 35 (401), Agosto de 1937, pp. 118-123.
13. INSO, Jaime do, *Timor 1912*, Lisboa, Edição Cosmos, 1939, 239 pp.
14. MADEIRA, Francisco, «Carta de Hatolia, de 4 de Dezembro de 1936», in *BGEDM*, 34 (395), Fevereiro de 1937, pp. 594-595.
15. MAGALHÃES, António Leite de, «Timor, a desventura», in *O Mundo Português*, 4 (45), Lisboa, 1937.
16. NOBRE, Augusto, *Moluscos novos da fauna de Timor*, Porto, 1937, 15 pp.
17. PARADA, Norberto Augusto, «Carta de Baucau, de 28 de Maio de 1936», in *BGEDM*, 34 (395), Fevereiro de 1937, p. 593.

18. PASCOAL, P.^o Ezequiel Enes, «Inauguração duma Igreja em Vemasse», in *BGEDM*, 34 (395), Fevereiro de 1937, pp. 570-579.
19. — «Cartas de Manatuto, de 3, 13 e 31 de Março de 1937», in *BGEDM*, 34 (398), Maio de 1937, pp. 847-849 e 34 (399), Junho de 1937, pp. 917-919.
20. «Pelas Missões de Timor», in *BGEDM*, 35 (404), Novembro de 1937, p. 313.
21. «Perfil do Governador Teófilo Duarte», in *O Mundo Português*, 4 (46), Lisboa, 1937, pp. 447-449.
22. VARIZ, Manuel Maria, «Portugal Missionário e as Missões de Timor», in *BGEDM*, 34 (394), Janeiro de 1937, pp. 495-502 [também editado no *Boletim Geral das Colónias*, 13 (141), Março de 1937, pp. 123-129].
23. VASCONCELOS, Frazão de, *Timor — Subsídios históricos*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937, 40 pp.

1938

1. AFONSO, Francisco dos Santos, «Visita pastoral de Bispo de Macau e Timor a Hatolia», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 431-433.
2. — «Carta de Manatuto, de 17 de Abril de 1938», in *BGEDM*, 36 (414-415), Setembro/Outubro de 1938, p. 223.
3. BARROS, Norberto de Oliveira, «Visita pastoral de Bispo de Macau e Timor a Atsabe», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 433-436.
4. BRAGA, Paulo, «Timor, País de Sol e Volúpia», in *Cadernos Coloniais*, n.º 42, Lisboa, 1938, vol. VI, n.º 36/7.
5. CAMPOS, Jacinto António de, «Inauguração da Matriz de Díli», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 414-419.
6. — «Carta de Lahane, de 28 de Abril de 1938», in *BGEDM*, 36 (414-415), Setembro/Outubro de 1938, p. 224.
7. — «Visita Pastoral de Bispo de Macau e Timor a Maubara e Liquiçá», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 426-430.
8. CAMPOS, Porfírio Rodrigues de, «De Macau a Timor», in *BGEDM*, 36 (416), Novembro de 1938, pp. 252-258.
9. CONCEIÇÃO, Natália Maria da, «Carta de Timor, de 1 de Janeiro de 1938», in *BGEDM*, 35 (410), Maio de 1938, pp. 821-822.
10. — «Carta de Oecusse-Valverde, de 25 de Agosto de 1938», in *BGEDM*, 36 (416), Novembro de 1938, pp. 302-304.
11. *Decreto n.º 28.431*, 1938¹⁹.
12. *Diploma Legislativo n.º 154*, 19 de Novembro de 1938²⁰.

¹⁹ Criou o ensino liceal em Timor.

²⁰ Sobre o ensino rural.

13. FERNANDES, António Grebaldo da Conceição, «Visita pastoral de Bispo de Macau e Timor a Alas», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 448-450.
14. FERREIRA, Júlio Augusto, «Carta de Oecusse, de 2 de Maio de 1938», in *BGEDM*, 36 (414-415), Setembro / Outubro de 1938, pp. 225-226.
15. GOMES, J. Benedito, «A Obra Imperialista Portuguesa. Uma obra missionária dum filho da Índia em Timor», in *O Mundo Português*, Lisboa, 1938, 5 (49), pp. 137-142; 5 (52), pp. 191-185; 5 (53), pp. 225-230 [também editado no *BGEDM*, 36 (417), Dezembro de 1938, pp. 377-383].
16. GONÇALVES, Alberto da Ressurreição, «Carta de Díli, de 3 de Dezembro de 1937», in *BGEDM*, 35 (408), Março de 1938, pp. 636-638.
17. GOULART, D. Jaime Garcia, «Soibada», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 471-477.
18. — «Missões de Timor», in *BGEDM*, 35 (410), Maio de 1938, pp. 810-813.
19. — «Estado actual da Diocese de Macau», in *BGEDM*, 36 (412), Julho de 1938, pp. 54-61.
20. LEMOS, Elisa Correia de, «Obituary», in *BGEDM*, 36 (416), Novembro de 1938, p. 320.
21. — «Obituary of Giuseppina Chicca», in *BGEDM*, 36 (417), Dezembro de 1938, pp. 399-400.
22. MADEIRA, Francisco, «Carta de Timor, de 11 de Fevereiro de 1938», in *BGEDM*, 35 (410), Maio de 1938, pp. 824-825.
23. MAGALHÃES, António Leitão de, «Um Governador Original», in *O Mundo Português*, 5 (51), Lisboa, 1938, pp. 119-122.
24. MAGNO, António Jacinto, «Relatório do director da repartição Técnica das Obras Publicas», in *Boletim Oficial da Colónia de Timor*, 39 (51), Díli, 17 de Dezembro de 1938, pp. 481-482.
25. MARTINHO, José A., «Os Portugueses no Oriente. Elementos para a História da Ocupação de Timor», in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 2.ª secção, vol. 1, Lisboa, 1938.
26. NAZARETH, Serafim de Almeida, «Obituary», in *BGEDM*, 35 (411), Junho de 1938, p. 926.
27. NUNES, D. José da Costa, «Relatório sobre as missões de Timor ao Ministro das Colónias», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 409-413.
28. — «Relatório do senhor Bispo de Macau acerca da sua visita às Missões de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, 11 (115), Janeiro de 1938, pp. 152-159.
29. PASCOAL, P^e Ezequiel Enes, «Carta de Balas (Ossu), de 20 de Janeiro de 1938», in *BGEDM*, 35 (410), Maio de 1938, pp. 822-824.
30. — «Carta de Ossu, de 4 de Agosto de 1938», in *BGEDM*, 36 (414-415), Setembro / Outubro de 1938, pp. 226-228.
31. PEREIRA, P^e Carlos da Rocha, «Carta de Manatuto, de 12 de Outubro de 1937», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 480-481.
32. PIRES, António Manuel, «Visita pastoral de Bispo de Macau e Timor a Ainaro», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 442-445.

33. — «Carta de Oecusse, de 20 de Abril de 1938», in *BGEDM*, 36 (416), Novembro de 1938, pp. 300-302.
34. PRETO, Raul Manso, «Capital do Timor Português — Díli», in *O Mundo Português*, n.º 50, Lisboa, 1938, pp. 89-94.
35. SÁ, Artur Basílio de, «Inauguração da igreja de Ainaro dedicada a Nossa Senhora de Fátima», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 420-425.
36. — «Carta de Baucau, de 5 de Agosto de 1938», in *BGEDM*, 36 (417), Dezembro de 1938, pp. 385-387.
37. — «Visita pastoral do Bispo de Macau e Timor a Aileu», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 438-441.
38. SOARES, Augusto A. da Costa, «Carta de Cailaco», in *BGEDM*, 35 (408), Março de 1938, pp. 638-639.
39. — «Diocese de Macau: notícia histórica», in *BGEDM*, 36 (412), Julho de 1938, pp. 30-53.
40. — «Notícia histórica das Missões de Timor», in *BGEDM*, 36 (414-415), Setembro/Outubro de 1938, pp. 172-222.
41. SOARES, Augusto A. da Costa e TEIXEIRA, Manuel, «Missões de Timor (Poem)», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 478-479.
42. VERMEULEN, A., «Visita pastoral do Bispo de Macau e Timor a Bobonaro», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 445-448.
43. — «Visita pastoral do Bispo de Macau e Timor a Manu-fahi», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 445-448.
44. — «Visita pastoral do Bispo de Macau e Timor a Soibada», in *BGEDM*, 35 (406), Janeiro de 1938, pp. 450-454.

1939

1. ALMEIDA, José Caetano Ave Maria d', «Carta de Lahane, de 22 de Maio de 1939», in *BGEDM*, 37 (426-427), Setembro / Outubro de 1939, pp. 133-135.
2. BOXER, Charles Ralph, «António de Albuquerque Coelho, 1682-1745. Esboço Biográfico», in *BGEDM*, 36 (418), Janeiro de 1939, pp. 411-457 [separata editada em Macau, Tipp. Imaculada Conceição, 1939, 59 pp.].
3. CAMPOS, Jacinto António de, «Missões de Timor. Relatório», in *BGEDM*, 36 (422), Maio de 1939, pp. 788-795.
4. — «Carta de Soibada, de 16 de Maio de 1939», in *BGEDM*, 37 (426-427), Setembro/Outubro de 1939, pp. 137-139.
5. CAMPOS, Porfírio, «Algumas Notas Sobre Timor. O Descobrimento da ilha», in *BGEDM*, (419), 1939, p. 508.
6. FERNANDES, António Grebaldio da Conceição, «Missão de Alas: Relatório Anual», in *BGEDM*, 36 (423), Junho de 1939, pp. 878-879.
7. «Relação do Estado de Timor e das coisas que nele se passaram desde o ano de 1762 até o de 1769 mais especificado que a do capítulo 1.º do 2.º tomo do Sistema

Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro-Sa'e

Marcial Asiático (Ms. existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, maço 1.000)», in *BGEDM*, (419), 1939, p. 513

8. RIBEIRO, Grácio, *Caiúro (Romance Timor)*, Lisboa, Colecção Amanhã, 1939, 253 pp.
9. TEIXEIRA, Manuel, «Notícia Histórica das Missões de Timor», in *BGEDM*, (419), 1939.
10. «Timor Antigo», in *BGEDM*, (419), 1939, p. 415.

1940

1. *Anuário Económico e Estatístico — Secção Central de Estatística*, Díli, Imprensa Nacional, 1940.
2. BOXER, Charles Ralph, «Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração (1640-1668)», in *BGEDM*, 37 (434), Maio de 1940, pp. 727-741 [separata editada em Macau, Orfanato Salesiano, 1940, 18 pp.].
3. — «António Coelho Guerreiro e as relações entre Macau e Timor no começo do século XVIII», in *BGEDM*, 38 (441), Dezembro de 1940, pp. 481-529 [separata editada em Macau, Tip. Imaculada Conceição, 1940, 49 pp.].
4. — «Novos subsídios relativos a Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, 16 (184), Outubro de 1940, pp. 32-38.
5. CAMPOS, Jacinto António de, «Carta de Soibada e fotografia do novo Colégio da Imaculada Conceição, de 21 de Outubro de 1939», in *BGEDM*, 37 (346), Janeiro de 1940, pp. 410, 412, 414, 565.
6. *Concordata e Acordo Missionário*, 1940.
7. *Estatística Comercial — Secção Central de Estatística*, Díli, Imprensa Nacional, 1940.
8. FONTOURA, Álvaro da, «Trabalho dos Indígenas em Timor. Sua importância, estado actual e evolução desejável», in *Congresso do Mundo Português*, vol. XVI, Lisboa, 1940, pp 297-378.
9. MOURA, Jacinto José do Nascimento, «Macau e Timor», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III (*O Domínio Português no Oriente*), Ática, 1940, pp. 417-422.
10. PIO XII, Bula *Soemnius Conventionibus*, de 4 de Setembro de 1940.
11. TEIXEIRA, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, vol. II, Macau, Imprensa Nacional, 1940, 538 pp.

1941

1. CALLINAN, Bernard J., *Independent Company 2/2 and 2/4 Australian. Independent Companies in Portuguese Timor, 1941-1943*, Melbourne, William Heinemann, 1953, 235 pp.
2. COSTA, Rosa J., «Os Melhores Cafés», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 194-195, Agosto / Setembro de 1941.
3. «D. João Paulino d'Azevedo e Castro, Bispo de Macau, 1902-1918», in *BGEDM*, (446), Maio de 1941.

4. SÃO PASCOAL, Agostinho de, «Que diz de Timor em 1670, um Missionário Franciscano», in *Seara*, n.º 3, Díli, 1953, p. 133 ²¹.
5. TORRES, José Pacheco, «Estudo do lenho de algumas espécies florestais de Timor», in *Revista Agronómica*, n.º 1, Lisboa, 1941, 56 pp.

1942

1. BORGES, Vasco, «(O) Caso de Timor. Ocupação Australiana e Holandesa de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 200, Lisboa, 1942, 79 pp.
2. — «Confiança e Serenidade», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 199, Lisboa, 1942, p. 38.
3. CABREIRA, António, *Um Subsídio para a História de Timor*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1942, 15 pp.
4. COSTA, Rosa, J., «Os Melhores Cafés», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 194-195, Agosto / Setembro de 1942.
5. CRUZ, Manso-Preto Mendes, *Algumas Noções sobre o clima de Timor*, sep. de *África Médica*, n.º 5, Maio de 1942.
6. DUARTE, Teófilo, «Aspectos de Timor», in *Estudos Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
7. — «Timor no quadro do Império (conferência)», in *Estudos Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
8. FONTOURA, Álvaro da, *O Trabalho dos Indígenas de Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, 108 pp.
9. — *Trabalho dos Indígenas de Timor. Estudo apresentado ao Congresso do Mundo Português com um anexo contendo o resumo de um projecto de organização administrativa da colónia*, Lisboa, 1942, 108 pp.
10. FRANKLIN, A. de Sousa, *Paisagem antropogeográfica de Timor*, Lisboa, 1942.
11. MAGALHÃES, António Leite de, «Estudos coloniais de Teófilo Duarte», in *O Mundo Português*, 9 (104-105), Lisboa, 1942, pp. 369-374.
12. MOISÉS, Honorato Guterres, «The Portuguese colony of Timor», in *Sbangai Times*, 1942.
13. MORAIS, Alberto Faria de, «Primeiros Europeus nas ilhas Molucas», suplemento da *Revista Militar*, vol. xciv, Lisboa, 1942.
14. SALAZAR, Dr. António de Oliveira, «Comunicação (à Assembleia Nacional), acerca do ataque nipónico a Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 200, Lisboa, 1942, p. 10.

1943

1. CASTRO, Afonso de, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, Lisboa, 1943.
2. CASTRO, Alberto Osório de, *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

²¹ Trata-se da transcrição da «Descrição de Timor, seus costumes e crenças», feita por Fr. Agostinho de São Pascoal, inserta no *BGEDM*, n.º 446, de 1941.

Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro-Sa'e

3. MAGNO, António Jacinto, «Timor (conferência)», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 61.^a série, n.º 1 e 2, 1943.
4. MARTINHO, José Simões, *Timo.*, *Quatro séculos de colonização Portuguesa*, 2.^a edição, Porto, 1943, 306 pp.²².
5. — *Vida e Morte do régulo Timorense D. Aleixo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, 34 pp.
6. VASCONCELOS, Frazão de, *Timor: Subsídios Históricos*, Lisboa, 1943.

1944

1. CAPPEL, A., «People and Languages of Timor», in *Oceania*, Sydney, 14 (3), Março de 1944, pp. 191-219; 14 (4), Junho de 1944, pp. 311-337; 15 (1), Setembro de 1944, pp. 19-48.
2. CASTRO, Gonçalo Pimenta de, *Timor. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, 223 pp.
3. CORREIA, António A. Mendes, *Timor Português. Contribuições para o seu Estudo Antropológico*, Lisboa, Imprensa Nacional (Memórias da Junta e Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Série Antropológica e Etnológica, n.º 1), 1944, 235 pp.
4. — *Los Timorenses y la Posicion Sistemática de los Indonésios*, Madrid, 1944, 6 pp.
5. CORREIA, Armando Pinto, *Timor de Lés a lés*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, 370 pp.
6. DUARTE, Teófilo, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, Porto Editora Educação Nacional, 1944, 151 pp.
7. MAYER, Ernest, «Birds of Timor and Sumba», in *Bulletin of the American Museum of Natural History*, n.º 83, 1944, pp. 123-194.
8. MORAIS, Alberto Faria de, *Solor e Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, 235 pp.
9. PIRES, Tomé, *The Summa Oriental*, ed. Armando Cortesão, Londres, 1944.
10. «Questão (A) de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 226, Lisboa, 1944, p. 99.

1945

1. «Acontecimentos (Os) de Timor durante a guerra no Pacífico», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 244, Lisboa, 1945, p. 3.
2. CORRÊA, A. A. Mendes, *Sobre um Problema de Biologia Humana em Timor Português*, Lisboa, 1945, 18 pp. [publicado também no *Boletim Geral das Colónias*, n.º 235, Lisboa, 1945, p. 13].

²² O autor viveu aproximadamente 25 anos em Timor.

3. FONTOURA, Álvaro Eugénio Neves da, «Relações mais Importantes da Colónia de Timor com outros Territórios», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 237, Lisboa, 1945, p. 93.
4. MAGRO, António Jacinto, *Problemas Económicos e de Administração Geral de Timor*, separata do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 21 (238), Abril de 1945, pp. 197-203.
5. MARTINHO, José Simões, *Problemas Administrativos e de Colonização da Província de Timor*, Porto, Livraria Progredior, 1945, 286 pp.
6. — «Aldeamentos Indígenas. Um dos problemas da Colonização de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 238, Lisboa, 1945, p. 148.
7. METELO, António, «Dois pólos, dois Contrastes», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 245, Lisboa, 1945, p. 38.
8. ROCHA, Hugo, «Portugal na Oceania. Timor: um livro e uma recordação. A Propósito de uma obra do Professor Mendes Corrêa», in *O Mundo Português*, n.º 137, Lisboa, 1945, p. 205.

1946

1. ALMEIDA, António de, «Das Mutilação Étnicas dos Indígenas de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 251 a 258, Lisboa, 1946.
2. BASTOS, P^c Aníbal Rebelo, *Em Memória do Engenheiro Artur de Canto e Castro, um dos mártires da ocupação japonesa*, Lamego, 1946, 15 pp.
3. BRANDÃO, Carlos Cal, *Fumu, Guerra em Timor*, Porto, 1946, 200 pp.²³
4. «Chegada (A) dos Repatriados de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 249, Lisboa, 1946, p. 61.
5. *Diploma n.º 234*, 1946.
6. LIBERATO, António de Oliveira, «O Capitão Freire da Costa», in *Revista Militar*, ano 98, n.º 6, Lisboa, 1946, pp. 278-284.
7. SANTA, José Duarte, *Diário de um prisioneiro*, Díli, 1946.

1947

1. BOXER, Charles Ralph, *The Topasses of Timor*, Amesterdão, Koninklijke Indisch Institute (n.º 12), 1947, 22 pp.
2. CARVALHO, Manuel de Abreu Ferreira de, *Relatório dos Acontecimentos de Timor*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1947.
3. — *Relatório dos Acontecimentos de Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1947, 741 pp.
4. DOMINGUES, P^c Ernesto, «Línguas de Timor. Nótulas Bibliográficas», in *Portugal em África*, Maio, 2.^a série, ano iv, n.º 21, Lisboa, Junho de 1947, pp. 144-152.

²³ Em 1953 fez-se a 3.^a edição desta obra.

5. LIBERATO, António de Oliveira, *O caso de Timor. Invasões estrangeiras, revoltas indígenas*, Lisboa, Portugália Editora, 1947, 243 pp.
6. MAGRO, António Jacinto, *Tropa e Aquartelamentos de Timor. Subsídio para a História das Unidades Militares da Colónia. Outubro de 1937 a Maio de 1940*, Lisboa, Tip. Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1947, 46 pp.
7. MARTINHO, José Simões, *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, 34 pp.
8. REGO, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, vol. I (1499-1522), Lisboa, 1947.
9. SANTOS, António de Sousa, *Duas Palavras ao Capitão Liberato. A Propósito de «O Caso de Timor»*, Lisboa, 1947, 148 pp.²⁴
10. *Timor. Pequena Monografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1947.

1948

1. BOXER, Charles Ralph, *Fidalgos in the Far East (1550-1770)*, Haia, Martinus Nijhoff, 1948, 98 pp.
2. «Café (O) de Timor. A Sua Projecção no Império e no Mundo», in *Revista do Ultramar*, n.º 10, Lisboa, 1948, p. 37.
3. CINATTI, Ruy, «Timor e os seus Problemas», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 275, Lisboa, 1948, p. 187.
4. — «Timor, ilha perdida de mistério denso», in *Diário Popular*, Lisboa, 12 de Março de 1948, pp. 1-4.
5. — «Timor, páginas de um diário poético», in *Panorama*, vol. VI, n.º 36/7, Lisboa, 1948.
6. CORREIA, António Augusto Mendes, «Línguas de Timor», in *Revista do Ultramar*, n.º 2 / 15, Lisboa, 1948, p. 18.
7. — «Crimes (Os) e os Criminosos de Timor», in *Jornal de Comércio*, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1948.
8. GOULART, Jaime Garcia, «Lu in Território», in *Informações*, Díli, 1948.
9. LEITÃO, Humberto, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Tip. L. C. G. G., 1948, 303 pp.
10. MARTINHO, José Simões, «A cultura da borracha em Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, 24 (275), Maio de 1948, pp. 208-212.
11. MOHR, E. C. Jul., *The soies of equatorial Regions with special reference to the Netherlands and Indies*, Michigan, 1948.
12. «Notícias Histórica das Missões de Timor», in *BGEDM*, n.º 414/15, 1948, p. 172.
13. SÁ, Artur de, «Preliminares da História de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 24 (280), Lisboa, 1948, pp. 3-25.

²⁴ Em 1973 fez-se, em Lourenço Marques, a 2.ª edição desta obra.

14. SOWASH, William Berton, «Colonial Rivalries in Timor», in *The Far Eastern Quarterly*, 2 (3), Ithaca, Maio de 1948, pp. 227-235.
15. TEIXEIRA, Carlos, «Os vulcões de lama de Timor», in *Estudos Colónias. Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, 1948.

1949

1. AGUIAR, Armando de, «Pelo Mundo que os Portugueses criaram (Visita a Timor)», in *Crónica de Timor*, n.º 6, Díli, 1949.
2. BOXER, Charles Ralph, «Some sources for the History of Timor», in *The Far Eastern Quarterly*, Ithaca, 9 (1), Novembro de 1949, pp. 63-65.
3. «Bulas de Provisão da Diocese de Díli», in *Seara*, n.º 1, Díli, 1949, p. 1.
4. CORRÊA, António Augusto Mendes, «Línguas de Timor», in *Revista do Ultramar*, 2 (5), Lisboa, 1949, p. 18.
5. «Centenário do Governador Celestino da Silva», in *Revista do Ultramar*.
6. CUNHA, L. M. da Silva, *O Trabalho Indígena. Estudo de Direito Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, 297 pp.²⁵
7. OLIVEIRA, Luna de, *Timor na História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, 340 pp.
8. SÁ, Artur Basílio de, *A Planta de Cailaco. 1727. Valioso documento para Historia de Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, 78 pp.

1950

1. CINATTI, Ruy, *Explorações Botânicas em Timor*, Lisboa, Junta de Investigação das Colónias, 1950, 223 pp.
2. — *Esboço Histórico do Sândalo em Timor Português*, Lisboa, 1950.
3. — *Reconhecimento Preliminar da Formação Florestal em Timor Português*, Lisboa, 1950.
4. CORRÊA, António Augusto Mendes, «Línguas de Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, 26 (298), Abril de 1950, pp. 191-192.
5. *Defesa Nacional*, número especial sobre Timor, Lisboa, 1950.
6. OLIVEIRA, Luna de, *Timor na História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, 595 pp.
7. MAIA, António Moreira da Costa, *Mapas Quilométricos de todas as linhas telefónicas de Timor*, Díli, 1950.
8. MARQUES A., «Acerca da Província Ultramarina de Timor», in *Novidades*, Lisboa, 1 de Julho de 1950.
9. MILLER, A. Autin, *Climatology*, Londres, 1950.

²⁵ A Agência Geral das Colónias fez a 2.ª edição desta obra em 1955.

11. MELO, Henrique de Sousa e, *O caminho dos heróis*, Lisboa, edição Autor, 1950, 180 pp.²⁶
10. RUAS, Óscar Freire Vasconcelos, «Aileu (Lisboa e Timor)», in *Defesa Nacional*.

1951

1. «A circulação monetária em Timor», in *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, n.º 8, Lisboa, 3 de Dezembro de 1951.
2. AGUIAR, Armando de, *O Mundo que os Portugueses Criaram*, Lisboa, edição Imprensa Nacional de Publicidade, 1951.
3. ALVAREZ, Eusébio Arnaiz, *A Princesa Mártir: Missões ao Vivo em Timor*, Macau, 1951, 129 pp.
4. *Anais Meteorológicos*, vol. 1, Díli, 1951.
5. CAETANO, Marcelo, «Paixão e Redenção de Timor», in *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, n.º 2, Lisboa, Abril / Junho de 1951, pp. 3-21.
6. LIBERATO, António de Oliveira, *Os Japoneses Estiveram em Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1951, 337 pp.
7. SÁ, Artur Basílio de, «Índia, Macau e Timor», in *Boletim Geral das Colónias*, 13 (310), Lisboa, Abril de 1951, pp. 65-78.
8. — Esboço Preliminar das Formações Florestais no Timor Português, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1951.

1952

1. COSTA, Manuel José de Menezes Fernandes, *Dois Processos Disciplinares*, Lisboa, edição do Autor, 1952, 203 pp.
2. FELGAS, Hélio A. Esteves, «Timor e as Convulsões Políticas e Sociais do Oriente», in *Revista Militar*, n.º 8/9, Lisboa, 1952.
3. FERREIRA, Professor H. Amorim, *A Meteorologia no Ultramar Português*, Conferência realizada na Escola Superior Colonial de Lisboa, em 2 de Abril de 1952.
4. LEITÃO, Humberto, *Vinte e Oito Anos de História de Timor (1698-1725)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, 352 pp.
5. OLIVEIRA, Luna de, *Timor na História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, 310 pp.
6. SÁ, Artur de, *Timor* (brochura comemorativa da Semana do Ultramar de 1952), Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1952, 83 pp.
7. SILVA, Maria Moreira da, «Timor: exemplo da Colonização Portuguesa», in *Portugal em África*, vol. IX, 2.ª série, Lisboa, 1952.
8. — «Timor e a Expansão Chinesa no Sudeste Asiático», in *Estudos Coloniais. Revista do Instituto Superior de Estudos Coloniais*, Lisboa, 1952.
9. TEIXEIRA, Carlos, «Notas Sobre a Geologia e a Tectónica de Timor», in *Estudos Colónias. Revistas do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*, Lisboa, 1952.

²⁶ Um romance sobre Timor na Segunda Guerra Mundial.

1953

1. *Actas do Conselho de Governo*, Díli, 1953.
2. CALLINAN, Bernard J., *Independent Company: 2/2 and 2/4 Australian Independent Company Portuguese Timor, 1941-1943*, Melbourne, 1953, 235 pp.²⁷
3. CARVALHO, José dos Santos, «Composição de alguns alimentos e seus nomes vulgares», in *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, 10 (3), Setembro de 1953, pp. 1555-1561.
4. FREITAS, José de, *Terras Portuguesas do Oriente*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, 188 pp.
5. GALVÃO, Carlos Selvagem Marques, *Império Ultramarino Português, Monografia do Império*, vol. VI (Timor), pp. 37-4 / 4.
6. MARTINHO, Susana de Abreu, «Lavares Femininos em Timor», in *Boletim Geral do Ultramar*, Junho / Julho de 1953.

1954

1. CINATTI, Ruy, *Vocabulário Indígena de algumas Plantas Timorenses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1954.
2. SÁ, Artur Basílio, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
3. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, ano IV, n.º 2, 1954.

1955

1. ALMEIDA, António de, «Contribuição para o estado da Antropologia Serológica dos Nativos de Timor Português, de Macau e de São Tomé Príncipe», in *Estudos Ultramarinos*, vol. V, Lisboa, 1955, pp. 1-4.
2. *Calendário, Eclipses, Horas de Nascimento e Ocaso do Sol e da Lua em Díli*, Díli, Serviço Meteorológico, 1955, 24 pp.
3. *Estatuto da Província de Timor*, Lisboa, 1955, 29 pp.
4. FELGAS, Hélio Esteves, *Problemas de Política Social na Província Portuguesa de Timor*, Lisboa, 1955.
5. FREITAS, Maria da Graça, *Estudo das Madeiras de Timor*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1955, 74 pp.
6. LEITÃO, Humberto, «Fundação da Cristandade de Solor», in *Portugal em África*, 2.ª série, 1 (71), Lisboa, Setembro / Outubro de 1955, pp. 394-396.
7. NEIVA, J. M. Coteló, «Alguns Mármoreos do Timor Português», in *Garcia de Orta. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, vol. II, n.º 2, Lisboa, 1955, pp. 205-209.
8. PASCOAL, P.º Ezequiel Enes, «José da Costa Nunes: a sua acção em Timor», in *Seara*, n.º 2, Díli, Março / Agosto de 1955.

²⁷ Obra reeditada em 1984.

9. *Programa de visita de Sua Excelência o Ministro do Ultramar J. Manuel Maia Sarmiento Rodrigues à Província de Timor*, Díli, Maio de 1952, 40 pp.
10. SILVA, Helder Lains e, «Gentes e Terras de Timor», in *Garcia de Orta*, 3 (4), 1955, pp. 543-545.
11. *Vinte e cinco anos de Administração Pública, Ministério do Ultramar*, Lisboa, edição Presidência do Conselho, 1955.

1956

1. ASSUNÇÃO, C. Torre de, «Notas de Petrografia Timorense», in *Garcia de Orta*, 4 (2), Lisboa, 1956, pp. 265-278.
2. ATHAYDE, Alfredo, «Estudos de 100 fichas psicológicas de Timor», in *Garcia de Orta*, 4 (4), 1956, pp. 485-494.
3. *Bibliographie Geologique de Timor (Burlew des Études Géologiques)*, Paris, Institut Français du Pétrole, 1956, 10 pp.
4. *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, n.º 74, Lisboa, 2.º semestre de 1956, 42 pp.
5. *Boletim Trimestral de Estatística de Timor*, n.º 1, Díli, 1965.
6. FELGAS, Hélio A. Esteves, *Timor Português*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, 570 pp.
7. FERREIRA, Manuel, «Memórias de Timor», in *Sempre Pronto*, Lisboa, Outubro de 1956.
8. GONÇALVES, Júlio, *Bibliografia dos Descobrimentos e Navegações existentes na Sociedade de Geografia da Lisboa*, Lisboa, 1956, 136 pp.
9. LAMAS, José da Cunha, «Inteiros de Timor. Bilhetes Postais e Cartas Postais ou Bilhetes e Cartões», in *Boletim Filatélico de Portugal*, n.º 157, Lisboa, Fevereiro de 1956.
10. LAMY, José Brak, «Sobre o conhecimento petrográfico da ilha de Ataúro (Província de Timor)», in *Garcia de Orta*, 4 (4), Lisboa, 1956, pp. 581-588.
11. MANACAS, Sara, «Dois sáurios de Timor Português», in *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, 11 (3), Lisboa, 1956, pp. 271-277.
12. NUNES, J. Lúcio e GONÇALVES, Júlio, *Bibliografia Histórico-militar do Ultramar Português*, 1956.
13. ORMELING, Filidinand Jan, *The Timor Problem. A Geographical Interpretation of an underdeveloped Island*, Haia, Martinus Nijhof, 1956, 284 pp.
14. RAU, Virgínia, *O Livro de Rezão de António de Colbo Guerreiro*, Lisboa, 1956, 49 pp.
15. SÁ, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. IV, Lisboa, 1956.
16. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, 1956.
17. SILVA, Helder Lains e, *Timor e a Cultura de Café*, Lisboa, Ministério do Ultramar (Memórias, Série de Agronomia Tropical, n.º 1), 1956.
18. SILVEIRA, Luís, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. III, Lisboa, 1956, pp. 484, 486 e 487²⁸.

²⁸ Referência respeitante à inonografia de Solor, Lifau, Oe-Kussi e Díli.

19. SOARES, F. António, *O clima e o solo de Timor: suas relações com a agricultura*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1957, 118 pp.
20. TEIXEIRA, João Ernesto, *Missão Geológica do Instituto do Petróleo a Timor: relatório*, Lisboa, 1956, 202 pp.

1957

1. ALMEIDA, António de, «Timor dances», *Proceeding of the Pacific Science Congress*, Banguecoque, 1957.
2. — «Hunting and fishing in Portuguese Timor», in *Proceedings of the Pacific Science Congress*, Banguecoque, 1957.
3. — «Timor dos nossos dias», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 75 (4-6), Abril / Junho de 1957, pp. 248-251.
4. *Boletim Salesiano. Acção Salesiana em Timor*, n.º 120, Março de 1957.
5. CINATTI, Ruy, *Em Favor dos Timorenses*, Lisboa, 1957.
6. FERREIRA, Manuel, «Timor, Orgulho de Portugal», in *Boletim Geral do Ultramar*, 33 (381), Março de 1957, pp. 81-94.
7. GAGEOENNET, Robert e LEMOINE, Marcel, «Note préliminaire sur la géologie du Timor Português», in *Garcia de Orta*, 5 (1), Lisboa, 1957, pp. 153-163.
8. GRUNAU, Hans R., «Geologia da parte Oriental do Timor Português. Nota abreviada», in *Garcia de Orta*, 5 (4), Lisboa, 1957, pp. 727-737.
9. MARQUES, A. R., «Memória dos tempos. O Clima e as Doenças de Timor», in *O Clarim*, Macau, 15 de Dezembro de 1957.
10. «Peregrino da Sunda. Corografia de Timor», in *O Clarim*, Macau, 8 de Dezembro de 1957.
11. «Peregrino da Sunda. Corografia de Timor: Maubara», in *O Clarim*, Macau, 15 de Dezembro de 1957.
12. PIRRIT, John, *Portuguese Timor. Summary Report for Geologists Commencing Work in the 1957. Fuld Operations*, Alianbata, Timor Oil Ltd., 1957, 53 pp.
14. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, 1957.
13. SOARES, Firmino António, *O Clima e o Solo de Timor: Suas Relações com a Agricultura*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 34), 1957, 118 pp.

1958

1. AZEVEDO, J. Fraga, GÂNDARA, Álvaro Franco e FERREIRA, A. Pedroso, *Aspectos de Timor em relação com a sua nosologia*, separata dos *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, 15 (1), Março de 1958.
2. BOXER, Charles Ralph, «Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661», in *Studia*, n.º 2, Lisboa, 1958, pp. 7-42.
3. DUARTE, Jorge Barros, «Alma Timorense», in *Seara*, 10 (2), Díli, 1958, pp. 95-99.

Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro-Sa'e

4. FERREIRA, Manuel, «Subsídio para a Bibliografia de Timor», in *Seara*, 10 (4), Díli, 1958.
5. — «Subsídio para um Dicionário Corográfico de Timor», in *Seara*, 10 (4), Julho / Agosto de 1958.
6. — «Un aspect de la protection de la nature à Timor», in *3.º Congresso da Associação Científica dos Países do Oceano Índico (Tananarive, 1957)*, Lisboa, 1958.
7. FREITAS, Maria Clara P. G. de, *Estudo das Madeiras de Timor*, Lisboa, Tipografia Minerva, 1958, 89 pp.
8. GAGEONET, Robert e LEMOINE, Marcel, *Contribution a la connaissance de la Géologie de la Province Portugaise de Timor*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 48), 1958, 139 pp.
9. «Missão de Baucau», in *Seara*, 1958.
10. PEREIRA, P^c Carlos Rocha, «Missões de Soibada», in *Seara*, 1958.
11. ROSA, César de Serpa, «Regulamento do Ensino Primário», in *Seara*, 4 (10), Julho / Agosto de 1958, pp. 187-204.
12. SÁ, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. v, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958.
13. «Sistema Tributário de Timor. Resumo», in *Fazenda Ultramarina*, 1 (2), Lisboa, 1958, pp. 145-160.

1959

1. AFONSO, J. de Sousa, «Notícias sobre a geodesia de Timor», in *Garcia de Orta*, 7 (2), Lisboa, 1959, pp. 227-232.
2. ALMEIDA, António de, «Do factor na Antropologia de Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo VIII, Lisboa, 1959, pp. 4-17.
3. — *Notas sobre artes e ofícios dos nativos de Timor Português*, separata de *Garcia de Orta*, 7 (3), Lisboa, 1959, pp. 445-451.
4. «Cartas e Planos Hidrográficos das Províncias Ultramarinas Portuguesas, publicados pela Junta de Investigações do Ultramar, ou pela antiga Comissão de Geografia», in *Garcia de Orta*, 7 (1), 1959.
5. GONÇALVES, Francisco e CASEIRO, Jaime, *Bibliografia Geológica do Ultramar Português*, Lisboa, 1959, 272 pp.
6. MARTINHO, José Simões, «A Construção do Porto de Díli», in *Diário de Coimbra*, B, 10 de Maio de 1959.
7. PEREIRA, Jorge, «Alguns ensaios [...] sobre o sal timorense (Lagoa, Laga e Marino Mana-tuto)», in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 31, Lisboa, 1959.
8. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, 1959.

1960

1. ALMEIDA, António de, «Contribuição para o Estudo do Neolítico de Timor Português», in *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 2.^a série, n.º 16, Lisboa, 1960, pp. 127-141.
2. — «O Sal na Etnologia de Timor Português», in *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, vol. VIII, Lisboa, 1960, p. 314
3. *Anuário Estatístico do Ultramar*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1960.
4. BOXER, Charles Ralph, «Portuguese Timor: a Rough Island Story. 1515-1960», in *History Today*, 10 (5), Londres, Maio de 1960, pp. 349-355.
5. FERREIRA, Manuel, «Subsídio para a Bibliografia de Timor», in *Seara*, n.º 1, 2 e 3, Janeiro / Maio 1960.
6. GLEN, Francis, «Slavery in Timor», in *Observer*, Austiatere, 29 de Out. de 1960.
7. TONCIC, Lujo, «As Províncias Asiáticas de Portugal», in *Boletim Geral do Ultramar*, ano 36, n.º 424 e 425, Lisboa, Outubro / Novembro de 1960, pp. 295-315.
8. *Voz (A)de Timor*, n.º 1, Díli, 1960.

1961

1. ALMEIDA, António de, «Presenças Culturais no Timor Português», in *Colóquios Sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
2. AUDLEY, Charles Michael Geoffrey, *The Geology of Estern Portuguese Timor. Suai*, Sydney, 1961.
3. *Figuras Portuguesas em Timor. Homenagem a Celestino da Silva, a Francisco Duarte, o «Arbiro» e a Jeremias de Luca*, Díli, Imprensa Nacional, 1961, 86 pp.
4. GOMES, Francisco Azevedo, *Os Fataluku (Dissertação de Licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarinas)*, Lisboa, 1961.
5. GONÇALVES, Júlio, *Bibliografia do Ultramar Português existente na Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1961, fase 1.
6. SÁ, Artur Basílio de, *Textos em Teto de Literatura Oral Timorense*, vol. 1, Lisboa, Junta da Investigações do Ultramar, 1961, 266 pp.

1962

1. ALMEIDA, António e CASTRO, Maria, *Contribuição para o estudo antropológico dos Chineses de Macau (residentes no Timor Português)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
2. CRONIN, Graene, *Timor Terget*, Sydney, Horwitz, 1962, 130 pp.
3. «Encontro com Ruy Cinatti», in *A Voz de Timor*, Díli, 28 de Julho de 1962.
4. FELGAS, Hélio Augusto Esteves, «Timor, Glória de Portugal no Extremo Oriente», in *Revista Militar*, 14 (11), Lisboa, 1962, pp. 797-813.
5. LEME, J. de Azeredo, «Os vulcões de lama de Timor: novas observações», in *Naturalia*, 5 (8), Coimbra, 1962, pp. 1-6.

6. — «The eastern and geology of portuguese Timor (a preliminary report)», in *Garcia de Orta*, 5 (2), Lisboa, 1963, p. 379.
7. LEME, J. de Azeredo e COELHO, A. Pinto, *Contribuição para o conhecimento estatigráfico e petrográfico do território de Oe-Cussi (Província Portuguesa de Timor)*, Lisboa, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, 1962, 28 pp.
8. *Missão Geográfica de Timor. Relatório*, Lisboa, 1962²⁹.
9. RODRIGUES, José Bernardino, Sdb, *O Rei de Nari-Histórias, Lendas e Tradições de Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1962, 278 pp.

1963

1. ALMEIDA, António de, «Folclore Timorense», in *I.º Congresso de Etnografia e Folclore*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Social e Corporativa, 1963, pp. 193-195.
2. — «Hunting and fishing in Timor», in *Proceedings of the Ninth Pacific Science Congress*, vol. III, 1963, pp. 239-341.
3. BARATA, Filipe José Themudo, «Timor, esse Desconhecido», in *Estudos Políticos e Sociais*, vol. I, n.º 3, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais, 1963, pp. 659-684.
4. — *Timor esse desconhecido* (conferência), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarinas, 14 de Maio de 1963.
5. *Boletim Oficial de Timor*, 5 de Janeiro de 1963.
6. BOXER, Charles Ralph, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825*, Oxford, Clarendon Press, 1963, 136 pp.
7. CINATTI, Ruy, «Tipos de Casas Timorenses e um Rito de Consagração», in *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, vol. IV, Lisboa, 1963.
8. — «Tratado da Província de Timor», in *Revista Shell*, n.º 346, Lisboa, Julho/Setembro de 1963, pp. 12-16.
9. — «As pinturas rupestres de Timor», in *Colóquio Lisboa*, Abril de 1963.
10. *Estatuto Político-administrativo da Província de Timor, Decreto n.º 547/72, de 22 de Dezembro*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1972, 46 pp.
11. *Missão Geográfica de Timor. Relatório*, Díli, 1963.
12. SYLVAN, Fernando, «Como vive, Morre e Ressuscita o Povo de Timor», in *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, vol. IV, Porto, 1963, pp. 281-285.
13. TRIGUEIROS, Luís Forjaz, *Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963.

1964

1. CARDOSO, A. P. Silva, «Desenvolvimento agrícola de Timor: o caso particular da cafeicultura», in *Reuniões técnicas da MEAU (comunicações)*, Lisboa, 1964, pp. 49-65.

²⁹ Inclui uma fotografia aérea de Timor.

2. CINATTI, Ruy, *Useful plants in Portuguese Timor. An historical survey*, Coimbra, 1964.
3. — «Vocabulário Indígena de algumas Plantas», in *Garcia de Orta*, 2, pp. 359-366.
4. CORREIA, A. A. Mendes, ALMEIDA, António de, FRANÇA, J. Camarate, «Sobre alguns exemplares com fácies Paleolítico do Timor Português», in *Estudos de Pré-História do Ultramar Português*, vol. II, Lisboa, 1964.
5. DUARTE, Jorge Barros, «Barlaque», in *Seara*, nova série II, n.º 3/4, Maio / Agosto de 1964, 92 pp.
6. FERNANDES, (P^o) Abílio, *Método Prático para aprender o Tetun*, edição Comando Territorial Independente de Timor, 1964.
7. JUNQUEIRA, João de Beires, *Subsídios para o estudo histórico de alguns regulados de Timor*, Díli, 1964, 47 pp.
8. LOCKMOOD, Douglas, «O exemplo de Timor Português», in *BOU*, 40 (473-474), Novembro / Dezembro de 1964, pp. 218-221.
9. *Missão Geográfica de Timor. Relatório*, Díli, 1964.
10. *A Província de Timor. Semanário dos Militares*, n.º 1, Díli, Maio de 1964 (policopiado).
11. SYLVAN, Fernando, «Comunidade dos povos de Timor», in *VII Congrès International de Sciences Antropologiques et Ethnologiques*, vol. IX, Moscovo, Agosto de 1964, pp. 285-289.
12. THOMAZ, Luís Filipe Ferreira Reis, *Os Portugueses em Malaca, 1511-1586 (dissertação de licenciatura)*, 2 vols., Lisboa, 1964 (policopiado).
13. VAZ, J. Ferraro, *Moeda de Timor*, Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1964.

1965

1. *Anuário Católico do Ultramar Português*, 2.^a edição, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
2. *Anuário Estatístico*, vol. II (Ultramar), Lisboa, Instituto Nacional da Estudos, 1965, 214 pp.
3. «Apontamentos para a Monografia de Timor», in *Boletim Geral do Ultramar*, 41 (480), Lisboa, 1965, pp. 71-113.
4. AUDLEY, Charles Michael Geoffrey, *The Geology of Portuguese Timor (Ph. Thesis)*, Londres, University of London, 1965.
5. BOXER, Charles Ralph, «Some Portuguese Sources for Indonesian Histography», in *Soedjatmoco et al. An Introduction to Indonesian Histography*, Ithaca, Cornell University Press, 1965, pp. 217-233.
6. — *Fidalgos in the Far East 1550-1770*, 2.^a edição, Hong Kong, Oxford University Press, 1968, 298 pp.³⁰

³⁰ As páginas que se referem especificamente a Timor são as seguintes: 174-198, 199 e 214-254.

7. CARMO, António Duarte de Almeida, «O Povo Mambai: Contribuição para o Estudo do Grupo Linguístico Mambai», in *Estudos Políticos e Sociais*, 3 (4), Lisboa, 1965, pp. 133-136.
8. CINATTI, Ruy, «A Pescaria de Bé-Malae. Mito e Ritual», in *Geográfica*, 2 (3), Lisboa, Janeiro de 1965, pp. 359-366.
9. — «Useful Plants in Portuguese Timor. An historical survey», in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudo Luso Bradkle*, Coimbra, 1965.
10. CONCEIÇÃO, José Farinha da, *Cartografia Geral de Timor: Relatório dos trabalhos realizados pelo Centro de Geografia do Ultramar no 2.º Trimestre de 1965 (Abril a Junho)*, Lisboa, Centro de Geografia do Ultramar, 1965, 4 pp.
11. CORREIA, José Alberty, «Sessão de Abertura do Concelho Legislativo da Província de Timor», in *Boletim Geral do Ultramar*, 41 (482), Agosto de 1965, pp. 53-107.
12. ESTEVES, A. Baião, *Preparo de cafés em Timor (Estudo do estabelecimento das instalações tecnológicas)*, Lisboa, 1965, 23 pp.
13. KING, Margareth J. E., «Fishing rites at Be-Malae Portuguese Timor», in *Records of the South Australian Museum*, 15 (1), Adelaide, Outubro de 1965, pp. 109-117.
14. SYLVAN, Fernando, «Como o Timorense se garante de permanecer entre os vivos depois da morte», in *Panorama*, 4.ª série, n.º 14, Junho de 1965, pp. 42-43.
15. — *7 Poemas de Timor*, 1965, 22 pp.
16. TEIXEIRA, Manuel, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente (Notícias de Macau)*, Macau, 1965, 331 pp.
17. TELES, José Soares, *Relatório Anual 1964*, Administração do Concelho de Viqueque, 31 de Maio de 1965.
18. *Timor. Pequena Monografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965, 124 pp.

1966

1. ALMEIDA, António de, «Contribution à l'étude de la toponimie de île d'Atauro (Timor Portugais)», in *Proceedings of the Ninth International Congress of Onomastic Sciences*, Londres, International Center of Onomastics, 1966, pp. 95-104.
2. CORREIA, José Alberty, *Sessão de Abertura do Concelho Legislativo da Província de Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, 99 pp.
3. — *Discurso*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966.
4. *Panorama Actual e Perspectivas Futuras do Ensino na Província Portuguesa de Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, 62 p.
5. REGO, A. da Silva, *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966.
6. TELES, José Soares, *Relatório Anual 1966*, Administração do Concelho de Viqueque, (manuscrito).
7. WETERBEE, «Portuguese Timor: An Indonesia dilemma», in *Asian Survey*, 6 (12), 1966, pp. 683-695.

1967

1. ALMEIDA, António de, «Os Povos Actuais do Oriente Português (Estado da Índia, Macau e Timor Português)», in *Provincias Portuguesas do Oriente. Curso de Extensão Universitário Anoletri*, Lisboa, 1966/67, pp. 5-26.
2. BOXER, Charles Ralph, *Francisco Vieira de Figueiredo, a Portuguese Merchant — Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhof, 1967, 118 pp.
3. CAMPOS, Correia de, *Mitos e Contos do Timor Português*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, 166 pp.
4. CAMPOS, Viriato, *Timor, a primeira Terra Portuguesa aquém da «barreira do tempo»*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, 50 pp.
5. FRANCILLON, Gerard, *Some Matriarchal Aspects of the Social System of the southern Tetum of Middle Timor*, ANU, 1967, 478 pp.
6. MIRANDA, Nuno de, «Fichas de Autores Ultramarinos: Fernando Sylvan», in *Banco Geral Ultramar*, 43 (502), Abril de 1967, pp. 73-78.
7. PASCOAL, Ezequiel Enes, *A Alma de Timor, vista na sua Fantasia*, Braga, 1967, 379 pp.
8. PINTO, Maria Manuela Martins Sequeira, *Aspectos da acção governativa do Coronel João Baptista Godinho (1780-1787). Dissertação*, Braga, Universidade de Braga, 1967 (policopiado).
9. REGO, Frederico José Hopffer, «Situação Linguística de Timor — Províncias Portuguesa da Oriente», in *JSCSPU*, Lisboa, 1966-1967.
10. SANTA MARIA, Luigi, *I prestiti Portughesi nel malese-indonesiano*, Nápoles, 1967.
11. SANTOS, Eduardo dos, *Kanonik, Lendas e Mitos de Timor*, 1967, 159 pp.
12. SYLVAN, Fernando, «As vozes da Terra e os poemas do chão de Timor», in *Ultramar*, n.º 7/28 (vol. VII, n.º 3/4), Lisboa, pp. 225-230.

1968

1. ALMEIDA, António de, «Os Povos Actuais do Oriente Português», in *Junta de Indonésia*, 1968.
2. — «Os Povos Actuais do Oriente Português», in *Colóquios sobre as Provincias do Oriente*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais / Junta de Investigações do Ultramar (Estudos de Ciências Políticas Sociais, n.º 81), 1968, pp. 123-146³¹.
3. BOXER, Charles Ralph, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, 2.ª edição, Londres, Oxford University Press, 1968.
4. CINATTI, Ruy, *Um Cancionceiro para Timor*, 1968.
5. — «Alguns Aspectos Antropológicos do Timor Português», in *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, tomo XII, Lisboa, 1968, pp. 7-23.

³¹ Trabalho editado na colectânea de artigos do mesmo autor, *O Oriente de Expressão Portuguesa*, Lisboa, 1994, pp. 79-102.

6. *Colóquio o Timor do Oriente*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 81), 1968.
7. DUARTE, Jorge Barros, «Validade dos Casamentos Constudionários Chineses e Timores», in *Revista de Direito Administrativo*, 12 (2), Lisboa, 1968, pp. 83-113.
8. FORTUNA, Vasco, «Estruturas económicas do Estado da Índia, Macau e Timor», in *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais / Junta de Investigações do Ultramar, 1968, p. 171.
9. GLOVE, Ian, *Archeology in East Timor, 1966-1967*, Australian National University, 1968, 24 pp.
10. GONÇALVES, José Júlio, «A Informação nas Províncias do Oriente (Elementos para o seu estudo)», in *Colóquios sobre as Províncias do Oriente*, vol. II, Lisboa, 1968, p. 227.
11. MENESES, Francisco Xavier A. Santana de, *Contacto de Culturas no Timor Português. Contribuição para o seu estudo (tese)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1968 (policopiado).
12. REGO, Frederico José Hopfer, «Alguns Aspectos das Culturas dos Timorenses», in *Ultramar*, 9 (34), Lisboa, Outubro / Dezembro de 1968, pp. 1955-1977.
13. — «Situação Linguística de Timor», in *Colóquio sobre as Províncias do Oriente*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1968, pp. 59-69.
14. *III Plano de Fomento para 1968-1973, Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968.
15. VONDRA, J. Gert, *Timor Journey*, Melbourne, Lansdowne Press, 1968, 105 pp.

1969

1. ALVES, (P^o) António, «Coreio para o intern», in *Seara*, Díli, 1969.
2. *Boletim Salesiano*, Lisboa, Novembro / Dezembro de 1969, pp. 50-52.
3. BOXER, Charles Ralph, *The Portuguese Seaborn Empire, 1415-1825*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1969.
4. COCKCROFT, J., *Indonesia and Portuguese Timor*, Sydney, Angus and Robertson, 1969, 128 pp.
5. FERNANDES, Francis, «Postal de Ossu», in *Seara*, Díli, 1969.
6. *Missão Geográfica a Timor. Relatório do trabalho realizado em 1965, 1966, 1967 e 1968*, Díli, Maio de 1969.
7. MOMSEN, Richard P., «Timor an untrouble Ed Portuguese colony», in *Geographical Magazine*, Londres, 41 (9), Julho de 1969, p. 688.
8. NORONHA, A. do Rosário, «Sobre a identificação no Timor Português de *Pericaria oryzae*, Bri.b& Cav. Agente causador da queimadura do arroz», in *Garcia de Orta*, 17 (2), Lisboa, 1969, pp. 195-200.
9. PIRES, Valente, «Sessão da abertura do Conselho Legislativo de Timor», in *BO*, 45 (531-534), Setembro / Dezembro de 1969, pp. 133-140.

10. RAIMUNDO, A. Cardoso, «As brocas dos ramos do cafeeiro em Timor», in *Garcia de Orta*, 17 (2), Lisboa, 1969, pp. 201-207.
11. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar*, 1969.
12. SÃO TOMÁS, Frei Alberto de, *Virtudes de algumas plantas da ilha de Timor*, edição de Francisco Leite de Faria e José D'Orey, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.
13. SOARES, Manuel António Chaveiro de Sousa, *O Café de Timor: contribuições para a sua caracterização*, Instituto Superior de Agronomia, 1969, 180 pp.
14. *A Voz de Timor*, Díli, Março / Junho 1969.

1970

1. BOXER, Charles Ralph, *Ásia Portuguesa no tempo do vice-rei Conde de Ericeira (Luís de Meneses), 1718-1720*, Macau, Imprensa Nacional, 1970, 112 pp.
2. CARDOSO, A. P. Silva e outros, *Estudo sobre a fertilidade dos solos de Timor: aluviões do vale da ribeira de Laçlo*, Lisboa, MEAU, 1970.
3. CINATTI, Ruy, *Uma sequência Timorense*, Braga, 1970, 94 pp.
4. FRANÇA, António Pinto da, *Portuguese Influence in Indonesia*, Bandung, 1970³².
5. GUAN, K. C., «The Historical Roots of Indonesian Irredentism», in *Asian Studies*, 8 (1), Abril de 1970.
6. HALL, D. G., *A History of Southeast Asia*, 3.^a edição, Nova Iorque, 1970.
7. KARTODIRJO, S., «Religious and Economic Aspects of Portuguese-Indonesian Relations 1509-1641», in *Studia*, n.º 29, 1970.
8. *Recenseamento geral da população e da habitação*, Instituto Nacional de Estatística / Delegação de Timor, 30 de Dezembro de 1970 (policopiado).
9. *Timor. Pequena Monografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, 197 pp.

1971

1. ALMEIDA, António de, «Aspectos de Etnozoologia Timorense», in *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, tomo xv, Lisboa, 1971, pp. 97-122.
2. BRITO, Francisco Garcia de, *Tata-mai-lau. Timor Contra o Japão, 1841-1945*, Lisboa, 1971.
3. BRITO, Raquel Soeiro de, «Ocupação do Solo no Timor Português», in *Geographica*, 7 (27), Lisboa, Julho de 1971, pp. 2-29.
4. CLAMAGIRAND, Brigitte, «Report de la Mission au Timor Portugais (October 1969 / July 1970)», in *Asie du Sudest et Monde Indonesien*, 2 (2), Paris, Junho de 1971, pp. 22-29.
5. GLOVER, I. C., «Prehistoric Research in Timor», in *Aboriginal Man and Environment in Australia*, ed. D. J. Mulvaney e J. Golson, Camberra, Australian National University Press, 1971.

³² A 2.^a edição desta obra foi feita em Lisboa, pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1984.

6. MASINAM, Lauw E. K. M., «Bahasa-bahasa di Timor», in *Berita Antropologia*, (36), Janeiro / Maio de 1971, pp. 68-81.
7. *Missão geográfica a Timor. Relatório trabalho 1970*, Díli, 1971.
8. *Missão geográfica Física e Humana ao Ultramar. Relatório*, Campanhã, 1971, 9 pp.
9. OLIVEIRA, C. M. G. R. de, «Díli, Panorama de uma Sociedade», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 89, Lisboa, 1971, pp. 1-3.
10. PARERA, A. D. de, *Sejarah Raja-Raja Asli di Pulau Timor*, Kupang, 1971.
11. PIRES, José Valente, «Discurso de Reabertura do Conselho Legislativo n.º 282-4», in *A Província de Timor*, 1971.
12. SCHULTE, Nordholt H. G., *The Political System of the Atoni of Timor*, Haia, Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal, Land en Volkenkunde, 1971, 511 pp.
13. SUPERLAN, P., «Kebudayaan Timor», in *Manusia dan Kebudayaan di Indonesia*, ed. Koentjaraningrat, Jakarta, Djambatan, 1971³³.

1972

1. ALDEIA, Governador Fernando Alves, «Discurso de Reabertura do Conselho Legislativo, em 29 de Abril de 1972», in *A Província de Timor*, n.º 332, 1972.
2. BERTHE, Louis, *Bei Gua Itinairoire des Ancestres des Bunag de Timor*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1972.
3. CAMPAGNOLO, Henri, «Études sur les Fataluku (Timor Portugais)», in *Asie du Sudest et Monde Insulin dien*, 3 (3), Paris, Setembro de 1972, pp. 53-76.
4. CAPEL, A., «Portuguese Timor: two more non-austronesia languages», in *Linguistic Papers* (I. General, II. Indonesia and New Guinea Monographic), n.º 15, Sydney, University of Sydney, 1972, pp. 95-104.
5. CARVALHO, José dos Santos, *Vida e morte em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Livraria Portugal, 1972, 209 pp.
6. CLAMAGIRAN, Brigitte, «Le travail du coton chez les Ema de Timor Portugais», in *Archipel*, n.º 3, Paris, 1972, pp. 55-80.
7. GLOVER, Ian, *Excavations in Timor. A Study of Economic Change and Cultural Continuity in Prehistory*, *Pbd Thesis*, Australian National University, 1972.
8. LIBERATO, Cacília dos Santos Oliveira, *Quando Timor foi Notícia. Memórias*, Braga, Braga Editora, 1972, 208 pp.

1973

1. ALDEIA, Fernando Alves, *Na bora do arranque. Discurso Proferido na Abertura Solene da Assembleia Legislativa e da Junta Consultiva de Timor, no dia 29 de Maio de 1973 em Díli*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1973, 126 pp.
2. ALVES, Manuel Alberto Lopes da Costa, *Distribuição da Precipitação em Timor*, Díli, Serviço Meteorológico de Timor, Abril / Maio de 1973, 22 pp.

³³ Artigo intitulado «A Cultura Timorense», inserido na obra *Povo e Cultura da Indonésia*.

3. — *Variabilidade das Chuvas em Timor*, Díli, Serviço Meteorológico de Timor, 1973, 9 pp.
4. — *Breves Apontamentos Sobre o Clima de Timor*, Díli, Serviço Meteorológico de Timor, 1973, 3 pp
5. — *Notas para um Estudo acerca dos Ciclones Tropicais na Area de Timor*, Díli, Serviços Meteorológicos de Timor, Julho de 1974, 37 pp.
6. BONIFÁCIO, Mário, «Procedimento Tradicional na Apanha de Camarão do Mar de Manatuto», in *A Voz de Timor*, ano xiv, 30 de Março de 1973.
7. CAMPAGNOLO, H., *La langue des Fataluku de Lorebe (Timor Portugais)*. Phd Thesis, Paris, René Descartes University, 1973.
8. CAMPOS, Correia de, *Os Mitos e a Imaginação Contista no Estudo das Origens do Povo Timorense*, ed. Autor, 1973, 190 pp.
9. COOLEY, F. L., «Revival in Timor», in *Southeast Asian Journal of Theology*, 14 (2), 1973.
10. FATAL, Julieta Moura Inácio, *Vamos Cantar Uma Ilba*, Lisboa, Editora Estudo Pasqueira, 1973, 101 pp.
11. MATOS, Artur Teodoro de, «Um Regimento inédito da Alfândega de Timor no ano de 1785», in *Portugaliae Historica*, vol. 1, Lisboa, 1973, pp. 321-348.
12. MOURA, Inácio de, *Mau Curo e Bere Mau ou o grande amor de Cai Buti*, Díli, Sociedade Editora de Timor, 1973, 62 pp.
13. *Pequena Gramática Macassai*, Baucau, Centro Juvenil Salesiano, 1973.
14. *IV Plano de Fomento para 1974-1979, Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
15. SANTOS, António de Sousa, *Também quero depor sobre Timor*, Lourenço Marques, ed. do Autor, 1973, 82 pp.
16. *Síntese Monográfica de Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1973, 87 pp.
17. SOUSA, Edgar C., *Esboço duma caracterização agro-climática da província de Timor*, Lisboa, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar (Comunicações, n.º 80), 1972, 47 pp.
18. THOMAZ, Luís Filipe, «Vida Rural Timorense», in *Geografica*, n.º 33, ano ix, Janeiro de 1973, pp. 3-30.

1974

1. ALMEIDA, António de, «Da Onomastica-Tabu no Timor Português. Antropónimos e Zoónimos», in *Memoria de António Jorge Dias*, vol. II, Lisboa de 1974, pp. 9-26.
2. BIZANO, Vasco Magno, «Estructura Económica de Timor», in *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, n.º 97, Janeiro / Março de 1974, pp. 2-27.
3. CARDOSO, A. P. Silva, *Conclaves M. Mayer, Daehnhardt. Fertilidade dos solos de Timor: esboço de uma carta de pontos*, Lisboa, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar (Comunicações, n.º 85), 1974, 87 pp.
4. CINATTI, Ruy, *Timor Amor*, Lisboa, ed. do Autor, 1974, 16 pp.

5. — *Paisagens Timorenses com vultos (Poesia)*, Braga, Braga Editora, 1970, 166 pp.
6. COLLIER, W. L. e THAJRAWERDAHAM, S., *Problems and Prospects of Increasing Cattle Exports From Nusa Tneggara Timur Province*, Jakarta, Agro-Economic Survey, 1974.
7. *Dez Anos de Política Externa – A Nação Portuguesa e a Segunda Grande Guerra Mundial*, vol. x, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974.
8. DUNN, James, *Portuguese Timor Before and After Grap: Options for the future*, Camberra, Parliamentary Library Legislative Research Service, 1974.
9. *Manifesto de Associação Popular Democrática Timorense*, Díli, APODETI, 1974.
10. MATOS, Artur Teodoro de, *Timor Português (1515-1769). Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974, 489 pp.
11. — «Contribuição para o Estudo das madeiras de Timor no seculo XVIII», in *Portugaliae Historica*, vol. II, Lisboa, 1974.
12. PETERS, G. W., *Indonesia Revival: Focus on Timor*, Grand Rapids, Zondervan, 1974.
13. TEIXEIRA, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, vol. x (Missões de Timor), Macau, Tipografia da Missão do Padroado, 1974, 593 pp.
14. — *As Canossianas na Diocese de Macau*, II.^a Parte (As Canossiana em Timor), Macau, 1974.
15. THOMAZ, Luís Filipe F. Reis, «O Problema Económico de Timor», in *Revista Militar*, n.º 8, Lisboa, Agosto de 1974, pp. 378-454.
16. — «Timor, Notas Histórico-linguísticas», in *Portugaliae Historica*, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 167-300.
17. *Voz (A) de Timor*, n.º 782, Díli, Julho de 1974.
18. WHITE, K., «Vanied Tensions are graving in Timor», in *Northern Territory News*, 21 de Janeiro de 1974.

1975

1. ARAÚJO, Abílio, *Timorense Elites*, Camberra, ed. Jill Joliffe, 1975, 8 pp.
2. CLAMAGIRAND, Brigitte, *Marobo, Organisation Sociale et rites d'une communité ema de Timor. Thèse de 3^{eme} cycle*, Paris, Université René Descartes, 1975, 508 pp.
3. — «La maison ema (Timor Portugais)», in *Asie du Sudest et Monde Insulindien*, 6 (2-3), Paris, Junho / Setembro de 1975, pp. 35-60.
4. «Conflict in Timor», *Pacific Research and World Empire Telegram*, 7 (1), Novembro / Dezembro 1975.
5. «Deklarasi Balibó, 30 Novembro 1975», in *Labirnya Propinsi Timor Timur*, 1975, 23 pp.
6. *Decisão Hamutuk-Keputusan Bersama n.º 2 tabun 1 1975*, Governo Provisório de Timor Loro Sae, 17 de Dezembro de 1975.
7. DUARTE, Jorge Barros, *Casa Turi-Sai. Um tipo de casa timorense*, separata de *Garcia de Horta. Série de Antropologia*, 2 (1-2), Lisboa, 1975, pp. 1-33.

8. DUNN, J. S., «Portuguese Timor-The Independence Movement from Coalition to Conflict», in *Dyason House Papers*, 2 (1), Melbourne, 1975.
9. EVANS, G., «East Portuguese Timor: Independence of oppression?», in *Australian Union of Students*, Melbourne, Fevereiro de 1975 [reimpresso como «Portuguese Timor», in *New Left Review*, n.º 91, Maio / Junho de 1975].
10. FORSYTH, W. D., «Timor. The World of Dr. Evert», in *New Guinea and Australia, The Pacific and Southeast Asia*, 10 (1), 1975.
11. FRENEY, D., *Timor Freedom Caught Between the Powers*, Nottingham, Spokesman Books, 1975.
12. — «East Timor: The Modest Revolution», in *Australian Left Review*, n.º 48, Setembro de 1975.
13. FREY, K. L. e GIETSELT, A., *Report on Visit to Portuguese East Timor*, Camberra, 1975 (policopiado).
14. HASTINGS, P., «The Timor Problem I: Australian Outlook», in *Australian Outlook*, Camberra, n.º 29 (1), Abril de 1975.
15. — «The Timor Problem II: Australian Attitudes, 1903-1941», in *Australian Outlook*, n.º 29 (2), Camberra, Agosto de 1975.
16. — «The Timor Problem III: Some Australian Attitudes, 1941-1950», in *Australian Outlook*, n.º 29 (3), Camberra, Dezembro de 1975.
17. HILL, Helen, «Australia and Portuguese Timor: Between Principles and Pragmatism», in *Australian Political Studies Association Conference: The First Thousand Days of Labor*, vol. 1, Camberra, Camberra College of Advance Education, 1975.
18. HOADLEY, J. Stephen, «The Future of Portuguese Timor: Dilemmas and Opportunities», in *Occasional Paper*, n.º 27, Institute of Southeast Asian Studies / University of Singapore, 1975.
19. — «Portuguese Timor and Regional Stability», in *Southeast Asian Spectrum*, 3 (4), Bangucoque, Julho de 1975.
20. JOLLIFFE, Jell, «A new independence struggle right on our doorstep», in *Development News Digest*, Camberra, 13 de Junho de 1975.
21. LAND, Man J. R., *Dictionary of colloquial Tetum: Tetum-English, English-Tetum*, Melbourne, 1975, 47 pp.
22. MATOS, Artur Teodoro de, «Subsídios para a História Económico-Social de Timor no Século XVIII», in *Bracara Augusta*, vol. 29 (67-68), Braga, Câmara Municipal de Braga, Setembro de 1975.
23. *Monografia da cidade de Díli*, Díli, Serviços Geográficos e Cadastrais, 1975.
24. NACHER, Afonso Maria, «A Obras Salesiana em Timor», in *BGEDM*, Fevereiro de 1975, pp. 159-186.
25. *Pemerintaban Sementara Timor Timur Keputusan*, n.º 1, Díli, 18 de Dezembro de 1975.
26. RANCK, S., «Timor: No Changes Overnight», in *New Guinea and Australia, the Pacific and South-East Asia*, 10 (1), 1975.

27. *Regras elementares de Tetum. Ano Lectivo de 1974-1975*, Lahane, Externato de São José, 1975.
28. *Report of Activities of International Committee of Red Cross Medical Team in East Timor, from August 30 to September 4*, International Committee of Red Cross, Setembro de 1975.
29. *Report on Visit to East Timor of the Australian Council for Overseas Aid Timor Task Force*, Camberra, Australian Council for Overseas Aid, Novembro de 1975.
30. *The Question of Portuguese Timor*, Jacarta, Department of Information, 1975.
31. *Timor Informations*, Paris, Association de Solidarité avec Timor Oriental, 1975³⁴.
32. *Timor Informations Service*, Melbourne, 1975-1980.
33. THOMAZ, Luís Filipe F. Reis, *O Problema Político de Timor*, Braga, Editora Pax (Biblioteca de Pensamento Político), 1975, 141 pp.
34. TOOHEY, B., «Timor — Cat Among the Pigeons», in *Pacific Defense Reporter*, Março de 1975.
35. TULLY, W., «White Lam, Timor and Indonesia Coup: An Apologist for Aggression», in *Southern Cross*, n.º 46, Agosto de 1975.

1976

1. ALMEIDA, António de, «Da origem lendária e mitológica dos povos do Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. 19, Lisboa, 1976, pp. 335-365.
2. — «Antropónimos em nomes de lugares do Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. 19, Lisboa, 1976, pp. 57-76.
3. — *Da etnobotânica no Timor Português*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1976.
4. — «Da Pré-História do Timor Português — Pinturas Rupestres», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciência*, vol. 19, Lisboa, 1976, pp. 27-49.
5. — «Presenças etnobotânicas brasileiras no Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, vol. 19, Lisboa, 1976, pp. 157-183.
6. ARAÚJO, Abílio, «East Timor: Fretilin Speaks», in *Tricontinental*, Havana, 1976, pp. 49-50.
7. ARNDT, H. W., «Timor: Expediency or Principle?», in *Quadrant*, 20 (106), Sydney, Maio de 1976.
8. CAPIZZI, E. H. Hill e MACEY, D., «Fretilin and the Struggle for Independence in East Timor», in *Race and Class*, 17 (4), Londres, 1976.
9. COSTA, F. B. da., *Revolutionary Poems in the Struggle Against Colonialism. Timorese Nationalist Verse*, Sydney, Wild and Woolley, 1976.

³⁴ Boletim de edição irregular.

10. CRAVO, Joaquim, *Foi Timor*, Lisboa, Edição Pluma, 1976, 129 pp.
11. DIJK, C. van, «East Timor (I)», in *Review of Indonesian and Malayan Affairs*, 10 (1), Sydney, 1976.
12. DUNN, J. S., *The Timor Story*, Camberra, Legislative Research Service / Australian Parliament, 1976.
13. *East Timor*, Nova Iorque, United Nations Department of Political Affairs, Trusteeship and Desalinization, n.º 7, 1976.
14. FORMAN, S., «Spirits of the Makasae», in *Natural History*, vol. 85, n.º 9, 1976.
15. FRANCK, T. e HOFFMAN, P., «The right of Self-Determination, in Very small Places», in *International Law and Politics*, n.º 8, 1976.
16. FRANKE, Richard W., *East Timor: The Hidden War*, 2.ª edição, Nova Iorque, East Timor Defense Committee, 1976, 78 pp.
17. FRENEY, D., «Guerrilla War in East Timor», in *Australian Left Review*, n.º 52, Sydney, 1976.
18. HICKS, David, *Tetum Ghosts and Kin, Fieldwork in an Indonesian Community*, Palo Alto, EUA, Mayfield Publishing Company, 1976, 143 pp.
19. HOADLEY, J. Stephen, «East Timor: Civil War — Causes and Consequences», in *Southeast Asia an Affairs*, Singapura, 1976.
20. — «New Zealand's Response to the East Timor Controversy», in *New Zealand International Review*, 1 (6), 1976.
21. HORTA, José Ramos, *East Timor Speaks: The Report of Mr. José Ramos Horta, Minister for External Relations in the Democratic Republic of East Timor, to the United Nations Decolonization Committee (Committee of 24) on September, 8, 1976*, Sydney, Campaign for Independent East Timor, 1976.
22. JOLLIFFE, J., «The Peace in Timor», in *Development News Digest*, n.º 15, Camberra, Março de 1976.
23. — *Revolutionary Poems in the Struggle Against colonialism, Timorese Nationalism (Francisco Borja da Costa)*, Sydney, 1976.
24. — «Timor: A Year of Struggle», in *Arena*, n.º 44/45, Melbourne, 1976.
25. *Massacre in East Timor*, Díli, Governo Provisório de Timor-Timur, 1976, 26 pp.
26. MOREIRA, Adriano, *O Drama de Timor. Relatório da O.N.U. sobre a Descolonização*, Braga, Intervenção, 1976, 142 pp.
27. «O Pavoroso Caso de Timor», in *O Retornado*, Lisboa, ed. Leitura Selecta, 1976.
28. *Republic of Indonesia: Government Statements on the East Timor Question*, Jacarta, International Documentation Center / Department of Information, 1976.
29. ULRECHT, E., *United States of Indonesia? The pentagon and the Generals*, Greenshorough, Vic Sharp, 1976, 714 pp.
30. SANTOS, C., «Victory in Timor», in *Development News Digest*, Camberra, Março de 1976.
31. SOEKANTO, Camp., *Integrasi: Kebulatan Tekad Rakyat Timor Timur*, Jacarta, Yayasan Parikesit, 1976.

32. TANTER, Richard, *The military situation, in East Timor, June 1976*, Information Center of the Democratic Republic of East Timor, Junho de 1976.
33. VAN DER KROEF, J. M., «Indonesia and East Timor: The Politics of phased Annexation», in *Solidarity*, n.º 10, 1976, pp. 5-6.
34. VIVIANI, N., «Australians and the Timor Issue», in *Australian Outlook*, 30 (2), Camberra, Agosto de 1976, pp. 197-226.

1977

1. ARAÚJO, Abílio, *Timor Leste. Os loricos voltaram a cantar*, Lisboa, ed. do Autor, 1977, 203 pp.
2. AGUIAR, Luís, *Livro Negro da Descolonização*, Braga, Intervenção, 1977, 751 pp.
3. ALKATIRI, Mari, «The Democratic Republic of East Timor», in *Journal of Contemporary Asia*, Estocolmo, 7 (2), 1977, pp. 280-289.
4. ALMEIDA, António de, «Contribuição para o estado dos nomes “Lulik” no Timor de Expressão Portuguesa», in *Memórias da Academia das Ciências da Lisboa, Classe da Ciências*, tomo XXI (21), Lisboa, 1977.
5. — «Sobre a toponímia administrativa do Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo XX (19), Lisboa, 1977.
6. ARBIRU ³⁵, *O Problema de Timor*, Lisboa, ed. do Autor, 1977, 16 pp.
7. BLACK, L, *Australian Foreign Policy Towards East Timor* (BA Thesis), Adelaide, 1977.
8. BRITO, Francisco Garcia de, *Tata-Mai-Lau: Timor contra o Japão*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, 293 pp.
9. CARLOS, Rui Baptista da Palma, *Eu fui ao fim de Portugal*, Queluz, Sociedade Editora, 1977, 383 pp.
10. CASCAIS, António Manuel Cravo, *Timor. Quem é culpado?*, Braga, Braga Editora, 1977, 86 pp.
11. COLLIER, H. J. e PRESCOTT, D. F., *Frontiers of Asia and Southeast Asia*, Melbourne, University Press, 1977.
12. CROWFORD, R. and DAYANIDHI, P., «East Timor: A Study in Decolonization», in *India Quarterly*, 33 (4), Nova Deli, 1977.
13. DIFFIE, Bailey e WINIUS, S., «Foundations of the Portuguese Europe», in *Boyed W. Haffer Europeu and World in the Age of Exponsons Serie*, vol. 1 (1415-1580), Minnepelber, 1977.
14. DUNN, S. J., *East Timor: From Portuguese Colonialism to Indonesian Incorporation*, Camberra, Legislative Research Service / Australian Parliament, 1977.
15. — *The East Timor Situation Report in Talks with Timorese Refugees in Portugal*, Camberra, Legislative Research Service / Australian Parliament, 1977.

³⁵ Pseudónimo de António Policarpo de Sousa Santos.

16. *East Timor: Indonesia's Vietnam*, Apartment of External Relations of Fretilin, Maio de 1977.
17. *East Timor News*, East Timor International Support Center, Austrália, 1977-1985.
18. FORMAN, S., «East Timor: Exchange and Political Hierarchy at the time of the European Discoveries», in *South East Asia: Perspectives from prehistory, History and Ethnography*, Michigan, Center for South and Southeast Asian Studies/University of Michigan, 1977.
19. FOX, J. J., *Harvest of the Palm: Ecological Change in East Indonesia*, Cambridge, Harvard University Press, 1977.
20. FRIEDBERG, Claudine, *Quelques textes de littérature orale bunaq recueillis et traduits par Louis Berthe*, Paris, Société d'Études Linguistiques et Anthropologiques de France, 1977, 220 pp.
21. HICKS, Dunn, «Indonesia's Newest Minority: The East Timorese», in *World Minorities*, ed. G. Ashworth, n.º 1, Sunbury / England, Quartermaine House and Minority Rights Group, 1977.
22. HOADLEY, J. S., «Indonesia's Annexation of East Timor: Political, Administrative and Developmental Initiatives», in *Southeast Asian Affairs*, Singapura, 1977.
23. HOFFMAN, J., «Australia and East Timor», in *Journal of Australian Studies*, n.º 2, Novembro de 1977, pp. 1-21.
24. HORNE, J., *East Timor, Australia, Indonesia and the United Nations*, XX, 1977.
25. KOHEN, A. S., «Us Diplomacy and Human Rights: The Cruel Case of Indonesia», in *The Nation*, 26 de Novembro de 1977.
26. METZNER, J., *Mind and Environment in Eastern Timor: A Geo-Ecological Analysis of the Baucau-Viqueque Area as a Possible Basis for Regional Planning*, Canberra, Development Studies Center / Australian National University, 1977.
27. MILLER, G., «Contribution to a Bibliography of the Timor Crisis: Material in the ANU Library», in *Southeast Asian Research Material Group Newsletter*, n.º 9, Outubro de 1977.
28. NICTERLEIN, S., *East Timor in Washington: A View from New York*, Washington, 1977 (policopiado).
29. PISTOCHI, Bruno, *Presenz Cristiana e tradizioni etniche*, Milão, Jaca Book, 1977, 153 pp.
30. SHERLOCK, K. P., *Gazetteer of East Timor*, Darwin, 1977 (fotocópias).
31. SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos*, ed. de Manuel Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977.
32. TANTER, R., «The Military Situation in East Timor», in *Pacific Research Studies*, 8 (2), Janeiro / Fevereiro de 1977, pp. 1-6.
33. TEIXEIRA, Manuel, «Timor Português», in *BGEDM*, 75 (868), Maio de 1997, pp. 199-215.
34. THOMAZ, Luís Filipe Reis, *Notas Sobre a Vida Marítima em Timor*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1977, 23 pp.
35. — *Timor, Autópsia de Uma Tragédia*, Lisboa, DIGLivro, 1977, 175 pp.

36. «The Struggle for East Timor: Prelude to Invasion», in *Journal of Contemporary Asia*, Manila, 7 (4), 1977.
37. VAN DER KROEF, J. M., «Patterns of Conflict in Eastern Indonesia», in *Conflict Studies*, n.º 79, 1977
38. — «Regional Disturbance in eastern Indonesia», in *Conflict Studies*, n.º 79, 1977.

1978

1. ADIL, Hillman, «The Problem of East Timor in the Context of Indonesian Australian Relations», in *World Review*, n.º 17, Outubro de 1978.
2. BOTELHO, F. Teixeira, *A gravimetria no Timor Português*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978, 128 pp.
3. CHOMSKY, Noam, *Statement delivered to the Fourth Committee of the United Nations General Assembly*, 1 de Dezembro de 1978.
4. DAERAH TINGKAT, I., *Propinsi Timor Timur*, Jakarta, Depp. Pengeranganri, 1978, 40 pp.
5. DUNN, J. S., «The Timor Affair in International Perspective», in *World Review*, n.º 17, Outubro de 1978.
6. *East Timor Information Bulletin*, Londres, British Campaign for an Independent East Timor, 1978.
7. *East Timor Report*, Camberra, Janeiro de 1978.
8. *East Timor Update, Bulletin of East Timor Human Rights Committee*, Syracuse (EUA), 1978.
9. ELLIOT, P. D., «The East Timor Dispute in the International and Comparative Law», in *Quarterly*, 27 (1), Londres, Janeiro de 1978.
10. FORMAN, S., «East Timor: Exchange and Political Hierarchy at the Time of the European Discoveries», in *Economic Exchange and Social Interaction in Southeast Asian Studies*, ed. K. Hutterer, Michigan, University of Michigan, 1978.
11. *Hadomi: Associação da Comunidade Timorese*, Victoria / Austrália, 1978-1994.
12. HILL, Helen, *Fretilin: The Origins, Ideologies and Strategies of a Nationalist Movement in East Timor* (MA Thesis), Monish University, Maio de 1978, 236 pp.
13. JOLLIFFE, Jill, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, St. Lucia / Queensland, University of Queensland Press, 1978, 354 pp.
14. NICHTERLEIN, Sue, *The struggle of East Timor*, Parte I, Nova Iorque, ed. Author, 1978, 50 pp.
15. NICOL, Bill, *Timor. The Stillborn Nation*, Melbourne / Victoria, Wide Scope International Publishers, 1978, 328 pp.
16. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa 1978.
17. «Solos (Os) de Timor», in *Memórias de Junta de Investigações Científicas do Ultramar*, n.º 64, Lisboa, 1978.

18. SUTER, Keith D., *International Law and East Timor*, Dyasen Hause Papers, 5 (2), Dezembro de 1978.
19. — «The Conquest of East Timor», in *Contemporary Review*, Londres / Nova Iorque, n.º 232, Março de 1978, pp. 134-141.
20. THOMAZ, Luís Filipe, «O Caso de Timor: Timor na Área Geográfica em que se Insere», in *Democracia e Liberdade*, n.º 6, Junho de 1978.
21. TULLY, W., «A Furher Contribution to a Bibliography on East Timor: A Multi-Media Survey», 1975-1978, in *Southeast Asian Research Materials Group Newsletter*, n.º 11, Camberra, Outubro de 1978, pp. 3-10.
22. *United Nations General Assembly Resolution 33/39: Question of East Timor*, 1 de Dezembro de 1978.
23. VIVIANI, N., «Australians and the East Timor Issue», in *Australian Outlook*, 32 (3), Camberra, Dezembro de 1978, pp. 241-261.

1979

1. *Aid and East Timor*, Camberra, ACFOA, 1979.
2. ARNDT, H. W., «Timor: Vendetta against Indonesia», in *Quadrant*, 23 (149), Sydney, 23 de Dezembro de 1979.
3. CALWELL, M. and ULRECHT, E., *Indonesia: An Alternative History*, Sydney, Alternative Publishing Cooperative, 1979.
4. CARDOSO, A. P. S. M. Mayer Gonsalves e DAEHNHARDT, E., *Fertilidade dos solos de Timor: esboço de uma carta de pontos*, Lisboa, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, 1970-1979.
5. CHOMSKY, N., «East Timor and the Western Democracies», in *Spokesman Pamphlet*, n.º 67, Nottingham Spokesman Books, 1979.
6. — *The Political Economy of Human Rights*, vol. 1 (*The Washington Connection and Third World Fascism*), Nottingham, Spokesman Books / Boston South and Press, 1979³⁶.
7. CHOMSKY, N. e HERMAN, E. S., «Begin Terror: East Timor», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 11 (2), Abril / Junho de 1979.
8. DIRJA, S. J. A., «East Timor Timur: Beberapa pengalaman dan Pemikiran», in *Internos*, 23 (2), Abril / Junho de 1979³⁷.
9. DUARTE, Jorge Barros, «Barlaque: Casamento gentílico Timorese», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
10. DUNN, J. S., *Notes on the Current Situation in East Timor*, Camberra, Legislative Research Service / Australian Parliament, 1979.

³⁶ Contém um capítulo dedicado ao caso de Timor-Leste.

³⁷ Artigo intitulado «Timor-Leste: Algumas experiências e pensamentos», inserido no boletim periódico jesuíta indonésio *Inter-Nos*.

11. *East Timor and Pacific Report*, Canberra, Campaign for an Independent East Timor, 1978-1979³⁸.
12. ESMARA, Hendra, «Prospek Pembangunan Daerah Timor Timur», in *Prisma*, 8 (7), Julho de 1979.
13. KOHEN, Arnold e TAILOR, John, *An Act of Genocide: Indonesia's Invasion of East Timor*, Londres, Tapol Book, 1979.
14. KONDRACKE, M., «Another Cambodia», in *The New Republic*, 3 de Novembro de 1979.
15. LOBATO, Nicolau, *Fretilin é Liberdade do Povo em Marcha. Discursos*, Lisboa, Edições Comité 28 de Novembro de 1979, 79 pp.
16. SUTER, Keith D., «West Irian, East Timor and Indonesia», in *Minority Rights Group Report*, n.º 42, Londres, 1979.
17. TELKAMP, G. J., «The Economic Structure of an Outpost in the Outer Islands in the Indonesian Archipelago: Portuguese Timor, 18-5-1975», in *Between People and Statistics: Essays on Modern Indonesian History*, Haia, Martinus Nijhoff, 1979.
18. *To build a better tomorrow in East Timor*, Jacarta, Department of Information, 1979.

1980

1. BUDHISANTOSO, S., «Lingkungan Alam dan Potensi Penduduk di Timor Timur», in *Berita Antropologi*, 11 (36), 1980.
2. — «Kehidupan Ekonomi Penduduk di Timor Timur», in *Berita Antropologi*, 11 (36), 1980.
3. CLAMAGIRAND, B., «The Social Organization of the Etnas of Timor», in *The Fowl of Life. Essays of Easter Indonesia*, ed. J. J. Fox, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1980.
4. CLARK, R. S., «The Desalinization of East Timor and the United Nations Norms on Self-Determination and Aggression», in *The Yale Journal of Word Public Order*, 7 (1), New Haven, 1980.
5. DURIEUX, A., «De l'Evolution de Divers Territoires de l'Ancien Outre-Mer Portugais», in *Bulletin des Séances de l'Academie des Sciences d'Outre-Mer*, 26 (3), 1980.
6. *East Timor: Statement of Amnesty International Concern in East Timor*, Londres, Amnesty International, Abril de 1980.
7. «East Timor Today», *ACFOA Development Dossier*, n.º 1, Canberra, ACFOA, 1980.
8. FLANAGAN, P., «East Timor: The crime of Silence», in *Arena*, n.º 55, Melbourne, 1980.
9. FORMAN, S., «Decent, Alliance and Exchange among the Makassae of East Timor», in *Fox II, The flow of Life*, Harvard University Press, 1980.
10. FRANCILLON, G., «Incursions upon Wehali: A Modern History of an Ancient Empire», in *The Flow of Life: Essays on Eastern Indonesia*, ed. J. J. Fox, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1980, pp. 249-258.

³⁸ Boletim de edição regular.

11. FRENEY, D. (ed), *East Timor News, Bulletin of the Timor News Agency*, Sydney, 1977-1980.
12. FRIEDBERG, C., «Broiled Woman and Broiled Man: Myths and Agriculture Rituals of Bunaq of Central Timor», in *The Flow of Life: Essays on Easter Indonesia*, ed. J. J. Fox, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1980.
13. *Funu, Boletim Informativo do Comité 28 de Novembro*, Lisboa, Fretilin, 1980-1989.
14. GOMES, F. A., *Uma «deusa» no Inferno de Timor. Romance e História*, Braga, ed. do Autor, 1980, 278 pp.
15. HASTING, P., «Timor and West Irian: The Reasons Why», in *Indonesia: The Making of a Nation*, ed. J. A. C. Mackie, Camberra, Australian National University / Research School of Pacific Studies, 1980.
16. KOHEN, A. S., *East Timor: Holocaust on the Sly*, Amesterdão, International Congress on East Timor, Setembro de 1980.
17. LAPIAN, A. B. e ABDURACHMAN, P., «Sejarah Timor Timur», in *Berita Antropologi*, 11 (36), 1980.
18. LAZAROWIT, T., *The Makasai: Complementary Dualism in East Timor* (Phd Thesis), State University of New York, Stony Brook, 1980.
19. *List of Timorose who have Disappeared after Surrender to or Capture by Indonesian Operation Forces in East Timor*, Londres, Amnesty International, Junho de 1980.
20. MASINAMBOUW, E., «Bahasa — bahasa di Timor Timur», in *Berita Antropologi*, 11 (36), 1980.
21. McDONALD, H., «War and Diplomacy: The Timor Case», in *Subarto's Indonesia*, Melbourne, Fontana, 1980.
22. MUNSTER, G. J. e WALSH, R. (ed), *Documents on Australian Defense and Foreign Policy 1968-1975*, Sydney, 1980.
23. NUNES, Cardeal, D. José da Costa, *In Memoriam*, ed. A. O. Braga, 1980, 254 pp.
24. RETBOLL, T. (ed), *East Timor, Indonesia and the Western Democracies: A Collection of Documents*, Copenhagen, International Work Group for Indigenous Affairs, 1980.
25. SHERLOCK, Kevin, *A Bibliography of Timor Including East (Formerly Portuguese) Timor, West (Former Dutch) Timor and the Island of Rote*, Camberra, Research School of Pacific Studies / Australian National University, 1980, 292 pp.
26. *Timor do Século XVI ao Século XX, Catálogo da exposição no ano do IV Centenário de Camões*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1980, 67 pp.
27. TRAUBE, E. G., «Affines and the Dead: Mambai Rituals of Alliance», in *Bijdragen tot de Taal-Land en Volkenkunde*, 136 (1), 1980.
28. — «Mambai Rituals of Black and White», in *The Flow of Life: Essays on Easter Indonesia*, ed. J. J. Fox, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1980.
29. WEATHERBEE, D. E., *The Situation in East Timor*, Institute of International Studies / University of South Carolina (Occasional Paper n.º 1), 1980.
30. WEBB, P., *The Church in the Sandalwood Islands, 1960-1980*, Townville, James Cook University of North Queensland, 1980.

31. WHITLAM, E. G., «Australia, Indonesia and Europe's Empires», in *Australia Outlook*, 34 (1), Camberra, Abril de 1980.
32. — «Indonesia and Australia Political Aspects», in *Indonesia: The Making of a Nation*, ed. J. A. C. Mackie, Camberra, Australian National University / Research School of Pacific Studies, 1980.

1981

1. CHAMBERLAIN, M. (ed), *East Timor International Conference: Report*, Nova Iorque, Clergy and Laity Concerned, 1981.
2. CLARK, R. S., «Does the Genocide Convention Go Far Enough? Some Thoughts on the Nature of Criminal Genocide in the Context of Indonesia's Invasion of East Timor», in *Ohio Northern University Law Review*, 8 (2), 1981.
3. *Departemen Penerangan ri Timor Timur Membangun*, Jacarta, di Derbit Direktorat Publikasi, Percetakan Negara RI., 1981, 126 pp.
4. DUARTE, Jorge Duarte, *Ainda Timor*, Lisboa, 1981, 120 pp.
5. DUNN, J. S., *East Timor: Report on the Situation in 1980-81*, Camberra, Legislative Research Service / Australian Parliament, 1981.
6. HORTA, J. Ramos, *The Eyewitness: Bitter Moments in East Timor Jungles*, Singapura, Usaha Quality Printers, 1981.
7. *Integration Never! East Timor's Struggle Against Indonesian Aggression*, Londres, British Campaign for an Independent East Timor, 1981.
8. KOHEN, A. S., «Invitation to a Massacre in East Timor: the US Involvement», *The Nation*, 7 de Fevereiro de 1981.
9. — *Oust Timor Tribunal*, Amesterdão, Committee Indonesia, 1981.
10. LUMB, R. D., «The Delimitation of Maritime Boundaries in the Timor Sea», *Australian Yearbook of International Law*, n.º 7, 1981.
11. *Notes Towards a Critique of Report of the ACFOA-initiated East Timor Commission of Enquiry*, Camberra, ACFOA East Timor Sub-committee, 1981.
12. *Relatório do Governo de Timor (13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, 378 pp.
13. *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, 303 pp.
14. SIDELL, S., «The United States and Genocide in East Timor», in *Journal of Contemporary Asia*, 11 (1), Manila, 1981.
15. *The Province of East Timor, Development in Progress*, Jacarta, Departement of Foreign Affairs and Information, 1981.
16. THOMAZ, Luís Filipe F. R., «The Formation of Tetum-Praça, Vehicular Language of East Timor», in *Papers on Indonesian Languages and Literatures* (Caihers d'Archipel, n.º 13), ed. N. Philips and K. Anwar, Paris, 1981.
17. WALSH, P., *Australia's Support for Indonesia's Take Over of East Timor. Testimony before the Permanent Peoples Tribunal*, Lisboa, 1981.

18. — «Indonesia in Timor», in *Arena*, n.º 49-50, Melbourne, 1981.
19. WADDINGBHAM, J., «Resistance in Timor Through the Fence of Legs», in *Arena*, n.º 59, Melbourne, 1981.
20. WEATHERBEE, D. E., «The Indonesianization of East Timor», in *Contemporary Southeast Asia*, 3 (1), Institute of Southeast Asian Studies, University of Singapore, Junho de 1981.

1982

1. ALKATIRI, Mari, «East Timor Survival and Resistance», in *Kommentar*, Estocolmo, Fevereiro de 1982.
2. ALMEIDA, Maria Emília de Castro e, *Estudo Serológico dos grupos etnolinguísticos de Timor-Dili*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 141), 1982.
3. BARRETO, J. L., *The Timor Drama: Portugal and East Timor (April 1974 — December 1975)*, Lisboa, Timor Newsletter, 1982.
4. BERRY, R. F. e JANNER, G. A., «Basalt geochemistry as a Test of the Tectonic Models of Timor», in *Journal of the Geological Society*, 139 (5), Londres, 1982.
5. CHOMSKY, N., *A Curtain of Ignorance, Southeast Asia Chronicle*, Agosto de 1980 [reimpresso in *Chomsky, Towards a New Cold War*, Nova Iorque, Pantheon, 1982].
6. *Dossier on East Timor containing 26 documents with eye-witness accounts students in East Timor*, Camberra, ACFOA, 1982.
7. DUARTE, Jorge Duarte, «Formas de Fraternização», in *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. xvii, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 539-585.
8. FOX, J. J., «The Great Lord Rests at the Center: The Paradox of Powerlessness in European-Timorese Relations», in *Camberra Anthropology*, 5 (2), 1982.
9. FREITAS, J. M. C. de, *Fretilin Massacres: Testimonies of the Survivors from Fretilin Massacre*, Singapura, Usaha, 1982.
10. KOHEN, A. S., *Oust Timor: Westerse Medeplichtigheid aan Volkenmoord*, Amesterdão, Komitee Indonesia, 1982.
11. MONTALEGRE, Flora, *Background Information on Indonesia, The Invasion of East Timor and US Military Assistance*, Washington DC, Institute for Policy Studies, 1982.
12. MUNSTER, G. J., «East Timor: from beginning to end», in *Secrets of State*, Sydney, Angus and Robertson, 1982 [também editado com o título *Secrets of State: A Detailed Assessment of the Book they Banned*, Londres, Walsh & Munster, 1982].
13. NICTERLEIN, S., «Australia, Courtier or Courtesan? The Timor Issue Revisited», in *Australian Outlook*, 36 (1), Camberra, Abril de 1982.
14. PELISSER, R., «A Propos de Quelques Livres Recents sur le Timor Oriental», in *Afrique et l'Asie Modernes*, n.º 133, 1982.
15. SHARP, N., «West Irian, East Timor, Papua New Guinea?», in *Arena*, n.º 61, Melbourne, 1982.
16. SHERLOCK, K. P., *The Timor Collection: list of boldings of East Timor*, Darwin, 1982 (policopiado).

17. SUTER, K. D., «West Irian, East Timor and Indonesia», in *Minority Rights Group Report*, n.º 42, Londres, p. 197.
18. VAN ATTA, D. e TOOTHY, B., «The Timor Peppers», in *National Times* (Austrália), 30 de Maio e Junho de 1982 [reimpresso in *The Book of Leaks*, Londres, Angus & Robertson, 1982].
19. VAN DER KROEF, J. M., «East Timor: The Problem and Human Rights Polemic (I)», in *Asian Thought and Society*, 7 (21), Novembro de 1982.
20. WADDINGHAM, J., «East Timor: The Questions and the Cover-up», in *Arena*, n.º 61, Melbourne, 1982.
21. WALSH, P., «Church may hold the key to Timor's future», in *National Outlook*, Janeiro de 1982.
22. — «Timor People Support the Church in its opposition to Indonesian take over», in *National Outlook*, Novembro de 1982.
23. WHITLAM, E. G., «Gough whitlam: The Truth about Timor», in *The Bulletin*, n.º 30, Março de 1982.

1983

1. BUNGE, F. M. (ed.), *Indonesia: A Country Study*, Washington, D.C., Army Department Headquarters (American University Foreign Area Studies), 1983.
2. DUARTE, Jorge Duarte, *Mitos e Ritos Atauros*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, 307 pp.
3. DUNN, James, *Timor: A People Betrayed*, Queensland, Jacaranda Press, 1983, 402 pp.
4. *East Timor: an International Responsibility*, Londres, Center for Strategic and International Studies, 1992;
5. *East Timor: Betrayed But Not Beaten*, vol. I (1975-1983) e vol. II (1983-1989), Melbourne, Australian East Timor Association, 1983.
6. *East Timor After Integration*, Jacarta, Department of Information, 1983.
7. FRANKE, R. W., «East Timor: The Responsibility of the United States», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 15 (2), Claremont, Abril / Junho de 1983.
8. FRENEY, D., *Fretelin External Delegation, Fretilin Conquers the Right to Dialogue*, Lisboa, 1983.
9. HICKS, David, «A Transitional Relationship Terminology of Asymmetric Prescriptive Alliance among the Makassai of East Indonesia», in *Sociologies*, 33 (1), 1983.
10. — «Unachieved Syncretism: The local level Political System in Portuguese Timor, 1966-1967», in *Anatropous, International Review of Ethnology and Linguistics*, vol. 78, 1983, pp. 17-40.
11. *Integrasi Timor Timur*, Jacarta, Biro Informasi dan Data, 1983.
12. *Letter to Bishop Belo*, Jacarta, MAWI — Indonesia Bishops Conference, 1983.
13. MAGALHÃES, A. Barbedo de, *Timor Leste. Mensagem aos Vivos*, Universidade do Porto, 1983, p. 276.

14. «Missão Geográfica de Timor», in *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical*, 1983, pp. 275-290.
15. *Official Report of the Australian Parliamentary Delegation to East Timor*, Canberra, Australian East Timor Association, 1983.
16. PAUL, David, *East Timor: A Selected Bibliography, With Notes*, Cambridge, Mas. New England Pacific Coalition, 1983, vol. 1.
17. RETBOLL, T., «East Timor and Indonesia», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 15 (2), Abril / Junho de 1983.
18. SHERLOCK, K. P., *East Timor Liurais and Chefes de Suco: Indigenous Authorities in 1952*, Darwin, Kevin Sherlock, 1983.
19. *Surat Kepada Mgr. Carlos Belo, Imam, Biarawanti dan Kaum Awam*, Jakarta, MAWI — Indonesia Bishops Conference, 17 de Novembro de 1983.
20. TRULLY, W., «The Timor Connection: Ford to Reagan via the Ombie-Wetar Straits», in *Bow yang*, n.º 8, Canberra, 1983.
21. *Un tribunal pour les peuples*, Paris, Berger-Levrault, 1983, pp. 227.
22. VAN DER KROEF, J. M., «East Timor: The Problem and the Human Rights Polemic (II)», in *Asian Thought and Society*, 8 (22), 3 de Março de 1983.
23. WADDINGHAN, J. (ed), *Timor Information Service*, Melbourne, Novembro de 1975 a Abril de 1983 (boletim periódico).
24. WALSH, P., «Fretilin: The Struggle Continues», in *Arena*, n.º 65, Melbourne, 1983.
25. YOUNG, P. L., «The Timor Issue in Australia, Indonesia and Papua New Guinea Relations», in *Asian Defense Journal*, 10/83, Kuala Lumpur, Outubro de 1983.

1984

1. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «Pertobatan dan Perdamaian Dalam Masyarakat Timor Timur», in *Demi Keadilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Deli, Março de 1984, pp. 72-85.
2. — «Keluarga Sejahtera», in *Demi Keadilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Deli, Abril de 1984, pp. 86-104.
3. — «Mempertahankan Identitas Etnis, Religius dan Kultural», in *Demi Keadilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Dezembro de 1984, pp. 105-116.
4. BUDIARDJO, C. e LIONG, Liem Soei, *The War Against East Timor*, Londres, Zed Books, 1984.
5. «Diplomasi tentang Timor Timur», in *Biro Informasi dan data*, Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1984.
6. CALINAN, B. J., *Independent Company: The Australian Army in Portuguese Timor, 1941-1943*, Melbourne, Heinemann, 1984.
7. *East Timor after Integration*, 2.ª edição, Jakarta, Department of Foreign Affairs, 1984.
8. «East Timor and Self-Determination», in *The Review of the International Commission of Jurist*, n.º 32, Junho de 1984.

9. *East Timor Develops and Dili Regional Government of East Timor*, Regional Government of East Timor, 1984.
10. *East Timor Today*, Jakarta, Department of Information, 1984.
11. «East Timor: Unfinished Business», in *Southeast Asia Chronicle*, n.º 94, Berkeley, Junho de 1984.
12. GRAY, A., «The People of East Timor and their Struggle for Survival», in *East Timor: The Struggle Continues*, ed. T. Retail, Copenhagen, International Work Group for Indigenous Affairs (doc. 50), 1984.
13. HICKS, D. A., *Maternal Religion: The Role of Women in Tetum Myth and Ritual*, Dekalb, Northern Illinois University / Center for Southeast Asian Studies, 1984.
14. HORTA, José Ramos, *Speech*, Camberra, National Press Club, 1984.
15. MORRIS, Cliff, *Timor: Legends and Poems from the Land of the Sleeping Crocodile*, Victoria, H. C. Morris, 1984.
16. — *Tetum English Dictionary*, Camberra, Australian National University / Department of Linguistics and Research School of Pacific Studies, 1984.
17. *Oost-Timor: De Ontwikkelingen vanaf 1975*, Haia, Commissie Justitia et Pax Nederland, 1984.
18. *Oost-Timor: Een Vergeten Eiland, Samengesteld op Basis van het Rapport*, Haia, Commissie Justitia et Pax Nederland, 1984.
19. *Oost-Timor Schreeuwt...*, Amesterdão, Nederland Medeplichting, Komitee Indonesie, 1984.
20. PARDO, J., «El Problema de Timor-Leste», in *Cuardenoa de Debate Político*, n.º 2, Madrid, Iepala, 1984.
21. «Pembangunan Timor Timur», in *Biro Informasi dan Data*, Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1984.
22. *Pro-mundi Vita*, Dossier n.º 4, 1984.
23. RETBOLL, T. (ed), *East Timor: The Struggle Continues*, Copenhagen, International Work Group for Indigenous Affairs (doc. 50), 1984.
24. SHERLOCK, Kevin, *Timor in the Journal «O Macaense»*, Macau, 1984.
25. SUTER, K. D., «Australia All at Sea Over East», *National Outlook*, 6 (8), Agosto de 1984.
26. TRAUBE, E. G., *Cultural Notes on East Timor*, Nova Iorque, 1984 (manuscrito).
27. TWOMEY, P. D., *Australia, the United States and the East Timor Controversy: A thesis in Political Science*, MA Thesis, Pennsylvania State University, Maio de 1984.
28. WADDINGHAM, J., «East Timor Offending the Junta», in *Arena*, n.º 67, Melbourne, 1984.
29. WALSH, P., «ALP Conference: Requiem for Timor?», in *Inside Indonesia*, n.º 3, Outubro de 1984.

1985

1. *Ba Aminia Belum Sira*, Mary MacKillop of East Timor Studies, NSW, Austrália (1985-2000).
2. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «Problematik Pelaksanaan KB di Timor Timur», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Março de 1985, pp. 117-125.
3. — «Pemekaran Diri Kaum Awam Dioses Díli», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Março de 1985, pp. 126-137.
4. — «Misi Kaum Muda dalam Membangun Gereja da Timor Timur», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Abril de 1985, pp. 138-154.
5. CLARENCE-SMITH, W. G., *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press, 1985.
6. COOK, C., «The Australia-Indonesia Maritime Boundary», in *Australia's off-shore Maritime Interests, Occasional Papers in Maritime Affairs*, n.º 3, Camberra, Australian Center for Maritime Studies, 1985.
7. *East Timor*, Londres, Catholic Institute for International Relations, 1985.
8. *East Timor: a Decade of Killing, Torture and Indonesian Claim of Nationality*, US Section of Amnesty International, 1985.
9. *East Timor: Violations of Human Rights. Extra judicial Executions, Disappearances, Tortures and Political imprisonment*, Londres, Amnesty International Publications, 1985, 92 pp.
10. GATH, S., *Australia-Indonesia Maritime Boundary: The Timor Gap*, Camberra, Australian Parliamentary Library Legislative Branch Research Paper, 17 de Dezembro de 1985.
11. GEORGE, A., *East Timor and the Shaming of the West*, Londres, Tapol Publications, 1985.
12. HIORTH, Finger, «Timor: Past and Present», *South East Asian Monographs*, n.º 17, Townville, Queensland, James Cook University of North Queensland, 1985.
13. *Lao Rai. Boletim Informativo e Cultural*, NT Australia, 1984-1985.
14. LUDWIG, K. e HORTA, K., *Oosttimor, das Vergessene Sterben: Indonesischer Volkermord unter Ausschluss der Weltoffenlichkeit*, Gottingen, Gesellschaft für Bedrohte Völker, 1985.
15. *Lusitania Casuarina*, NT Australia, 1985-1999.
16. SANTOS, Isaú, *Documentação sobre a Insulíndia do Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa, 1985.
17. SHERLOCK, Kevin, *Timor during Wars I and II. Some notes on Sources*, Darwin, Outubro de 1985.
18. SOARES, Domingos e DORES, M., *Kamus Babasa Tetum — Babasa Indonesia*, Jakarta, 1985, 225 pp.

19. THOYIB, M. (ed.), *Kbasanab Budaya Timor Timur*, Jakarta, Taman Mini Inonesia Indah, 1985.
20. TROEBOES (et al.), *Struktur Babasa Tetum*, Jakarta, Depp. Pendidikan dan Kebudayaan, 1985.
21. VALENCIA, M., *South-East Asian Seas: Oil Under Trouble Waters Hydrocarbon Potential, Jurisdictional Issues, and International Relations*, Singapura / Oxford, University Press, 1985.
22. VILLIERS, J., «As Derradeiras do Mundo: The Dominican Mission and the Sandalwood Trade in the Lesser Sunda Islands in the Sixteenth and Seventeenth Century», in *Actas do II.º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, 1985, pp. 53-86.
23. WHITLAM, E. G., *The Whitlam Government 1974-1975*, Ringwood (Victoria), Viking Penguin, 1985, cap. viii.

1986

1. ANDERSON, B., «Ten Years after Integration», in *Inside Indonesia*, n.º 9, Dezembro de 1986.
2. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «Agama Sebagai Modal Dasar Pembentukan Watak Generasi Muda», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Fevereiro de 1986, pp. 155-166.
3. — «Enam Puluh Tahun Sekolah Guru Agama», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Julho de 1986, pp. 167-169.
4. — «Lima Puluh Tahun Seminari Díli», in *Demi Kaedilan dan Perdamaian*, ed. Peter Tukan e Domingos de Sousa, Díli, Julho de 1986, pp. 170-174.
5. CORREIA, Miguel Anacoreta, *Viagem a Timor-Leste de Julho 1986: relatório apresentado à Comissão Eventual para o Acompanhamento da situação em Timor-Leste da Assembleia da República*, Julho de 1986.
6. DOIG, C. D., *A History of 2nd Independent Company auk 2 /2 Commando Squadron*, Victory / Austrália, 1986.
7. *East Timor: a Decade of Development*, Díli, The Provincial Government of East Timor, 1986, 83 pp
8. *East Timor: The Most Important Developments Since 1983*, Haia, Commissie Justitia et Pax Nederland, 1986.
9. *Economic and Social Development in East Timor Province*, Jakarta, Department of Foreign Affairs, 1986.
10. GLOVER, Ian, *Archaeology in Eastern Timor, 1966-67*, Department of Prehistory Research School of Pacific Studies, ANU, 1986.
11. KRISTIADI, «The Desalinization of East Timor: a Historical Review», in *Indonesian Quarterly*, 14 (4), 1986.
12. PICKEN, M., «The Betrayed People», in *New York Review of Books*, 4 de Dezembro de 1986.

13. «Satu Dasawarsa Timor Timur», in *Analisa*, Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1986.
14. SHERLOCK, Kevin, *Timor in the Portuguese Periodical Press of the Far East*, Parte I (1850-1868), Parte II (1870), Parte III (1871), Darwin, 1986.
15. SOUZA, George Bryan, *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China Sea (1630-1754)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, 282 pp.
16. «Statement on East Timor to the UN Committee of 24 August 1986», in *Tapol Occasional Report*, n.º 4, Londres, TAPOL, 1986.
17. TRAUBE, E. C., *Cosmology and Social Life Ritual Exchange Among the Mambai of East Timor*, Chicago University Press, 1986, 127 pp.
18. *UDT and Fretilin Joint Statement (March 1986)*, *Tapol Occasional Report*, n.º 2, Londres, TAPOL, 1986.
19. USMAN, A., «The Timor Gap in the Delimitation of the Continental Shelf Boundary Between Indonesia And Australia», in *Indonesian Quarterly*, 14 (3), Julho de 1986.

1987

1. BARRETO, Simão (ed.), *Tebe. Colectânea de Canções Populares de Timor Leste*, Lisboa, Fundação Austronésia Borja da Costa, 1987.
2. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, *Perayaan Tabun Maria*, Díli, 1987.
3. BIZOT, J., *The Forgotten Cause of East Timor's Rights to Self-Determination. A Report to the Parliamentary Human Rights Group*, Londres, Parliamentary Human Rights Group, 1987.
4. BRANCO, J. Diogo Alarcão Carvalho, «A Ordem de São Domingos e as Origens de Timor», in *Independência*, n.º 5, Lisboa, 1987.
5. — *A Ordem de São Domingos e as Origens de Timor*, ed. Autor, Lisboa, 1987.
6. BRANDÃO, C. Cal, *Funu: Gerra em Timor*, Lisboa, Perspectivas Realidades, 1987.
7. CAREY, P., «A Land where No-one Laughs», in *Times Literary Supplement*, 27 de Fevereiro de 1987.
8. CHOMSKY, N., *The Chomsky Reader*, ed. James Peck, Nova Iorque, Pantheon, 1987.
9. *Christian Consultations on East Timor – A Christian Reflection*, Fevereiro de 1987.
10. CINATTI, Ruy, *Motivos Artísticos Timorenses e a sua Integração*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Museu de Etnologia, 1987.
11. COOK, C., «Filling the Gap: Delimiting the Australia-Indonesia Maritime Boundary», in *Australian Yearbook of International Law*, n.º 10, 1987.
12. DUARTE, Jorge Barros, *Em Terras de Timor*, Lisboa, ed. Autor, 1987, 174 pp.
13. *East Timor: A Christian Reflection / Timor Oriental: Une Reflection Chrétienne*, Londres, Catholic Institute for International Relations, 1987.
14. «East Timor, a Forgotten People», in *Catholic Commission for Justice and Peace Issues*, n.º 10, Sydney, 1987.
15. *East Timor*, Roma, International Documentation Center, 18 (1), 1987.

16. ECO. *Boletim Informativo e Cultural do Português e Timorense*, Darwin, Casuarina, 1987-1996.
17. FORBES, A., *Unbeaten Tracks in Islands of the Far East: Experiences of a Naturalist's wife in the 1880*, Singapura, Oxford University Press, 1987, 305 pp.
18. HICKS, D., «Space Motion and Symbol in Tetum Religion», in *Indonesian Religions in Transition*, ed. R. S. Kipp e S. Rodgers, Tucson, University of Arizona Press, 1987.
19. — «Tetum Descent», in *Antropos*, n.º 82, 1987, pp. 1-3.
20. HORTA, José Ramos, «Is political settlement possible?», in *Inside Indonesia*, n.º 10, Abril de 1987.
21. — *Funu: The Unfinished Saga of East Timor*, Trenton, New Jersey, Red Sea Press, 1987.
22. — «Peace plan for East Timor (speech to the European Parliament)», Bruxelas, Abril de 1987.
23. McINTOSH, G., «East Timor: the inside story», in *Inside Indonesia*, n.º 10, Abril de 1987.
24. McINTYRE, K. G., *The Secret Discovery of Australia*, Sydney, Pan Books, 1987.
25. *Oost-Timor*, Haia, Commissie Justitia et Pax Nederland, Março de 1987, 92 pp.
26. PATJI, A. R., «Pasar dan Integrasi di Timor Timur», in *Masyarakat Indonesia*, 14 (3), 1987.
27. RETBOLL, T., «The East Timor Conflict and Western Response», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 19 (1), Janeiro de 1987.
28. SCHILLER, B. M., *Review of the East Timor Agricultural Development Project*, ETADER, 1987.
29. SKJELSBÆK, Kjell, *Between Self-Determination and Realpolitik: the Role of United Nations in the Crises in East Timor, 1974-76*, Oslo, Norwegian Institute of International Affairs, 1987, 32 pp.
30. «Statement on East Timor to the UN Committee of 24 August 1987», *Tapol Occasional Report*, n.º 6, Londres, TAPOL, 1987.
31. «The 1987 Indonesian Election in East Timor», in *Tapol Occasional Report*, n.º 5, Londres, TAPOL, 1987.
32. *The Process of Desalinization in East Timor*, Jakarta, Department of Information, 1987.
33. *The Uniting Church and East Timor*, Melbourne, Uniting Church in Australia / Social Responsibility and Justice Committee, 1987.
34. *Timor Leste*, Lisboa, Comissão para os Direitos do Povo Maubere, 1987-1999.
35. «Timor: Remoros e dor de Portugal», in *Independência — Revista de Cultura Lusitana*, n.º 5, Julho 1987.
36. WRAY, Christopher C. H., *Timor 1942: Australian Commandos at War with the Japanese*, Melbourne, Century Hutchison Australia, 1987, 190 pp.

1988

1. ALVES, Manuel Costa, *Voltar a Timor*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1998, 215 pp.
2. *Asia Focus*, Hong Kong, 20 de Agosto de 1988.
3. BAIR, Urias *et al.*, *Fonologi Morfologi dan Sintaksis Babasa Dawan*, Kupang (Mimeografado).
4. *Baselin Survey Timor Timur, Profil Perekonomian Timor Timur*, Bandung, BI dan Lembaga Manajemen FUUNDAP, 1988.
5. BONNER, Raymond, «A Reporter at Large: The New Order II», in *The New Yorker*, Nova Iorque, 13 de Junho de 1988.
6. *Briefing Book: East Timor*, Maryland (EUA), Indonesia Publications, 1988.
7. COSTA, C., Timorenses Refugee on Indonesian Operations in East Timor since 1975, in *Tapol Bulletin*, n.º 86, 87, 88, Londres, 1988.
8. *East Timor — A Bird's Eye View*, Jakarta, Communion Churches in Indonesia (PGI), 1988.
9. DUARTE, Jorge Barros, *Timor, um Grito*, Lisboa, Pentaedro, 1988, 129 pp.
10. — «Timor Jeremiada», Odivelas, Pentaedro, 1988, 50 pp.
11. ERT, G., *Timor Oriental*, vol. I (Etude Monographique), vol. II (Annaes 1974-75) e vol. III (Evolutions Contemporaines, Memoires de Maitrise et de Dea), Paris, Université de Paris, 1988.
12. ESCARAMEIA, P., *Formation of Concepts Under International Law: Consumption Under Self Determination in the Case of East Timor*, S. J. D. Dissertation, Harvard Law School, 1988.
13. FELGAS, Hélio, «O Timor onde meus filhos nasceram», in *O Dia*, 3 de Setembro de 1988.
14. GUNN, G., «Wartime Portuguese Timor», in *The Azores Connection Working Paper*, n.º 50, Center of South East Asian Studies / Monarch University, 1988.
15. HICKS, D., «Literary Masks and Metaphysical Truths: Intimations from Timor», in *American Anthropologist*, 90 (4), 1988.
16. *Human Rights in Indonesia and East Timor. An Asia Watch Report*, EUA, 1988, 279 pp.
17. ORENTLICHER, D., *Human Rights in Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, Asia Watch Committee, 1988, 270 pp.
18. SCOBIE, I., «The Secret War in East Timor: recent pictures», in *Inside Indonesia*, 14 de Abril de 1988.
19. «Sejarah Misi di Timor Timur», in *Hidup*, Jakarta, 30-31 de Julho de 1988.
20. «Sejarah Misi di Timor Timur», in *Majalah Hidup*, 30/31, Jakarta, Julho de 1988.
21. SHERLOCH, K. P., «Timor During word Wars II and I: Some Notes on Sources», in *Kabar Seberang*, n.º 19/21, 1988.
22. SUTER, K. D., «Oil in Troubled Waters», in *Inside Indonesia*, Dezembro de 1988.
23. *Tapol Occasional Report*, n.º 9, Londres, TAPOL, 1988.

24. *The Church and East Timor*, Melbourne, Uniting Church in Australia, Social Responsibility and Justice Committee, 1988.
25. TRATCHER, P. L., *The Role of Woman in East Timorese Society Pre Invasion*, Melbourne, Department of Antrofoideology de Monarch University, 1988.

1989

1. *Asia Watch Report. Human Rights in Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, 1989, 270 pp.
2. AZIS, I. J., «Key Issues in Indonesia Region Development», in *Unity and Diversity: Regional Economic Development in Indonesia Since 1970*, ed. Hall Hill, Singapura, Oxford University Press, 1989.
3. BELL, I., *East Timor, the Hidden War: The Struggle for Justice at Home and Abroad*, Melbourne, Australian East Timor Association, 1989.
4. BELO, Carlos Filipe Ximenes, *Carta ao Secretário Geral das Nações Unidas de 6 de Fevereiro de 1989*.
5. BRITES, Maria da Graça, *Timor entre Invasores 1941-1945*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, 124 pp.
6. CARRASCALÃO, Mário Viegas, *Prospek Penanaman Modal di Propinsi Timor Timur*, Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1989, 58 pp.
7. CORNER, L., «East and West Nusa Tenggara: Isolation and Poverty», in *Unity and Diversity: Regional Economic Development in Indonesia Since 1970*, ed. Hal Hill, Singapura, Oxford University Press, 1989.
8. DUNN, J. S., «Behind the Gloss», in *Australian Society*, 7 (12), Dezembro de 1988-Janeiro de 1989.
9. *East Timor: Development without Justice*, Bruxelas, Christian Movement for Peace, 1989.
10. *East Timor: Amnesty International Statement to the United Nations Special Committee on Desalinization*, Londres, Amnesty International, 1989.
11. FELGAS, Hélio, «O Timor onde meus filhos nasceram», in *Revista Militar*, n.º 1, Lisboa, 1989.
26. FORBES, Henry O., *Naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago*, Singapura, Oxford University Press, 1989, 536 pp.
27. HILL, Hall e WEIDMAN, A., «Regional Development in Indonesia: Patterns and Issues», in *Unity and Diversity: Regional Economic Development in Indonesia Since 1970*, ed. Hall Hill, Singapura, Oxford University Press, 1989.
28. JOÃO PAULO II, *Homilia da Missa em Taci Tolu*, Díli, Imprensa da Diocese, 12 de Outubro de 1989.
29. JOLLIFFE, Jill, *Timor, Terra Sangrenta*, Lisboa, ed. *O Jornal*, 1989, 179 pp.
30. KONDRACKE, M., «Konvensi Hukum Hak Tanah», in *Kompas*, 30 de Novembro de 1989.

31. LAWSON, Y., *East Timor: Roots Continue to Grow. A Provisional Analysis of Changes in Foreign Domination and the Continuing Struggle for Freedom and Independence*, University of Amsterdam, Agosto de 1989 (manuscrito).
32. LEITE, P. P., *East Timor: to Be Liberated or Be Exterminated. That is the Question*, Amesterdão, Committee Indonesie, 1989.
33. LOVARD, K., «Reporting East Timor», in *Inside Indonesia*, 18 de Abril de 1989.
34. McINTYRE, K. G., *A Descoberta Secreta da Austrália*, Macau, Fundação Oriente/ /Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
35. «Menuju Kemandirian Pangan», in *Kompas*, 1 de Dezembro de 1989.
36. MESQUITELLA, Luis Mário, «Catálogo das Aves de Timor em Coleção no Centro de Zoologia», in *Garcia de Orta. Serie de Zoologia*, vol. 16, Lisboa, 1989, pp. 19-24.
37. *Povos de Timor, povo de Timor, vida, aliança, morte*, Lisboa, Fundação Oriente, 1989, 167 pp.
38. PRESCOTT, J. R. V., *Maritime Boundary Agreements: Australian — Indonesia and Australia — Solomon Island's*, Marine Policy Rep. (1989).
39. ROBIE, D., *Blood in Their Banner: Nationalist Struggles in the South Pacific*, Sydney, Pluto Press, 1989.
40. ROCHA, Carlos Vieira da, *Timor: Ocupação Japonesa Durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, 1989.
41. SANTOS, Frei João dos, *Etiópia Oriental*, ed. Luís de Albuquerque, 2 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 265-237.
42. SOESATRO, M. H., «East Timor: Question of Economic Viability», in *Unity and Diversity: Regional Economic Development in Indonesia Since 1970*, ed. Hall Hill, Singapura, Oxford University Press, 1989.
43. «Tapol East Timor Statement to the UN Desalination Committee», in *Tapol Occasional Report*, n.º 11, Nova Iorque, TAPOL, Agosto de 1989.
44. TEIXEIRA, P.º Manuel, *D. António Joaquim Medeiros, Apóstolo de Timor*, separata *Brigauta. Revista de Cultura*, vol. ix, n.º 34, Julho / Dezembro de 1989.
45. *Timor Link*, n.º 18/19, 1989, pp. 7-9.
46. «Traveling in East Timor with Eyes and Ears Open», in *Inside Indonesia*, 20 de Outubro de 1989.
47. VATIKOTIS, Michael, «Unresolved Torsions Papal Visit Reviews International Focus on East Timor», in *Far Eastern Economic Review*, n.º 26, Outubro de 1989, pp. 32-33.

1990

1. *Agenda Budaya Pulau Timor*, Kupang, 1990, 185 pp.
2. «Australia Rejects Portuguese Criticism of Timor Gap Treaty», in *Backgrounder*, 1 (8), Camberra, 23 de Fevereiro de 1990.
3. BARTU, F., «East Timor: Bloody Past, anguished present», in *Swiss Review of World Affairs*, 40 (3), Junho de 1990.

4. BAXTER, Alan N., «Notes on the Crioulo Portuguese of Bidau», in *Journal of Pidgin and Creole Language*, 5 (1), 1991, pp. 1-38.
5. *Biro Pusat Statistik Indonesia*, Jacarta, 1990.
6. BOXER, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau, Fundação Oriente, 1990.
7. BERGIN, A., «The Australian-Indonesian Timor Gap Maritime Boundary Agreement», in *International of Estuarine and Coastal Life*, 5 (383), 1990.
8. BURKE, A., *The Sad Story of East Timor, a Case Study in Foreign Police in the Australian Press*, Sydney, Faculty of Humanities and Social Sciences / University of Technology, 1990.
9. BURMESTER, H., «The Timor Gap Treaty», in *Australia Mining and Petroleum Association Yearbook*, n.º 233, 1990.
10. — *The Zone of Co-operation Between Australia and Indonesia: a Preliminary Outline with Particular Relevance to Applicable Law*, Londres, 1990.
11. CORTE-REAL, Benjamim de Araújo e, *A Contrastive Analogy Between Tetum and English Consonants*, M.A Theses, University Kristen Satia Wacana, 1990.
12. DOMN, R., *Report from the Mountains of East Timor: Interview With Resistance Guerrilla Commander Xanana Gusmão*, Australian Broadcasting Corporation, Background Briefing, 28-30 de Outubro de 1990.
13. — «Xanana face to face: Interview with East Timorese guerrilla leader», in *Inside Indonesia*, n.º 25, Dezembro 1990.
14. DUARTE, Jorge Barros, *Vocabulário Atauro-Português, Português-Atauro*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1990.
15. *East Timor: Short-Term Detention and III-Treatment*, Londres, Amnesty International, Janeiro de 1990.
16. *East Timor: Amnesty International Statement to United Nations Special Committee on Desalination*, Londres, Amnesty International, 1990.
17. *East Timor Strives for a Better Future*, Jacarta, Public Relations Bureau, 1990.
18. *Evangelho de São Marcos em Tetum*, Díli, 1990.
19. EVANS, G., «Bridge building using an Indonesian design: Politics and Human Rights», in *Inside Indonesia*, Março de 1990.
20. FEITH, Herb, «New Hope for East Timor: From Creative Constitution Mongering Elsewhere», in *Prospek*, Yogyakarta, 1990.
21. FOX, H. (ed.), *Joint Development of Offshore Oil and Gas*, vol. II (The Zone of Cooperation Between Australia and Indonesia: A Preliminary outline with particular Relevance to Applicable Law), Londres, 1990.
22. GAULT-WILLIAMS, M., «Funu: Liberation War Continues in East Timor», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 22 (3), Julho de 1990.
23. HERTSGAARD, M., «The Secret Life of Henry Kissinger», in *The Nation*, 29 de Outubro de 1990.
24. *I am Timorese / Je sui Timorais: Testimonies from East Timor*, Londres, Catholic Institute for International Relations, 1990, 41 pp.

25. *Indonesia / East Timor: A Summary of AI's Concerns*, Londres, Amnesty International, 1990.
26. «Injustice, Persecution and Eviction: A Human Rights Update on Indonesia and East Timor», in *Asia Watch*, Nova Iorque, Março de 1990.
27. JONES, S., *Injustice, Persecution, Eviction: A Human Rights Update on Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, Asia Watch, 1990.
28. LAWSON, Y., *East Timor: Roots continue to grow*, Amesterdão, 1990 (manuscrito).
29. MAGALHÃES, A. Barbedo de, «East Timor, Land of Hope Sound», in *Symposium on Timor*, Universidade do Porto, 28 de Abril a 1 de Maio de 1990.
30. MARQUES, Tito Lívio, *Método Prático para Aprender Makasai*, Lisboa, 1990.
31. MILLS, A., «The Timor Gap Treaty: More paper for the creaks or a foundation for the wall?», in *Inside Indonesia*, 22 de Março de 1990.
32. MOLONEY, G. J., «Australian- Indonesia Timor Gap Zone of Cooperation Treaty: a New Offshore Petroleum Regime», in *Journal of Energy and Natural Resources Law*, 8 (2), 1990.
33. «Murdani's Díli Speech: don't dream, or else...», in *Inside Indonesia*, 23 de Junho de 1990.
34. ONORATO, W. T. e VALENCIA, M. L., *International Cooperation Investment Law Journal*, 5 (1), International Center for Settlement of Investment Disputes, Primavera de 1990.
35. SATIANEGARA, Rifka, *Timor Timur: Mitos dan Kenyataan*, Jakarta, Rosda Jayapura, 1990, 95 pp.
36. SERAN, Julius Bria, *Pantun Babasa Tetun Timor*, Kupang, Yayasan Oemata Moris 1986, 157 pp.
37. SHACKLTON, S., «Planting a Tree in Balibo: A Study in Cross-Cultural Relations», in *Island Magazine*, Outubro de 1990.
38. STEPAN, S., *Credibility Gap: Australia and the Timor Gap Australian Council for Overseas Aid*, 1990.
39. *Tapol Occasional Report*, n.º 13, Londres, TAPOL, 1990.
40. TAYLOR, John, «The Indonesian Occupation of East Timor 1974-1989, a Chronology», Catholic Institute for International Relations / Oxford University, 1990.
41. «The End of Colonialism by the 2000, Aide-Memories: East Timor Diplomatic and Intelligence Digest, 1 de Julho de 1990.
42. WALSH, P., «The People rides the Indonesian rapids without rocking the boat», in *National Outlook*, 11 (10), Janeiro de 1990.
43. — «Timor Gap: Oil Poured on Bloodied Waters», in *Arena*, n.º 90, Melbourne, 1990.
44. WILDE, D e STEPA, S., «The Treaty between Australia and the Republic of Indonesian Province of Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia», in *Melanesian Law Journal*, n.º 18, 1990.

45. WRAY, Christopher C. H, *Timor 1942: Australian Commandos at War with the Japanese*, 2.^a edição, Port Melbourne, Mandarin Australia, 1990.

1991

1. ARNDT, H. W., «Dili is a tragedy, but hold fire on Indonesia», in *The Australian*, n.º 6, Dezembro de 1991.
2. BARRETO, Pascoela, *Feto Rai Timor. Mulheres de Timor*, Lisboa, Fundação de Relações Internacionais, 1991.
3. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, *Posição da Igreja Católica Perante a Visita da Delegação Parlamentar Portuguesa* (carta pastoral), Díli, Imprensa da Diocese, Setembro 1991.
4. BURTON, John, «Conflict Resolution as a Political Philosophy», in *Interdisciplinary Peace Research*, vol. III, n.º 1, Maio/Junho de 1991.
5. *Coral. Revista da Fundação Autronesia Borja da Costa*, Lisboa, n.º 1 (Dezembro de 1990) e n.º 2 (Setembro de 1991).
6. CRUZ, António Oliveira, *Timor: Mártir Timor (Política)*, Lisboa, 1991.
7. DALTON, B., *Indonesia Handbook, and Cbico*, Moon Publications, 1991.
8. *East Timor: After the Massacre*, Londres, Amnesty International, 1991.
9. *East Timor: Amnesty International Statement to the United Nations Special Committee on Desalinization, August 1991*, Londres, Amnesty International, 1991.
10. «East Timor», in *Indonesia Reports*, n.º 53, 1991.
11. «East Timor: Keeping the Flame of Freedom Alive», in *ACFOA Development Dossier* n.º 29, Camberra, Australian Council for Overseas Aid, 1991.
12. *East Timor: Repression and Resistance. A Review of the 15th Year of Indonesia Occupation*, Lisboa, A Paz é Possível em Timor Leste, 1991.
13. *East Timor: The Santa Cruz Massacre*, Londres, Amnesty International, 1991.
14. *East Timor: Towards a Just Peace in the 1990*, Camberra, Australian Council for Overseas Aid, 1991.
15. «East Timor: United Nations Resolutions 1975-1982», in *Tapol Occasional Report*, n.º 14, Londres, TAPOL, 1991.
16. *East Timor: Update on Human Rights Concerns Since August 1990*, Londres, Amnesty International, 1991.
17. EVANS, G., *Press Briefing on East Timor*, 26 de Novembro de 1991 (transcrito).
18. FONTEYNE, J. P. L., «The Portuguese Timor Gap Litigation Before the International Court of Justice: a Brief Appraisal of Australia's Position», in *Australian Journal of International Affairs*, 45 (2), Novembro de 1991.
19. FORBES, V. L. e AUBURN, F. M., *The Timor Gap Zone co-operation. Boundary Briefing n.º 9*, Durham, International Boundaries Research Unit / University of Durham, 1991.
20. FRAILE, (P^o) Manuel, *Katekismo Sarani Diocese Dili Nian*, 1991, 78 pp.

21. FREDERICO, J., «Refugee Voices: a Well — Founded Fear of Being Persecuted?», in *Journal of Refugee Studies*, 4 (1), 1991, pp. 82-92.
22. «From Santa Cruz do Jacarta: Timorese protested in Jalan Thamrin», in *Inside Indonesia*, 29 de Dezembro de 1991.
23. FRENEY, D. A., *Map os days: Life on the Left*, Port Melbourne, William Heinemann Austrália, 1991.
24. «Getting Away With Murder: the Díli Massacre Court Martial», in *Inside Indonesia*, n.º 31, Junho 1991.
25. GUSMÃO, Xanana, «Portugal's Inadequacy. Two Post-massacre Letters from Xanana Gusmão», in *Inside Indonesia*, n.º 29, Dezembro de 1991.
26. GUTTERRES, F. da C., *Profil Konversi di Timor Timur: Case Study di Desa Santa Cruz*, Thesis, Faculty of Law of Satya Wacana Christian University, 1991³⁹.
27. *Hearing on East Timor: the Santa Cruz Massacre*, Londres, House of Commons/Parliamentary Human Rights Group, 17 de Dezembro de 1991.
28. HILL, D. e SEM, D., «How Jacarta Saw the Massacre», in *Inside Indonesia*, n.º 29, Dezembro de 1991.
29. HODGE, E., «The Impact of the ABC on Australian-Indonesian Relations Since Timor», in *Australian Journal of International Affairs*, 45 (1), Maio de 1991.
30. *Human Rights Concerns in Indonesia / East Timor. Statement Before the Senate Foreign Relations Committee, February 21, 1991*, Washington D.C., Amnesty International, 1991.
31. HUMPHRIS, Colin, *Traped on Timor: a Story of one of the Largest and most Unusual Escapes from Japanese Occupied Territory by RAAF Personal During the Early Stages of World II*, Victoria Harbor, S. Aust C. Humhris, 1991, 120 pp.
32. «Interrogation of an Activist: Interview with Indro Tjahjono», in *Inside Indonesia*, n.º 29, Dezembro de 1991.
33. JOLIFFE, J., «Behind the Timor Massacre», in *Guardian Weekly*, 1 de Dezembro de 1991.
34. LIVESLEY, K. P., «The Timor Gap Treaty — An Update», in *Australian Mining and Petroleum Law Association Bulletin*, n.º 213, 1991.
34. METZENER, J. e RUMAWASA, F., *Evolution Report of Yayasan ETADEP (Ema Mata Dalam Ela Progresso)*, Díli, Province of East Timor, Junho de 1991.
36. MUBIARTO, Prof. Dr. et al., *East Timor: The Impact of Integration. An Indonesian Socio-Anthropological Study*, Yogyakarta, Gadjah Mada University / Research Center for Village and Regional Development, 1991 [também editado em Northport (Australia), Indonesian Resources and Information Program, Dezembro de 1991].
37. MULLER, K., «East of Bali: From Lombok to Timor», in *Berkeley*, ed. D. Pickell, Singapura, Periplus, 1991.

³⁹ Tese intitulada *O Perfil da Troca de Terra em Timor-Leste: o Caso Particular da Vila de Santa Cruz*.

38. NAIRN, A., «The Talk of the Town: Notes and Comment», in *The New Yorker*, Dezembro de 1991.
39. «Nine Takes all: Indonesian sing East Timor's land-title system», in *Inside Indonesia*, Março de 1991.
40. O SHAUGHNESSY, H., «Secret Killing of a Nation», in *The Observer*, Londres, 7 de Abril de 1991.
41. *Paz (A) é Possível em Timor-Leste*, Comissão para os Direitos do Povo Maubere, 1991.
42. PELISSIER, R., *Du Sabara a Timor: 700 Livres Analyses sur l'Afrique et l'Insulinde ex-iberiques*, Orgeval, France Pelissier, 1991.
43. *Profil Diosis Dili*, Institut Pastoral Indonesia / Filial Dili / Universitas Timor Timur, Maio de 1991.
44. «Realty between Australia and the Republic of Indonesia Province of East Timor and Northern Australia (Timor Gap Treaty)», in *Australian Treaty Series*, n.º 9, Camberra, Australia Department of Foreign Affairs and Trade, 1991.
45. ROBINSON, R., *Indonesia: the Rise of Capital*, Londres, Zed Books and Sydney Pluto Press, 1991.
46. SALDANHA, João Mariano, *Perekonomian Timor Timur, Profil dan Prospek*, Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1991.
47. SALIWANGI *et al.*, *Sistem Morfologi, Kata Kerja (Verba Babasa Tetum)*, Jakarta, Depp. Pendidikan dan Kebudayaan R.I., 1991.
48. *Santa Cruz Massacre, Selected Articles from the Australian and International Press*, Melbourne, East Timor Talks Campaign, Dezembro de 1991.
49. SCHWARZ, A., «Suharto's Dilemma», in *Far Eastern Economic Review*, 26 de Dezembro de 1991.
50. SCOBBIIE, I., «The East Timor Case: the Implications of Procedure for Litigation Strategy», in *Oil and Gas Law and Taxation Review*, n.º 273, 1991.
51. SMART, A., «The Timor Gap Zone of Co-operation Treaty», in *Australia and Indonesia: A Partnership in the Making*, ed. D. Anderson, Sydney, Pacific Security Research Institute, 1991.
52. SOUZA, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, 329 pp.
53. STAHL, Max, «Massacre Among the Grave's», in *Independent on Sunday*, 17 de Novembro de 1991.
54. SWORD. K. e WALSH, P., *Opening Up: Travelers Impressions of East Timor, 1989-1991*, Melbourne, Australia East Timor Association, 1991.
55. «Tapol Statement to the UN Desalinization Committee, August 1991», in *Tapol Occasional Report*, n.º 15, Londres, TAPOL, 1991.
56. TAYLOR, John G., *Indonesian Forgotten War, the Hidden History of East Timor*, Londres, Zed Books and Sydney Pluto Press, 1991, 230 pp.
57. «Timor: not ideology but nationalism. Interview with John Mac Dougall», in *Inside Indonesia*, n.º 29, Dezembro de 1991.

58. «The Killing Fields of East Timor: Comment and analysis in the British Press (November / December 1991)», in *Tapol Occasional Report*, n.º 17, Londres, 1991.
59. «The Timor Gap Treaty», in *Harvard International Law Journal*, 32 (2), Primavera de 1991.
60. «The Santa Cruz Massacre: Eye witness accounts», in *Inside Indonesia*, n.º 29, Dezembro de 1991.
61. TODD, H., «Death in East Timor», in *Asian wall Street Journal*, 25 de Novembro de 1991 [reimpresso com o título «A Son's Death in East Timor», in *The Wall Street Journal*, 3 de Dezembro de 1991].
62. YEN, A., *Under the Covers of Darkness: The East Timor Plight in the Sub-Commission*, Genebra, International Service for Human Rights, 13 de Maio de 1991.

1992

1. AARONS, Mark e ROBERT, Dom, *East Timor: a Western Made Tragedy*, Sydney, Left Book Club, 1992.
2. ALATAS, Ali, *Debunking the Myths Around the Process of Desalinization* (Remarks by the Indonesian Foreign Minister to Members of the National Press Club Members in Washington D. C. on 20 February 1992).
3. ANDERSON, D., «Independence for East Timor», in *IPA Review*, 45 (2), 1992.
4. *A Review of Australia's Efforts to Promote and Project Human Rights*, Camberra, Australian Parliament Joint Standing Committee on Foreign Affairs, Defense and Trade, Dezembro de 1992.
5. AZNAM, S., «Counting the Cost of Timor», in *Far Eastern Economic Review*, 2 de Abril de 1992.
6. BARLETT, J. W., «Blood on Our Hands», in *On the Issues*, n.º 25, Inverno de 1992.
7. BELE, A., «Suku Bunaq di Pedalaman Timor», in *Hidup*, 46 (28), 12 de Julho de 1992⁴⁰.
8. BESSA, Carlos A., *A Libertação de Timor na II.ª Guerra Mundial: importância dos Açores para os Interesses dos Estados Unidos*, Lisboa, 1992.
9. BRUCE, R. H., «US response to the East Timor Massacre: Historical grounds for skepticism about a suggested remedy», in *IOCPS Briefing Paper*, n.º 4, Perth, Indian Ocean Center for Peace Studies / University of Western Australia, 1992.
10. CARDOSO, G. F., «Peristiwa berdarah Santa Cruz: Implikasi Model Pembangunan», in *Veritas*, Díli, Majalah Universitas Timor-Timur, 1 (4), 1991-1992⁴¹.
11. CARDOSO, Luís, *Crónica de uma Travessia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.
12. CASIMIRO, J., «Kao Tai East Timor», in *Habitat Australia*, 20 (2), Abril de 1992.
13. CHINKEN, C. M., «The Law and Ethics of Recognition: Cambodia and Timor», in *Ethics and Australia Foreign Policy*, ed. P. Keal, Sydney, Allen & Unwind e Camberra, Department of International Relations / Australian National University, 1992.

⁴⁰ Artigo intitulado «A Tribo Bunaq do Interior de Timor».

⁴¹ Artigo intitulado «O Sangrento Acontecimento de Santa Cruz: suas Implicações e Modelos de Desenvolvimento».

14. CLARENCE-SMITH, W. G., «Planters and smallholders in Portuguese Timor in the Nineteenth and Twentieth Centuries», in *Indonesia Circle*, 57, Março de 1992, pp. 15-30.
15. CLARK, R. S., «Timor Gap: The Legality of the Treaty on the Zone Cooperation in an Area between the Indonesian Province of East Timor and Northern Australia», in *Pace Yearbook of International Law*, 4 (69), 1992.
16. — «The Substance of East Timor Case in the International Court of Justice», in *International Platform of Jurists for East Timor*, Londres, 5-6 de Dezembro de 1992.
17. COLEBATCH, Hall, «Impressions of Timor, 1993», in *Quadrant*, Dezembro de 1992.
18. CRUZ, António Oliveira, *Timor Política*, Lisboa, 1992.
19. — *Poematria Timor*, Lisboa, 1992.
20. DEFERT, Gabriel, *Timor Leste, le Génocide Oubli: Droit d'un Peuple et Raison d'État*, Paris, Harmattan, 1992.
21. DUNN, J. S., «East Timor: a Sorry Saga», in *The Bulletin*, 22 de Dezembro de 1992.
22. «East Timor: a backgrounder», in *Pacific Issues*, n.º 11, Auckland, Maio de 1992.
23. *East Timor: an International Responsibility*, Londres, Catholic Institute for International Relations, 1992, 28 pp.
24. «East Timor: Back on the Agenda», in *Pacific Islands Montbly*, 62 (1), Janeiro de 1992.
25. *East Timor, Building For the Future: Issues and Perspectives*, Jacarta, Department of Foreign Affairs, Julho de 1992.
26. «East Timor: Eyewitness Account Before UN Commission of Human Rights, February 1992», in *Disarming Times*, 17 (2), Abril de 1992.
27. «East Timor: from the Portuguese pan into the Indonesian fire», in *Pacific Islands Montbly*, 62 (1), Janeiro de 1992.
28. *East Timor: in Accordance With the Law. Statement before the United Nations Special Committee on Desalinization*, Londres, Amnesty International, Julho de 1992.
29. *East Timor 1974-1992. Years of Silence, Images of Resistance (Exhibition Catalogue)*, Oxford, Museum of Modern Art, 1992.
30. «East Timor: Portugal v. Australia», *Yearbook of International Law*, n.º 5, Haia, 1992.
31. «East Timor: The November 12 Massacre and its Aftermath», in *Asia Watch*, Nova Iorque, 1992.
32. ESCARAMEIA, P., «The Meaning of Self-Determination and the Case of East Timor», in *Catholic Institute for International Relations Conference on Indonesia's Occupation of East Timor Legal Questions*, Londres, 5-6 Dezembro 1992 (não publicado).
33. *Evangelho de São João em Tetum*, Díli, 1992.
34. FEITH, H., «East Timor: After the Díli Massacre», in *Pacific Research*, 5 (1), Camberra, Fevereiro de 1992.

35. — «Conflict in East Timor», in *Peace Review*, 4 (2), Verão de 1992.
36. — «East Timor: The Opening Up, the Crackdown and the Possibility of a Durable Settlement», in *Indonesia Assessment 1992: Political Perspectives on the 1990*, ed. H. Crouch & Hal Hill, Camberra, Australian National University (Political and Social Change Monograph, n.º 17), 1992.
37. — «New Moves for Peace in East Timor: José Ramos Horta's proposals», in *Inside Indonesia*, n.º 31, Junho de 1992.
38. «From Tiananmen to Timor», in *The Economist*, Dezembro de 1991 e Janeiro de 1992.
39. FERREIRA, Filipe, *A nona do Pinto Brás: novela timorense*, Lisboa, Editora de Revistas e Livros, 1992, 65 pp.
40. HYLAND, T., «US scholar tips dramatic change in Indonesian view of East Timor», in *The Missing Peace (Newsletter of the East Timor Talk Campaign)*, n.º 4, Setembro de 1992.
41. *Indonesia / East Timor, Santa Cruz: the Government Response*, Londres, Amnesty International, 6 de Fevereiro de 1992.
42. *Indonesia / East Timor: the Suppression of Dissent*, Londres, Amnesty International, Julho de 1992.
43. *Kaibauk. Boletim do Informação Timorense*, Lisboa, 1992-1995.
44. KING, P., «The Koala, the Komodo and Conflict Resolution: a New Agenda for Australia's Relation with Indonesia», in *Prospects for Peace: Chafes in the Indian Ocean*, Perth / Camberra, Indian Ocean Center for Peace Studies / University of Western Australia (IOCPS Monograph n.º 1, ed. R. H. Bruce) / Australian Institute of International Affairs, 1992.
45. KOHEN, A. S., «Massacre on prime Time: Making an Issue of East Timor», in *The Nation*, 10 de Fevereiro de 1992.
46. LAMBOURNE, W., *Australian Foreign Policy Towards Indonesia and East Timor: Real Politic, Ethics and the National Interest* (MA International Relations Research Essay), Camberra, Research School of Pacific Studies / Australian National University, Março de 1992.
47. LEADBEATER, M., «East Timor: An Unprecedented Opportunity for International Action», in *Peace link*, Abril de 1992.
48. LIECHTY, C. Philip, «How Indonesia Engulfed East Timor», in *The Washington Post*, 6 de Janeiro de 1992.
49. LIGHT, M., «Forlorn and forgotten: the Sad Plight of East Timor», in *Harvard International Review*, 14 (3), Primavera de 1992.
50. LIMA, Maria Fernanda, *Obrigações de Portugal como Potência Administrante do Território não Autónomo de Timor-Leste*, Lisboa, Assembleia da República, 1992, 119 pp.
51. MAGALHÃES, A. Barbedo de, *East Timor: Indonesian Occupation and Genocide*, Porto, Universidade do Porto, 1992.

52. — «East Timor, Land of Hope», in *Second Symposium on Timor*, Porto, Universidade do Porto, Março de 1992.
53. MORRIS, Cliff, *A Traveler's Dictionary in Tetum-English and English-Tetum from the land of sleeping crocodile East Timor*, Frankston, Australia Baba Dook Books, 1992,
54. NEONBASU, Gregorius Junus, *Keadilan dan Perdamaian di Diosis Dili, Timor Timur: Dalam Terang Ajaran Resmi Gereja Katolik*, Dili, Komisi Komunikasi Sosial Diosis Dili, 1992 ⁴².
55. NETTHEIM, Garth, «Human Rights and East Timor, in International Law and International Politics», in *International Platform of Jurists for East Timor*, Londres, 5-6 de Dezembro de 1992.
56. NITIMIHARDJO, Handjojo *et al.*, *East Timor, a Photographic Record*, Antara/Jacarta, 1992, 162 pp.
57. *Not By Bread Alone: Report on a Visit to East Timor by an Ecumenical Delegation Representing the Christian Conference of Asia and the World Council of Churches, 16-19 April 1992*, Christian Conference of Asia / World Council of Churches, 1992.
58. *Pemda Tk. I. Timor Timur: Serimoni Serab terima Jabatan Gubernur Kepala Daerah*, Dili, Tk. I. Propinsi Timor Timur, 1992.
59. «Punishing the Victim: Heavy Sentences for East Timorese Protestors», in *Inside Indonesia*, n.º 31, Junho de 1992.
60. QUINN, K. M., «East Timor, Indonesia and US Policy», in *US Department of State Dispatch*, 3 (11), 16 de Março de 1992.
61. REID, A., «What can we do about East Timor», in *Uniya*, Outono de 1992.
62. RENARD, Clamagirand B., *Marobo: une société ema de Timor*, Paris, SELAF, 1992.
63. RIGAUD, F., «East Timor and Western Sahara: a Comparative View», in *Catholic Institute of International Relations Conference on Indonesia's Occupation of East Timor Legal Question*, Londres, 5-6 de Dezembro 1992 (não publicado).
64. ROFF, S. Rabbrit, *Timor's Aeschylus: Indonesian and Australian Policy in East Timor, 1974-1976*, Lewiston, The Edwin Millen Press, 1992.
65. ROWLAND, I., *Timor Including the Island of Rote and Ndao*, Oxford, Clio Press (World Bibliographical Series, vol. 142), 1992, 117 pp.
66. SCHWARZ, A., «Burden of Blame», in *Far Eastern Economic Review*, 9 de Janeiro de 1992.
67. SOESASTRO, M. H., «Procession of Death», in *Observer Magazine*, 23 de Fevereiro de 1992.
68. SUTER, K. D., «East Timor: The International Dimension», in *Unity*, n.º 26, Camberra, Maio de 1992.
69. — «East Timor: a War with no Winners», in *Current Affairs Bulletin*, 69 (7), Dezembro de 1992.

⁴² Obra intitulada *Justiça e Paz na Diocese de Dili: Timor-Leste na Luz dos Ensinamentos na Igreja Católica*.

70. SHERLOCK, S., *East Timor: a Challenge for Indonesia and Australia*, Camberra, Parliamentary Research Service, Março de 1992.
71. STAHL, Max, «Procession of Death», in *Observer Magazine*, 23 de Fevereiro de 1992.
72. STEPAN, S., «Portugal's Action in the International Court of Justice Against Australia Concerning the Timor Gap Treaty», in *Melbourne University Law Review*, n.º 18, Dezembro de 1992.
73. SUPRIHANTO, R. B., *Tata babasa Kelas Kata Babasa Tetum*, ed. Autor, 1992.
74. SWORD, K. e WALSH, P., (ed.), *The Face of a Drowning Man*, New Internationalist, Abril de 1992.
75. «The Cemetery Called East Timor», in *The New York Times*, 25 de Dezembro de 1992.
76. «The Indonesian Human Rights Campaign. TAPOL Statement to the UN Desalinization Committee, July 1992», in *Tapol Occasional Report*, n.º 19, Londres, TAPOL, 1992.
77. *Timor Timur Dalam Angka 1990*, Díli, Bappeda Tk I dan Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, 1992 ⁴⁵.
78. TOLOMUNDUNG, Muchlis D. J., *Kami Ingin Lebib Bebas. Uskup Belo, Integrasi, Insiden 12 Niovenber dan Abri*, Matra, Agosto de 1992.
79. *Tragedy in East Timor. Report on the Trials in Díli and Jakarta*, Genebra, International Commission of Jurists, Outubro de 1992.
80. TURNER. M., *Telling East Timor Personal Testimonies, 1942-1992*, Kensington, New South Wales University Press, 1992.
81. VAN KLINKEN, G., «Jakarta after the Santa Cruz Massacre», in *Inside Indonesia*, n.º 30, Março de 1992.
82. VASCONCELOS, J., *Timor: Imperativo de Consciência*, Lisboa, 1992.
83. *Verbatim of a Press Meeting of Indonesian Foreign Minister Ali Alatas at the National Press Club*, Washington, D. C., 20 de Fevereiro de 1992.
84. WALSH, P., «Peace in East Timor: a Long Shot», in *Disarming Times*, 17 (1), Fevereiro de 1992.
85. WEBSTER, D., «And What is Stopping the UN?», in *Peace Magazine*, 8 (3), Maio/Junho de 1992.
86. WILSON, Allen K., *Traveling Trough Timor*, Mareba, Pineville Publications, 1992, 71 pp.
87. WOOLCOTT, R., *Myth sand Realities in our approach to Indonesia*, Sydney, Address to the Sydney Institute, 26 de Maio de 1992.

⁴⁵ Estatísticas sobre Timor Leste em 1990.

1993

1. ADITJONDRO, G. J., «Prospek Pembangunan Timor Timur Sesudah Penangkapan Xanana Gusmão», in *Dian Ekonomi*, n.º 2, 1992-1993 ⁴⁴.
2. ANDERSON, B., «Imagining East Timor», in *Arena*, Abril de 1993.
3. ANRDIS, A. B. Balmaks, *The Influence of East Timor on Australia's Relationship with Indonesia*. MA Thesis, Victoria, Deakin University, 1993.
4. ARAÚJO, R., «Reminiscences of East Timor», in *Nieman Reports*, 47 (3), 1993.
5. «A Report on the Condition of East Timorese Political Prisoners, October 1993», in *Tapol Occasional Report*, n.º 23, Londres, TAPOL, 1993.
6. *Australia's Relations with Indonesia*, Camberra, Australian Parliament Joint Standing Committee on Foreign Affairs, Defense and Trade, Novembro de 1993.
7. BERGMAN, S., «Undelivered Terror as the World Looks Elsewhere, a Small Island Suffers a Hideous War», in *Guardian Weekly*, 18 de Abril de 1993.
8. BOAVIDA, João Frederico, *The Fusion of Religion and Nationalism in East Timor. A Culture in the Making*. Thesis, Oxford, 1993.
9. BURGEL, H., «East Timor», in *Medicine and War*, 9 (2), 1992.
10. CLARK, R. S. A., «Some International Law Aspects of the East Timor Affair», in *Journal of International Law*, 5 (2), Leida, 1992 [reimpresso com o título «The East Timor Affair» in *International Law Camoes Center Quarterly*, 4 (25), 1992-1993].
11. CLARK, Professor Rogers S., *Petition Concerning East Timor Present to the Special Committee on the Situation With Regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and People*, Camden NJ, International League for Human Rights, Julho de 1993.
12. COSTA, Hélder da, «Development in the ESE of East Timorese», in *The Jakarta Post*, 26 de Agosto de 1993.
13. CROWE, Louis de Groot Jack (ed.), *The Church and East Timor: a Collection of Document by National and International Catholic Church Agencies*, Melbourne, Catholic Commission for Justice, Development and Peace, 1993, 62 pp.
14. DAVIDSON, K., *Portuguese Colonization of Timor: The Final Struggle, 1385-1412*. Phd Thesis, Sidney, University of South Wales, 1993.
15. *Deparremen Pendidikan dan Kebudayaan R. I.*-Direktorat Jenderal Pendidikan Dasar dan Menengah-Sejarah Perjuangan Timor Timur, 1993.
16. *East Timor: State of Fear. Statement before the United Nations Special Committee on Desalinization*, Londres, Amnesty International, Julho de 1993.
17. «East Timor: Sweet Seventeen», in *Indonesia Magazine*, 24 (3), 1993.
18. *East Timor: Unfair Political trial of Xanana Gusmão*, Londres, Amnesty International, Julho de 1993.

⁴⁴ Artigo intitulado «Perspectivas de Desenvolvimento em Timor-Leste, depois da detenção de Xanana Gusmão».

19. FEITH, Herb, *The East Timor Issue Since the Capture of Xanana Gusmão*, Fitzroy, 1993, 37 pp.
20. FRUHRMAN, «East Timor: an Intractable Problem», in *New Zealand International Review*, 18 (1), Janeiro de 1993.
21. GARDINER, L., *East Timor: Self-determination?* (Master of International Studies Thesis), Sydney, Department of Government and Public Administration / University of Sydney, Fevereiro de 1993.
22. HULL, G., *Mai Koalia Tetun. A Course in Tetum-Praça, The Lingua Franca of East Timor*, Sydney, Australia Catholic Relief and Australian Catholic Social Justice Council, 1993.
23. *Indonesian/ East Timor. Seven East Timorese Still in Danger*, Londres, Amnesty International, Julho de 1993.
24. *Indonesian / East Timor, A New Order? Human Rights in 1992*, Londres, Amnesty International, Fevereiro de 1993.
25. JARDINE, Matthew, «The Secret Sacrifice of East Timor», in *Christianity and Crisis*, 53 (1), Fevereiro de 1993, pp. 16-18.
26. KING, P., «Breaking Deadlocks. Peace-making Opportunities for Australia in East Timor, West Papua, and Papua New Guinea», in *Peace and Security in the Asia Pacific Region: Post-Cold War Problems and Prospects*, ed. K. Clements, Tóquio, United Nations University Press & Palmerston North NZ Dunmore Press, 1993.
27. MARQUES, Tito Lívio, *Masuleu – Literatura de Timor (popular)*, Lisboa, 1993.
28. *Matebian News*, NSW, East Timor Information & Documentation Center, 1993-2000.
29. MATOS, Artur Teodoro de, «Timor and the Portuguese Trade in the Orient during the 18th Century», in *As Relações Entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente (Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa)*, Macau/ Lisboa, 1993, pp. 437-445.
30. NEVINS, J., *National Self-Determination in East Timor: power, nationalism and political geographical contexts*. Dissertation, UCLA, 1993.
31. O'SHAUGHNESSY, H., «Jakarta's Spider Web of Oppression», in *The Observer*, Londres, 30 de Maio de 1993.
32. PALMA, António A., *The Timor Gap Treaty Report-Canada The East Timor Alert Network*, Abril de 1993.
33. «Remembering History in East Timor: the Trial of Xanana Gusmão and a Follow-up to the Dili Massacre», in *Asia Watch*, 5 (8), Nova Iorque, Abril de 1993.
34. RYAN, Paul, *Timor: A Traveling Guide*, Camberra, Panther Publishing, 1993.
35. SCHEINER, C., «East Timor Update», in *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 25 (1), 1993.
36. SHENON, Philip, «Dili Journal», in *New York Times* (International edition), 24 de Abril de 1993.
37. — «Repression as Legacy of Timor Killing», in *International Herald Tribune*, 22 de Abril de 1993.

38. *17 Tabun Timor Timur membangun*, Díli, Biro Hubungan Masyarakat Setwilda Tingkat 1 Timor Timur, 1993.
39. «State of War: the diary of Inês Serra Lopes in East Timor, Feb. 1993», in *Tapol Occasional Report*, n.º 21, Londres, TAPOL, 1993.
40. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portugues Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993.
41. SUTER, K. D., «Timor Gap Treaty: The Continuing Controversy», in *Marine Policy*, 7 (4), Julho 1993.
42. SYLVAN, Fernando, *A Voz Fagueira de Oan Timor-Poesias*, Lisboa, Edições Colibri, 1993, 137 pp.
43. «Tapol Statement to the Un Desalinization Committee, July 1993», in *Tapol Occasional Report*, n.º 22, Londres, TAPOL, 1993.
44. *The UN and East Timor. Why don't the System Work?*, Hiroshima, International Federation for East Timor, 1993.
45. TAYLOR, J. G., «The Emergence of a Nationalist Movement in East Timor», in *Indigenous People of Asia*, ed. R. H. Barnes, A. Gray e B. Kingsbury, Association of Asian Studies / University of Michigan (Monograph n.º 48), 1993.
46. TILMAN, Armindo da Costa, *Matadalan Nosi Tetun — Timor Lian*, Lisboa, Tip. Silvas, 1993, 187 pp.
47. WATTS, D., «Portugal Presses UK to Support East Timor Vote», in *The Times*, 29 de Abril de 1993.
48. WILSON, «Beri Timor Timur Porsi Kegiatan Eksplorasi di Celah Timur», in *Suara Pembaruan*, n.º 2, Janeiro de 1993.

1994

1. ADITJONDRO, George Junus, «From Memo to Tutuala. Kaleidoscopo of Environmental Problems in East Timor», in *East Timor: an Indonesia Intellectual Speaks Out*, ed. Herb Faith, Emma Baukch e P. Walsh, Deakin, ACFOA, 1994, 65 pp.
2. — *In the Shadow of Mount Remelau. The Impact of the Occupation of East Timor*, Leida, Indonesia Documentation and Information Center, 1994, 96 pp.
3. ALMEIDA, António de, *O Oriente de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente / Centro de Estudos Orientais, 1994, 745 pp.
4. AUBURN, F. M. e FARBES, V. L., «Resolution and the Timor Gap Treaty», in *IOCPs Occasional Paper*, n.º 35, Perth, Indian Ocean Center for Peace Studies / University of Western Australia, 1994.
5. BAKER, G. Evans, «Australia Should not Be Ashamed of Timor Policy», in *Financial Review*, 27 de Setembro de 1994.
6. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, *Dokumen Gereja Katolik*, 1994.
7. BOYES, Margaret King, *Eden to Paradise and Paradise Lost*, Adelaide, The Australian Research Foundation for Pacific / Blackwood Press, 1994, 188 + 81 pp.
8. BRATASIDARMA, H. P., SJ, *Insiden UNTIM* (14 de Julho de 1994), Lampiran Kronologis dan Catatan Refleksi, n.º 1, 1994.

9. *Bolletim Tapol*, n.º 126, 1994, pp. 5-6.
10. BRESNAN, John, *From Dominos to Dynamos: the Transformation of Should not East Asia*, Nova Iorque, Council on Foreign Relations Press, 1994.
11. «Clinton Confronts Soeharto Over East Timor», in *International Herald Tribune*, 16 de Novembro de 1994.
12. «Diperlukan Gembarakan Diplomasi untuk tuntaskan Soal Tim Tim», in *Surabaya Post*, 27 de Agosto de 1994.
13. DJALAL, D. P., «Reconciliation Paves Way For United East Timor», in *The Jakarta Post*, 10 de Outubro de 1994.
14. DOY, Valens, «APA Dosa Rakyat Timor Timur?», in *Suara Timor Timur*, 10 de Novembro de 1994.
15. «East Timor Already Has Greater Autonomy: Alatas», in *The Jakarta Post*, 16 de Setembro de 1994.
16. GUNN, Geoffrey e JEFFERSON, Lee, *East Timor Calling: a Critical View of Western Journalism and Scholarship on East Timor Since 1975*, Manila, 1994, 272 pp.
17. GUSMÃO, Xanana, *Timor Leste. Um Povo. Uma Pátria*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, 353 pp.
18. HORTA, José Ramos, *Timor Leste. Amanbã em Dili*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, 385 pp.
19. IBARAJ, Sonny, *East Timor, Blood and Tears in ASEAN*, Chiang Mai, Silkworm Books PO Box 76, 1994.
20. *Indonesia and East Timor: Power and Imparity Human Rights under the New Order*, Londres, Amnesty International, 1994, 126 pp.
21. JONES, Sydney, *«The Limited of Openeness»: Human Ribgts In Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, Human Rights Watch, 1994, 145 pp.
22. LOBATO, Manuel, «Timor», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ed. Luís de Albuquerque, vol. II, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, pp. 1034-1037.
23. «Masalah Tim Merupakan Proses Terus Berkembang», in *Bisnis Indonesia*, 27 de Agosto de 1994.
24. MASTERS, Edward, «East Timor Record Is Not All Bad», in *Asian Wall Street Journal*, 22 de Agosto de 1994.
25. MELO, Carlos Galvão de, «Indonesia and the Friendship Association», in *The Jakarta Post*, 29 de Janeiro de 1994.
26. NEONBASU, Gregor (ed.), «Sejarah Pemerintahan Raja — Raja Timor», in *Suatu Kajian Peta Politik Pemerintahan Kerajaan di Timor Sebelum Kemerdekaan R I*, Pustaka Sinar Harapan, 1994.
27. NCLIAYE, Bacre Waly, *Report on bis mission to Indonesia and East Timor from 3 to 13 July 1994*, United Nations Economic and social Council / Commission on Human Rights, 1994.
28. *New Internationalist*, n.º 253, Londres, Março de 1994, pp. 1-28.

29. NGOO, Irene e SINAGA, Simon, E Timor Flare-up is Media Hype, sys P. M. Goh, the Straits Times, 16 de Novembro de 1994.
30. *O Encontro de Londres entre os Líderes Timorenses (10-14 de Dezembro de 1993)*, Lisboa, 1994, 57 pp.
31. O'SHAUGHNESSY, Hugh, *East Timor: Getting Away with Murders, Word and Pictures by Hugh O'shaughnessy*, Londres, British Coalition for East Timor, 1994, 32 pp.
32. PILGER, John, «East Timor: a Land of Crosses», in *The New Internationalist*, n.º 253, Março de 1994.
33. *Pola Dasar Pembangunan Daerah Propinsi Daerah Tingkat Timor Timur, 1994/1995-1998/1999*, Díli, Pemerintah Propinsi Daerah Tingkat I Timor Timur, 1994.
34. «Portuguese support over East Timor Issue Crumbling», in *The Jakarta Post*, 23 de Janeiro de 1994.
35. REBELO, Cap. José, *Timor, Usos e Costumes*, Setúbal, ed. Autor, 1994, 97 pp.
36. ROFF, S. R., *East Timor: a Bibliography 1970-1993*, Camberra, Peace Research Center / Australian National University (Working Paper, n.º 148), 1994.
37. RUCHIATNA, Adang, «Langkah Penyelesaian Masalah Timor Timur» (paper Presented in a Discussion of the book Ekonomi Politik Pembangunan Timor Timur, National Institute of Science), Jakarta, 30 de Agosto de 1994.
38. SALDANHA, João Mariano de Sousa, *Ekonomi Politik Pembangunan Timor Timur*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan, 1994, 361 pp.
39. — *The Political Economy of East Timor Development*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan, 1994, 414 pp.
40. SCHWARZ, Adam, *A Nation in Waiting: Indonesia in the 1990s*, Sydney, Allen and Unwind, 1994.
41. SCOTT, David, *Ten Days in East Timor and the Case for Talks*, Victoria, Fitzroy, 1994, 28 pp.
42. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, Díli, 1994.
43. SINGH, B., «Reports on East Timor Not Yet Neutral», in *The Jakarta Post*, 29 de Novembro de 1994.
44. SUBENO, H., «Harapan dan Realitas Integrasi Timor Timur», in *Republika*, 26 de Maio de 1994.
45. SUDIARTHA, I. Wayan, *Survey Babasa dan Sastra di Timor-Timur*, Jakarta, Pusat Pembinaan dan Pengembangan Bahasa / Departamen Pendidikan dan Kebudayaan, 1994, 91 pp.
46. *The Limits of openness. Human Rights in Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, Human Rights Watch, Setembro de 1994.
47. THOMAZ, Luis Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, 774 pp.
48. «Timor Conference Debacle», in *The Jakarta Post*, 1 de Junho de 1994.
49. *Timor Timur Dalam Angka 1993*, Díli, Kerjasama Bappeda Tingkat I dan Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, 1994.

49. «Timor Timur Menjadi Daerah Istimewa?», in *Republika*, 28 de Agosto de 1994.
50. *Timor Timur Untuk Pemula*, Pijar, Jakarta, 1994.
51. TOMODOK, E. M., *Hari-bari Akhir Timor Portugis*, Jakarta, Pustaka Jaya, 1994, 376 pp.

1995

1. ABDURRAHMAN, T., «Timor Timur: Dulu, Kini and Esok», in *Republika*, 12 de Abril de 1995.
2. ADITJONDRO, George J., «Prospect for development in East Timor after de Capture of Xanana Gusmão», in *International Law and the Question of East Timor*, Londres / Leida, CIIR/IPJET, 1995, pp. 50-63.
3. *Anggaran Pendapatan dan Belanja Daerah Tabun 1994-1995*, Pemerintah Daerah Tingkat I Timor Timur, 1995.
4. ARAÚJO, Rui, *Regresso a Timor*, Lisboa, Amigos do Livro, 1995.
5. BAZER, Ambarak A., *Islam di Timor-Timur*, Jakarta, Gama Insani Press, 1995, 138 pp.
6. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «Moral Challenge for the church in East Timor», in *Asian Bishop's Conference*, Manila, 4 de Janeiro de 1995 (não publicado).
7. BOS, Dr. M., *The Question of Sovereignty in East Timor*, 1995.
8. BOYCE, David, *East Timor Culture*, Díli, ed. do Autor, 1995.
9. *Burg Schlaining Declaration*, Austrália, 6 de Junho de 1995.
10. CAMPBELL, Archie, *The Double Reds of Timor*, Western Australia, ed. John Burbridge Military Antiques, 1995, 177 pp.
11. CAREY, P., e BENTLEY, G. Carter, *East Timor at Crossroads. The Forging of a Nation*, Londres / Nova Iorque, 1995, 259 pp.
12. CHEN, Philip Dean, *Diplomacy of the Cross: The Roman Catholic Church and Human Ringht in Sudan and East Timor* (Thesis A. B. Honors in Government), Hardward University, 1995.
13. COX, Steve e CAREY, P., *Generations of Resistance. East Timor*, Londres, Ed. Cases, 1995.
14. *Dewan Ekonomi dan Sosial PBB Timor Timur*, Pijar, 1995.
15. DUNN, James, *East Timor: the Balibo incident in perspective*, Sydney, University of Technology, 1995, 39 pp.
16. *East Timor, Prospects for Peace*, Suíça, World Council of Churches / Printshop of the Economical Center, 1995.
17. *East Timor Talks Campaign. Peace Making Initiatives for East Timor*, Australian National University, 1995, 45 pp.
18. *Exchange Message with Fretilin commander Xanana Gusmao with Lord Amesbury, cbair Parliamentary Human Rights Group and Carmel Budiarjo, Tapol Organizing Secretary*, Tapol Occasional Report, n.º 1, Londres, TAPOL, 1995.
19. *Forum*, n.º 18, iv, Dezembro de 1995.

20. *Gatra*, 23 de Setembro de 1995.
21. GUSMÃO, Xanana, «Resistimor para Vencer», in *Expresso*, Lisboa, 1995, pp. 76-84.
22. IMBARAJ, Sonny, *East Timor: Blood and Teares in Asean*, Chiang Mai, Silkworm Books, 1995, 170 pp.
23. *International Law and Question of East Timor*, Londres, CIRR / IPJET, 1995, 341 pp.
24. JARDINE, Matthew, *East Timor: Genocide in Paradise*, Tucson, Arizona Onedin Press, 1995, 95 pp.
25. JOHN, Clement (ed), *East Timor: Prospects for Peace*, Genebra, World Council of Churches, 1995, 141 pp.
26. LOUREIRO, Rui Manuel (Coord.), *Onde nasce o Sândalo. Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 209 pp.
27. LUBIS, Mulya T., «Implications of Liquica Tragedy», in *The Jakarta Post*, 5 de Março de 1995.
28. MAGALHÃES, A. Barbedo de, *The East Timor Issue and the Symposia of Oporto University*, Maio de 1995, 56 pp.
29. MANGGUT, Peter R., «Timor Timur dan Diplomasinya Banyak Jalur», in *Kompas*, n.º 21, Junho de 1995.
30. MARCOS, Artur, *Timor Timorenses, com suas Línguas, Literaturas, Lusofonia...*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, 215 pp.
31. MATOS, Artur Teodoro de, *Na Rota das Especiarias: de Malaca à Austrália*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
32. MEDIANA, Carlos P. (ed.), *East Timor Trials*, Manila, Lawasia Human Right Committee, 1995, 64 pp.
33. MICHEL, Thomas SJ., «East Timor: the Case for Integration», in *The Month*, Maio de 1995.
34. NAINGGOLAN, P. P., «Perkembangan Masalah Tim Tim di Fora International», in *Merdeka*, 20 de Fevereiro de 1995.
35. NEONBASU, Gregory, «Pengaruh Gereja Katolik Terhadap Tetanan Sosial-Budaya Timor Timur», Kupang / West Timor, 8 de Fevereiro de 1995 (não publicado).
36. PRAWIRASOEBRATA, Soebijakto, «Perang Dingin, Moral, dan Timor Timur», in *Kompas*, 26 e 27 de Abril de 1995.
37. *Produk Domestic Regional Bruto Propinsi Timor Timur 1983-1993*, Díli, Kerjasama Bappeda Tingkat I dengan Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, 1995.
38. ROFF, S. R., *East Timor: A Bibliography 1970-1973*, Camberra, Peace Researcher Center / Australian National University (Working Paper, n.º 168), 1995.
39. *Seara, Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, Díli, 1995.
40. SING, Bilver, *East Timor: Indonesia and World. Myths and Realities*, Singapore, Institute of International Affairs, 1995.
41. SMYTH e PAT, *The Crucifixion of East Timor* (MA Thesis), Leeds, University of Leeds, 1995.

42. STILWELL, Peter, *A Condição Humana em Ruy Cinatti*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, 445 pp.
43. *Suara Timor Timur*, Janeiro / Dezembro de 1995.
44. SUDARSONO, J., «Memahami Masalah Timor Timur», in *Media Indonesia*, n.º 12, Março de 1995.
45. THERICK, Gerson Tom, *Webali, the four corner land: the cosmology and traditions of a Timorese ritual Center* (Phd Thesis), Camberra, Australia National University, 1995.
46. Timor Link, n.º 34, Novembro de 1995.
47. TWIKROMO, Y. Argo *et al.*, *Presepsi dan Perilaku Kesejahteraan Hidup Rakyat Timor-Timur*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan, 1995, 158 pp.
48. WALTERS, P., «Evans tell Alatas to Face Timor Discontent», in *The Australian*, 22 de Fevereiro de 1995.
49. — «Jakarta Deaf Ears Are Sensitive to Pressure», in *The Australian*, 23 de Fevereiro de 1995.
51. *Women Indonesia & East Timor: Standing Against Repression*, Nova Iorque, Amnesty International USA, 1995, 23 pp.
50. WOOLCOTT, R., «E Timor: Portugal's case has no basis in global law», in *Dawn*, Karachi, 7 de Março de 1995.

1996

1. «As Histórias que não foram contadas. Um Prémio Nobel que fala Português», in *Visão*, n.º 187, Lisboa, 17/23 de Outubro de 1996.
2. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «Nobel Lecture», in *The Nobel Lectures and Speeches*, Oslo, Dezembro de 1996.
3. — *Erection of the New Diocese (Baucau) Report*, Díli, 10 de Maio de 1996.
4. — *The woud-be Diocese of Díli (Report)*, Díli, 10 de Maio de 1996.
5. BEN MBOI, *Timor Timur 20 tahun Integrasi: Masalah, Permasalahan dan Perjuangan Politik Kita (disiapkan dalam rangka Hari Ulang tahun ke-20 Integrasi Timor Timur)*, Jakarta, 31 de Dezembro de 1996.
6. CAETANO, Emília, «O Bispo Surpresa», in *Visão*, Lisboa, n.º 187, 1996, pp. 22-23.
7. CAREY, Peter, *East Timor: Third World Colonialism and Struggle for National Identity*, Londres, 1996, 29 pp.
8. *Catálogo de Publicações do Instituto de Investigação Científica e Tropical*, Lisboa, 1996, 130 pp.
9. CHITAS, Paulo, «Diplomata Peregrino», in *Visão*, n.º 187, Lisboa, 1996, pp. 24-25.
10. CHOMSKY, Noam, *Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and the Social Order*, Londres, Pluto Press, 1996, cap. VIII.
11. COLISON, Kerry B., *The Timor Timur Man Pen Folk Publishing*, Sydney, Harta Publishers, 1996.

12. COLLINO, Maria, *Mi Timore. Amore nel profondo Sud, elle de ci*, Turim, 1996, 190 pp.
13. CUNHA, Luis, «Timor: a Gerra Esquecida», in *Macau*, 1996, pp. 32-46.
14. *D & R*, Jacarta, 19 de Outubro de 1996.
15. *Documenter Timor Timur*, Center for Strategic and International Studies, 1996.
16. *East Timor. The Continuing Betrayal*, Londres, Catholic Institute for International Relations, Setembro de 1996, 43 pp.
17. ETCHEGAI, Roger, «Pour un Vrai Dialogue au Timor Oriental», in *Le Monde*, 22 de Março de 1996.
18. EVERS, George, *Carlos Belo Stimme Eines Vergessenen Volkes-Herder*, Alemanha, 1996, 159 pp.
19. *Forum*, n.º 15, V, 4 de Novembro de 1996.
20. GUSMÃO, Xanana, *A Travesty of Justice*, Sydney, ETRA, 1996.
21. *Hidup*, 17 de Março e 27 de Outubro de 1996.
22. HORTA, José Ramos, *Toward a Peace felt Solution in East Timor*, Sydney, ETRA, 1996, 47 pp.
23. — «Nobel Lecture», in *The Nobel Lectures and Speeches*, Oslo, Dezembro de 1996.
24. *Info. Bulletin KWI untuk Pengembangan Sosial*, n.º 36, Pidato Penerimaan Hadia Nobel Perdamaian, Janeiro / Fevereiro de 1996.
25. — *Towards a Peaceful Solution in East Timor*, 2.ª edição, Sydney, NSW East Timor Relief Association, 1997, 67 pp.
26. JUNIO, J. Plácido, «O Futuro é já Amanhã», in *Visão*, n.º 187, Lisboa, 1996, pp. 28-29.
27. LUDWIG, Klemens, *Oost Timor. Deer Zwanzigjabrige Krug. Rororo Aktuell*, Hamburgo, 1996, 156 pp.
28. *Matra*, Janeiro de 1996.
29. NETO, Maria Cristina, «Os Timorenses Falecidos em Lisboa no século XIX», in *Garcia de Orta. Série de Antropobiologia*, vol. 9, 1996, pp. 5-8.
30. PELISSIER, René, *Timor en Guerre. Le Crocodile et les Portugais (1874-1913)*, Paris, 1996, 368 pp.
31. PEREIRA, Mónica, «Reportagem sobre Timor», in *Visão*, n.º 188, Lisboa, 24/30 Outubro 1996.
32. — «Via Timor Loro Sae (a Entrega do Nobel da Paz)», in *Visão*, n.º 195, Lisboa, 12/18 de Dezembro de 1996, pp. 24-26.
33. PINTO, Constâncio, *Jardine — East Timor. Unfinished Struggle. Inside the Timorese Resistance*, Boston, 1996, 289 pp.
34. PRESCOTT, Victor *et al.*, *The Timor Gap Treaty: Three Discussions Papers*, East Melbourne, Australian Institute of International Affairs, 1996, 43 pp.
35. RAFFAELE, Paul, «Bishop Belo: Here for a Forgo then People», in *Reader's Digest*, 1996, pp. 17-22.
36. REGO, Paulo, «Timorenses em Macau», in *Macau*, Gabinete de Comunicação Social de Macau, Janeiro de 1996, pp. 24-31.

37. ROCAMORA, José António *et al.*, *La cuestion de Timor Oriental*, Barcelona, Joe Maria Bosch Editor, 1996, 270 pp.
38. ROCHA, Carlos Vieira da, *Timor. A Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial*, 2.^a edição, Lisboa, Janeiro de 1996, 309 pp.
39. SANTOSO, Aboeprijadi, *Jejak Jejak Darab. Tragedi dan Penghinaan di Timor Timur*, Yogyakarta / Amesterdão, 1996, 121 pp.
40. SARMENTO, Eugénio, *Sejarah Labirnya Kota Dili dan Perkembangannya*, Díli, 1996.
41. SCHLICHER, Monica, Portugal in Oost Timor, Abera Verlag Meyer, Hamburgo, 1996, 377 pp.
42. SEJERSTED, Francis, *Lecture in the Occasion of the Nobel Peace Prize*, Oslo, 1996.
43. SHARTE, Sharon, *Complicity. Human Rights and Canadian Foreign Policy*, Montreal / Quebec, 1996, 249 pp.
44. SING, Bilver, *East Timor (Indonesia and World) Myths and Realities*, edição revista, 1996, 427 pp.
45. *Southern Areas Agricultural Development Identification Study, by Indonesian Australia Development Cooperation*, Kantor Depp. Pertanian Prop. Timor Timur, Junho de 1996, 43 pp.
46. *Tapol Bulletin*, Londres, 1996.
47. «The Nobel Peace Prize 1996 to Bishop Carlos Filipe Ximenes Belo and José Ramos Horta», in *The Nobel Lectures and Speeches*, Oslo, The Nobel Foundation / The Norwegian Nobel Institute, Dezembro de 1996.
48. TILMAN, Armindo da Costa, *Mata Dalan Nosi Tetun-Timor Lian*, Lisboa, 1996, 188 pp.
49. *Timor Link*, n.º 36 (Timorese Women Speak Out), Junho de 1996.
50. TIRAS, Mingguan Berita, *Kontraversi Uskup Belo*, Jacarta, Novembro de 1996 [editado também no *Der Spiegel*, n.º 42, 1996].
51. ULU, Emanuel *et al.*, *20 Tabun Timor Timur Membangun*, Díli, Pemda Tk. I. Timor, 1996.
52. — «Us up Belo dan Nobel dalam Liputan Pers-Kata Mereka tentang Mgr. Carlos Filipe Ximenes Belo», in *Dalam Jawa Pos*, Díli, 1996.

1997

1. ABREU, Paradela de, *Timor. A Verdade Histórica*, Ed. Luso Dinastia, 1997, 293 pp.
2. *Actas da Festa da Língua Portuguesa*, 1997, pp. 205-219.
3. ADITJONDRO, George, Violence by the State against Women in East Timor. A Report to the United Nation Special Reporters on Violence against Women, Melburne, East Timor Human Rights Center, 1997, 16 pp.
4. ANUNO, José, *Profil Ambeno (Oe-Kusi). Daerah Enclave Timor-Timur Pemerintah Daerah Tingkat*, Yogyakarta, 1997, 78 pp.

5. «Asia — Pacific Coalition for East Timor», in *Estafeta*, vol. III, n.º 2, Manila, Maio / Setembro de 1997, 59 pp.
6. BAUSS, Rudy, *A demographic study of Portuguese India and Macau as well as comments on Mozambique and Timor, 1750-1850*, 1997.
7. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, *Demi Keadilan da Perdamain*, ed. Domingos de Sousa e Peter Tukan, Jacarta, Março de 1997, 474 pp.
8. — *Subsídio para a Bibliografia de Timor Loro Sa'e*, Díli, 24 de Janeiro de 1997.
9. — «Nobel Lecture», in *Les Prix Nobel 1996*, Estocolmo, 1997.
10. — «Voice of Voiceless», in *Penerbit Obor*, coord. Frans Sihol Siagian e Peter Tukan, Jacarta, 1997, 227 pp.
11. *Boletim Salesiano. Revista da Família Salesiana de Portugal*, Março / Abril e Julho / Agosto de 1997.
12. *Boletim Salesiano*, Brasileiro, 1997.
13. *Boletim Salesiano*, Francês, 1997.
14. CAREY, Peter, «From Netherlands Indies to Indonesia, from Portuguese Timor to Republic of East Timor Loro Sa'e: Two Path to Nation stood and Independence», in *Indonesian and Malay World*, n.º 71, 1997.
15. CATRY, Jean Pierre, *Photos of East Timor. A Paz e Possível em Timor Leste*, Paris, 1997.
16. COLLINO, Maria, *Mons. Carlos Filipe Ximenes Belo, Premio Nobel per la Pace 1996*, Col. Campioni elle di ci, 39 pp.
17. CORREIA, Vicenta, *Working Mothers in Díli. East Timor*, Nova Zelândia, University of Waikato Hamilton, 1997, 59 pp.
18. GUNN, Geoffrey, *East Timor and the United National. Te Case for International*, Asmara, The Red Sea Press PO Box 48, 1997, 238 pp.
19. GUSMÃO, Martinho *et al.* (ed.), *Menentikan Loro Sa'e*, Malang, 1997, 293 pp.
20. GUTERRES, Justino, *The Makassae of East Timor. The Structure of a Final Alliance Systems*, Melburne, Melbourne University, 1997.
21. HORTA, José Ramos, *Towards a Peaceful Solution in East Timor*, Austrália, Extra Fairfield NSW, 1997, 67 pp.
22. *Human rights Deteriorate in East Timor: Bi-Annual Report of Human Rights Violation in East Timor*, Melburne, East Timor Human Rights Center, Janeiro/Julho de 1997, 34 pp.
23. *Human Rights Violation in East Timor*, Darwin, East Timor Information Support Center, 1997, 24 pp.
24. *Indonesia / East Timor: Deteriorating Human Rights in East Timor*, Nova Iorque, Asia Watch, 1997, 20 pp.
26. *Info. Bulletin KWI untuk Pengembangan Sosial*, Março/Abril, Maio/Junho e Setembro/Outubro de 1997.
25. IURNEE, Peter *et al.*, *Indonesia*, Lonely Planet, pp. 705-738.

27. JANISSA, Gudmund, *The Crocodile's tears East Timor in Making*, Sweden Lund University, 1997, 328 pp.
28. JARDIN, Matthew, «The Life and Death of David Alex and the Ongoing Struggle for East Timor», in *Cultural Survival Quarterly*, 1997.
29. — «The U.S. / Indonesian Alliance Against East Timor», in *Christian Science Monitor*, Janeiro de 1997.
30. KRIEGER, Heike (ed.), *East Timor and the International Community: Basic Documents*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, 494 pp.
31. LAMBERT, G. E., *Commando. From Tidal River to Tarakan. The Story of n.º 4 Aust. Independent Company A. I. F., Later known as 2/4 Australian Commando Squadron*, AIF, 1941-45, pp. 87-242.
32. *Laporan Pelaksanaan Seminar I Masalab Timor Timur*, STFT Widya Sasana, Malang, 17 de Fevereiro de 1997.
33. LEITE, Pedro Pinto, *Colóquios sobre a questão de Timor-Leste em Espanha (relatório)*, Leida, 1997.
34. MANGUNWIJAYA, Y. B., *Politik Hati Nurani*, Jakarta, 1997, pp. 54-115.
35. MICLAT, Guis (ed.), *East Timor for Beginners*, Quezon City, APCET / IID, 1997.
36. MOTA, João Soares Octávio, *The Fights for Freedom of Timor Loro Sa'e People*, Yogyakarta, East Timor Students Movement, 1997.
37. NEONBASU, Gregor, *Peta Politik dan Dinamika Pembangunan Timor Timur*, Jakarta, 1997, 247 pp.
38. PATEL, Aneesh N., *In Disputed Territory: New York Times Coverage of Tibet, Kashmir and East Timor* (Thesis A. B. Honors in Sociology), Harvard University, 1997.
39. RONY, A. Kohar e WIARDA, Iêda Sequeira, *The Portuguese in Southeast Asia: Malaca, Moluccas, East Timor*, Hamburgo, Abera Verlag, 1997, 138 pp.
40. SANTA, José Duarte, *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 301.
41. *Sarani Timor, Roubg Island*, USA, Fevereiro / Março 1997.
42. *Seata. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, Díli, 1997.
43. SISSONS, Miranda, *From One Day to Another: Violations of Women's Reproductive and Sexual Rights in East Timor*, Melbourne, East Timor Human Rights Center, 1997, 47 pp
44. *Suara Timor Timur*, Díli, 1997.
45. *Tapol Bulletin*, Londres, 1997.
46. *Timor-Leste, Nobel da Paz*, Lisboa, Ed. Fernando Maria Freire, 1997.
47. *Timor Timur 1996*, (Jilid II) Dokumentasi (Kliping tentang Timor Timur), Jakarta, Center for Strategic and International Studies, 1997.
48. WALDMAN, Maurício e SERRANO, Carlos, *Brava Gente de Timor: a Saga do Povo Maubere*, São Paulo, Xama, 1997, 155 pp.
49. ZAMORA, P. C., *East Timor for Beginners*, Manila, Asia-Pacific Coalition for East Timor, 1997.

1998

1. ADITJONDRO, George, «The silent suffering of Our Timorese Sisters», in *Free East Timor*, ed. Jim Aubrey, 1998, pp. 243-265.
2. ANDERSON, Russell, «The Massacre of 12 November 1991», in *Free East Timor*, 1998, pp. 145-152.
3. ARAÚJO, Valente, *Timor, Paradigma da Dor*, Açores, 1998, 64 pp.
4. AUBREY, Jim, *Our common Allegiance*, 1998, pp. 211-220.
5. — «Complicity in Genocide: the case against Australia in East Timor's genocide», in *Free East Timor*, 1998, pp. 279-294.
6. — *Free East Timor, Australia's Culpability in East Timor's Genocide*, Vintage, NSW Australia, 1998, 286 pp.
7. BARATA, Filipe Themudo, *Timor Contemporâneo, da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Lisboa, Equilíbrio Editorial, Lisboa, 1998, 255 pp.
8. BASTOS, Miguel Faria de, *Timor, the biggest Extermination Camp in the World*, Lisboa, Portuguese Esperanto Society, 1998, 65 pp.
9. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, «A Comunicação Social em Timor Loro Sa'e (A Propósito das Bodas de Ouro da Seara)», in *Seara*, Outubro de 1998.
10. — *Pax Doutoramento Honoris Causa*, Évora, Universidade de Évora, Maio de 1998, 48 pp.
11. *Boletim Informativo. Província Portuguesa da Sociedade Salesiana*, Lisboa, Setembro / Outubro de 1998.
12. *Boletim salesiano. Revista da Família Salesiana*, Setembro / Outubro, Março / Abril e Julho / Agosto de 1998.
13. BRITES, Céu, «East Timor is Here», in *Pacific Women Speak Out*, ed. Zohl de Ishtar, NSW Australia, The Raven Press, 1998, pp. 43-51.
14. BYRERNE, Louise, *Aman ba Oan: getting inside than belly of the crocodile*, I João Pedro's Buffalo Horn Call – Expose of Lia Na'in, owner of the worlds composer and musician from East Timor. B. Arts (Hons) Thesis, Deakin University, Outubro de 1998.
15. CAREY, Peter, «The Catholic Church, Religious Conflict and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-79», in *The East Timor Problem and the Role of Europe, International Platform of Jurists for East Timor*, ed. Pedro Pinto Leite, Lisboa, IPJET, 1998, pp. 265-384.
16. *Informação (Suplemento D. Ximenes Belo)*, Porto, Centro dos Antigos Alunos Salesianos do Porto, 1998, 28 pp.
17. CHOMSKY, Noam, «The Great Powers and Human Rights of East Timor», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 29-63.
18. — «The case of East Timor», in *Free East Timor*, ed. Jim Aubrey, pp. 189-210.
19. — «East Timor and World Order», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 65-81.
20. CLARK, Roger S., «East Timor and an International Criminal Court», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 95-106.

21. CORTE-REAL, Benjamin, e HULL, Geoffrey, «First Texts in Mambai-Ainaro», in *Huul-Lances Studies*, pp. 52-68.
22. DEAKIN, Bishop Hilton, «East Timor and Catholic Church», in *Free East Timor*, ed. Jim Aubrey, 1998, pp. 221-235.
23. DOMM, Robert, «East Timor: to resist is to win», in *Free East Timor*, ed. Jim Aubrey, pp. 123-143.
24. *Dottorato Honoris Causa a Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo*, Roma, Università Ponteficia Salesiana, Fevereiro 1998, 35 pp.
25. DUNN, Jaime, «Genocide in East Timor: the Attempt to Destroy a Society and its Culture», in *Pedro Pinto Leite*, IPJET, 1998, pp. 83-94.
26. DUQUE DE BRAGANÇA, «Povo de Timor preparado para a Autodeterminação», in *Revista Factos*, Lisboa, Agosto de 1998, p. 30.
27. «East Timor. A continuing sage for change», in *Estefta*, vol. iv, n.º 3, Manila, Dezembro de 1998.
28. EAST, Roger, «East Timor's Borde War», in *Free East Timor*, ed. Jim Aubrey, 1998, pp. 25-31.
29. *East Timor It's time for action*, Auckland / New Zealand, East Timor Coalition, 1998
30. *East Timor: no Solution Without Respect for Human Rights*, Fitzroy / Australia, East Timor Human Rights Center, 1998, 36 pp.
31. FOGUET, Hugo, *Frente al Mar de Timor*, Buenos Aires, Perfil Libros, 1998, 205 pp.
32. FORRESTER, Geoff e MAY, R. J. (ed.), *The fall of Soebarto*, Bathrust / Australia, Crawford Hause Publishing, 1998⁴⁵.
31. FREY, Ken, *Let we forget East Timor*, 1998, pp. 33-72.
34. *Goeideia — Estudo sobre a Situação Sócio-económica da Comunidade Timorese Residente em Portugal*, Lisboa, 1998.
35. HAINSWORTH, Paul McVloskey, *East Timor: From Localization to Globalization*, Londres, Zed Books, 1998.
36. HAMILTON, Andrew, «Sanctuary: An Option for East Timorese?», in *Catholic Social Justice Series*, n.º 35, North Sydney, Australian Catholic Social Justice Council, 1998, 25 pp.
37. HORTA, José Ramos, *Funu: Perjuangan Timor Loro-Sa'e*, Jakarta, Edição Solidamor, 1998.
38. HULL, Geoffrey e ECLLES, Lance (ed.), *Studies in Language and Cultures of East Timor*, vol. i, Language Acquisition Researcher Center / University of Western Sydney Macarthur, 1998, 198 pp.
39. JUDDERY, Bruce, «May Timor Story», in *Free East Timor*, 1998, p. 82.
40. JURQUET, Jacques, *Timor. Os Senhores da Morte*, Campo de Letras, 1998.

⁴⁵ As páginas 72-75 e 80-83 dizem directamente respeito a Timor.

41. KAAWAGUCHI, Satomi, «Topic Marking in Tetun and Japanese: a contrastive note», in *Studies in Language and Cultures of East Timor*, ed. Geoffrey Hull e Lance Eccles, Language Acquisition Researcher Center / University of Western Sydney Macarthur, 1998, pp. 88-98.
42. KARIM, P^c Carolus Albrecht, SJ., *Penelitian Sosial Ekonomi Umat dan Masyarakat Dioceses Díli*, Díli, Resalah Wawancara, 1998.
43. KARTASASMITA, Sabana, *East Timor: The Quest for the Solution*, Singapura, Crescent Design Associates, 1998, 101 p.
44. *Krumbach Declaration*, 3 de Novembro de 1998.
45. LEITE, Pedro Pinto (ed.), *The East Timor Problem and the Role of Europe, International Platform of Jurists for East Timor*, Lisboa, IPJET, 1998, 303 pp.
46. LOPEZ, Gustavo Gabriel, «Argentina and the East Timor Issue», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 155-158.
47. MAGUIRE, Naireadm, «East Timor: the Northern Ireland Connection», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 19-27.
48. *Mai Ko'alia Tetun*, NSW Australia, Mary Mackillop Institute of East Timorese Studies, 1998.
49. MATSUNO, Akihisa, «The Balibo Declaration: Between Tex and Fact», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 159-194.
50. — «Reading the Unwritten: An Anatomy of Indonesian Discourse on East Timor», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 195-210.
51. MATHY, Paulette Pierson, «Reflections on the International Solidarity Movement with the People of East Timor», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 243-256.
52. McLEAN, Jean, *Walpole Doug — Fact Finding Visit to East Timor (11-19 September 1998)*, Melbourne, 1998, 15 pp.
53. Mega Asteroid Simarmata, *Kebebasan bursarial di Radio (Penyunting Norca Mas-sardi)*, Jakarta, 1998 [Timor: Uskup Belo e Clementino dos Reis Amaral, pp. 59-60].
54. NORDHOLT, Nico G. Schulte, «The Role of the European Intellectual Community in a Peaceful Solution to the East Timor Problem», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 285-289.
55. *Novas (Harian Umum)*, Díli, 1998.
56. O'CONNOR KATH, «The Sanctuary Network», in *Free East Timor*, 1998, pp. 237-241.
57. PAKPAHAM, Roy, *Mengenal Timor Timur dulu dan sekarang*, Jakarta, 1998, 60 pp.
58. Pemda Tk. I. Kabupaten Lautem, *Kabupaten Lautem Masa Lalu, Kini da prospeknya di Masa Datang*, dit. oleh Lembaga Pengabdian kepada Masyarakat Universitas Kristen Indonesia, Jakarta, 1998, 445 pp.
59. PILGER, John, «A Land of Crosses», in *Free East Timor*, 1998, p. 176.
60. — *Hidden Agendas Vintage*, Londres, 1998 ⁴⁶.

⁴⁶ As páginas 283-334 dizem directamente respeito a Timor.

61. PIRES, Alfredo (ed.), *Aman ba Oan*, Victoria, Timorese Association in Victoria, 1998.
62. RETBOL, Torben (ed.), *East Timor: Occupation and Resistance*, Copenhaga, IWGIA (Dec. n.º 89), 1998, 286 pp.
63. ROMÃO, José, «Mambae Rituals», *Aman ba Oan*, ed. Alfredo Pires, Victoria, Timorese Association in Victoria, 1998.
64. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, Díli, 1998.
65. SIMPSON, Gerry, «A Stone in Each Shoe: Australian Foreign Policy and East Timor», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 143-153.
66. SMITH, Bob Wesley, «Radio Maubere and links to East Timor», in *Free East Timor*, 1998, pp. 83-102.
67. *Suara Timor Timur*, Díli, 1998.
68. SUBROTO, Hendro-saksi, *Mata Perjuangan Integrasi*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan, 1998.
69. STEELE, Sean, «Island troubles», in *Free East Timor*, 1998, pp. 177-188.
70. SYMMONS, Clive R., «The Role of Recognition in Instances of Denial of Self-Determination in the Light of the East Timor Case: Positive Duties on Third States into International Law?», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 107-142.
71. — «The International Recognition Position Regarding the Purported Incorporation of East Timor into Indonesia», in *The East Timor Problem and the Role of Europe...*, pp. 211-221.
72. *Tapol Bulletin*, n.º 148, Londres, TAPOL, Setembro de 1998.
73. TAYLOR, John G., *Perang Tersembunyi. Sejarah Timor Timur yang dilupakan*, Jakarta, edição Fortilos, 1998, 389 pp.⁴⁷.
74. «The Hobarta East Timor Committee. World War II and East Timor», in *Free East Timor*, 1998, pp. 5-23.
75. *Timor Link*, n.º 45, Catholic Institute for International Relations, Outubro de 1998.
76. «Timor Oriental», in *Eglise d'Asie*, n.º 270, Paris, Agence d'Information des Missions Étrangères de Paris, 1998, pp. 23-24.
77. «Uskup Belo di Gereja Betawi», in *Hidup — Mingguan Umat Beriman*, Jakarta, 13 de Dezembro de 1998, p. 20.

1999

1. *Além-Mar*, Lisboa, Outubro de 1999, pp. 27-29.
2. ALVES, Manuel, *Voltar a Timor*, Lisboa, ed. Gradiva, 1999, 215 pp.
3. *Agreement between the Republic of Indonesia and the Portuguese Republic on the Question of East Timor 5th May 1999 and the East Timor Popular Consultation Agreement regarding Security*, Nova Iorque, United Nations, 1999.

⁴⁷ Tradução em bahasa do original inglês *Forgotten War: The Hidden History of East Timor*.

4. APARÍCIO, João, *A Janela de Timor. Prefácio de Sofia de Melo Breyener Andresen*, Lisboa, Caminho, 1999, 109 pp.
5. ARAÚJO, Valente, *Timor: Paradigma da Dor*, 2.^a edição, Horta, 1999.
6. BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes, *Himbauan Pastoral bagi Pengungsi Timor Loro Sa'e*, 9 de Novembro de 1999.
7. *Boletim Independente*, n.º 1, CNRT, Fevereiro de 1999, 30 pp.
8. *Boletim Ordatim, Media Budaya Timor Loro Sa'e*, Jakarta, 1999.
9. *Caras*, Lisboa, 18 de Setembro de 1999.
10. CAREY, Peter, «The Catholic Church, religious revival, and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-1998», in *Indonesia and Malay World*, 27 (78), 1999.
11. CARRASCALÃO, Natália, *Vamos Jantar a Timor*, Lisboa, 1998, 190 pp.
12. *Cbristus*, Lisboa, Outubro de 1999.
13. CLARK, Roger S., *Dekolonisasi Timor Timur dan Norma-Norma PBB tentang Hak-Hak Menentukan Nasib sendiri dan Agresi*, Jakarta, Editor Elsam / Lembaga Studi Advokasi Masyarakat, 1999.
14. COTTON, James, *East Timor and Australia*, Camberra, Australian Institute of International Affairs, 1999, 247 pp.
15. — «East Timor and Australia, twenty five years of the policy debate», in *East Timor and Australia*, ed. James Cotton, Camberra, Australian Institute of International Affairs, 1999, pp. 1-20.
16. CRUZ, F. X. Lopes da, *Kesaksian Aku dan Timor Timur (Otobiografi)*, Yayasan Tunas Harapan Timor Loro Sa'e, Jakarta, 1999, 279 pp.
17. DUNN, James S., «Portuguese Timor: the independent movement from coalition to conflict», in *East Timor and Australia*, ed. James Cotton, Camberra, Australian Institute of International Affairs, 1999, pp. 75-80.
18. ECCLES, L., «The Verb Marks of Tetun — Praça and their Gramaticalization», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, pp. 22-37.
19. *Escalating Violations in East Timor: Is a Peaceful Solution Possible?*, Fitzroy/ Melbourne, East Timor Human Rights Center, 1999, 46 pp.
20. *Famiglia Cristiana*, Setembro / Outubro de 1999, pp. 16-21.
21. FARRAM, Steve, «The Two Timors: The partitioning of Timor by the Portuguese and Dutch», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp 38-54.
22. FONTEYNE, Jean-Pierre L., «The Portuguese Timor Gap litigation before the International Court of Justice», in *East Timor and Australia*, ed. James Cotton, Camberra, Australian Institute of International Affairs, 1999, pp. 220-232.
23. GONÇALVES, M. Mayer, *Bibliografia analítica de trabalhos da MEAU / CEATA relativos a Timor Leste*, 1995-1999.
24. GUNN, Geoffrey, *Timor Loro Sae 500 Anos*, Hong Kong, Livros do Oriente, 1999, 323 pp.

25. — «Language and Political Hegemony in East Timor», in *The Politic of Multiculturalism in the Asia / Pacific*, ed. David Mayers, Nothern Territory Press, 1995, pp. 117-123.
26. HAINSWORTH, Paul e MCCLOSKEY, Stephen (ed.), *The East Timor Crisis: The Struggle for Independence from East Timor*, Londres, I. B. Tauris, 1999.
27. — *International Perspective on East Timor*, Londres, I. B. Tauris, 1999, 79 pp.
28. HASTINGS, Peter, «Timor: Some Australian Attitudes, 1903-1941», in *East Timor and Australia*, ed. James Cotton, Camberra, Australian Institute of International Affairs, 1999, pp. 23-40.
29. HULL, Geoffrey, ECCLES, Lance, *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, Language Acquisition Researcher Center / University of Western Sydney Macarthur, 132 pp.
30. — *Tetum Language Manual for East Timor*, 2.^a edição, NSW Australia, Setembro de 1999, 128 pp.
31. — «Towers a Language Policy for an Independent East Timor», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 1-7.
32. *Human Rights in East Timor: Indonesia Defies UN and International Community. Bi- Annual Report of Human Rights Violations in East Timor. January to June 1999*, Fitzroy / Melbourne, East Timor Human Rights Center, 1999, 43 pp.
33. JONES, Sydney, *Justice. Persecution. Eviction: A Human Rights Update on Indonesia and East Timor*, Nova Iorque, Human Right Watch, 1990, 150 pp.
34. KLINKEN, Catherine, «Writing Tetum — Praca: A Communication Challenge», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 14-21.
35. KOHEN, Arnold, *From the Place of the Dead*, Nova Iorque, St. Martin's, 331 pp. [edição inglesa e australiana: Oxford, Alion Book, 1999, 398 pp. / edição portuguesa: Lisboa, 1999, 329 pp.].
36. LEE, Robert, «Portuguese Timor on the Eve of the Pacific War», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 68-84.
37. LENOX, Rowena, «Portuguese colonialism in East Timor: the early life of Martinho da Costa Lopes», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 85-98.
38. LOUREIRO, João, *Postais Antigos e Outras Memórias de Timor*, Lisboa, 1999, 151 pp.
39. MAGALHÃES, António Barbedo de, *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*, Lisboa, Edição Gradiva, 1999, 181 pp.
40. Messenger of Saint Anthony Padua: *A Flight from Hell*, Itália, Novembro de 1999, 36 pp.
41. *Novas (Harian Umum)*, Díli, Janeiro / Maio de 1999.
42. ORLANDO, Vito, *Quando la libertà e a prezzo di sangue: la tragedia di Timor Est*, Roma, Volontariato Internazionale per lo Sviluppo, 1999.
43. *Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor Leste no Período de Transição*, Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal / Gabinete de Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Maio de 1999.

44. ROCHA, Nuno, *Timor. O fim do Império*, vol. 1, Lisboa, Editora Orbipress, 1999, 545 pp.
45. *Romansa (Harian Umum, Jornal Pro-Autonomia)*, Díli, Julho / Agosto de 1999.
46. SCHWARZ, Adam, *A Nation in Waiting. Indonesia Search for Satiability*, 2.^a edição, NSW Australia, Allen & Darwin, 1999, 533 pp.⁴⁸
47. Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli (edição especial), Díli, 1999, 134 pp.
48. *Seara. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli*, Díli, 1999.
49. SILVA, Gregório Ferreira, «Language as an Index of National Identity», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 8-13.
50. SLUKA, Jeffrey A., *An Anthropology of Indonesian State Terror in East Timor*, Pittsburgh, University of Pennsylvania, 1999.
51. SMITHE, Pat, «The role of the Church in East Timor: Resistance and Reconciliation», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. II, 1999, pp. 99-120.
52. SOONG, Kua Kia (ed.), *Mob Rule, The East Timor Conference in Malaysia, November 1996*, Kualalumpur, 1999, 203 pp.
53. *Suara Timor Timur (Harian Umum, STT)*, Díli, Janeiro / Setembro 1999.
54. *Tablet*, Londres, 1999.
55. TAUDEVIN, Lancel, *East Timor Too Little Too Late*, Duffy & Snellgrove, Sydney, 1999, 319 pp.
56. TAYLOR, John G., *East Timor: The Price of Freedom*, Londres (Zed Book), Austrália (Pluto Press) e Tailândia (White Lotus), 1999, 248 pp.
57. *Timor Loro Sae. A Terra e o Povo*, Lisboa, 1999, 80 pp.
58. Timor Loro Sae. A Terra e os homens. Documentos Científicos do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, IICT, Novembro / Dezembro de 1999, 44 pp.
59. *Timor Loro Sae. A Nação do Sol Nascente (Exposição Fotográfica)*, Lisboa, 1999.
60. Twikromo Krisnadewara Mariatmo, «Persepsi dan Perilaku Kesejahteraan Hidup Rakyat Timor Timur», in *Pustaka Sinar Harapan*, Jakarta, 1999, 158 pp.

2000

1. ACHMAD, Januar, «East Timor Refugees in West Timor», in *Out of the Ashes. Destruction and Reconstruction of East Timor*, ed. James Fox, J. Soares e Dionísio Babo, Adelaide, Crawford House Publishing, 2000, pp. 204-222.
2. ADITJONDRO, Georg Y., *Menyongsong Matabari Terbit di Puncak Ramelau. Dampak Pendudukan Timor Loro Sa'e dan Mulainya Gerakan Pro-Kemerdekaan Pro- Timor Loro Sa'e*, Jakarta, Yayasan Hak dan Fortilos, Janeiro de 2000, 312 pp.
3. AMOR, Rick, *Office Artist in East Timor*, 2 de Março a 2 de Abril de 2000 (Australian War Memorial).

⁴⁸ As páginas 194-229 referem-se especificamente ao caso de Timor-Leste.

4. «Annum Courage (sister Marlene Baptista)», in *Reader's Digest*, Outubro de 2000, pp. 47-54.
5. APARÍCIO, José, *East Timor. A Practical Guide to Socio-cultural Interacting*, Darwin, 2000, 57 pp.
6. ARAÚJO, Fernando, «The CNRT campaign for independence», in *Out of the Ashes...*, pp. 106-125.
7. *As Nações Unidas e Timor Leste. A auto-determinação através de consulta*, Nova Iorque, Organização das Nações Unidas, 2000, 97 pp.
8. BALL, Desmonf, McDONALD, Hamish, *Death in Balibo Lies in Canberra. Blood on whose Hands?*, NSW Australia, Allen & Unwind, 2000, 199 pp.
9. BARTU, Peter, «The militia, the military and the people of Bobonaro district», in *Guns and Ballot Boxes. East Timor's vote for Independence*, ed. Damien Kungsbury, Clayton / Victoria, Monish Asia Institute, 2000, pp. 81-98.
10. *Bolletino Salesiano (ed. Italiana)*, Janeiro 2000, pp 18-20.
11. BREEN, Bob, *Mission Accomplished East Timor. The Australian Defense Force Participation in International Forces East Timor (INTERFET)*, 2000, 226 pp.
12. BURCHILL, Scott, «East Timor, Australia and Indonesia», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 169-184.
13. *Caritas Australia – Annual Report 1999*, Março de 2000.
14. CARRASCALÃO, Mário, «O Conselho Nacional da Resistência Timorense», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 35-40.
15. CARVALHO, Hernâni, «Órgãos de Comunicação Social», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 91-97.
16. — *Os Dias da UNAMET. Crónicas de uma Reportagem em Timor*, Lisboa, Hugin Editores, 2000.
17. CLIFFE, Sarah, «The joint assessment Mission and reconstruction», in *Out of the Ashes...*, pp. 252-261.
18. COSTA, Luis, *Dicionário de Tetum-Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, 349 pp.
19. CROCKFOND, Fiona, «Reconciling world: the culture; repositioning of East Timorese youth in the Diaspora», in *Out of the Ashes...*, pp. 223-232.
20. CROUCH, Harold, «The TNI and the Timor Policy», in *Out of the Ashes...*, pp. 151-179.
21. DAMIEN, Kingsbury, «East Timor to 1999», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 17-28.
22. — «The TNI and the Militias», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 69-80.
23. DEREREUX, Anne Marie, «Accountability for human rights abuses in East Timor», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 135-165.
24. DJAJAMIHARDJA, Hidayat, «A reporter's View», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 99-116.
25. DOUNIE, Sue, «The United Nations in East Timor: Comparison with Cambodia», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 117-134.

26. DUPONT, Alan, «The strategic implications of an independent East Timor», in *Out of the Ashes...*, pp. 192-203.
27. *East Timor: Building in Freedom*, East Timor Human Rights Center, Março 2000.
28. FARREL, John Hunter, *Peace Makers: Interfet's Liberation of East Timor*, Brisbane, Abril / Maio de 2000.
29. FERNANDES, (P^o) Rolando, *Novo Testamento em Tetum — Lia Fuan diak ba Imi*, Jacarta, 2000, 394 pp.
30. FERREIRA, Martim, *Portugal, Conhecer Timor Loro Sa'e. Ko'alia Tetun. Dicionário Português -Tetun*, Coimbra, 2000, 157 pp.
31. FISHER, Tim, *Seven Days in East Timor: Ballot and Bullets*, NSW Australia, Allen & Unwin, 2000, 149 pp.
32. «Focus on East Timor. From crises to nation building», in *Focus*, Março de 2000, pp. 5-26.
33. FOX, James, «Tracing the path recounting the past: historical perspectives on Timor», in *Out of the Ashes...*, p. 1.
34. FOX, James, SOARES, J. e BABO, Dionísio (ed.), *Out of the Ashes. Destruction and Reconstruction of East Timor*, Adelaide, Crawford House Publishing, 2000, 297 pp.
35. *From Boolet to Ballot. Report of the CIIR Observer delegations to the Popular Constultation in East Timor*, Catholic Institute for International Relations, Julho de 2000, 50 pp.
36. GARCIA LEANDRO *et al.*, *Timor. Um País para o Século XXI*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares / Universidade Católica Portuguesa, 2000.
37. GONÇALVES, M. Mayer, «Aspecto do desenvolvimento agrário», in *Depois das Lágrimas, a Reconstrução de Timor Leste*, ed. Jill Jolliffe, pp. 115-130.
38. GUSMÃO, Xanana, «Reconciliation, Unity and National Development», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 1-10.
39. GUTERRES, Apolinário, «A Igreja Católica em Timor e o seu papel no processo do drama timorense», *Timor. Um País para o Século XXI*, Lisboa, pp. 47-53.
40. HAEJIMA, Wataro, «Um certo dia nas Montanhas de Loro Sa'e-Timor Leste: a Partir do Zero», Japão, 2000, 294 pp.⁴⁹
41. HASEMAN, John B., «East Timor: The Misuse of Military power and misplaced military Pride», in *Out of the Ashes...*, pp. 180-191.
42. HEUBNER, Peter L. Munch, *Ost Timor und die Krine des Indoniesiechen Viele Kerstates in der Weltpolitik*, Munique, Hanns Seidel Foundation, 2000, 164 pp.
43. HULL, Geoffrey, *Tetum, Language Manual for East Timor*, Academy of East Timor Studies / University of Western Sidney, 2000, 126 pp.
44. HULL, Terence H., «From Province to Nation: The Demographic Revolution of a People», in *Out of the Ashes...*, pp. 30-43.

⁴⁹ O original desta obra está em japonês.

45. — *Manual de Língua Tetum para Timor Leste*, Sol Oriens Books / University of Wollongong Printery, 2000, 134 pp.
46. — *Short English Tetum Dictionary*, Academy of East Timor Studies / University of Western Sidney, 2000, 97 pp.
47. *Jesuitas Refugee Sevice — East Timor*, Bangucoque, 2000, 18 pp.
48. JIM, Ife, «Um Povo Ardentemente Independente», in *Depois das Lágrimas, a Reconstrução de Timor Leste*, ed. Jill Jollife, pp. 19-45.
49. JOLLIFE, Jill e OPMT, «O Problema da Tortura», in *Depois das Lágrimas, a Reconstrução de Timor Leste*, ed. Jill Jollife, pp. 89-111.
50. JOLLIFE, Jill (coord.), *Depois das Lágrimas. A Reconstrução de Timor Leste*, Lisboa, Ed. Inde, 2000, 141 pp.
51. JONE, Gavin W, «East Timor: Education and Human Resource Development», in *Out of the Ashes...*, pp. 44-56.
52. KINGSBURG, Daminan (ed.), *Guns and Ballot Boxes. East Timor's vote for Independence*, Clayton / Victoria, Monish Asia Institute, 2000, 201 pp.
53. KLINKEN, Gerry Van, «Big States and little secessionist movements», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 157-168.
54. KLINKEN, Helen Van, «Taking the risk, paying the price», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 43-68.
55. *Lanelok*, Díli, 2000.
56. LENNOX, Rowena, *Fighting Spirit of East Timor. The Life of Martinbo da Costa Lopes*, Austrália, Pluto Press, 2000, 260 pp.
57. LONDEY, Peter, «UN Blue 5 / 7 RAR in East Timor», in *Wartime*, 2000, pp. 14-21.
58. LOBO, Francisco Sousa, *Díli: Mission Report — Restoration and Rehabilitation of the Oldest Building in Díli, 1-15 de Maio de 2000*.
59. LLOYD, Grayson J., «The diplomacy on East Timor: Indonesia, the United Nations and International Community», in *Out of the Ashes...*, pp. 79-105.
60. MANN, Richard, *A Nation Reborn*, Gateway Books, 2000, 308 pp.
61. MARTIN, Ian, «The popular consultation and the United Nations Mission in East Timor — first Reflections», in *Out of the Ashes...*, pp. 136-150.
62. *Matebian News*, ano VII, vol. 7, Abril de 2000.
63. McINTYRE, Andrew, «An International strategy for the new East Timor: some preliminary thoughts», in *Outb of the Ashes...*, pp. 235-244.
64. MOURA, Inácio, *Timor Leste: Poema do Cativo e da Diáspora*, Darwin, Agosto de 2000, 91 pp.
65. NEVES, Fernando, «Timor-Leste: Processo de Negociações», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 41-45.
66. *Os 25 Anos da Questão de Timor Leste no Parlamento Português*, Lisboa, Assembleia da República, 2000.

67. NINER, Sarah (ed.), *To Resist is to Win: the Autobiography of Xanana Gusmão with selected letters and speeches*, Richmond & Victoria, 2000, 256 pp.
68. PEREIRA, José Pacheco, *European Parliament ad hoc Delegation to Indonesia and East Timor (Jakarta, Kupang, Díli) 16-21 April 2000*.
69. PIRES, Mário Lemos, «A Interfet», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 77-89.
70. *Relatório da Visita a Timor Leste da Delegação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste (10-16 de Abril)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, 101 pp.
71. *Resultados do Congresso Nacional*, Díli, CNRT / Conselho Nacional da Resistência Timorense, Agosto de 2000, 74 pp.
72. ROBERTSON, Emma, «Mates in the hill. Australian Guerrillas in Portuguese Timor», in *Wartime*, pp. 26-30.
73. SALDANHA, João Mariano, «Fiscal Issues for a small war torn Timor Loro Sa'e», in *Out of the Ashes...*, pp. 262-281.
74. *Salesian Bulletin*, Austrália, Março de 2000, pp. 8-10.
75. SHARPE, Wendy, *New beginnings. East Timor* (Australian War Memorial), 29 de Junho a 23 de Julho de 2000.
76. SHERLOCK, Kewin, *The Timor Loro Sae Collection shelf list*, Darwin, 2000.
77. SMITH, Anthony, «The Popular Consultation in Ermera district: Free, Fair and Secret?», in *Guns and Ballot Boxes...*, pp. 29-41.
78. SOARES, Dionísio Bere, «Challenges for the Future», in *Out of the Ashes...*, pp. 282-297.
79. — «Political development the Referendum», in *Out of the Ashes...*, pp. 245-261.
80. SQUIRES, Kelly e MATTIE, Tina, «East Timor. The artists eye», in *Wartime*, pp. 8-13.
81. *Suara Timor Loro Sa'e*, Díli, 2000.
82. SUKANDAR, Johanes, Wijayanto, Sigit Manggo, Martinus (ed.), *Selamat Tinggal Timor Timur — Catatan Perjalanan para Pekerja Kemanusiaan*, Yogyakarta, Insitut Press, Outubro de 2000.
83. *Tais Timor*, Darwin / Díli, UNTAET, 2000.
84. *Talitakum*, Díli, 2000.
85. THILE, Rainer, *Report on East Timor's Economic and Social Situation and Outlook*, Munique, Hans Seidel Foundation, Junho de 2000, 37 pp.
86. THOMAZ, Luis Filipe, «Timor Loro Sa'e: uma perspectiva histórica», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 25-34.
87. *Time*, 20 de Março de 2000.
88. TIMMER, C. Peter, «Questions for the United Nation Team Managing in East Timor», in *Out of the Ashes...*, pp. 245-261.
89. *Timor Link*, n.º 5, Londres, Catholic Institute for International Relations, Agosto de 2000.

90. *Timor Loro sa'e, One Momentous Year*, UNTAET, Setembro de 2000, p. 112.
91. *Timor Loro Sa'e*, Nippon Center / Hakaerek Kona Ba Timor Loro Sa'e, 25 de Dezembro de 2000, 72 pp.
92. *Timor Post*, Díli, 2000.
93. TURNER, Peter *et al.*, *Indonesia (Includes East Timor)*, 6.^a edição, Lonely Planet Publications, 2000, 1104 pp.
94. VAIKOTIS, Michael J., *Indonesia Politic under Soebarto. The rise and fall of the New Order*, 3.^a edição, 2000.
95. VEGAR, José, «Órgãos de Comunicação Social», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 99-101.
96. VILA CHÃ, João J. M., «Por Timor: Bibliografia Especial», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 56, Fasc. 1-2, Braga, Janeiro / Junho de 2000, pp. 223-240.
97. VONDRA, Josef, *No Name Bird*, Ringwood / Victoria, Puffin Book, 2000, 184 pp.
98. *Wartime. The Australian Experience of War. Magazine of the Australian War Movement*, n.º 10, Outono de 2000.
99. WELLS, John, «The Bridge at Salele-Timor», in *Wartime*, 2000, pp. 22-25.
100. WILLIAMS, Catherine, «Experiences of a district electoral officer in Suai», in *Out of the Ashes...*, pp. 126-135.
101. WILLIAMSON, Mitch, «On a Wing and Prayer "Moth" Eaton Over», in *Wartime*, pp. 31-35.
102. WINHURST, David, «A Unamet», in *Timor, Um País do Século XXI*, pp. 69- 75.

PARTE VI

1. ARQUIVOS

Arquivo Histórico de Goa, outrora Arquivo Histórico do Estado da Índia e hoje Goa (Historical Archives).
Arquivo Histórico Ultramarino
Arquivo de Leal Senado da Câmara de Macau
Arquivo Nacional da Torre de Tombo
Arquivo do Vaticano

2. BIBLIOTECAS

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
Biblioteca da Ajuda
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora
Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa

3. ANAIS

Anais do Clube Militar Naval, Lisboa
Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Lisboa
Anais do Instituto de Medicina Tropical, Lisboa

Anais Meteorológicos das Colónias, Lisboa
Anais Meteorológicos, Díli
Annaes Maritimos e Colonias, Lisboa
Annaes do Conselho Ultramarino

4. BOLETINS

Boletim Geral das Colónias, Lisboa
Boletim da Agência Geral das Colónias
Boletim Geral do Ultramar
Boletim de FilMOTECA Ultramarina Portuguesa
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
Boletim Geral do Ultramar
Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau
Boletim do Governo da Província de Macau e Timor
Boletim do Governo da Província de Macau, Timor e Solor (1835)
Boletim da Diocese de Díli (Seara)
Boletim Oficial de Timor
Boletim Oficial do Districto Autónomo de Timor
Boletim do Comércio, Agricultura e Fomento de Timor
Boletim Económico e Estatístico, Díli
Boletim Sanitário da Província de Timor
Boletim Trimestral de Estatística de Timor
Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino

5. JORNAIS, PERIÓDICOS, REVISTAS que às vezes dão notícias sobre Timor

Amnesty Internatinal
Asian Wall Street Journal Weekly
Asia Focus (Hong Kong)
Agence France Press
Amnesty International
Asia Wall Street Journal
Australian Associated Press
Australian Broadcasting Corporation
Australian (The)
Antara Indonesia
Berita Yudha
Bolletino Salesiana (Roma)
Bolletino Salesiano (Português, Espanhol)
Bolletino Salesiano (Italiano)
Bolletino Informativo
Boston Globe
British Broadcasting Corporation
Brotéria (Braga)
Boa Nova
Center for Stategic and International Studies (Jacarta)
Cadernos Coloniais (Lisboa)
Camberra Times (Australia)
Christian Science Monitor (USA)

Comércio do Porto (Porto)
Correio della Sera
Correio da Manhã (Lisboa)
O Clarim de Macau (Macau)
O Dia (Lisboa)
Defesa Nacional (Lisboa)
Detak (Jacarta)
Detik (Jacarta)
Diário de Notícias (Lisboa)
Diário Popular (Lisboa)
Direiro (Dili)
Expresso (Lisboa)
Eclesia
Economia (The)
Famiglia Cristiana (Itália)
Far Eastern Economic Review
Femina (Jacarta)
Financial Times
Forum Keadilan (Jacarta)
Flama (Lisboa)
Garcia de Orta (Lisboa)
Gatra (Jacarta)
Gazeta de Macau (Macau)
Geográfica
Independência. Revista de Cultura Lusíada
Inquiry (São Francisco, EUA)
International Herald Tribune
Inquiri
Indonesian Observer
Jacarta Post (Jacarta)
Jacarta Jacarta
Jornal de Notícias (Porto)
Jawa Pos
Kompas (Jacarta)
Lalenok
Los Angeles Times
L'Osservatore Romano
Lusa
Matra
Maryknoll News
Máxima (Lisboa)
Melbourne Age
Media Indonesia
Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Messenger of San Antonio (Pádua, Itália)
Mensagem de Bragança
O Mundo Português (Lisboa)
National Outlook (Austrália)
Nation (The), Nova Iorque

New York Times (EUA)
Notícias de Gouveia (Gouveia, Portugal)
Novas (Díli, até 1999)
Novidades (Lisboa)
O Oriente de Macau (Macau)
Portugaliae Historica (Lisboa)
A Província de Timor (Díli)
Prisma
Público (Lisboa)
Reader's Digest
Reuters
Revista Colonial Lisboa (1913)
Romansa (Junho a Setembro de 1999, Díli)
O Século (Lisboa)
Seara Nova (Lisboa)
Sidney Morning Herald (Austrália)
Suara Pembaharuan (Jacarta)
Suara Timor (A Voz de) Timor Loro Sae
Suara Timor Timur (Timor)
South Cina Morning Post
O Setubalense (Setúbal, Portugal)
Sinar (Majalah)
Tablet (Londres)
The Nation (Nova Iorque)
Tapol
Tais Timor
The Australian
The Economist (Londres)
The Washington Post (EUA)
Timor Link (Londres)
Timor Post (Díli)
Visão (Lisboa)
A Voz do Seixal (Seixal, Portugal)
O Volante de Lisboa (Lisboa)
Washinton Post

POSTFÁCIO

Intitulei esta obra «Subsídio». Isto é, o que acabo de apresentar quer ser uma contribuição para a futura BIBLIOGRAFIA de Timor, que esperamos venha a ser uma obra exaustiva, científica e sistemática. Quem será a pessoa que vai publicar essa desejada bibliografia? Oxalá surjam estudiosos sacrificados para «darem luz» a essa obra. O meu «Subsídio» talvez nem científico se possa chamar, eu talvez nem vá ajudar na consulta.

É apenas fruto de um *bobby*, que levou cinco anos. Um *bobby* que devorou centenas de horas de trabalho. Como não é uma obra de carácter científico, poderá suscitar críticas. Aceito-as.

Aceito-as para melhorar o catálogo, pois ainda falta muito material por recolher e catalogar. E talvez mais tarde, a partir deste «armazém», tenha coragem para dividir o material em matérias, como Geologia, Geografia, História, Literatura, Política, etc. O que significa ter de trabalhar numa nova Bibliografia. Espero que outros, e sobretudo os «críticos», a façam.

Da minha parte, além das críticas, espero receber mais livros, mais revistas e mais documentos sobre Timor Leste, quer do passado quer do futuro. Pois vou manter-me no mesmo *bobby* enquanto tiver forças e saúde, começar a recolher e catalogar os livros de 2001 a 2005. Espero, portanto, que as pessoas interessadas no assunto de Arquivos, Livrarias ou Bibliotecas me possam fazer este grande favor: de enviar para o autor destas linhas as obras que vão saindo e que tenham por tema Timor Loro Sa'e. Espero, portanto, pelas vossas sugestões. De novo agradeço aos dois jovens sacrificados, Adérito Ruben e Olandino Fernandes, pela «escritura» e pela paciência demonstrada.

Quanto aos erros, assumo-os como meus, e unicamente meus.

Díli, 25 de Março de 2001

ESTE VOLUME 7 DA REVISTA **POVOS**
E CULTURAS, FOI COMPOSTO, IMPRESSO E
BROCHADO NAS OFICINAS GRÁFICAS DE BAR-
BOSA & XAVIER, LIMITADA, RUA GABRIEL PEREIRA
DE CASTRO, 31 A-C - 4700-385 BRAGA. INICIADA
A COMPOSIÇÃO EM SETEMBRO DE 2001, ACA-
BOU DE SE IMPRIMIR EM 15 DE MAIO DE 2002.